

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
LINHA DE PESQUISA POLÍTICA, FRONTEIRA E SOCIEDADE**

Mariana Milbradt Corrêa

**FRONTEIRA ABERTA: A CONSTRUÇÃO SOCIAL DO PODER DE UM POTENTADO NO
RIO GRANDE DE SÃO PEDRO (1750-1830)**

Santa Maria, RS
2017

Mariana Milbradt Corrêa

**FRONTEIRA ABERTA: A CONSTRUÇÃO SOCIAL DO PODER DE UM
POTENTADO NO RIO GRANDE DE SÃO PEDRO (1750-1830)**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), área de concentração história poder e cultura, como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre em História.**

Luís Augusto Farinatti

**Santa Maria, RS
2017**

Ficha catalográfica elaborada através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Central da UFSM, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Corrêa, Mariana Milbradt
Fronteira aberta: A construção social do poder de um
potentado no Rio Grande de São Pedro (1750-1830) /
Mariana Milbradt Corrêa.- 2017.
185 p.; 30 cm

Orientador: Luís Augusto Ebling Farinatti
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de
Pós-Graduação em História, RS, 2017

1. Trajetória social 2. mediadores 3. Relações de reciprocidade I. Farinatti, Luis
Augusto Ebling II. Título.

Mariana Milbradt Corrêa

FRONTEIRA ABERTA: A CONSTRUÇÃO SOCIAL DO PODER DE UM POTENTADO NO RIO GRANDE DE SÃO PEDRO (1750-1830)

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), área de concentração história poder e cultura, como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre em História**.

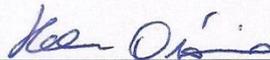
Aprovado em 15 de agosto de 2017:



Luís Augusto E. Farinatti, Dr. (UFSM)
(Presidente Orientador)



Adriano Comissoli, Dr.(UFSM)



Helen Osório, Dr. (UFRGS)

Santa Maria, RS
2017

E em todas as direções penetravam na terra dos minuanos, tapes, charruas, guenoas, arachanes, caaguás, guaranis e guaranás.

A fronteira marchava com eles. Eles eram a fronteira.
(VERISSIMO, 2013, p.62)

AGRADECIMENTOS

Neste espaço, deixo minha gratidão às pessoas que auxiliaram na execução deste trabalho, ou que, ainda, me apoiaram nos momentos em que era produzido.

Em primeiro lugar, devo agradecer (muito) ao professor Farinatti, pelas leituras cuidadosas, pelos conselhos dados, pelos prazos cobrados, pelas reuniões de trabalho. É um privilégio contar com um orientador que é referência no assunto e que, verdadeiramente, se anima ao conversar sobre a pesquisa.

Também agradeço aos professores Adriano Comissoli e Helen Osório, que aceitaram participar da banca de qualificação e da de defesa final. E que instruíram e inspiraram melhorias significativas para o meu trabalho.

Lembro também aqui dos meus amigos e colegas do mestrado, com quem compartilhei momentos de tensão e alegria, e que tornaram a experiência na pós-graduação muito mais especial: Aline Flores, Franciele Oliveira e Guilherme Catto. Deixo meu muito obrigada, ainda, ao João Minuzzi por passar adiante a experiência adquirida durante o curso.

Sou muito grata a meu amigo Gustavo Lopes, que abriu as portas de sua casa em Porto Alegre em vários momentos, o que permitiu os trabalhos nos arquivos e a ida em eventos. E a Inês Catto, a quem considero como uma amiga, que me ajudou nas maiores adversidades.

Um agradecimento especial ao meu companheiro Filipe Landerdahl, porque ficou ao meu lado nos melhores e piores momentos destes últimos dois anos, ouvindo carinhosamente minhas descobertas e frustrações. Oferecendo caronas em meio às correrias burocráticas e, bem mais importante, atenção em todos os momentos necessários.

Toda minha gratidão para minha família, que ajudou em tantos momentos. -À minha irmã Maria Luiza, quem também ouviu sobre os fatos da pesquisa, e inclusive os lamentos. Fez várias justas tentativas de estudo, que desandaram em mate e conversa, mas que realmente ajudou na configuração dos mapas e gráficos do trabalho. Aos meus pais, Diva e Nelson, sempre pacientes e curiosos, querendo saber como ia o "Seu Abreu". Agradeço, porque sempre confiaram em mim e no trabalho, mesmo quando eu não. A Noeli Landerdahl e Sirineu Albanio por todo o carinho e cuidado nestes dois anos de trabalho, por tempos abrindo até um espaço

na casa para eu morar. Ao vô Alfredo, quem eu gosto e admiro muito, e que com seus 97 anos possuía uma incrível biblioteca de livros do exército, a qual se tornou base de informações para o meu trabalho.

Deixo meu agradecimento, ainda, a Ana Rocha pelas discussões, divulgação de fontes, e apoio nas pesquisas. Ao Anderson Chaves pelas cuidadosas correções. Agradeço também ao auxílio financeiro da CAPES, que viabilizou, em muitos aspectos, a pesquisa e permitiu independência em sua execução.

RESUMO

FRONTEIRA ABERTA: A CONSTRUÇÃO SOCIAL DO PODER DE UM POTENTADO NO RIO GRANDE DE SÃO PEDRO (1750-1830)

AUTORA: MARIANA MILBRADT CORRÊA
ORIENTADOR: LUÍS AUGUSTO EBLING FARINATTI

O presente trabalho foi desenvolvido na área de concentração “História, Cultura e Poder” na linha de pesquisa “Fronteira, Política e Sociedade” do curso de mestrado do Programa de Pós graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), com auxílio da bolsa CAPES. O objetivo é investigar as formas de construção social do poder e de apropriação de recursos das elites em uma região de fronteira aberta entre fins do século XVIII e início do século XIX. O estudo foi construído a partir da análise da trajetória de um potentado do Rio Grande de São Pedro, José de Abreu- o Barão do Serro Largo. Nesse sentido, pensou-se seu papel como um mediador que, ajustado à realidade local, pôde estabelecer relações com a ampla e multiétnica população que habitava a fronteira, sendo um dos elos a ligar a região à malha administrativa portuguesa. Foi possível perceber, assim, que a ascensão social de Abreu fora permitida pela abertura da fronteira a partir da conquista das Missões em 1801. O território conquistado abria espaços para a inserção de novas elites, que se apropriavam de campos e organizavam espaços de mando na nova fronteira. Abreu contruiu seu *cabedal militar* a partir de uma série de fatores, dentre os quais se destacavam a aliança com a população local indígena (guaranis egressos das Missões e os grupos de charruas). Além do relacionamento junto aos grupos de oficiais militares e milicianos que se deslocavam para essa região, recebendo terras que eram distribuídas por José de Abreu, em troca, principalmente, dos serviços militares. Foi possível constatar, da mesma forma, que esses grupos estavam muito integrados. Abreu ainda conseguiu estabelecer vínculos próximos à Corte, que tornaram possíveis sua nomeação para o cargo de Governador das Armas, e sua projeção a um espaço de comando no âmbito da província.

Palavras-chaves: Barão do Serro Largo, Mediadores, Relações de reciprocidade.

ABSTRACT

OPEN FRONTIER: THE POWER'S SOCIAL CONSTRUCTION OF A POTENTATE IN THE *RIO GRANDE DE SÃO PEDRO* (1750-1830)

AUTHOR: MARIANA MILBRADT CORRÊA
SUPERVISOR: LUÍS AUGUSTO EBLING FARINATTI

The following work was developed in the concentration area of "History, Culture and Power" in the research line "Integration, Politics and Frontier" of the masters course of the Post Graduated Program in History from the Federal University of Santa Maria (UFSM), with support from CAPES scholarship. The goal is to enquire about forms of power's social construction and appropriation of resources from the elites in an open frontier region in the end of the XVIII century and in the begin of XIX century. The study was elaborated from the trajectory analysis of a potentate located in Rio Grande de São Pedro, *José de Abreu - Barão do Serro Largo*. In this sense, we had thought about his role as a mediator, that adjusted to the local reality, was able to establish relations with the large and multi-ethnic population that inhabited the frontier, being one of the links connecting the region to the Portuguese administrative network. It was possible to perceive, therefore, that Abreu's social ascencion had been allowed by the opening of the frontier after the conquest of the Missions in 1801. The conquered territory opened spaces for the insertion of new elites, who took field's possession and organized spaces of command in new frontier. Abreu constructed his *military store* from a series of factors, among which stood out the alliance with the indigenous local population (guaranis from the Missions and groups of *charruas*). Besides to the relationship with the groups of military and militiamen officers who went to that region, receiving land that was distributed by José de Abreu, in exchange, mainly, by the military services. It was also possible to verify, in the same way, that these groups were very integrated. Abreu also managed to establish close ties to the Court, which made possible his appointment to the position of Governor of Arms, and his projection to a command space within the province.

Keywords: Baron of Serro Largo , Brokers, Recirprocity relations.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Recorte mapa de José Saldanha território conquistado em 1801	49
Figura 2 Mapa ilustrativo status-quo de 1804.....	51
Figura 3 Iconografia: José de Abreu- Barão do Serro Largo.....	62
Figura 4. Mapa mostrando a região aproximada do Distrito de Entre Rios.....	73
Figura 5 Mapa demarcando a intenção lusa de avançar sobre os campos ao sul do Ibicuí, após a conquista de 1801	83
Figura 6 Mapa com região aproximada da Capela de Nossa Senhora dos Aparecidos de Alegrete, construída em 1814, e a nova capela de 1817.	91
Figura 7 Território de Entre Rios com a incorporação das terras entre o Rio Quaraí e Arapey	123

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Ofícios do “Fundo Autoridades Militares- José de Abreu” por ano:	100
Gráfico 2. Representação da Rede Administrativa de José de Abreu, enquanto exerceu o cargo de Comandante da Fronteira de Entre Rios (1814-1822).....	106
Gráfico 3 Total de cartas enviadas aos governadores da capitania (1814-1822) ...	108
Gráfico 4 Comparação rede administrativa de José e Abreu de acordo com o Governador da Capitania:	109
Gráfico 5 Rede de compadrios de Gaspar Nunes de Miranda, Isabel Custódia de Lima, e Ana Eufrásia de Jesus	119

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1. “UM TAL GENERAL ABREU”: ANÁLISE DA TRAJETÓRIA SOCIAL DO BARÃO DO SERRO LARGO (1750-1827)	29
1.1 A CONSOLIDAÇÃO DA OCUPAÇÃO PORTUGUESA NO RIO GRANDE DE SÃO PEDRO E A ORIGEM FAMILIAR DE JOSÉ DE ABREU (1750-1784)	32
1.2 – “TEM A HONRA DE SERVIR A VOSSA ALTEZA REAL COM ZELO E DESEMBARAÇO”: ASCENSÃO DE ABREU DENTRO DAS FORÇAS REGULARES DA CAPITANIA (1784-1808).....	43
1.3 O EXÉRCITO DE DOM DIOGO E A MISSÃO DE JOSÉ DE ABREU NO PARAGUAI (1808-1813)	55
1.4 “POSSUÍ UMA DAS CASAS MAIS OPULENTAS DAQUELA PROVÍNCIA”: A CONSTRUÇÃO DOS SÍMBOLOS DE PRESTÍGIO E DE PODER.....	61
1.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	69
2. “GUERREAR E POVOAR NA FRONTEIRA: A ADMINISTRAÇÃO DE JOSÉ DE ABREU NO COMANDO DO DISTRITO DE ENTRE-RIOS (1814-1822)	72
2.1 A EXPANSÃO PARA O OESTE: SOB A MARCA DA GUERRA E DA FRONTEIRA	75
2.2 DAS “QUEBRADAS” DO INHANDUI ÀS MARGENS DO IBIRAPUITÃ: A OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO DE ALEGRETE A PARTIR DO ALDEAMENTO DA POPULAÇÃO INDÍGENA	79
2.3 “É QUANTO POSSO INFORMAR”: O COMANDO DA FRONTEIRA E A APROPRIAÇÃO DE TERRAS	97
2.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	126
3 “VIVA O IMPERADOR! CARREGA!”: UMA ANÁLISE DA ATUAÇÃO DO PRIMEIRO GOVERNADOR DAS ARMAS DA PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO (1824-1828)	128
3.1 “DA HARMONIA ENTRE AS AUTORIDADES CONSTITUÍDAS”: DESAFIOS PARA A DIVISÃO DOS PODERES CIVIL E MILITAR NA PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO	130
3.2 “VINHA RESTITUIR À GUERRA O QUE HAVIA RECEBIDO D’ELA”: A QUESTÃO DA CISPLATINA:.....	155
3.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS	168
CONCLUSÃO	170
REFERÊNCIAS	175
APÊNDICE	186

INTRODUÇÃO

No dia 20 de fevereiro de 1827, as forças do Império Brasileiro enfrentaram as tropas das Províncias Unidas do Rio da Prata às margens do Rio Santa Maria, no chamado Passo do Rosário, que é hoje o território do estado do Rio Grande do Sul. Tal batalha foi uma das maiores, e também uma das últimas da guerra Cisplatina, que já se prolongava há mais de um ano e girava em torno da posse do território da Banda Oriental. A guerra por essas terras não era um episódio singular, justamente porque a fronteira havia sido disputada ao longo de todo o século XVIII entre as Coroas de Portugal e Espanha. De tal modo que, durante o Oitocentos, a disputa só ganhou mais complexidade a partir de projetos de criação de novos Estados independentes na América. Desde o início do século XIX, as forças portuguesas e brasileiras vinham acumulando vitórias e incorporando um importante território nas franjas meridionais de seu Império. O Rio Grande de São Pedro havia dobrado de tamanho nessas lutas e em 1821 a Banda Oriental havia sido incorporada ao Brasil como Província Cisplatina. Em 1825, parte da população oriental se ergueu contra a ocupação portuguesa e recebeu amplo apoio das Províncias Unidas do Rio da Prata na promoção da guerra. Assim, o Império brasileiro envolvia-se em uma nova disputa, da qual, desta vez, não sairia vitorioso.

A Batalha de Ituzaingó, ou Batalha do Passo do Rosário, marcou a história militar do Brasil como um dos grandes desastres bélicos do país, a guerra tornava-se cada vez mais impopular na Corte e a vitória era essencial para estimular os investimentos nesta campanha. A partir dessa derrota, a paz começou a ser discutida. Assim, um ano depois, o Império brasileiro abandonava sua reivindicação sobre o território da Banda Oriental e um novo país surgiria no Prata, o Uruguai.

Essa mesma batalha também ficou marcada pela morte de uma importante liderança militar daquela fronteira, o Barão do Serro Largo: Marechal de Campo José de Abreu. Talvez, este tenha sido o episódio mais famoso de sua vida, porque o consagrou como um herói e mártir na memória da nação. Ao ficcionalizar sua morte, Simões Lopes Neto (1976) narra, em seus “Contos gauchescos” que a voz do “intrépido Marechal”, do “anjo da vitória”, permaneceria ressoando mesmo depois de seu espírito ter deixado seu corpo.

Ao longo de sua trajetória, José de Abreu havia usado da guerra para ser alavancado social e economicamente, porém, desta vez, a guerra tomava sua vida.

Imaginamos que com cerca de quarenta anos dedicados ao serviço militar, ele já não achasse que fosse morrer no campo de batalha, ou talvez isso sempre atormentasse sua mente. Conjecturas à parte, o que sabemos é que ele tinha muito a ganhar caso saísse vitorioso do conflito. Como em outros confrontos em que se envolvera, era de se esperar favores e o reconhecimento do próprio imperador para o Barão de Serro Largo¹. José de Abreu ajudaria a garantir a conquista feita anos antes, reiterando seu valor a partir da defesa dos campos que os rio-grandenses haviam tomado com a ocupação da Cisplatina. Se tudo saísse bem, é provável que ele tivesse tempo para consolidar o poder de seus filhos na região da fronteira, e somaria ainda mais poder e influência para seu cabedal. Sua morte, assim como a derrota brasileira, daria fim às várias dessas possibilidades.

Nossa proposta para este trabalho é entender como se deu o processo de construção social do poder desse potentado da fronteira. Começamos a narrativa pelo fim. A morte de Abreu encerraria a sua trajetória, a qual nos dedicamos a estudar; e com isso, procuramos ressaltar o espaço de incerteza em que suas estratégias eram consolidadas. O caminho que José de Abreu traçou não foi linear, como, aliás, o de nenhuma vida é. Nos quase sessenta anos de vida do Barão, o mundo mudou: dos dois lados do Atlântico, as revoluções que tomavam forma nesse período atingiam velhas estruturas de concepção do poder, da economia e da própria sociedade. Durante esse período, o mapa político da América deixaria de ser uma extensão do da Europa colonizadora e se configuraria em um mosaico de novas Repúblicas, Províncias e Estados independentes. A formação política do Brasil foi transformada de Colônia a Reino Unido para, então, em Império independente². Diante desse contexto de transformações, as perguntas que norteiam este trabalho são: como foi construído o poder de José de Abreu? Qual era sua base social? Que estratégias e fatores permitiram a Abreu se tornar uma liderança tão importante nos confins meridionais do Reino Luso e depois do Império Brasileiro? Esperamos que as respostas para tais questões nos ajudem a ampliar o conhecimento historiográfico sobre as formas de construção e consolidação do poder das elites em um momento de expansão da fronteira, de ocupação com a

¹ A grafia utilizada para se referir ao Barão do Serro Largo é confusa, em momentos sendo escrita com “S” e em outros com “C”. Optamos por uniformizar a escrita como “Serro Largo”, pois encontramos mais referências de documentos da época dessa forma, porém, por vezes utilizamos autores que se referem a “Cerro Largo” e em citações diretas mantivemos essa escrita.

² Ao longo desse trabalho optamos por nos referirmos a Reino português e Império brasileiro, seguindo a denominação reconhecida na época, a fim de evitar ambiguidades na leitura do texto.

incorporação econômica de novas terras e de choque entre nascentes soberanias americanas.

Assim, objetivamos nesta pesquisa investigar formas de construção social do poder e de apropriação de recursos das elites em uma região de fronteira aberta. Construimos o estudo a partir da análise da trajetória de um potentado do Rio Grande de São Pedro. Um mediador que ajustado à realidade local pôde estabelecer relações com a ampla e multiétnica população que habitava esse espaço, sendo um dos elos a ligar a região à malha administrativa portuguesa. Buscamos, portanto, reconstruir, na medida do possível, o espaço social do indivíduo estudado a fim de entender como essas relações instrumentalizavam a sua ação política e ascensão social.

Nosso recorte temporal abarca o fim do período colonial, a partir de meados do século XVIII, até início da era das independências. Momento que engloba, portanto, um período de mudanças políticas em toda a América, justamente porque consiste na construção das nações americanas. Diante disso, uma importante parte deste trabalho foi gerada a partir da leitura de estudos que vêm problematizando as análises acerca da construção do Estado Imperial Brasileiro, ao atribuir peso às especificidades regionais e acrescentar a presença de diferentes agentes atuantes nesse processo (GRAHAN, 1997, JANCSÓ, 2003, MARTINS, 2007). Para o amplo território brasileiro, o Estado não se impôs sozinho do centro contra a periferia, mas contou com mediadores, ajustados à realidade local, que projetavam sua influência em um âmbito maior, permitindo a “integração sócio espacial entre comunidades e o corpo político de maior alcance, fornecendo uma materialidade concreta ao fenômeno de expansão do Estado.” (COMISSOLI, 2011, p.33).

Um estudo que estimulou a percepção do importante papel das elites locais no sistema político do período imperial foi o de Maria Fernanda Martins (2007) acerca da inserção de membros da elite intelectual do Conselho de Estado nas redes parentais regionais. Nesse trabalho, Martins percebe como a elite política do Império defendia uma série de interesses locais de negociantes e proprietários de terras, pois esses grupos eram ligados por relações de sociabilidade parentais e estratégias políticas de negociação e alianças. Embora o espaço temporal do nosso trabalho esteja afastado do de Martins, a compreensão de que os poderes locais não representaram naturalmente uma oposição ao poder central, bem como a noção de que a construção do Estado pode ser pensada através dos intermédios entre os

potentados locais e a Corte, como sugere a autora, são elementos importantes da construção de nossa análise.

Quando nos voltamos para o período colonial, essa discussão tem como especificidade o debate aberto pela concepção chamada “Antigo Regime nos Trópicos”, proposto por historiadores brasileiros e portugueses a partir de referências heterogêneas, com destaque para as análises do historiador português Antônio Manuel Hespanha. Em seus trabalhos, o autor ressaltou a presença de uma cultura jurídico-política corporativa do Antigo Regime, que se prolongou durante um período bastante longo em Portugal, e foi marcante no período colonial brasileiro. A concepção corporativa de sociedade baseava-se no conceito de auto-governo, segundo o qual os poderes do rei eram partilhados com outros poderes presentes na sociedade. Mesmo o direito legislativo da Coroa era limitado por uma tradição jurídica que compelia o rei ao “respeito da justiça. Assim, este ficava obrigado a observar o direito, quer enquanto conjunto de comandos (dever de obediência à lei) quer enquanto instância geradora de privilégios (dever de respeito aos direitos adquiridos).” (XAVIER; HESPANHA, 1998, p.122). O soberano necessitava, por isso, negociar com as autonomias locais que permaneciam fortes ao longo da Idade Moderna. Essa sociedade era também extremamente hierárquica, uma vez que a desigualdade entre seus membros era tida como natural. Desta maneira, toda ela era pensada em grupos de qualidades diversas, com um viés muito diferente de uma noção individualista em que o homem é imaginado como um ser abstrato e igual aos seus demais. Ao soberano cabia distribuir a justiça de forma que cada um recebesse o que fosse seu. Quanto à economia, uma parte dos recursos materiais não circulavam diretamente pelo mercado autorregulado, mas estavam sujeitos a relações de reciprocidade, influenciado por concessões de mercês, privilégios e monopólios e, dessa forma, sujeitado à política do período (HESPANHA, 1998; HESPANHA, 2001).

As reflexões sobre a dinâmica do Reino português trazidas por Hespanha foram parte de um momento da historiografia europeia (preponderantemente italiana, espanhola e portuguesa) da década de 1980 responsáveis por relativizar categorias como as de Estado absoluto e centralização jurídica na era moderna, que acabaram por conceber uma nova imagem das monarquias ditas absolutistas. Logo, esses estudos foram incorporados em análises voltadas para a relação da metrópole com seu império pluricontinental. Se em Portugal, a centralização do poder no

príncipe não era forte o suficiente para colocar suas vontades sem negociar com diversos poderes presentes na sociedade, essa relação só se complicava nos distantes domínios ultramarinos lusos. A ideia de uma metrópole que centralizava todos os aspectos da vida da colônia, explorando todas as suas riquezas e oprimindo os locais, deu espaço às múltiplas estratégias da Coroa portuguesa para sua expansão, porque envolviam também negociações com as elites locais, que promoviam a conquista, e acabavam por enriquecer com os negócios oceânicos (HESPANHA, 2001).

Em meio a este debate, a noção de Absolutismo é redefinida e a monarquia passa a ser entendida como a cabeça da república, porém sem se confundir com esta, já que nela existiam outros poderes concorrentes. Era ela a “cabeça pensante” capaz de articular as jurisdições das várias partes que compunham o conjunto do corpo social, seja no reino, seja no ultramar. A partir desse momento, no caso português, a ideia de um império ultramarino hierarquizado e rígido passa a ser substituído pela de uma monarquia pluricontinental caracterizada pela presença de um poder central fraco demais para impor-se pela coerção, mas forte o suficiente para negociar seus interesses com os múltiplos poderes existentes no reino e nas conquistas. (FRAGOSO; GOUVÊA, 2009, p.55)

Os trabalhos voltados a compreender o Antigo Regime nos trópicos analisam a organização social, política e econômica da América lusa a partir das noções de auto-governo, da lógica corporativa, da existência de práticas sociais baseadas na casa e em clientelas (FRAGOSO; GOUVÊA, 2009). Um trabalho marcante para compreensão da dinâmica social do Brasil do século XVI ao XVIII foi o de João Luís Fragoso acerca das lideranças locais do Rio de Janeiro que formaram a nobreza da terra através da negociação com a Corte, pois tinham a capacidade de mobilizar homens necessários ao serviço real. Esses homens conseguiram ocupar os principais cargos políticos e administrativos da colônia, e ainda concentrar uma grande quantidade de terras. O enriquecimento dessa elite era baseado em privilégios e mercês concedidos diante de uma lógica de Antigo Regime e não dentro de um mercado autorregulado. Ao longo do século XVIII, o capital acumulado por essa elite seria investido na estruturação dos engenhos e nos negócios no Atlântico, dando origem a novo grupo socioeconômico, os comerciantes de grosso trato, e permitindo ao Rio de Janeiro colocar-se como uma das principais rotas mercantis coloniais (FRAGOSO, 2006).

Os estudos de Maria de Fátima S. Gouvêa também voltam-se para essa problemática. A historiadora ressalta a presença de redes governativas, que

interligavam oficiais da Coroa: governadores gerais e governadores de capitânicas com interesses mercantis, políticos e sociais através do Império. Essas redes administrativas manifestavam-se através do parentesco, da clientela, da troca de favores orientados por uma economia do dom, essas redes administrativas conduziram as decisões do governo português no ultramar (GOUVÊA, 2005, p.408):

Redes que como "torres entrelaçadas" davam forma e sustentação ao império. Redes que tornaram possível a melhor articulação de um complexo e diferenciado leque de interesses econômicos, políticos e sociais mobilizados em prol da boa governação portuguesa no ultramar. Redes que, em grande medida, foram capazes de constituir-se em canais de expressão e comunicação destes interesses ao mesmo tempo em que viabilizaram uma administração e uma economia em condições de atender a objetivos comuns, mas também díspares e conflitantes. Redes fortes e frouxas o suficiente para dar sustentação e movimento à economia e à governação portuguesa através de seus domínios ultramarinos na virada do século XVII para o XVIII. (GOUVÊA, 2005, p.408)

Ao lado das esferas institucionalizadas e das trocas mercantilizadas, a lógica da reciprocidade, da troca e do favor era um dos aspectos importantes que orientavam as relações sociais naquele mundo. Essa noção pode ser compreendida a partir do modelo inspirado nos estudos de Marcell Mauss acerca da existência de uma economia da dádiva, que envolvia os membros da sociedade em uma tríplice obrigação de: “dar, receber e retribuir” (MAUSS, 2003). A lógica da dádiva é responsável por gerar um sistema de reciprocidade interpessoal, por onde passam a doação, recebimento e devolução de bens simbólicos e materiais. Tal prática não cria um regime democrático pautado nos valores de liberdade e igualdade, pelo contrário, dá margem a um estatuto hierárquico e verticalizante, uma vez que o favor nunca era pago com uma moeda de mesmo valor (MARTINS, 2005). Nesse sentido, podemos compreender melhor a ideia de reciprocidade desigual, que conceitualmente torna-se o eixo das discussões apresentadas neste trabalho. Dentro da esfera de tal contexto, cabe destacar que os membros da sociedade assim constituída ligavam-se por redes de alianças e solidariedades por onde circulava o próprio dom. Alguns indivíduos e famílias acumulavam ao redor de si uma série de recursos e relacionamentos que outros membros não tinham, fazendo a relação de troca ser desigual, na medida em que a recompensa desses últimos se tornava uma dívida a ser paga com o que eles dispunham. Assim, quem concentrava o maior cabedal possuía mais condições de negociar e acabava por ampliar sua esfera de influência social.

Toda essa estrutura de Antigo Regime foi dominante em Portugal até fins do século XVII, mas passava a conviver e a ceder espaço a uma concepção individualista e voluntarista da sociedade e da política. Esta visão ganhou força em Portugal, em meados do século XVIII, principalmente a partir das políticas pombalinas. O paradigma individualista dizia respeito a uma nova forma de ler o poder e a sociedade, (XAVIER; HESPANHA, 1998, p.138). Seja na forma do providencialismo divino ou, mais efetivamente, do contratualismo absolutista, postulava-se que nenhum poder temporal devia ultrapassar ou sobrepor-se ao do rei. Tal ideologia espalhou-se rapidamente nos centros universitários de Portugal, mas encontrou resistências nos aparelhos jurídicos e políticos da época. Ainda assim, foi se construindo uma uniformização do direito e do poder, em um lento processo de concentração dos poderes nas mãos do monarca, de relativização dos privilégios e de racionalização legislativa.

Em meados do século XVIII, o paradigma corporativo não era mais dominante, e a Coroa ganhava a força necessária para “tentar” mandar nos seus domínios ultramarinos “embora essas pretensões ainda estivessem longe de poder ser cabalmente cumpridas” (HESPANHA, 2007, p.17). De qualquer forma, Adriano Comissoli (2011) ressalta que na mentalidade do Oitocentos persistiam velhas referências de Antigo Regime como “redes clientelares, hierarquia social rígida equilibrada pelo príncipe e economia moral da mercê” (COMISSOLI, 2011, p.139). Essas reiteraões ganhavam ainda mais força na fronteira meridional de Portugal no Brasil, onde a presença da guerra de conquista, até as primeiras décadas do século XIX, gerava uma certa dependência por parte da Coroa, do poder dos chefes guerreiros do sul. Tal situação dava uma sobrevida a essas características tradicionais, como a estruturação da economia e da política a partir de uma lógica de trocas de reciprocidade, contando com a presença de alguns bens que circulavam fora do mercado, bem como uma tendência à naturalização das hierarquias (GIL; HAMEISTER, 2007; HESPANHA, 2007). Alguns destes aspectos são tematizados ao longo do presente trabalho.

O entendimento acerca de uma dialética social e econômica em torno de trocas personalistas permite considerar a importância dos mediadores ou *brokers*, porque conseguiam estabelecer comunicações em dois níveis, entre a comunidade local e a sociedade mais ampla, servindo como intérpretes. Para Boissevan (1995), os mediadores devem ser compreendidos como empreendedores com um grande

número de relações sociais, capazes de manejar códigos de dois mundos. Ao se inserirem nas estruturas administrativas do Estado, eles influenciam outros, a partir da ativação de canais de reciprocidade que criam relações de necessidade. Assim, mediadores são especialistas em controlar e manipular recursos de segunda ordem para o próprio proveito. “O mediador possuía as chaves de acesso aos poderosos do centro decisório de um sistema maior e o poder de realizar esta conexão transformava o num potentado local e/ou regional.” (VARGAS, 2013, p.34) A partir da concentração de uma série de fatores, as elites alcançavam um espaço de atuação cada vez maior, servindo como interlocutores entre o centro e a periferia, intermediando relações de trocas.

A presença marcante da guerra na região do Rio da Prata resultaria em grande acúmulo de poder por parte da elite militar/miliciana tanto de origem portuguesa quanto espanhola. Esse contexto tem especificidades importantes em relação às antigas colônias espanholas na América, uma vez que as características das revoluções de independência destas últimas dariam margem a um considerável aumento do poder das lideranças que contavam com amplo apoio popular, chamadas caudilhos.

O caudilhismo foi interpretado de maneiras significativamente distintas pela historiografia platina, mas de maneira geral persistia a noção de que o vácuo institucional do período das revoluções havia permitido a essas lideranças acumularem poder a partir de laços carismáticos e clientelísticos. Um balanço sobre a natureza, características e modo de funcionamento do caudilhismo organizado por Noemi Goldman e Ricardo Salvatore (1998) ressaltou mudanças em tal concepção. Os estudos atuais acerca do período de atuação dos caudilhos buscam compreender como se deu o esforço dessas lideranças no sentido de alcançar legitimidade. O poder de comando dos caudilhos expressava-se a partir da subsistência de um conjunto de instituições que davam a unidade política necessária para a atuação desses sujeitos, e da necessidade de criação de espaços soberanos formais para o exercício do seu poder (GOLDMAN, SALVATORE, 1998).

Os caudilhos também podem ser interpretados como mediadores, já que representavam uma ponte entre interesses de diferentes grupos sociais (FREGA, 2002). Para as elites, a capacidade dos caudilhos de arregimentar e conter os homens livres pobres era importante, enquanto que para esta outra população a

participação nas “montoneras” era muitas vezes uma forma de ver alguns de seus anseios atendidos.

Devido as semelhanças econômicas e sociais encontradas no espaço platino (do qual o Rio Grande de São Pedro fazia parte) nos perguntamos se as características do poder de José de Abreu permitiriam o classificar como um caudilho? Acreditamos que existam pontos importantes de semelhança, principalmente no que diz respeito à forma de se relacionar com a população local que seguia José de Abreu para a guerra. Ainda assim, parece prudente não defini-lo como tal, pois, conforme iremos tratar no decorrer deste trabalho, José de Abreu era um agente da Coroa, ao longo de sua trajetória, ele constantemente preencheu funções administrativas e foi responsável por ajudar as instituições lusas a alcançarem os remotos domínios meridionais do Brasil. Assim, mesmo que ele tenha representado uma importante liderança militar e sua capacidade de arregimentar homens, ligados a questões de liderança pessoal, o principal foco de seu poder dizia respeito a seu papel como encarregado de um poder central em uma região de fronteira aberta. Por isso, nos parece mais apropriado referirmos a José de Abreu como um potentado regional, exercendo papel de mediador entre o Império e as populações daquela fronteira.

A definição de potentado vem sendo construída a partir de trabalhos que se preocupam em entender a dinâmica da atuação das elites regionais através do estudo de casos concretos, de indivíduos que, por meio de suas relações pessoais e familiares, vinculavam a Corte à periferia, em um espaço de negociação inserido em uma lógica de relações de reciprocidade verticais entre a Corte e os súditos (FARINATTI, 2010, COMISSOLI, 2011, VARGAS, 2010, KUHN, 2006). Nessa perspectiva, Adriano Comissoli (2011, p.23) traz uma definição interessante acerca de como os potentados devem ser entendidos tanto a partir de seus relacionamentos personalistas quanto por sua atuação como agentes do governo.

Potentados são considerados líderes de homens cujos clientes estão a eles ligados por laços personalistas. Essa liderança provém do controle de recursos econômicos e sociais, mas igualmente da confiança depositada neles por seus seguidores, a qual depende de uma performance de sucesso. Ao mesmo tempo, os potentados estão próximos do poder régio e mais tarde imperial, de modo a alcançar a legitimidade que este pode lhe oferecer. Portanto, eles são fruto de relações de patronagem, mas igualmente do reconhecimento de sua liderança local por parte do poder central.

O estudo da atuação desses potentados, da sua influência na solidificação da unidade territorial e das formas pelas quais se deu a construção de seu poderio tem motivado trabalhos importantes para o contexto fronteiriço entre Brasil e Uruguai. Como esta pesquisa tem como foco o território que hoje forma o Rio Grande do Sul, optaremos por priorizar alguns importantes estudos que delimitam as relações entre a elite local e a Corte na região para o século XIX. Desde a década de 1980, trabalhos vem utilizando uma vasta documentação de fontes primárias, que permitiram relativizar a imagem de que a campanha era formada unicamente pelo estancieiro latifundiário e o peão livre, apontando a importância da mão de obra escrava, inclusive dos escravos campeiros, da presença de pequenas e médias propriedades, de lavradores produtores de alimentos, e da produção familiar (FARINATTI, 1999, 2010; GARCIA, 2005; OSÓRIO, 1990; ZARTH, 1997). O que acaba por transformar a forma como eram vistas as relações sociais na região.

Luís Augusto Farinatti (2007) estudou as famílias de elite e a sociedade agrária na região de fronteira entre Brasil e Uruguai, no período que compreende os anos de 1825 a 1865, investigando a construção e transmissão das riquezas e do poder da elite econômica da região e das relações sociais por eles estabelecidas. Farinatti percebeu que a elite da fronteira buscava congregar diferentes atividades (de estancieiro, militar, comerciante) não em uma pessoa, mas em suas alianças familiares.

Podemos perceber que houve direcionamentos diversos para os rendimentos auferidos com as atividades econômicas das famílias de elite: além de financiarem a reprodução e ampliação dessas atividades, eles auxiliavam a formação, o casamento e as atividades próprias dos filhos; e também permitiam uma participação da família na partilha do poder, com destaque para o controle militar sobre a fronteira [...] A presença da mesma família nesses variados setores de atuação não era fortuita. Ao contrário, sem serem perfeitamente funcionais entre si, esses elementos faziam parte de uma mesma estratégia posta em prática pelas famílias de elite, para agir em uma sociedade onde aqueles aspectos estavam interligados. Aquele era um contexto marcado pela existência de mercados imperfeitos de terras e de trabalho, de uma renitente epidemia bélica e de instabilidade das questões da fronteira nacional com o Uruguai. Ao lado das atividades econômicas, era preciso também investir na reprodução de alianças e relações sociais relevantes (FARINATTI, 2007, p.395).

Também sobre o papel das relações familiares na composição do poder das elites no sul Brasil, em período posterior, Jonas Vargas (2007) aborda em sua dissertação a conexão que existia entre as paróquias e a Corte na segunda metade

do século XIX, através da figura do intermediário (mediador). Desse modo, demonstra como vínculos de compadrio, de amizade e parentesco permitiam às lideranças do Império circularem entre esses dois espaços. Vargas identifica a importância de fatores como a formação acadêmica, o exercício de cargos políticos e administrativos e também as relações familiares em nível local como atributos importantes para consolidação do poder dos políticos do Império.

Portanto, não é possível conceber um núcleo dirigente na Corte deslocado dos conflitos e interesses locais. Como demonstramos, eles estavam entrelaçados por extensas famílias, com suas poderosas redes de relações. (VARGAS, 2007, p.260).

Por outro lado, o mesmo autor, em sua tese de doutorado (VARGAS, 2013) analisa as elites locais e provinciais e sua esfera de atuação a partir dos charqueadores de Pelotas, como um grupo de empresários que direcionavam sua produção para o mercado interno brasileiro e que tinham na escravidão uma das suas bases. Ele percebe que as famílias que ocupavam o topo da hierarquia social local não eram só as mais ricas, como também as que possuíam o maior número de cargos políticos, títulos de nobreza e eram as que mais investiram na educação de seus filhos, possuindo um grande número de parentesco entre si. Além disso, apostavam na diversificação dos negócios, com destaque para o comércio marítimo e criação de gado nas estâncias.

Em proximidade com nosso recorte temporal, Adriano Comissoli (2011) aborda um segmento da elite do Rio Grande do Sul no início do XIX, que se mostrou simultaneamente uma elite política econômica e cultural. Comissoli tratou das estratégias utilizadas por esses agentes em um período de transformações, no contexto da emancipação brasileira. Os administradores buscavam se relacionar com líderes e potentados locais, e concentrar signos de prestígio (patentes militares, ordens honoríficas, títulos de nobreza), além de manterem o controle da comunicação com a Corte, fazendo com que as decisões da província corressem por suas mãos. A emancipação política permitiria a essas elites ganharem espaço no cenário nacional a partir da eleição de seus delegados, mas o período colonial havia deixado de herança “um tipo de dominação que dependia fortemente da relação personalista entre os potentados e seus comandados, especialmente acentuada para os líderes militares.” (COMISSOLI, 2011, p.360).

De maneira geral, os trabalhos que referenciamos até aqui ressaltam como a construção e consolidação do Estado nacional se deu também através do protagonismo das facções provinciais, que, às vezes, se opunham, mas também negociavam e participavam do processo (FARINATTI; VARGAS, 2014). Essas interpretações respaldam nosso estudo preocupado em entender estratégias de consolidação do poder de um potentado sul-rio-grandense, que se estabeleceria como um intermediário entre a Corte e a paróquia, sendo responsável por importantes decisões militares durante as guerras da segunda década dos Oitocentos e desempenhando um papel determinante na distribuição de terras ao sul do rio Ibicuí, no mesmo período, bem como no governo dessa região.

Durante as três primeiras décadas do século XIX, ocorreu a abertura da fronteira em direção aos campos da região das Missões e da Banda Oriental. Esse período conciliou disputas com negociação junto aos grupos já ali instalados. Foi um tempo de concessão de terras, redistribuição de saque e oportunidades de ascensão social apoiada na própria reprodução das hierarquias e na desigualdade (FARINATTI, 2010). Diante deste contexto, investigamos uma zona de fronteira em formação, de “fronteira aberta”, em um período em que os limites políticos estavam em disputa, era o lugar do “outro”, mas também das possibilidades de conquista e expansão (FARINATTI, 2010).

A presença de uma fronteira aberta sugere que novas terras eram incorporadas ao território estudado, e que isso permitia uma rápida expansão agrária sobre esses campos. Em nosso estudo nos interessa pensar as estratégias consolidadas para que esse território fosse trazido para soberania portuguesa, ou seja, as condições que permitiram que essa fronteira fosse aberta, bem como as possibilidades que se fizeram presentes no momento de sua abertura. Nesse sentido, as duas primeiras décadas do século XIX corresponderam ao período que esse avanço se concretizava, tanto a partir dos confrontos com as forças espanholas, quanto pela ação de extermínio ou aldeamento de grupos indígenas que habitavam esta região.

Nas últimas décadas, vários estudos têm inserido o Rio Grande do Sul como parte de um espaço platino (FREGA, 2009; GUAZELLI, 2014; OSÓRIO, 1990), o que permitiu romper com uma tradição historiográfica que limitava os estudos no interior por estarem subordinados a uma ideia de fronteiras nacionais, que sequer eram determinadas naquele período. Passou-se a perceber os intercâmbios e trocas

mútuas, para além da noção de fronteira como limite/barreira. Elementos culturais, comerciais e políticos colocaram em contato populações missioneiras, rio-grandenses, rio-platenses e orientais durante todo o período histórico em questão na investigação deste trabalho. Ainda mais porque, como ressalta Helen Osório (1990), havia um “continuum” da paisagem agrária rio-grandense e Oriental, pautada por matizes de uma matriz produtiva muito semelhante, interconectada e sem barreiras físicas que determinassem o início e fim do domínio espanhol e do português. Ou seja, para além da homogeneidade da paisagem, as semelhanças sociais e econômicas também eram marcantes, possibilitando que as redes de alianças e interesses se estendessem pelos dois lados da fronteira.

No que se refere a meados do século XIX, Mariana Thompson Flores (2012) complexificou a imagem da fronteira ao ressaltar os elementos de ambiguidade que a marcam, uma vez que, ao mesmo tempo em que coloca em contato povos vizinhos, também os separa. Diversos elementos estão presentes na fronteira para demarcar a diferença entre as comunidades. O próprio Estado busca se colocar a partir de suas instituições nos espaços de fronteira, de modo ali instituir o “espírito nacional”. Assim, a disputa não pode ser esquecida como um elemento fundamental para compreensão da fronteira. Acreditamos que esse aspecto é importante para entender o momento de expansão lusa, quando a Coroa portuguesa buscava empurrar seu domínio a partir da invasão militar, mas também através da criação de alguma estrutura administrativa no território conquistado, como guardas, acampamentos, e capelas. Certamente, isso não impediria que uma população muito diversa, formada por portugueses, espanhóis e indígenas, vivesse e transitasse pelo território, mas haveria um esforço para torná-los súditos da Coroa portuguesa, e fregueses de suas instituições.

A nossa hipótese é que o alcance de uma posição social e economicamente privilegiada por José de Abreu pode ser pensada através de seu crescimento dentro da hierarquia militar e do desempenho de atividades administrativas na fronteira que se formava, uma vez que esses espaços abririam caminho para que fossem firmadas as relações com a elite militar da Capitania e com a população local da fronteira, em uma sociedade ainda largamente pautada por uma moral da troca e do favor.

A metodologia que utilizamos consiste na pesquisa da trajetória e das relações sociais de José de Abreu. Para tanto, nos inspiramos livremente em parte

das práticas da vertente social da corrente da micro-história italiana, que tem como fundo buscar através do *nome* compreender trajetórias e relações sociais e, sobretudo, partir daí para o estudo de estratégias dos sujeitos ligadas à estrutura e dinâmica mais gerais da sociedade, o que se mostra pertinente uma vez que a mudança na escala de observação permite perceber as estruturas invisíveis no qual esse vivido se articula (GINZBURG, PONI, 2000).

Ressaltamos que não é nossa proposta construir uma biografia acerca de José de Abreu, pois, para tanto, nos faltam valiosas informações sobre seu cotidiano, sua forma de pensar e de se posicionar no mundo. Nos centraremos em sua trajetória militar, social e administrativa, que, como característica própria da sociedade à época, se confundia com relações de amizades e parentais, e por isso, em certa medida, elas também são elas também são consideradas como importante para a articulação do presente trabalho. Parece-nos que o estudo de trajetória acaba por dizer pouco acerca do sujeito que estudamos, podemos entender suas estratégias em um determinado contexto, mas saberemos pouco sobre o que o impulsionava, as suas paixões, os medos e os anseios. No entanto, como demonstra Giovanni Levi (2000), em “A herança Imaterial”, a redução da escala de observação permite compreender não apenas a trajetória de um padre exorcista no interior do Piemonte, mas também as estratégias familiares e individuais para atuar no mercado de terras, a forma como as hierarquias se colocam e se mantêm, além da relação entre Estado e periferia nesse período de centralização do poder (REVEL, 2000). Procuramos inserir mais explicações sobre a metodologia utilizada no corpo do trabalho, destacando o caminho seguido por essa pesquisa na medida em que as questões surgiam.

A ideia de trajetória que utilizamos para o presente estudo está bem sintetizada na introdução do livro “Conquistadores e Negociantes”, produzida em conjunto por João L. R. Fragoso, Carla M. C. de Almeida e Antônio C. Jucá de Sampaio (2007, p.29):

No caso, por trajetória entende-se a ação de tais sujeitos no tempo, ou seja, as opções assumidas ao longo de suas vidas e, portanto, em meio a confrontos. Dessa forma, pretende-se identificar aqueles valores e recursos, assim como as mudanças neles verificadas diante de limites impostos por outros atores e demais fatores. A partir desse procedimento procuramos entender os grupos e hierarquias sociais como resultado de relações sociais recorrentes no tempo, porém continuamente submetidas a mudanças.

O Barão do Serro Largo foi considerado um personagem importante para a história militar do país, e alguns autores dedicaram-se a pesquisar sua biografia. Essas biografias contam com um caráter bastante nacionalista ou regionalista, por buscarem resgatar a história de um herói do Império. Nesse sentido, mesmo que o presente trabalho tenha outros objetivos, as obras antecessoras foram essenciais para a pesquisa, porque auxiliaram com referências de fontes e teorias sobre a vida de Abreu. A biografia mais antiga é o ensaio de Paranhos Júnior (futuro Barão de Rio Branco) publicado na revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) no ano de 1865. Nessa obra, Paranhos definiu uma visão de José de Abreu como grande herói da Cisplatina e da Nação. Alfredo Pretextato Maciel da Silva em “Generais do exército Brasileiro”, publicado em 1907, também dedicou-se a tratar da vida do Barão do Serro Largo, embora em boa medida tenha usado como base o ensaio de Paranhos Júnior. Também Aquiles Porto Alegre, em sua série de biografias publicadas no livro “Homens Ilustres do Rio Grande do Sul” tratou de alguns dados biográficos do Barão do Serro Largo. Para nós, a obra mais importante foi a de Francisco Paula Cidade, historiador e militar do exército, que fez um apanhado de fundos documentais e obras que trabalharam o personagem em questão.

Além dos livros apontados, utilizamos para realização desta pesquisa registros de viajantes e memórias de militares, em geral publicadas na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que serão referenciados ao longo dos capítulos. Como fontes primárias, utilizamos uma série de documentos depositados em diferentes fundos e arquivos. No fundo “Autoridades Militares” do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, encontramos a documentação expedida por José de Abreu entre os anos 1814-1820, período em que foi comandante da fronteira de Entre Rios. Ali, também pesquisamos as cartas de superiores de Abreu (Francisco das Chagas Santos, Patrício Corrêa da Câmara, Joaquim Felix da Fonseca) para buscar referências ao personagem em questão. Para o período de 1825-1826, encontramos a correspondência do fundo “Governador de Armas”, no mesmo arquivo.

Também contamos com alguma documentação esparsa a ele encontrada no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, dos fundos “Guerra” e “Cisplatina” e na Biblioteca Nacional na seção “biografias”. Como fonte patrimonial, utilizamos o

inventário *post mortem* de José de Abreu, encontrado no Arquivo Público do Rio Grande do Sul.

Por fim, utilizamos a pesquisa elaborada por Helga A.³ e publicada em forma de blog, em que é traçada uma série de reflexões acerca da genealogia e vida de José de Abreu, a partir da investigação em fontes eclesiásticas no Brasil e em Portugal (algumas depositadas no site “Family search” e outras fotocopiadas por Helga A.). Ela construiu ainda um amplo repositório de materiais que se relacionam ao Barão do Serro Largo e sua família.

Diante do exposto, cabe destacar que a presente dissertação é dividida em três capítulos, que seguem, de modo geral, uma ordem cronológica sobre trajetória de José de Abreu. No primeiro capítulo, exploraremos o início da trajetória de José de Abreu e sua consolidação como militar da fronteira dentro do contexto de mudanças do fim do século XVIII e início do XIX, focando em sua conformação familiar, alianças consolidadas e uso de cargos públicos. Ou seja, trataremos do “fazer-se” elite de José de Abreu, questionando como se deu sua ascensão econômica, política e militar. Utilizaremos como fontes, principalmente, registros paroquiais de José de Abreu e sua família.

No capítulo dois, trataremos do posicionamento de José de Abreu no processo de expansão lusa sobre as terras da Banda Oriental entre 1810-1822. Buscaremos compreender a relação estabelecida entre José de Abreu com a população missioneira, sobretudo aquela que se instalou ao sul do Ibicuí neste período, bem como com antigos companheiros de armas e outros agentes da conquista e apropriação lusitana de tal fronteira. Nesse sentido, refletiremos, também, sobre a redistribuição dos recursos tomados na guerra entre os homens que lutaram com José de Abreu, focando principalmente na apropriação das terras conquistadas.

Por fim, o último capítulo terá como foco a atuação de José de Abreu durante o período de alterações políticas ocorridas a partir da independência do Brasil de Portugal, e do “levante” da “Província Cisplatina” a partir de 1825. Nesse período, José de Abreu exerceu seu cargo militar mais importante, de Governador de Armas da província, e seu poder como elite já se encontrava consolidado. Buscaremos entender, então, aspectos da racionalidade administrativa da elite rio-grandense,

³ Usamos a referência “Helga A.”, pois se trata do pseudônimo utilizado pela escritora no site “eutueles.com” de onde retiramos as informações.

capazes de se adaptar e buscar maiores proveitos em contextos de mudanças. Também trataremos de conflitos entre o governo de armas e o presidente de província, em uma conjuntura de busca de racionalização administrativa do novo Império.

Ressaltamos que o presente trabalho foi desenvolvido na área de concentração “História, Cultura e Poder” na linha de pesquisa “Fronteira, Política e Sociedade” do curso de mestrado do Programa de Pós graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), com auxílio da bolsa CAPES.

1. “UM TAL GENERAL ABREU”: ANÁLISE DA TRAJETÓRIA SOCIAL DO BARÃO DO SERRO LARGO (1750-1827)

Esse, era um tal general Abreu... um tal general José de Abreu, valente como as armas, guapo como um leão... que a gauchada daquele tempo — e que era torenada macota! — batizou e chamava de — Anjo da Vitória! Esse, o cavalo dele não dava de rédea para trás, não! Esse, quando havia fome, apertava o cinto, com os outros e ria-se!
 Esse, dormia como quero-quero, farejava como cervo e rastreava como índio...; esse, quando carregava, era como um ventarrão, abrindo claros num matagal.
 Com esse... castelhano se desguaritava por essas coxilhas o mesmo que bandada de nhandu, corrida a tiro de bolas!...
 Era o Anjo da Vitória, esse! (LOPES NETO, 1976, p.50)

Em seus Contos Gauchescos, publicado em 1912, Simões Lopes Neto concedia a José de Abreu o heroico título de Anjo da Vitória, enaltecendo seus feitos de guerra e suas características “gauchescas”. Essa imagem de José de Abreu nos fala bastante acerca da memória deixada por ele como intrépido militar do Rio Grande de São Pedro. Neste capítulo, buscaremos entender os fatores e ações que possibilitaram a mobilidade social de José de Abreu. Tentaremos demonstrar o papel do seu sucesso na carreira militar, a construção de seus relacionamentos e alianças, do posicionamento em uma zona de fronteira aberta, marcada pela instabilidade institucional, por uma situação de guerra quase que constante, em que oportunidades de ascensão social e econômica se faziam presentes a partir da conquista e dos saques de guerra. Nossa proposta é de demonstrar algumas estratégias para “fazer-se” elite de José de Abreu, e entender o alicerce social de seu poder. O estudo de sua trajetória social deve nos possibilitar perceber formas de consolidação e reiteração das hierarquias, naquela sociedade marcada pelos conflitos bélicos e pela militarização.

Utilizamos para este capítulo uma série de fontes eclesiásticas (registros de batismo, casamento e óbito) que diziam respeito à família de José de Abreu e nos possibilitam uma imagem acerca de sua constituição familiar. Disperso entre os arquivos eclesiásticos no Rio Grande do Sul, parte da documentação encontramos a partir do site “Family search”⁴, já outras fontes foram possíveis de acessar graças a indivíduos que se dedicaram a pensar a biografia e a trajetória familiar de José de

⁴ Brasil, Rio Grande do Sul, Igreja Católica, 1738-1952. Disponível em: <https://familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-F8SN-TG?owc=waypoints&wc=M78N-TWG%3A371565601%2C371856701%2C371864401%3Fcc%3D2177295&cc=2177295> . Acesso em: 15 de julho de 2017.

Abreu, das quais destacamos a pesquisa de Francisco Paula Cidade, publicada em “Dois ensaios de História” no ano de 1966, e de Helga A.⁵. Também encontramos na seção “biografias” da Biblioteca Nacional⁶, informações referentes ao relacionamento de José de Abreu com a Corte. Neste caso, a partir de pedidos de mercês em troca dos serviços militares prestados ao longo de sua vida. Através do “Projeto Resgate Barão do Rio Branco” acessamos parte de documentação do arquivo ultramarino referente à Capitania de São Pedro⁷. Por fim, investigamos alguns momentos importantes na carreira de Abreu, na correspondência administrativa de autoridades da Capitania superiores a ele⁸.

Ao longo de nosso estudo, encontramos períodos obscuros nos quais não conseguimos perceber por quais caminhos Abreu enveredava, mas os indícios encontrados sobre outros momentos nos permitiram refletir acerca das estratégias que nortearam sua ação e das possibilidades que se fizeram presentes para ele, e sua família. Ressaltamos que esses aspectos estavam disponíveis para outros indivíduos, e grupos familiares que seguiram a fronteira e trilhamos caminhos semelhantes e distintos aos de José de Abreu. Isso porque embora ele seja o personagem do qual parte a nossa investigação, o trabalho não é apenas sobre ele, e sim sobre formas de construção, consolidação e ampliação do poder dos potentados locais em meio ao período de conflito e conquista do início do século XIX.

Por vezes, procuraremos utilizar a análise do contexto como ferramenta para cobrir aquilo que a documentação não pôde nos informar explicitamente. Giovanni Levi, no texto clássico “Usos da biografia” (1996), explicita que há formas narrativas que utilizam do contexto para compreender a trajetória do indivíduo quando nada mais pode ser encontrado na documentação. Segundo Levi, esse tipo de uso do contexto nos permite perceber tanto as nuances da trajetória do indivíduo como compreender o sistema social em um todo. Essa perspectiva é baseada na hipótese de que:

⁵ A partir do contato com Helga A. e sua pesquisa publicada no site “eutueles.com” conseguimos delinear muitos pontos nebulosos da vida de Abreu que serão comentados ao longo desse capítulo.

⁶ BNRJ, Documentos Biográficos, C239-11; C931-1; C965-33.

⁷ Rede Memória, Projeto Resgate, Arquivo Histórico Ultramarino, Rio Grande do Sul (1732-1825). Disponível em:

<http://acervo.redememoria.bn.br/redeMemoria/handle/123456789/190108>. Acesso em: 08 de maio de 2017.

⁸ Fundo Autoridades Militares referentes a Francisco da Silva Santos, Joaquim Xavier Curado, Joaquim Félix da Fonseca, Thomás da Costa Rabello.

[...] uma vida não pode ser compreendida unicamente através de seus desvios ou singularidades, mas ao contrário, mostrando-se que cada desvio aparente em relação às normas ocorre em um contexto histórico que o justifica (LEVI, 1996, p. 176).

Levi alerta, ainda, que nesse tipo de interpretação o contexto acaba sendo, muitas vezes, encarado como um plano de fundo onde o indivíduo atua, mas não interfere. Se pensarmos na caracterização da redefinição do contexto a partir da abordagem micro-histórica explicitada por Revel (1998), vemos que o uso interpretativo do contexto é exatamente um dos pontos de mudança propostas pela micro-história, pois não há:

Um contexto unificado, homogêneo, dentro do qual em função do qual os atores determinam suas escolhas. Essa recusa pode ser entendida de duas maneiras complementares: como uma lembrança da multiplicidade de experiências e das representações sociais, em parte contraditórias, em todo caso ambíguas, por meio das quais os homens constroem o mundo e suas ações (REVEL, 1998, p.27).

Tendo em mente tais advertências, neste capítulo, nos arriscamos a pensar o contexto em conjunto com a trajetória de José de Abreu e de sua família. E se, por vezes, em nossa escrita, o contexto parecer muito rígido, ao mesmo tempo explicando e esgotando as ações de Abreu, esperamos que se entenda que a intenção não é de tornar invisíveis as ações de Abreu como um agente histórico, mas sim identificar que havia uma estrutura que articulava suas estratégias e posicionamentos, e que compreendê-la é parte do nosso trabalho de pesquisa.

O capítulo foi dividido em quatro períodos, na tentativa de trazer maior clareza à narrativa. Acreditamos que a opção por seguir a ordem cronológica dos acontecimentos e da passagem de Abreu por cargos e lugares nos permite compreender melhor as possibilidades que se faziam presentes ao longo de sua trajetória.

A primeira parte deste capítulo trata da família de Abreu no conturbado período de guerras das décadas de 1760-1770, abordando a ocupação espanhola de parte do Rio Grande de São Pedro e a reconquista por parte do exército luso. Tentamos perceber se havia continuidades significativas nas obras e relacionamentos estabelecidos pela família de Abreu que facilitassem a sua posterior inclusão no fechado círculo da elite rio-grandense. Na sequência,

analisamos o início da carreira de Abreu, já na década de 1780, e seu crescimento dentro da estrutura militar do período, dando destaque à construção de relacionamentos com seus superiores. Tratamos também do avanço luso a partir das conquistas de 1801 e o posicionamento de Abreu na nova fronteira que se formava. Na terceira parte, abordamos o período de avanço português pelos campos da Banda Oriental no contexto dos processos emancipatórios do Prata, em que Abreu vai ganhando cada vez mais proeminência nas disputas com o líder oriental José Gervasio Artigas. Por fim, tratamos do período de incorporação da Banda Oriental ao reinado português, tempo de consolidação de Abreu como elite, e de constituição dos elementos simbólicos que reiteravam seu poder. Ao longo de todo o trabalho, também procuramos trazer uma espécie de síntese acerca da estrutura militar nos períodos de atuação de José de Abreu, fundamental para compreender sua atuação nesse meio.

1.1 A CONSOLIDAÇÃO DA OCUPAÇÃO PORTUGUESA NO RIO GRANDE DE SÃO PEDRO E A ORIGEM FAMILIAR DE JOSÉ DE ABREU (1750-1784)

O Barão do Serro Largo nasceu em meio a um mundo em guerra, em território conquistado pelo “inimigo espanhol”. Seu pai era João de Abreu de Guimarães e sua mãe Ana Bernarda de Sousa, da Ilha Terceira- Açores⁹. O casal de portugueses se encontrou nos distantes confins meridionais do domínio luso, em um

⁹ Até o momento, o registro de batismo de José de Abreu não foi encontrado, ainda assim tivemos a referência sobre os pais de Abreu em diferentes documentos retirados de: Family search, Brasil, Rio Grande do Sul, Registros da Igreja Católica- 1732-1952. De Porto Alegre: 1794, casamento de José de Abreu com Maria Feliciano da Conceição; 1795- Batismo Cláudio José de Abreu (filho José de Abreu); Batismo José Inácio da Silva Abreu (filho de José de Abreu) Rio Pardo: Batismo Ana (filha de José de Abreu) – De Rio Grande: 1757 Casamento de João de Abreu com Ana Bernarda de Jesus; 1788, óbito Ana Bernarda de Souza; 1790 óbito de João de Abreu. Não conseguimos citar apenas uma fonte para comprovar a filiação de Abreu, pois foi o conjunto da documentação que nos permitiu tal afirmação, a partir dos registros de batismo dos filhos de José de Abreu encontramos o nome do seu pai “João de Abreu de Guimarães”, no entanto o nome da mãe aparece como “Ana Maria de Rio Grande” nos registros de batismo de alguns filhos (José Inácio da Silva e de Cláudio José de Abreu); “Ana Bernarda de Souza de Rio Grande” no batismo de Ana em Rio Pardo. Assim, foi apenas a partir do registro de casamento de “João de Abreu de Guimarães” com “Ana Bernarda de Jesus de Ilha Terceira” e dos registros de óbitos dos dois com apenas dois anos de diferença que tivemos certeza que João de Abreu não havia tido outra mulher e que ambos eram pais de José de Abreu. Em geral, essa investigação foi feita por Helga A., que encontrou o parentesco de Ana Bernarda de Souza até sete gerações a partir de José de Abreu (em ilha terceira Açores), e três gerações da linhagem paterna (em Portugal). E pode ser lido em: Helga A. José de Abreu: Quando e onde nasceu? Disponível em: <http://eutueles.com/jose-de-abreu-v-quando-e-onde-nasceu/> . Acesso em 10.05.2017.

território recente e parcamente conquistado. No ano de 1757, na Capela de Povo Novo em Rio Grande, eles contraíram matrimônio¹⁰, e a verdade é que temos poucas informações acerca desses dois personagens. Não sabemos onde viviam, que bens tinham ou quais eram seus planos para prosperar na pequena vila que se desenvolvia no outro lado do Atlântico onde haviam nascido. De qualquer forma, podemos imaginar que seus projetos de vida seriam afetados pela guerra com os espanhóis, que em 1763 ocuparam a vila de Rio Grande colocando em fuga parte da população. João de Abreu e Ana Bernarda foram levados a colônia de San Carlos, em Maldonado, onde é provável que José de Abreu tenha nascido na década de 1770¹¹.

José de Abreu passaria sua vida em uma terra em disputa, um território onde habitavam diferentes povos indígenas, populações de guaranis, charruas e minuanos, que, por vezes, se aliaram com os portugueses ou espanhóis procurando garantir sua sobrevivência nessa região. O interesse dos europeus por essas terras, ao longo do Setecentos, foi impulsionado pelo acesso à Prata potosina, via comércio lícito ou de contrabando, e pela extração de couros. Povoações como as de Rio

¹⁰ Casamento João de Abreu e Ana Bernarda de Souza, 21.10.1757 (Achado por Helga A). - Family search, Brasil, Rio Grande do Sul, Registros da Igreja Católica- 1732-1952, Porto Alegre, Nossa Senhora Madre de Deus Casamento Livres 1772-1806. Disponível em: <https://familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-7HK3-R?mode=g&cc=2177295>. Acesso em: 15.06.2017.

¹¹ Como já comentamos, o registro de batismo de José de Abreu não foi achado para esta pesquisa. Helga A. faz uma interessante discussão acerca da idade de José de Abreu, a data apontada pelos seus biógrafos é de que ele teria nascido no ano de 1770, isso porque no ano de 1784, em que ingressa no Regimento de Artilharia e infantaria da Capitania se aponta que ele tinha 14 anos de idade. Ele mesmo dizia ter nascido em Maldonado e ter voltado ao Brasil quando tinha entre 13 e 14 anos (Despedida que faz o Barão do Serro Largo aos habitantes da Província de S.Pedro. O Universal, Herмотeca nacional, disponível em:

<http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=706930&pagfis=465>. Acesso em: 05.05.2017- Achado por Helga A). Então consideramos essa a data e lugar de o nascimento de José de Abreu. Ainda assim, os dados a respeito são bastante contraditórios, no registro de óbito a idade do Barão é declarada como setenta anos, assim ele teria que ter nascido em 1757 (ano que seus pais se casam). Outra possibilidade sugerida por Helga A. (2017) é de que Ana Bernarda estava grávida de José de Abreu no ano de 1765, e por isso teria evitado a desgastante viagem durante o inverno até Maldonado, nesse caso José de Abreu teria nascido em torno do ano de 1765, provavelmente ainda em Rio Grande e apenas mais tarde teria se juntado ao seu pai em San Carlos. Encontramos ainda um depoimento de Abreu do ano de 1808, que ele declarava ter 36 anos, devendo ter nascido, portanto em 1772 (Autoridades Militares, Thomás da Costa Rabello, 15.09.1808, maço 12.). Para a construção deste trabalho, a discussão não tem grande relevância, a não ser pela importância de poder delimitar melhor a pesquisa em arquivos pelo batismo de José de Abreu, que nos dariam pistas importantes acerca dos relacionamentos de seus pais em San Carlos (Maldonado) ou em Povo Novo (Rio Grande). Infelizmente, não nos foi possível acessar a esses registros no período de elaboração desta dissertação. Helga A. diz ter procurado pelo batismo de José de Abreu em capelas próximas Rio Grande durante o período próximo de seu nascimento. Dificulta a pesquisa o fato de não existirem os livros de batismo dos anos da invasão espanhola de Rio Grande e nem dos primeiros anos de fundação de São Carlos em Maldonado.

Grande (1734) e de Montevidéu (1724) têm origem em um momento de expansão da atividade pecuária na região. Na medida em que esse comércio se estruturava, as disputas coloniais acirravam-se, e Portugal e Espanha passaram a promover a preservação de suas fronteiras a partir do incentivo à povoação e do estabelecimento de fortificações de defesa do território (OSÓRIO, 1990).

A partir do Tratado de Madri de 1750, mesmo que provisoriamente, Portugal abria mão de sua antiga aspiração de conquista dos limites naturais no Rio da Prata, ao trocar a Colônia do Sacramento com os espanhóis, pela região dos Sete Povos Orientais das Missões, a leste do rio Uruguai, ficava clara a intenção portuguesa de construção de uma fronteira de ocupação mais efetiva, um investimento no domínio luso sobre o Continente de São Pedro, que até então se afirmava apenas como uma zona de passagem ao Prata (MIRANDA, 2006). A vinda de famílias açorianas para essas terras também fazia parte desse projeto que reforçava a garantia do território a partir da fixação de súditos da Coroa portuguesa.

Embora o Tratado fosse vigorar por pouco tempo, devido à guerra guaraníca, pela recusa dos índios missioneiros abanarem as Missões, e novas decisões diplomáticas entre Espanha e Portugal¹², o Tratado de Madri se mostrou importante como marco histórico. Ele consagrava a posse como condição de reconhecimento da propriedade, através do princípio *uti possidetis*, a ocupação do território tornava-se estratégia primordial para a conquista da fronteira.

A partir do Tratado de 1750, a ocupação portuguesa se estendeu para oeste, ao longo do Rio Jacuí. Muitas terras foram distribuídas a partir da expedição de demarcação de terras e limites comandada pelo governador do Rio de Janeiro, Gomes Freire Andrade. A comissão era responsável pelo reconhecimento do território e pela doação de sesmarias na região. Helen Osório afirma, em sua dissertação de mestrado (1990), que o caminho da partida de demarcação de limites podia ser acompanhado pelas concessões de terras, e povoamento na região.

¹² Entre 1756-1763, os reinos europeus viram-se envolvidos na Guerra dos Sete anos, tida como a primeira guerra de efeito global, causando conflitos em seus domínios na América, África e Ásia. De maneira simplificada, o conflito girava em torno da rivalidade franco-inglesa, mas também disputas entre a Prússia e a Áustria. Espanha e Portugal se envolveriam tardiamente no conflito, as duas alegavam neutralidade, mas a mudança no trono da Espanha com a coroação de Carlos III levaria a uma nova política de proximidade com a França a partir da assinatura do Pacto de família. Portugal manteve a recusa de assinar o acordo e acaba por ser invadido pelas forças franco-espanholas que buscavam isolar Portugal da Inglaterra a partir da tomadas dos portos. A ratificação do tratado de Paris com o fim da guerra encerrou os problemas entre Portugal e Espanha na Europa, mas não teve o mesmo efeito no Prata (MARCELINO, 2009)

Os resultados concretos do inexecutado Tratado de 1750 foram, por um lado, a desestruturação do espaço missioneiro, a dizimação de parte de sua população, a reafirmação do poder das monarquias absolutas ibéricas sobre aquele espaço, e por outro, a ampliação do espaço platino sob domínio português (OSÓRIO, 1990, p.51).

No desenrolar dos acontecimentos da Guerra dos Sete Anos, na Europa, o exército franco-espanhol invadiu o território português no ano de 1762, o ataque era uma repreensão à recusa de Portugal a participar de um acordo de alianças com a Coroa Bourbon, e sua inclinação de apoiar a Inglaterra. (MARCELINO, 2009). Quando a guerra já estava no fim na Europa, com a expulsão dos espanhóis do território português, tinha início os conflitos no Prata. Os hispano-plateanos aproveitavam o esgotamento diplomático entre Portugal e Espanha para reter, a partir das armas, o avanço da ocupação lusa na América e reclamar os limites perdidos do tratado de Tordesilhas. Dessa forma, durante a década de 1760, os espanhóis, sob o comando de Pedro de Cevallos, faziam um esforço no sentido de expulsar os portugueses para o norte, conquistando a Colônia de Sacramento, o Forte de Santa Tereza, o Forte de São Miguel e a Vila de Rio Grande.

Os ataques fragilizavam a ocupação portuguesa nessa região. E a população desse território se viu dispersa, muitos recorreram aos povoados mais próximos de Viamão, Triunfo, Taquari. Os que não puderam escapar foram levados com suas famílias para San Carlos em Maldonado, região onde viviam já colonos vindos das ilhas Canárias (HAMEISTER, 2006). Entre estes, aparece na lista de enviados a Maldonado, João de Abreu, que deixava sua mulher enferma¹³ em Rio Grande no ano de 1765 (SEIJÓ, 1936).

No casamento de Ana Bernarda e João de Abreu, realizado no ano de 1757 em Rio Grande¹⁴ constavam como testemunhas o Coronel de Dragões Tomás Luiz Osório e o Capitão mor Francisco Coelho Osório, figuras proeminentes daquele espaço. Francisco Coelho Osório é citado na tese de Marta Hameister (2006) como

¹³ “Relación de las personas que conduce del Rio Grande de S.Pedro el Cap.n. de Dragones Dn. Miguel Antonio de Ayala, para entregar em el flerte de Santa Tereza, a disposición del Tente. Coronel D.Lucas Infante, comandante de Maldonado, el 16 de marzo de 1765” Aparece: “[...] Juan Teixeira - Juan de Abreu - Feliciano Joseph } Las mujeres han quedado enfermas em esta ciudad e irán em la primer ocasión que se proporcione” Documento transcrito por Carlos Seijó (1936, p. 234, 235).

¹⁴ Casamento João de Abreu e Ana Bernarda de Souza, 21.10.1757 (Achado por Helga A). - Family search, Brasil, Rio Grande do Sul, Registros da Igreja Católica- 1732-1952, Porto Alegre, Nossa Senhora Madre de Deus Casamento Livres 1772-1806. Disponível em: <https://familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-7HK3-R?mode=g&cc=2177295>. Acesso em: 15.06.2017.

um dos padrinhos que mais batizou crianças filhas de “ilhéus”. Ele era Capitão-mor do distrito do Rio Grande desde o ano de 1750 e irmão de Tomás Luís Osório. A presença desses dois como testemunhas parece indicar que o casal procurava estabelecer vínculos com a elite militar da região. O quanto isso pode ajudá-los quando da invasão espanhola é difícil precisar. Até mesmo porque a derrota militar fragilizava a capacidade dessa elite militar em oferecer qualquer tipo de proteção.

O Coronel Tomás Luís Osório era encarregado da defesa do forte de Santa Tereza, mas um grande número de homens desertou diante do ataque espanhol, e Osório rendeu o forte aos espanhóis. Os soldados fugiram para Rio Grande, mas encontraram lá a população tomada pelo pânico, enquanto o governador Madureira abandonava a Vila (CESAR, 1970). Tomás foi capturado e levado a Buenos Aires, terminada a guerra ele foi acusado de traição em Portugal, por ter “entregado” o forte aos espanhóis e se aliado a estes. Considerado culpado, foi enforcado em Lisboa (CESAR, 1970). Ao que parece, a corte portuguesa desconfiava de Tomás Luís Osório havia já algum tempo. No decreto¹⁵ de promoção a Coronel do ano de 1756, se ressalva que ele possuía muitos “parentes” militares naquela região e que o melhor para evitar focos de insubordinação e agitação era transferir para outros lugares esses parentes. Tomás Luís Osório era provavelmente um “mal necessário à Coroa” e, com sua derrota, se fazia dispensável.

Para além da necessidade de abandonar a vila de Rio Grande, Helen Osório (1990) destaca que a situação de guerra constante prejudicava as famílias açorianas que se dedicavam à agricultura. Se, por um lado, a Coroa buscava investir na instalação das colônias, ao mesmo tempo promovia uma agressiva política de recrutamento e requisição das produções agrícolas. A dispersão dos colonos durante a fuga de Rio Grande também era considerada um problema pelos administradores da Capitania que buscavam concentrar as famílias em povoados, onde os açorianos poderiam promover a “urbanização” e não ficariam dispersos pelos campos, concorrendo com a concentração de terras dos estancieiros. Osório ainda percebe que a situação na colônia de San Carlos de Maldonado não era diferente, uma vez que a política espanhola era muito próxima à portuguesa.

¹⁵ Ofício do secretário da marinha e do ultramar, Diogo Mendonça Corte Real, ao governador Gomes Freire de Andrade, 10.02.1756. Arquivo Histórico Ultramarino, Brasil, Rio de Janeiro, 1756, caixa 50. Rede Memória, Projeto Resgate Barão do Rio Branco

Brenda Pagola (2007) realizou um trabalho de investigação genealógica no Arquivo da Paróquia de San Carlos Borromeo (que começa no ano de 1771), buscando reconstruir as constituições familiares dos portugueses/ açorianos que criaram o povoado de San Carlos de Maldonado. Pagola introduz o trabalho com a discussão acerca da peculiaridade dessa comunidade, formada por povoadores portugueses, considerados como potenciais inimigos, de forma que seu governo ficava sob vigilância e jurisdição de uma comandância militar de Maldonado. Os primeiros colonos chegavam no ano de 1763 e deviam organizar as construções das casas aos “islenõs” vindos de Rio Grande. A eles era prometido terras, ferramentas e distribuição de farinhas e sal vindos de Buenos Aires e Maldonado. A proposta era incentivar a produção de trigo e de alimentos agrícolas em geral (vagens, abóboras, milho, feijão). Apesar das promessas, a situação das famílias era bastante adversa, sofrendo com constantes requisições de sua produção pelo exército espanhol:

En todo momento eran requeridos para sacar del paso a la comandancia fernandina en problemas de naves hundidas, de viajes a grandes distancias debiendo abandonar sus labores, atrasar sus trabajos, destrozarse sus transportes” (PAGOLA, 2007, p.21).

Helen Osório (1990) também evidencia, a partir das constatações de Félix de Azara (apud. Osório 1990), a difícil condição de muitos povoadores de San Carlos, o que justificava seu retorno para o Rio Grande com o fim da guerra.

Quanto à deserção, não compreendem que, não tendo dado terras nem meios de subsistência aos portugueses de São Carlos, era impossível sua permanência ali. Prova disso, é que alguns deles e outros muitos que encontraram meios de adquirir algumas propriedades continuam ainda hoje por ali [...] (AZARA, 1980 p.58 apud OSÓRIO, 1990, p.76)

Apesar da ambígua situação que a família Abreu vivia, sendo ao mesmo tempo prisioneiros e povoadores, ela cresceu nos cerca de quinze anos que viveu em Maldonado. Ana Bernarda de Souza parece ter se juntado a seu marido em San Carlos um ano após ter sido deixada enferma em Rio Grande¹⁶, e o casal teve pelo

¹⁶ Brenda Pagola (2007) relata ter encontrado o casal apadrinhando uma menina no povoado vizinho de São Fernando do Maldonado no ano de 1766. Como não temos o registro, não podemos tirar maiores conclusões, mas se de fato existia demonstrava uma certa mobilidade da família na região e uma tentativa de aproximação com as famílias espanholas.

menos cinco filhos, entre eles, José de Abreu¹⁷. Imaginamos que não contassem com muitos recursos no período que ficaram em San Carlos, já que optaram por voltar a Rio Grande ao fim da guerra. Ainda assim, Pagola (2007) traz a informação que um dos irmãos de José de Abreu, Ramón Abreu de Souza, havia sido apadrinhado pelo Comandante da Vila Dom Miguel Urrutia, o que devia significar que a família teve capacidade de socializar com integrantes importantes da região.

Para realização desta pesquisa, nos pautamos na noção de que os compadrios podem nos informar acerca de relacionamentos que eram significativos para os indivíduos que compareciam à pia batismal. São muitos os trabalhos recentes que têm mostrado a viabilidade do estudo do compadrio com essa finalidade.¹⁸ Em sua tese de doutorado, Marta Hameister (2006) aborda estratégias sociais e familiares a partir de documentos eclesiásticos da vila de Rio Grande entre os anos 1738-1768. A partir deste estudo, Hameister resgata a teorização acerca do “complexo de compadrio” da antropologia de Stephen Gudeman, que trata dos elos espirituais e carnais presentes na ritualística do batismo. Espiritualmente, padrinho-pai-afilhado ficam “amarrados” e “irmanados” sobre os olhos de Deus, enquanto que na esfera mundana o batismo estimulava as solidariedades sociais e as relações de reciprocidade desiguais.

Nesse sentido, Hameister destaca o que se tem encontrado nas análises dos registros de batismos da colônia luso-americana é que as relações de compadrio reiteravam relações hierárquicas, em geral os pais convidavam para apadrinhar pessoas que estavam acima ou em igual situação social. Dessa forma, o estudo

¹⁷ Brenda Pagola (2007) encontrou os batismos de quatro deles em Maldonado: Maria Abreu de Souza (1771); Joaquim Abreu de Souza (1772); Francisco Manuel Casimiro Abreu (1774) de Souza e Ramón Abreu de Souza (1777). Helga A. encontrou também em Rio Grande o registro de batismo de mais dois filhos: Vicente em 1760 e Manuel em 1782 (quando a família retorna a Rio Grande). Faltariam os registros de José de Abreu e Cláudia Petrona Abreu (cuja existência foi descoberta por Helga a partir do registro de casamento) Helga A. José de Abreu: quando e onde nasceu? Disponível em: <http://eutueles.com/jose-de-abreu-v-quando-e-onde-nasceu/>. Acesso em: 05.05.2017.

¹⁸ **HAMEISTER, MD.** Para Dar Calor à Nova Povoação: estudo sobre estratégias sociais e familiares a partir dos registros batismais da Vila do Rio Grande (1738-1763). Rio de Janeiro: Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006c. [Tese de Doutorado]; **FRAGOSO, J. L. R.** Nobreza principal da terra nas Repúblicas de Antigo nos trópicos de base escravista e açucareira: Rio de Janeiro, século XVII a meados do século XVIII. In: João Luís Ribeiro Fragoso. (Org.). O Brasil Colonial 1580-1720. 1ed. Rio de Janeiro: , 2014, v. 1, p. 159-240. **FARINATTI, L. A. E.**; VARGAS, J. M. . Elites regionais, guerra e compadrio: a família Ribeiro de Almeida e suas redes de relações (Rio Grande do Sul, 1816-1844). Topoi (Online): revista de historia, v. 15, p. 389-413, 2014. **FARINATTI, L. A. E.** A espada e a capela: relações de compadrio dos oficiais de milícia na fronteira meridional do Brasil (1816-1835). História Unisinos, v. 16, p. 294-306, 2012. **COMISSOLI, A.** Fusão de poderes e legitimidades: família e redes sociais na constituição de uma elite. In: A serviço de Sua Majestade: administração, elite e poderes no extremo meridional brasileiro (1808c.-1831c.). Rio de Janeiro, UFRJ (Tese de doutoramento), p.267-298.

acerca do compadrio se tornou uma forma de reconstruir alianças e relações de lealdade e de reciprocidade. Nem todo relacionamento importante era sacralizado através do apadrinhamento, e nem toda relação de compadrio era efetiva ao longo do tempo, ainda assim, a presença de pais e padrinhos em conjunto na pia batismal nos permite ter uma imagem, embora parcial, dos relacionamentos relevantes para os homens daquela época (FARINATTI, 2016).

Enquanto se desenrolavam as disputas pelos territórios perdidos do Rio Grande de São Pedro, Portugal buscava organizar militar e administrativamente a Colônia, o que se dava a partir da criação do vice-reino do Brasil em 1763, do deslocamento oficial do governo para o Rio de Janeiro, próximo de centro econômico de Minas Gerais e dos conflitos que se passavam no Sul. Três anos depois, chegavam ao Rio de Janeiro oficiais familiarizados com as reformas encabeçadas pelo Conde de Lippe em Portugal. O comando das forças armadas brasileiras era dada ao general Johan Heinrich Bohn, que veio com a missão de trazer alguma unidade e uniformização para o exército colonial brasileiro, até então dividido em comandos militares de cada capitania (BENTO, 1996).

Francis Albert Cotta (2012) ressaltou a presença de um sistema militar corporativo durante o período colonial brasileiro, baseado em uma lógica de articulação e apoio mútuo dos corpos militares em momentos de crise militar, como a expulsão dos holandeses de Pernambuco e da Bahia, a defesa do Rio de Janeiro do ataque dos franceses e os embates que se deram na Colônia do Sacramento, Santa Catarina e Rio Grande de São Pedro. Os corpos militares funcionavam sob administração do vice-rei, e o governador e capitão-geral da Capitania era responsável pelos corpos locais. Em momentos de necessidade, as tropas eram unidas para uma determinada missão. Assim, sem perder a sua autonomia, as tropas regulares, auxiliares, ordenanças, e paisanos armados eram reunidos em contingentes e funcionavam em conjunto, suprimindo a falta de recursos e homens da Coroa portuguesa.

A denominação corpo militar se aplicava à reunião da “gente de guerra”, independentemente da arma (infantaria, cavalaria ou artilharia) a que pertencia. O comandante do corpo militar assumiria o papel de cabeça; os oficiais, sargentos, cabos e soldados, seriam os membros. A delimitação da função de cada militar da tropa paga e regular era pontuada em diversos manuais do século XVIII. O rompimento da ordem estabelecida era encarado como uma enfermidade. (COTTA, 2012, p.01)

Percebemos que esse tipo de organização se fez presente ao longo de diferentes conflitos que se passaram no Rio Grande do Sul, desde a reconquista das possessões (na década de 1770), na guerra contra José Artigas (entre os anos 1816-1820) e até a disputa da Cisplatina (1825-1828). A concepção de um exército corporativo permitia o funcionamento da estrutura militar portuguesa que era dividida em três tipos. O primeiro o exército regular profissional (conhecida como tropa-paga); o segundo as semi-regulares, que podiam ser os “terços auxiliares” (segunda linha, que após 1793 passam a ser chamadas milícias) ou as ordenanças (terceira linha), estas eram formadas por moradores, sesmeiros e povoadores e de onde eram recrutados os que haviam ficado de fora da convocação para primeira linha, e que estavam disponíveis em momentos de necessidade para a defesa local. E, então, as irregulares, que não seguiam a legislação. (RIBEIRO, 2001).

Durante a guerra da “retomada” (1764-1777) o Rio Grande de São Pedro contava com um Regimento de Dragões do Rio Grande de São Pedro e um Batalhão de infantaria de Rio Grande. Somadas a estas, estavam um conjunto de tropas de Portugal e das capitânicas de São Paulo, Rio de Janeiro e Santa Catarina¹⁹ (BENTO, 1996). Funcionando em conjunto com o exército regular, haviam as tropas de auxiliares, armadas e organizadas pelas lideranças locais na defesa do território. A presença desse tipo de força armada seria uma marca da organização militar no Rio Grande de São Pedro, que por um longo período teria mais tropas de segunda linha do que de primeira (RIBEIRO, 2001).

No processo de povoamento e conquista do extremo-sul da América portuguesa havia se constituído uma “primeira elite crioula do Continente do Rio Grande de São Pedro” (HAMEISTER; GIL, 2007, p.268). Essa era detentora de poder, riqueza e poder de mando. Longe de possuir um Exército moderno, a Coroa portuguesa dependeria de particulares para conquista e defesa de seu território, precisava dessa elite local capaz de arregimentar homens para batalhas e consolidar alianças com os grupos indígenas. Essa elite, através de seus cabedais, tornara possível a conquista das terras para a Coroa portuguesa, ao mesmo tempo em que acumulava bens e posses que eram fruto da própria conquista. Se a

¹⁹ As companhias e regimentos trazidos para a guerra foram- De Portugal: Regimentos de Moura, Bragança e Estremoz; do Rio de Janeiro: Regimento de Infantaria e parte do de Artilharia e Companhia de Cavalaria do Vice-Rei; de São Paulo: Regimento de São Paulo, Legião de São Paulo e várias companhias de aventureiros de Cavalaria e Infantaria mandados com frequência; de Santa Catarina: Companhia de Infantaria (BENTO, 1996).

ofensiva espanhola colocava em cheque as suas propriedades, também dava a chance para pegar em armas mais uma vez, e serem os atores da reconquista reiterando seu valor (HAMEISTER; GIL, 2007).

Após treze anos de luta, os portugueses expulsavam os espanhóis de São Martinho e tomaram de volta a fortaleza de Santa Tecla e a Vila de Rio Grande, promovendo uma nova divisão de terras e butins entre os vitoriosos. Da Espanha, ainda partiu uma grande comitiva comandada por Pedro Cevallos, que assumia o cargo de vice-rei do recém criado vice-reinado do Rio da Prata, a expedição pretendia fixar definitivamente os limites das fronteiras de modo favorável para a Espanha. A frota chegou em 1777 e tomou a Ilha de Santa Catarina e Colônia do Sacramento, não tendo tempo de atacar o Rio Grande de São Pedro, pois de Madri chegavam notícias de que um tratado de paz havia sido assinado (MARCELINO, 2009).

Diante dessa nova organização das fronteiras, em 1777, portugueses e espanhóis firmaram um novo tratado, o de Santo Ildefonso, demarcando novos limites para o sul da América. O acordo impunha assim a perda da Colônia de Sacramento pelos portugueses, mas reconhecia a posse definitiva de Rio Grande e Rio Pardo, e ainda estipulavam uma longa faixa de “Campos Neutrais”, que não deveria ser ocupado nem por espanhóis e nem por portugueses. Essas faixas eram as fronteiras de Rio Pardo e Rio Grande, que apesar da decisão de constituírem o fim das possessões europeias na América não deixaram de ser vistas como terras possíveis de serem conquistadas pelos portugueses. Embora não houvesse uma posição formal acerca desse avanço luso por parte da Coroa, muitas terras foram concedidas aos vitoriosos da última guerra. Em 1784, a Comissão de demarcação de terras foi responsável por distribuir grande número de terras, que se expandiam por esse território (OSÓRIO, 1990; MIRANDA, 2006).

A década de 1780 “se afirma sobre os despojos da última guerra” (HAMEISTER; GIL, 2007, p.296). É o momento de capitalização da vitória, e também de paz e prosperidade econômica da Capitania de São Pedro. Neste período, a dinamização da economia, a partir da interligação e ampliação dos mercados mundiais, tornou a oferta de produtos cada vez mais complexa, abrindo oportunidades para elites mercantis e agrárias firmarem negócios em novas terras, expandido a produção a outras fronteiras. Para a Coroa portuguesa, a considerável ampliação das *plantations* e da produção de açúcar para exportação, durante o

colonial tardio, gerava também um aumento da demanda de alimentos em toda a colônia, promovendo o incentivo à produção de mercadorias que eram voltados preponderantemente para o abastecimento interno²⁰. É significativo que exatamente a partir desse período se dá a formação das charqueadas em Pelotas, inserindo o gado continentino de forma mais consistente no mercado da carne e no processo de tráfico atlântico (OSÓRIO, 2008; VARGAS, 2013). O interesse dos luso-brasileiros voltava-se mais do que nunca aos bons pastos missioneiros e uruguaios.

A essa altura, várias famílias que haviam partido da vila de Rio Grande durante a ocupação espanhola retornaram ao território, e dentre elas estava a família de José de Abreu. A partir da relação de moradores de 1784, ficamos sabendo que João de Abreu era lavrador, e havia recebido seus 12 hectares de terra em Rio Grande em 1781, essa fonte também confirma que João de Abreu tinha poucas posses, tendo informado que possuía três reses, quatro bois e dois cavalos²¹.

Os pais de José de Abreu morreram na década de 1790²². José de Abreu não aparenta ter herdado terras ou dinheiro de seus pais, nem um número considerável de relacionamentos. Em uma nova fronteira que se abria, José de Abreu teria chance de crescimento que seus pais não tiveram, o desempenho de um cargo militar foi um facilitador, mas ainda assim a virada do século parece ter trazido mais oportunidades de crescimento no Rio Grande de São Pedro, tanto pelo

²⁰ A partir dos estudos de João Fragoso se tem ressaltado que não se pode reduzir a história econômica do Brasil a plantation escravista, Segundo Fragoso (1990) essa abordagem deixa de fora que além de senhores e escravos, encontramos outras categorias sociais, outras formas sociais de produção, como a camponesa, com o uso adicional ou não do trabalho cativo, essa conclusão se consolida ao observar que ao longo do Oitocentos Minas Gerais possuía o maior número de escravos do país e não estava ligada fundamentalmente a agro exportação, mas ao mercado interno. Embora Fragoso afirme que a presença estrutural da produção escravista exportadora, o país não poderia ser limitado a plantation açucareira e cafeeira. Para Fragoso as produções não capitalistas podiam estar ligadas entre si com a agricultura agroexportadoras e estas ligações demonstram a existência de um mercado interno de caráter pré-capitalista que poderia influir nas próprias condições de reprodução da agroexportação escravista. Esse mercado pré-capitalista interno era representado, por exemplo, pela produção mercantil de alimentos agrícolas, de gado, e de charque.

²¹ Relação de Moradores que tem campos e animais no Continente do Rio Grande de São Pedro encomendado por Diogo Osório Vieira, códice 1198- Rio Grande, AHRs. (Informação cedida pela professora Helen Osório).

²² Óbito Ana Bernarda de Souza, 1788: Family search. Brasil, Rio Grande do Sul, Registros da Igreja Católica, 1732-1952, Rio Grande, São Pedro, Óbitos 1788, Nov-1795, Maio. Disponível em: <https://familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-F691-7Q?i=2&wc=M78N-LPX%3A371568201%2C371568202%2C371840101%3Fcc%3D2177295&cc=2177295>. Acesso em: 15.05.2017; João de Abreu, 1790: Family search. Brasil, Rio Grande do Sul, Registros da Igreja Católica, 1732-1952, Rio Grande, São Pedro, Óbitos 1788, Nov-1795, Maio. Disponível em: <https://familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-F691-QT?i=14&wc=M78N-LPX%3A371568201%2C371568202%2C371840101%3Fcc%3D2177295&cc=2177295>. Acesso em: 15.05.2017.

desenvolvimento econômico e político da Capitania, quanto pelo sucesso das conquistas militares portuguesas.

1. 2 – “TEM A HONRA DE SERVIR A VOSSA ALTEZA REAL COM ZELO E DESEMBARAÇO”: ASCENSÃO DE ABREU DENTRO DAS FORÇAS REGULARES DA CAPITANIA (1784-1808)

Em 1784, José de Abreu alistava-se no regimento de artilharia e infantaria da Capitania (CIDADE, 1966). Para os homens que habitavam o Rio Grande do Sul naquele belicoso período, ser chamado ou optar pelo serviço militar não era incomum. Muitos dos praças que podiam contar com algum tipo de proteção ou que exerciam atividades produtivas alternativas eram arregimentados para os corpos auxiliares. O exercício profissional militar era feito a partir das tropas de primeira linha. Como vimos, no Rio Grande de São Pedro, estas eram o Regimento de Dragões de Rio Pardo (de cavalaria) ou a companhia de infantaria e artilharia de Rio Grande. O recrutamento para as tropas de primeira linha exigiam, muitas vezes, o deslocamento para regiões distantes das moradias dos militares, e serviços de caráter permanente, portanto, “[...] acabava por recair sobre os mais desfavorecidos na escala social, além de servir como punição para criminosos e desajustados.” (FARINATTI, 2010, p.170). Dessa forma, o corpo de artilharia e infantaria era a companhia de menor prestígio, ainda mais na região do Rio da Prata dominado pelo pampa, com campos ideais para o desenvolvimento da cavalaria. Segundo Cotta (2012), “todo o homem branco ou dado como tal, que possuísse cavalo de seu andar e um escravo que lhe tratasse sustento seria considerado idôneo para o alistamento nos regimentos de cavalaria” (COTTA, 2012, p.05), caso empobrecesse no período de serviço, o militar seria transferido para a infantaria. Tudo isso nos leva a crer que José de Abreu não tivesse muita escolha quando foi incorporado ao exército português.

O campo de possibilidades podia ser limitado conforme a tropa (LUFT, 2013), isso pode ser visualizado nos dez anos (1784-1794), no qual Abreu serviu na Companhia de infantaria sem obter qualquer promoção. O militar subia de cargo de acordo com os serviços prestados à Coroa e a inserção em redes clientelares de

seus superiores, uma vez que era deles que partia a nomeação. Nesses primeiros dez anos, José de Abreu parece ter servido na Vila de Porto Alegre²³.

Aos oito dias do mês de março do ano de 1794, José de Abreu se casava com Maria Feliciano Silveira na Capela de Nossa Senhora mãe de Deus de Porto Alegre.²⁴ Segundo a habilitação de casamento²⁵, feita alguns dias antes dos dois irem ao altar, Abreu não tinha condições de pagar os custos do processo de habilitação devido ao atraso de seus soldos. Quem o amparou foi o sogro Antônio Silveira Nunes, de quem não conseguimos obter grandes informações, mas já parecia ter melhores condições que Abreu.

No mesmo ano de seu casamento, Abreu foi promovido pela primeira vez²⁶. Sobre a proximidade da data de casamento e a promoção à patente de cabo, não podemos deixar de imaginar que se o casamento permitiu a Abreu estabelecer um novo vínculo com algum superior que o recomendasse. Poderia se argumentar ainda que Abreu estava à espera dessa promoção para casar com Maria Feliciano. Mas, a última hipótese parece pouco provável, na habilitação era pedido pressa para a realização do casamento e se deixava a crer que o casal já vivia junto. Cláudio José de Abreu, primeiro filho do casal, nascia quase exatamente nove meses depois do registro de matrimônio. Os padrinhos de Cláudio foram os avós maternos, o já referido Antônio Silveira Nunes e Maria da Conceição, o que, de certa forma, demonstra a aproximação de Abreu com o núcleo familiar de sua mulher²⁷. No ano de 1795, Abreu era transferido para o Regimento de Dragões do Rio Grande de São Pedro, um verdadeiro divisor de águas da sua carreira, que lhe permitiria construir um círculo muito mais amplo de relacionamentos e recursos.

²³ Como veremos na sequência, é na Paróquia de Nossa Senhora mãe de Deus de Porto Alegre onde José de Abreu casa com Maria Feliciano da Silva e tem seus primeiros dois filhos (Cláudio José de Abreu, e José Inácio da Silva)

²⁴ Casamento José de Abreu com Maria Feliciano, 1794, Family search. Brasil, Rio Grande do Sul, Registros da Igreja Católica, 1732-1952, Nossa Senhora Madre de Deus, matrimônios 1772, out 1851. Disponível em: <https://familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-W89Q-77?i=197&wc=M78N-Y6D%3A371565601%2C371856701%2C372206001%3Fcc%3D2177295&cc=2177295>. Acesso em 20.05.2017.

²⁵ Processo de Habilitação de casamento de José de Abreu com Maria Feliciano da Conceição, 1794. Habilitação de casamento. Arquivo Histórico da Cúria metropolitana de Porto Alegre. Disponível em: Helga A, Repositório, Disponível em: <http://eutueles.com/jose-de-abreu-i-repositorio/>, Acesso em: 05.06.2017

²⁶ Promovido a cabo de esquadra, (Ofício Tenente Coronel Luís dos Santos Paiva, 29.04.1824, BNRJ, Documentos Biográficos, José de Abreu, C931-1.)

²⁷ Talvez essa proximidade se devesse mesmo porque conhecesse poucas pessoas em Porto Alegre, considerando que sua família era de Rio Grande.

Já no batismo do segundo filho, José Inácio da Silva Abreu, do ano de 1797²⁸ conseguimos ver um importante personagem da política do período apadrinhando a criança, o então Capitão José Inácio da Silva, que era ajudante de ordens do governador do Rio Grande de São Pedro Sebastião da Veiga Cabral²⁹. Vimos a importância dos relacionamentos de compadrio para tal sociedade e algumas das características que o batismo continha. Aqui parece necessário pensar em mais alguns aspectos relevantes para nossa análise.

Hameister (2003) elabora um estudo acerca das estratégias de nomeação entre casais portugueses na vila de Rio Grande entre 1738-1763. Neste trabalho, destaca que durante a cerimônia de batismo apenas era concedido o prenome ao batizando, o segundo nome e o sobrenome eram agregados ao longo da vida, podendo ser escolhidos entre os sobrenomes dos pais, avós ou parentes mais distantes. O jovem José ganhava o mesmo prenome do pai e também do seu padrinho. Hameister (2003) percebeu essa sobreposição de origens de nome como comum. À transmissão do nome, se incorporavam os atributos agregados ao indivíduo. Em casos que a mesma origem do nome provinha do pai, Hameister identifica uma lógica de continuação da linhagem familiar que devia confundir os indivíduos como um só:

[...] afirmou-se um desejo indisfarçável de que pais e filhos que compartilhavam o uso de um mesmo nome fossem confundidos e mesmo tivessem suas existências fundidas através da continuidade do nome, uma “marca registrada” dentro de uma família e de uma sociedade. Repassavam, assim, os atributos angariados ao longo destas existências, como patrimônio construído e associado aos nomes que, junto com estes atributos, também se construíram (HAMEISTER, 2003, p.15).

²⁸ Family search, Brasil, Rio Grande do Sul, Igreja Católica, 1738-1952, Porto Alegre, Nossa Senhora Madre de Deus, Batismos 1792, jun1799. Disponível em: <https://familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-F8SN-W8?i=116&wc=M78N-TWG%3A371565601%2C371856701%2C371864401%3Fcc%3D2177295&cc=2177295>. Acesso em: 09.03.2017.

²⁹ Decreto do príncipe regente D. João nomeando o Tenente do Regimento de Dragões do Rio Grande de São Pedro, José Inácio da Silva, para o posto de Capitão, com exercício de Ajudante de Ordens do governo do Rio Grande de São Pedro e primeiro comissário da Demarcações, marechal de campo Sebastião Xavier da Veiga Cabral. Projeto Resgate. Arquivo Histórico ultramarino, Brasil, Rio Grande do Sul, 4 de novembro de 1792, caixa 03, doc. nº 274. Em trabalho de Adriano Comissoli (2014), o mesmo sargento-mor José Inácio aparece como ajudante de ordens no governo de Paulo José da Silva Gama (1803-1809), assim apesar da troca de governador José Inácio da Silva permanecia no cargo. Comissoli (2014) ressalta que muitas das cartas enviadas ao governo da Capitania eram encaminhadas ao ajudante de ordens, que fazia a seleção de quais temas tinham maior urgência para passar ao governador. No ano de 1822 José Inácio da Silva, já Brigadeiro, era integrante da Junta de Governo Provisório do Rio Grande de São Pedro, ocupando o cargo de secretário dos negócios da guerra (COMISSOLI, 2011)

O nome idêntico ao do padrinho era muito comum nos casos analisados por Hameister. Mas, via de regra, não havia a transferência do sobrenome (a não ser nos casos em que o padrinho era parente do batizando). O interessante no caso de José Inácio da Silva Abreu³⁰ é que, como se pode perceber, ao longo da vida este assumiu o segundo nome do padrinho e o sobrenome do padrinho não parente, caso que não foi encontrado por Hameister. Parece-nos que esse aspecto permite visualizar um desejo de reiterar a importância daquele relacionamento para José de Abreu e sua família, criando um laço de parentesco que ultrapassava o aspecto religioso e se aproximava da noção de transmissão de nome entre pai e filho. Concluímos que José de Abreu devia manter um relacionamento relevante com o capitão José Inácio da Silva para ter tornado-se compadre deste e ter o filho carregando o nome do Capitão.

A partir de 1784 haviam começado os trabalhos da comissão de demarcação dos limites entre Portugal e Espanha. Segundo Osório (1990), a expedição foi um momento importante para delimitação, nomeação, conhecimento e construção do espaço. Geógrafos, e matemáticos fizeram parte da comissão, entre eles, estavam o espanhol André Oyarbide e o português José de Saldanha. O andamento das demarcações causaria vários desentendimentos entre os reinos, tanto em torno de onde se considerava o início e o fim das possessões, quanto pelo avanço dos portugueses que vinham promovendo uma rápida apropriação dos territórios neutrais, o que favorecia o contrabando e as arreadas de gado.

José de Saldanha demarcou território entre Santa Tecla, em Bagé, até os campos do atual município de Santa Maria no centro do Rio Grande do Sul, onde foi instalado um acampamento nas proximidades da Guarda espanhola de São Martinho. Saldanha mapeou ainda as cabeceiras do Ibicuí e o do rio Uruguai, reconhecendo a região onde estavam estabelecidas as estâncias missioneiras. Os responsáveis pelas demarcações vinham recebendo sesmarias e seriam em boa parte responsáveis pela conquista de 1801 (OSÓRIO, 1990, p.106):

Conhecedores do território continuaram sendo utilizados pela Coroa em ações que envolviam a conquista de novas terras. Não é coincidência que terem sido governadores das Missões, conquistadas em 1801, já então com

³⁰ Que ao longo da documentação é referido por vezes apenas como “José Inácio da Silva”. Maria Feliciano Silveira, por vezes, é referida com o sobrenome da Silva. Pode se argumentar que José Inácio pegava o sobrenome da mãe, ainda assim a opção não devia ser por acaso, mas sim para se aproximar do nome do padrinho.

patentes mais altas: o Sargento-mor Joaquim Félix da Fonseca Manso, de 1801 a 1803; o Sargento-mor José de Saldanha, de 1803 a 1805 e o Coronel Francisco das Chagas Santos, de 1809 a 1820. Já Francisco Roscio, que foi 2º comissário, governou interinamente o Rio Grande de 1801 a 1803.

O secretário da comissão era exatamente o compadre de José de Abreu, o então Alferes José Inácio da Silva. Como veremos ao longo deste trabalho, o sargento-mor Joaquim Felix da Fonseca recomendou os serviços de Abreu em 1809, colocando-o como administrador das terras ao sul do Ibicuí³¹, e Francisco das Chagas Santos o mandava para uma missão especial no Paraguai em 1811³². Abreu estabelecia contato com esses personagens importantes da administração portuguesa da época³³.

Com a virada do século, o conhecimento adquirido do território nas décadas anteriores podia ser colocado em prática, pois da Europa vinham notícias de uma nova guerra entre as coroas ibéricas. A Espanha havia sido forçada a uma aliança com a França, governada por Napoleão, na época Primeiro Cônsul. O ataque foi uma exigência francesa visando abalar a já tradicional proximidade entre Portugal e Inglaterra. O episódio foi chamado “guerra das laranjas” e o estado de guerra ficou declarado por cerca de três meses. Devido ao rápido avanço do exército franco-espanhol, a guerra foi considerada uma das maiores derrotas lusas, embora através do Tratado de paz de Badajoz (1801) as terras fossem desocupadas e devolvidas, ficando os espanhóis apenas com a região de Olivença (CAMARGO, 2001).

Na América, a pressão entre domínios do Prata já se viam exaltadas desde o fim do século XVIII. Diante do avanço português, que se fazia a partir da apropriação de terras entre militares e milicianos, os hispano-platinos, sobre comando de Félix de Azara, haviam estabelecido um sistema de guardas na faixa de fronteira. O plano de Azara era promover a urbanização da região, mas as guardas eram em sua maioria constituídas de poucos homens rancheiros e suas famílias (CESAR, 1970). A diplomacia vinha mantendo alguma paz no Prata, mas a guerra na Europa permitia aos luso-brasileiros o avanço efetivo e militar sobre o território espanhol,

³¹ 11.12.1810 – Joaquim Félix da Fonseca a D. Diogo de Souza. Autoridades Militares, Joaquim Félix da Fonseca, maço 17, AHRS

³² 07.07.1811 - Francisco das Chagas Santos a D.Diogo de Souza. Autoridades Militares. Francisco das Chagas Santos, maço 24.

³³ É de se suspeitar, inclusive, que Abreu tivesse participado da Comissão de Demarcação de Terras de 1784, como soldado, e que tivesse tido oportunidade de entrar em contato com esses indivíduos que ajudariam a alavancar sua carreira militar.

mesmo que tardio, pois a notícia oficial de que a guerra estava declarada chegava ao Sul quando a paz já vinha sendo acordada na Europa (CAMARGO, 2001).

Na guerra de 1801, as hostilidades ao território espanhol eram comandadas pelos dois comandantes da fronteira, de Rio Grande e Rio Pardo: Manuel Marques de Souza e Patrício Corrêa da Câmara, respectivamente. As forças eram compostas também por aventureiros, desertores, estancieiros e soldados milicianos que se apresentavam para se somarem aos efetivos luso-brasileiros. Nesse contexto, os Dragões de Rio Pardo, sob o comando de Patrício Corrêa da Câmara, tomaram a fortaleza de Santa Tecla e Batovi. Do ponto de vista estratégico, essa região permitia o controle das ricas pastagens entre o rio Ibicuí e Arapey, assim como o seu gado (figura 1) (CAMARGO, 2001). Como vimos, José de Abreu atuava na primeira companhia desse regimento, sob comando de Corrêa da Câmara no ano de 1800³⁴, e é provável que tenha participado dessas ações na patente de Furriel³⁵ (CIDADE, 1966).

A notícia de que a paz havia sido decretada fazia tempos na Europa chegou quando os hispano-platinos se reorganizavam para tomada dos territórios perdidos das Missões (CAMARGO, 2001). Com a guerra de 1801, os luso-brasileiros puderam se apoderar das ricas pastagens e rebanhos missioneiros, o que dobravam o território da capitania, e a sua população com a incorporação de cerca de 14 mil indígenas missioneiros (COMISSOLI, 2011). Como o tratado de paz entre as duas nações ibéricas não dispunha os limites americanos, a fronteira do Rio Grande foi alargada até o rio Uruguai, no noroeste, e até Jaguarão, no sul (GOLIN, 2002).

A guerra de 1801 havia permitido uma nova promoção dos homens que haviam nutrido a conquista, e José de Abreu alcançava o cargo de Alferes no ano de 1802³⁶. Nesse período, a sua família parecia estar ainda em Rio Pardo, pois foi lá que, nesse mesmo ano, eles batizaram sua filha Ana³⁷. O padrinho era o Tenente

³⁴ Ofício do Comandante do Regimento de Dragões do Rio Grande do Sul tenente-coronel, Patrício José Corrêa da Câmara, ao (secretário do estado da marinha e Ultramar) D. Rodrigo de Souza Coutinho. Projeto Resgate, Arquivo Histórico ultramarino, Brasil, Rio Grande do Sul, 31 outubro 1831, Rio Pardo, caixa 5, doc. nº 369

³⁵ O cargo de furriel representava o primeiro oficialato na composição militar da época, acima estavam os cargos de Alferes, Tenente e Capitão.

³⁶ Ofício Tenente Coronel Luís dos Santos Paiva, 29.04.1824, BNRJ, Documentos Biográficos, C931-1.

³⁷ Batismo Ana, 08.09.1802- Family search, Brasil, Rio Grande do Sul, Registros da Igreja Católica-1732-1952. Rio Pardo, Nossa Senhora do Rosário, Batismos out 1800- set 1802. Disponível em: <https://familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-F6QB-7F?i=60&wc=M78X-T38%3A371567001%2C371567002%2C371619601%3Fcc%3D2177295&cc=2177295>. Acesso em:

Mena Barreto e Sebastião Barreto eram irmãos e compadres (Sebastião apadrinhou um filho de Mena Barreto), descendiam de Francisco Barreto Pereira Pinto, Coronel de Dragões, um dos primeiros povoadores do Rio Grande de São Pedro. Adriano Comissoli (2011) demonstrou como João de Deus Mena Barreto (que presenciou a pia batismal no lugar de Sebastião Barreto) buscou como padrinhos de seus filhos figuras proeminentes da administração lusa, como o Governador Sebastião Xavier da Veiga Cabral, o Vice-rei do Brasil, Conde de Resende D. Luís. Além disso, chamou ainda, o Sargento-mor José Inácio da Silva, que, como vimos, apadrinhou também um dos filhos de José de Abreu. Vemos como o círculo de relacionamentos de Abreu se ampliava, a partir do estabelecimento de vínculos com os homens que viriam a formar a elite militar da capitania. Sobre a construção desses laços de parentesco, Comissoli (2011, p.294) ressalta:

As afinidades eletivas dentro do corpo militar fomentavam a aproximação de seus membros e as obrigações morais que permitiram aos comandantes de armas posteriormente mobilizar as tropas com as quais pressionaram a política no processo de emancipação brasileiro. Nesse sentido, ir à guerra significava ir à guerra junto aos compadres, afilhados e padrinhos.

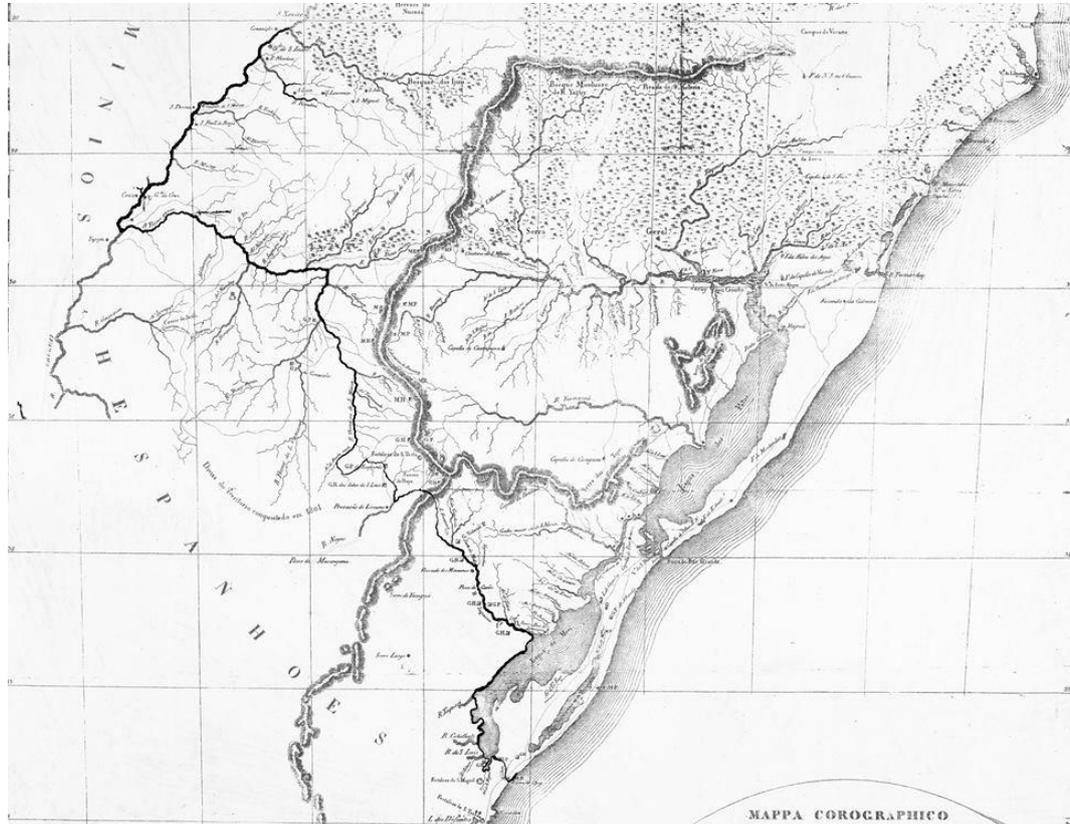
Os Dragões de Rio Pardo estavam indo para oeste nesse período, tomando terras na nova fronteira, fortalecendo os relacionamentos que seriam utilizados para serem alavancados socialmente. Ao mesmo tempo, garantiam a conquista portuguesa a partir da ocupação de tal território e da mobilização do efetivo militar para essas novas terras. Naqueles anos, se esperava e temia uma investida a partir de Montevideu e Buenos Aires para a retomada das Missões³⁹.

Enquanto isso, a Corte espanhola fazia grande pressão diplomática para que os territórios no Prata fossem devolvidos, ao que os portugueses respondiam com constantes protelações. Em 1804, um confronto entre portugueses e espanhóis no *Serro do Jarau*, em território ao sul do Ibicuí (figura 1) aumentava a pressão por um acordo, e enquanto nada era decidido na Corte, o Marquês de Sobremonte (vice-rei do Rio da Prata) e Silva Gama (governador do Rio Grande) pactuavam que os

³⁹ No ano de 1803, uma partida espanhola para castigar índios charruas ao sul do Ibicuí colocava a fronteira em estado de alerta. Os espanhóis levantaram uma grande força e vinham armados em direção às Missões, os luso-brasileiros se recusaram participar da comitiva com medo que os hispano-plateanos se voltassem contra eles (CAMARGO, 2001; COMISSOLI, 2014).

limites ficavam nos rios Ibicuí, Santa Maria, Jaguarão, Lagoa Mirim, São Miguel e Chuí (GOLIN, 2002), conforme a figura 2.

Figura 2 Mapa ilustrativo status-quo de 1804



Fonte: Mapa adaptado de José de Saldanha (1801). Biblioteca Digital luso-brasileira. Disponível em: <https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/123456789/21205>⁴⁰

⁴⁰ O título do mapa de Saldanha de 1801 é “Mappa corographico da capitania de S. Pedro aditado com o território que posteriormente a ultima demarcação de limites foi conquistado na guerra de 1801 com os terrenos adjacentes dos governos limitrophes por José de Saldanha tenente coronel engenheiro e astrônomo da demarcação de limites de 1777”. Por cima dele, colocamos o traçado demarcatório do status-quo de 1804, tal como postulado por Tau Golin. É possível observar que o mapa de Saldanha empurrava o limite das possessões portuguesas mais ao sul da linha estabelecida em 1804, e tem uma aparência mais próxima do mapa atual do Rio Grande do Sul. Essa contradição pode ter sido causada, dentre as explicações possíveis, pelo mapa de Saldanha ter exatamente como intenção fixar novos limites para as fronteiras entre Brasil e Portugal, de modo que quisesse realmente consolidar no mapa a intenção de Portugal de estender esses limites para o sul do Ibicuí. Conforme Tau Golin, tal expansão não teria sido possível em 1801 devido a empecilhos da diplomacia entre as coroas ibéricas na Europa, embora fosse almejada pelos militares rio-grandenses que desejavam uma guerra mais longa capaz de permitir adentrar mais fundo no território da Banda Oriental. Esta teria sido também a razão pela qual a ocupação até o rio Quaraí iria sendo feita pelos portugueses nos anos subsequentes a Conquista de 1801. Mas vale ressaltar que é de longo tempo que há o debate em torno de qual seriam os limites instaurados em 1801. Golin resalta que Machado de Oliveira, em 1851, afirmava serem as linhas demarcatórias desde 1801 as que passavam pelo Chuí, Lagoa Mirim, Jaguarão, Coxilha Santana e Quaraí. O que girava em torno dessas questões demarcatórias era a própria legitimidade da ocupação portuguesa e de onde cruzariam os limites entre Brasil e Uruguai, propriamente definidos só no ano de 1851. Diante da documentação apresentada por Tau Golin acerca do Status quo de 1804, nos orientamos por essa definição ao longo desta dissertação.

O acordo não significava que os espanhóis haviam desistido de retomar os territórios das Missões, nem que os portugueses deixariam de se apropriar das terras do outro lado do rio Ibicuí. Uma partida comandada pelo Alferes de Dragões Francisco Barreto Pereira Pinto⁴¹ havia avançado no território ao lado meridional do Ibicuí com a finalidade de “prender vagabundos, e outros qualquer interessados em vacarias, ou sociedades com os índios infieis”⁴². Também desejavam estudar aquele território para colocar uma guarda nas cabeceiras de um arroio que dava no Jarau, “sobre terrenos pertencentes ao dito Povo de São Borja”⁴³. No caminho, os homens encontraram um grupo de Blandengues comandados por Dom José Rondeau, que consideraram aquele ato uma clara afronta ao território espanhol. Desta forma, pretendiam levar os portugueses presos a Buenos Aires. Diante da resistência do grupo, teve início o confronto.

As ordens portuguesas vinham de São Luís, de onde José Saldanha, administrador das Missões, comandava o território. Já a partida do Alferes Francisco Barreto saía do povo de São Borja, povo mais meridional português. Localizada ainda mais ao sul de tal povoado encontrava-se a Guarda avançada da Cruz (ficava em frente do Povo da Cruz, hoje Itaqui, destacada na “figura 1”). Foi para essa Guarda que o Alferes retornou com seus homens feridos após o confronto com os *blandengues*⁴⁴. Também parece ter sido nessa Guarda que o Alferes José de Abreu se encontrava por fins de 1804, pois Abreu havia sido chamado para participar da partida do dito Francisco Barreto: “[...] como o Alferes José de Abreu me certificou que tinha de ter grande demora na Guarda da Cruz, por isso me animo a levar o Cabo João Nunes comigo por ser já *pratico* daqueles lugares [...]”⁴⁵ Este trecho parece nos indicar que José de Abreu também era conhecedor daquele território ao sul do Ibicuí e que, na falta dele Barreto levava o cabo João Nunes. Caso fosse este o teor do documento, teríamos uma pista importante a respeito do espaço que José de Abreu se estabelecia nos primeiros anos depois da conquista, o que nos ajudaria

⁴¹ Esse era comandante do Distrito de São Borja, filho do Coronel Francisco Barreto Pereira Pinto (PORTO, 1954)

⁴² Carta de José Saldanha a Dom José Rondeau, 04.11.1804; Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa). “Brasil - Limites”. Caixa 3. Doc. 284 (transcrito por CAMARGO, 2001).

⁴³ Carta de José Saldanha a Dom José Rondeau, 04.11.1804 Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa). “Brasil - Limites”. Caixa 3. Doc. 284 (transcrito por CAMARGO, 2001).

⁴⁴ Foi do povo da Cruz que partiram os questionamentos acerca do confronto (CAMARGO, 200)

⁴⁵ Francisco Barreto Pereira para José de Saldanha, 21.10.1804. Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa). “Brasil - Limites”. Caixa 3. Doc. 284. Transcrito por CAMARGO (2001).

a compreender a sua nomeação posterior para administrar a Guarda que foi colocada ao sul do Ibicuí, às margens do Rio Inhanduí.

Não sabemos ao certo quando os portugueses conseguiram efetivamente colocar guardas ao sul do Ibicuí. Sobre essa guarda do Inhanduí, Edson Paniagua em sua dissertação de mestrado (2003) diz que após a conquista de Missões foi colocado nesse lugar um posto de observação⁴⁶, onde em 1805 foi fixada definitivamente a Guarda do Inhanduí. A data parece estar em consonância com os dados que Adriano Comissoli (2014) traz de que guardas começaram a ser instaladas na fronteira desde dezembro de 1804⁴⁷. Mas só temos notícias de fato sobre a guarda em julho de 1806, quando a governança de Rio Grande sob ordens Paulo José da Silva Gama firmou um acordo com o Cacique charrua D. Gaspar, que contava com cinquenta indivíduos de armas, e “que habitava no Sitio Chamado Vararucay, ao sul do Rio Ibicuí, perto da Guarda Portuguesa *Nhanduy*”⁴⁸. Além de nos comprovar que a povoação existia já em 1806, a afirmação que citamos nos permite inferir que os portugueses aliaram-se a uma importante liderança charrua. O apoio de tal chefe deve ter sido elemento importante para a atuação portuguesa naquele território cujas dificuldades de ocupação eram ressaltadas devido à forte presença dos índios “infiéis”.

Conforme carta enviada por Joaquim Félix da Fonseca, em dezembro de 1810⁴⁹, podemos afirmar que José de Abreu se encontrava na Guarda do Inhanduí, pelo menos, desde novembro de 1808, e parece certo que ele foi colocado no comando dessa guarda por Joaquim Félix da Fonseca quando esse retornou ao cargo de Comandante das Missões⁵⁰, pois logo antes de Joaquim Félix assumir o cargo, José de Abreu aparece em um interessante documento como administrador da Guarda da Cruz em outubro de 1808.

O documento que referimos trata de uma investigação contra o Capitão João de Deus Mena Barreto, na época Comandante das Missões (1805-1807)⁵¹. Como

⁴⁶ Segundo o mapa de José Saldanha de 1801 (figura 1) o lugar onde ficaria esse ponto de observação parece estar marcado com as letras “GP”.

⁴⁷ AHRs-AM, maço 8, doc. 60 apud. COMISSOL, 2014

⁴⁸ 18.07.1807. Ofício Paulo José da Silva Gama, sobre as relações entre o Governo da Capitania e os índios e o acordo com D. Gaspar, cacique dos índios charruas. AHU, Rio Grande do Sul, Cx.12, doc. 40. Fundo Resgate Barão do Rio Branco

⁴⁹ Autoridades Militares, Joaquim Félix da Fonseca, 11.12.1810, maço 17, AHRs. Analisaremos melhor essa documentação no capítulo 2.

⁵⁰ Joaquim Félix da Fonseca foi comandante de Missões nos anos 1801 a 1803, e retornou a esse cargo entre outubro de 1808 e agosto de 1809 (PORTO, 1957).

⁵¹ Autoridades Militares, Thomás da Costa Rabello, 15.09.1808, maço 12.

vimos, Mena Barreto era o superior de José de Abreu, e presenciou o batizado de sua filha Ana, em Rio Pardo, como procurador do padrinho Sebastião Barreto. A denúncia havia sido feita pelo Frei João Batista dos Prazeres, enviado do Vigário Geral para as Missões, e discorria a respeito da má gestão de Mena Barreto, além da acusação de que ele mantinha relações ilícitas com a “china” Maria Salomé “moça, bastante formosa, filha de uma das antigas famílias nobres daquele povo (São Borja)” (PORTO, 1954, p.337). Aurélio Porto (1954, p.337) resume a acusação acerca do relacionamento:

Para servi-la e cercá-la de todo conforto, determinara o comandante que os índios levassem para a casa de Salomé tudo quanto havia de melhor, para ela trabalhando, sem remuneração de espécie alguma. Nas festas religiosas, missas e outras solenidades que se realizavam no templo, com escândalo geral, fazia a «china» sentar em uma grande cadeira de espaldar, reservada às autoridades e pessoas gradas, que mandara colocar debaixo do arco central do templo. E outras acusações do mesmo teor fazia ao capitão comandante.

José de Abreu foi um dos chamados a depor e declarou que ignorava todas as acusações. Quando perguntado sobre Mena Barreto consumir todos os suprimentos destinados aos destacamentos dos soldados respondeu que:

[...] ele (Mena Barreto) sendo comandante de diferentes destacamentos sempre os muniara de farinha e carne e que ultimamente sendo ele comandante da Guarda da Cruz, recebera ordem para pagar os soldados daquele destacamento algumas faltas de *munício*⁵² que *houverem* em consequência das desordens que costumam haver nas remessas das farinhas daquele do Rio Pardo para essa fronteira (Tomás da Costa Rabello ao Governado Paulo da Silva Gama)⁵³.

Assim, Abreu defendia o Capitão Mena Barreto alegando que, se haviam atrasos na entrega dos mantimentos, a culpa era da demora nos envios de Rio Pardo. Segundo Aurélio Porto, as testemunhas inquiridas sobre o caso confirmaram as acusações do Frei Prazeres e Mena Barreto foi forçado a deixar o cargo de comandante das Missões. Ainda assim, o caso não parece ter prejudicado totalmente o Capitão Mena Barreto que, como vimos, estava muito bem relacionado, descendendo de um dos primeiros conquistadores, o Coronel Francisco

⁵² “munício” era um termo utilizado para designar mantimentos.

⁵³ Autoridades Militares, Tomás da Costa Rabello, 15.09.1808, maço 12

Barreto Pereira Pinto, e ainda mais possuía um grande cabedal de relacionamentos necessários a Coroa na defesa do território daquela fronteira (COMISSOLI, 2011).

Vimos que, em 1804, um simples encontro de uma partida portuguesa em território espanhol gerou uma crise diplomática entre o Rio Grande de São Pedro e o vice-reinado do Prata. Parece, então, difícil imaginar que os portugueses conseguiriam estabelecer nesse território uma guarda avançada sem maiores disputas. E, de fato, os hispano-platinos vinham pressionando o governo rio-grandense para que se retirassem da região. No entanto, nos anos 1806 e 1807, o Vice-Reinado do Rio da Prata se via em uma complicada situação, as colônias espanholas na região enfrentavam a Inglaterra que invadiu Buenos Aires e Montevideú. O conflito tinha origem no desenrolar dos acontecimentos na Europa, depois da derrota da frota francesa de Napoleão, aliada com os espanhóis. A disputa com os ingleses dava oportunidade para o recrudescimento do contrabando e das invasões portuguesas. Mas, principalmente, deixava também aparente a impossibilidade do governo espanhol em garantir a defesa daquele território, ressaltando a importância do poder colonial para a manutenção do poder metropolitano (SALA DE TOURÓN, 1978). Essas contradições ganhavam cada vez mais força na próxima década do século XIX, e as lutas da fronteira se complexificariam diante da criação de novos Estados independentes na América.

1.3 O EXÉRCITO DE DOM DIOGO E A MISSÃO DE JOSÉ DE ABREU NO PARAGUAI (1808-1813)

Mais uma vez, as guerras na Europa tinham uma repercussão direta no Prata, quando, em 1808, a família real portuguesa embarcou em direção ao Rio de Janeiro, fugindo da invasão de Napoleão a Lisboa, devido ao descumprimento do seu Bloqueio Continental a Inglaterra. O Prata ainda iria sentir maiores efeitos da guerra na Europa, quando, em maio de 1810, chegava na América a notícia de que Napoleão havia derrubado o rei espanhol Fernando VII, o Cabildo de Buenos Aires entendeu que sem o rei a soberania devia ser reivindicada para o povo, e que cabia a eles liderarem a luta pela emancipação política das colônias espanholas. Diante do levante, o recém nomeado vice-governador, Francisco Xavier de Elio, representante do poder espanhol no Prata, estabeleceu sua base de governo em Montevideú e declarou guerra ao Cabildo de Buenos Aires. Em fevereiro de 1811, somavam-se ao

movimento de independência os insurgentes orientais sob liderança de José Gervasio Artigas, oficial do Corpo de Blandengues, que contava com o apoio de parte desse Regimento, seguido por pequenos e médios produtores, além de alguns grandes estancieiros e comerciantes (SALA DE TOURÓN, 1978).

A Corte Portuguesa, já no Rio de Janeiro, voltava-se para as fronteiras hispânicas revoltosas. Parecia ser um momento crucial para alcançar a expansão longamente almejada pelos campos da Banda Oriental, e talvez até unificar as províncias insurretas sobre a Coroa de Carlota Joaquina, irmã de Fernando VII.

Foi nesse momento que o primeiro governador da Capitania Geral de São Pedro (criada em 1809), D.Diogo de Souza foi enviado às fronteiras junto de um exército. O governador atuava sob o pretexto de que a revolução das colônias espanholas não deveria se estender ao território português, e para se mostrar uma alternativa de “pacificação” da região (GOLIN, 2002).

Diante de proposta do Conde de Linhares, ministro de Negócios estrangeiros português, Dom Diogo havia dado início à reorganização das tropas da Capitania. O Regimento de Dragões, que ainda tinha sua sede em Rio Pardo, passou a ser dividido em quatro esquadrões (Rio Grande, Missões, nascentes do rio Jaguarão e do rio Ibicuí). O exército, sob comando de D.Diogo, era formado por tropas regulares de Rio Grande, Santa Catarina e São Paulo, além das companhias de milicianos e aventureiros (KUHN, 2013).

Em 1811, o grupo de orientais comandados por Artigas, com auxílio das tropas de Buenos Aires, sitiou o vice-governador Elío em Montevideu. Sem outra alternativa, o vice-governador pediu socorro para a princesa Carlota Joaquina, que rapidamente mandou enviar o exército de D.Diogo, o qual já estava na fronteira para “acudir” Montevideu. O avanço do efetivo militar português era uma esperada oportunidade de promover a tão sonhada conquista dos campos da Banda Oriental.

Nesse momento, Buenos Aires vinha lutando em duas frentes de batalha. O vice-governador Elío, aproveitando dessa situação, propôs um tratado preliminar de paz com Buenos Aires, isolando a Banda Oriental de seu projeto emancipatório (PARIS DE ODDONE, 2001). Sem as forças de Buenos Aires e com a presença do exército português, os insurgentes orientais se viam sem condições de vencer. Artigas, derrotado e desgostoso com Buenos Aires, dirigiu-se à província de Entre Rios levando consigo uma multidão de indígenas missioneiros, moradores do campo e apoiadores do seu movimento revolucionário (GOLIN, 2002).

Enquanto isso, as forças portuguesas mantinham seu interesse de agregar o território oriental ao Brasil, estacionaram em território oriental e só saíram no ano posterior diante de grande pressão por parte da diplomacia internacional, preponderantemente da Inglaterra. A retirada se deu só até a margem direita do Quaraí, assegurando a posse dos campos entre Ibicuí e Quaraí, submetendo a população e afastando a presença indígena “infel” da região (FARINATTI, 2010).

No tempo em que D.Diogo preparava a marcha para Montevideu, em julho de 1811, chegava a ele uma carta enviada por Francisco Chagas Santos, governador de Missões, com notícias dos últimos acontecimentos no Paraguai, narrado pelo Tenente de Dragões José de Abreu, que lá havia estado no mês de maio. Por força da ocasião, presenciou a tomada de poder pelos paraguaios e o início do processo de independência.

José de Abreu havia sido enviado em missão secreta ao Paraguai, onde deveria falar em nome de princesa Carlota Joaquina acerca de uma aliança contra as “forças rebeldes” de Buenos Aires. Em troca de uma força militar portuguesa que barrasse as comunicações entre Buenos Aires e Missões, Abreu pedia o reconhecimento dos direitos de Carlota Joaquina à Coroa espanhola e seus domínios.

Em tal missão, o tenente Abreu foi recebido pelo Governador Bernardo de Velasco y Ruidobro, espanhol que desde 1803 governava o departamento de Missões, e a partir 1806 havia incorporado também o cargo de governador do Paraguai, ficando os dois territórios sob a sua jurisdição. Iniciado o movimento revolucionário no Prata, o governador Velasco do Paraguai vinha recebendo propostas tanto de Buenos Aires, como de José Bonaparte e de Carlota Joaquina. Ao que o governo paraguaio se mantinha como súdito do poder espanhol concentrado em Montevideu, sob a figura do Vice-governador Elio (MOREIRA, 2006).

Buenos Aires havia enviado para atacar o Paraguai, naquele mesmo ano de 1811, suas forças comandadas pelo General Belgrano. Nos combates que se seguiram, os paraguaios saíram vitoriosos, ainda assim as ideias de independência ganhavam força entre os militares paraguaios que haviam lutado contra Buenos Aires, como o Coronel Cavanã, um dos “conspiradores” da derrubada de Velasco (MOREIRA, 2006).

Conforme narrado na documentação, José de Abreu ficou detido por quinze dias no Povo de Itapuã pelo Tenente Coronel Fulgêncio Yegros, até que chegou uma carta de Velasco permitindo seu caminho até Assunção. Lá chegando, foi prontamente recebido pelo Governador que teria lhe dito que “todo seu empenho era pôr-se aos pés da Sereníssima Sra. Dona Carlota, pois não reconhecia outro sucessor à Coroa, e domínios de Espanha”⁵⁴. Segundo Mary Lopes Moreira (2006), Abreu participou de reunião no Cabildo, onde declarou abertamente que para receber qualquer ajuda militar, era necessário o reconhecimento de Carlota Joaquina como legítima sucessora ao trono. Tal declaração teria inflamado os ânimos da sessão que recebiam um oficial português sem a anuência do vice-governador Elío, o que poderia ser tido como traição. Enquanto isso, corria o boato pelas ruas de que o Governador Velasco pretendia entregar o Paraguai aos portugueses.

Mary Moreira (2006) demonstra como os rebeldes paraguaios já conspiravam para derrubada de Velasco, contexto no qual a presença do Tenente Abreu teria acelerado o processo, que ganhou força em poucos dias. Segundo declaração de Abreu, ele já se preparava para partir quando teve notícia que a praça militar estava tomada e que os rebeldes proibiam sua partida. O governador teria, então, mandado Abreu queimar todas as cartas que levava ao Rio Grande. Na ação, foram presos Velasco e seus apoiadores, e um grande número de europeus.

Segundo conta Abreu, seu destino era incerto, o povo pedia seu enforcamento, outros sugeriam que fosse remetido como prisioneiro a Buenos Aires. Atanacio Cavañas, um dos organizadores daquela revolução, deixou a decisão para o novo governador, Fulgencio Yegros, que vinha de Itapuã, e com sua chegada:

[...] foi logo o Tenente Abreu ao Quartel cumprimentar o novo Governador Yegros, que o recebeu com muitos abraços, por ser seu conhecido, e lhe prometeu que no dia 23 se retiraria livremente com a resposta [...]⁵⁵.

Assim terminou a Missão de Abreu ao Paraguai “donde não sem trabalho e receio se livrou o mesmo tenente”⁵⁶. O caso em si é muito interessante, e desperta

⁵⁴ Francisco das Chagas Santos a D.Diogo de Souza. Autoridades Militares. Francisco das Chagas Santos, maço 24. 07.07.1811; Documento também foi transcrito por Francisco Paula Cidade (1966), de onde primeiro tivemos notícia da documentação e nos enviado pelo historiador Max Ribeiro, a quem agradecemos.

⁵⁵ Francisco das Chagas Santos a D.Diogo de Souza. Autoridades Militares. Francisco das Chagas Santos , maço 24. 07.07.1811;.

nossa curiosidade: afinal, por que enviar José de Abreu? O tenente não era um agente diplomático da Corte para ser enviado nessa missão oficial. Talvez, a forma como escapou possa nos indicar alguma resposta.

Segundo o documento, Abreu era conhecido de Yegros, e devia seu retorno a ele. Essa afirmação não deixa claro se Abreu conheceu o novo governador Yegros quando passou 15 dias detido por ele em Itapuã, ou se os dois já mantinham algum contato. Yegros era Comandante de Missões antes de tomar o posto de governador, e não parece difícil de imaginar que os dois tenham tido algum contato no tempo que Abreu comandava a Guarda da Cruz, bem na fronteira com o Povo da Cruz do outro lado do rio Uruguai.

Na correspondência de Abreu, do ano 1814, percebemos que ele se mantinha bastante atento ao que acontecia no território de Missões, possuindo lá um espião, o Cirurgião Henrique José Peixoto. Nesse ano, Abreu estava interessado nas movimentações de Vicente Antônio Matiauda⁵⁷, paraguaio que havia se aliado a Artigas. Preocupado com a presença de Matiauda em São Tomé, Abreu lhe enviou uma carta perguntando quais eram suas intenções, ao que o comandante paraguaio respondeu que “vinha reestabelecer a paz e tranquilidade entre os irmãos deste mesmo povo”⁵⁸ e que Abreu não deveria se preocupar, mas sim felicitá-los pela nova vizinhança. Terminava saudando Abreu “com a maior consideração e respeito”. Ao remeter cópia desta carta a Francisco Chagas Santos, Abreu escreve “[...] apesar de que Matiauda afeta muita amizade [...]”⁵⁹ era necessário policiar a fronteira em caso de um ataque. Tal documentação deixa-nos entender que ambos tinham uma relação amistosa, e Matiauda havia nascido em Itapuã e era parente de Fulgencio Yegros. Assim, vemos que Abreu tinha contatos nessa região o que torna mais fácil de compreender ter sido escolhido para desempenhar o papel de mensageiro da Corte.

As relações de José de Abreu pareciam ultrapassar o Rio Uruguai rumo ao norte, a ação de “espias” e a coleta de informações acerca da zona fronteira faziam parte do gerenciamento dessa fronteira, e era um importante atributo dos

⁵⁶ Francisco das Chagas Santos a D.Diogo de Souza. Autoridades Militares. Francisco das Chagas Santos, maço 24. 07.07.1811

⁵⁷ Nesse mesmo ano o militar paraguaio Matiauda derrota Bernardo Planes, administrador de Missões, sobre o comando de Buenos Aires, tomando o Povo da Cruz (PADRÓN FAVRE, 2016).

⁵⁸ Matiauda a José de Abreu (enviado em cópia para Francisco Chagas Santos), 15. 03.1814, Autoridades Militares José de Abreu, lata 168, maço 44, AHRS.

⁵⁹ José de Abreu a Francisco Chagas Santos, 05. 04.1814, Autoridades Militares José de Abreu, lata 168, maço 44, AHRS.

comandantes militares (COMISSOLI, 2014). Por outro lado, as Missões, mesmo esfaceladas entre diferentes soberanias e projetos de governo, aparentavam ainda conter uma unidade. Isso porque a população missioneira que transitava pelos povos fazia ainda parte de um grupo específico, com relacionamentos, costumes e práticas econômicas e políticas semelhantes. Os antigos territórios de Missões eram, portanto, um referente ainda importante na administração daquele espaço.

Vale ressaltar que a decisão por deixar Abreu livre era provavelmente uma posição bastante razoável de Yegros, que não devia querer começar seu governo causando tamanha afronta à Corte brasileira, prendendo ou assassinando seu emissário. A ira do povo, cuja declaração era de que Abreu vinha “comprar o Paraguai”⁶⁰, tornava-se bem vinda para acelerar o movimento de derrubada de Velasco, mas as lideranças do movimento não iriam querer que ele caísse em “anarquia”, mesmo o governador Velasco foi logo posto em liberdade, sendo exilado apenas no ano de 1814 (MOREIRA, 2006).

No mesmo mês que retornava do Paraguai, José de Abreu era promovido à capitão⁶¹. Ele passou o ano 1812 em campanha com D.Diogo (PAULA CIDADE, 1966), que, conforme Kunh (2013), no tempo em que ficou estacionado em Montevideu aproveitou para perseguir os seguidores de Artigas e atacar as populações de charruas e minuanos existentes entre os rios Arapey e Quaraí.

Com a retirada de D.Diogo de volta para o Rio Grande, as terras entre o Ibicuí e o Quaraí ficaram garantidas, e o governador aproveitou para distribuir sesmarias na região, regularizando a posse de indivíduos que vinham se colocando nessas terras anos antes (OSÓRIO, 2015). Como trataremos no capítulo dois, essas terras formavam o Distrito de Entre Rios, território comandado por José de Abreu e cabia a ele informar a situação de povoamento e de distribuição dos campos. O exercício do cargo de Comandante da fronteira de Entre Rios (1813-1822) foi um importante ponto de inflexão em sua trajetória, pois permitia ampliar consideravelmente seu cabedal de relacionamentos, e ainda incorporar ao seu patrimônio fartas pastagens na Campanha.

⁶⁰ Francisco das Chagas Santos a D.Diogo de Souza. Autoridades Militares. Francisco das Chagas Santos, maço 24. 07.07.1811.

⁶¹ Ofício Tenente Coronel Luís dos Santos Paiva, 29.04.1824, BNRJ, José de Abreu. Documentos Biográficos, C931-1.

1.4 “POSSUÍ UMA DAS CASAS MAIS OPULENTAS DAQUELA PROVÍNCIA”: A CONSTRUÇÃO DOS SÍMBOLOS DE PRESTÍGIO E DE PODER

No ano de 1813, José de Abreu já era tenente-coronel e assumia o comando de um Regimento de Cavalaria e Milícias Guaranis de Missões. Vimos como José de Abreu veio, ao longo dos anos, estabelecendo importantes relacionamentos com membros da elite militar e política rio-grandense, mas até agora não tratamos dos importantes vínculos de José de Abreu com a população indígena missioneira que habitava a fronteira. De fato, o tema é bastante amplo e, por isso, optamos por resguardar o assunto ao capítulo seguinte⁶². A aliança com os indígenas missioneiros parece ter sido um elemento tão marcante na trajetória de Abreu que gerou a associação de que o próprio Abreu era (ou podia ser) filho de uma índia guarani de Rio Grande.

Paranhos Júnior, futuro Barão do Rio Branco, historiador, advogado e diplomata brasileiro, que viveu na segunda metade do XIX e primeira década do século XX publicou um ensaio biográfico sobre José de Abreu na revista do IHGB do ano de 1865, que tinha intensão de enaltecer os seus feitos de guerra e instituí-lo como herói da nação (CORRÊA, 2016). Nesse sentido, o autor insere uma interessante nota acerca do fenótipo de Abreu:

“E nada mais sei a respeito do barão do *Cerro Largo*. O senhor Viegas, cartorário da Thes^a foi quem mostrou-me o livro de onde copiei o que foi transcrito acima”. (Esta nota foi escrita por um Leopoldino, contador da Tesouraria).” Carta de Antonio de Azambuja: “Falando com Viegas a respeito da natureza do barão do *Cerro Largo* etc., disse-me que estava certo de que ele era misturado, e que se inclinava a crer que era indiático, por ter o cabelo corredio, e esta circunstância (a cor) exclui toda a ideia, como já lhe disse, de ser ele descendente dos casais que vieram em 1740 para a província.” O mesmo Azambuja escreveu depois: “O coronel Tota com quem conversei antes ontem me afirmou que Abreu, de quem ele foi secretário quando aquele comandava as armas, lhe dissera ter nascido em Povo Novo, perto do Rio Grande, e descender de caboclo, como ele mesmo dizia.” Estas informações foram enviadas por Antônio de Azambuja Cidade (Porto Alegre) e por ele transmitidas a José Feliciano França. Coruja foi quem, me as deu. Conclui-se, pois: que José de Abreu, filho de João de Abreu, nasceu em Povo Novo no ano de 1770; que era meio índio; que entrou para o serviço em 28 de dezembro de 1784. (PARANHOS, 2012, p.57).

⁶² Ver o segundo capítulo (2.2- Das “quebradas” do inhanduy às margens do Ibirapuitã: A ocupação do território de Alegrete a partir do aldeamento da população indígena)

Francisco Paula Cidade (1966), a partir do batismo de José Inácio da Silva Abreu, também se perguntava acerca da ancestralidade de seu pai, José de Abreu. No batismo, a avó do batizando, mãe de José de Abreu é chamada de “Ana Maria, natural de Rio Grande”, um nome e lugar diferente do de Ana Bernarda, dos Açores. Tal fato fez Cidade se perguntar se João de Abreu não havia tido uma outra mulher, talvez índia? Em nota sobre a originalidade do retrato a óleo do Barão do Serro Largo (figura 3) Paula Cidade defende que a: “fisionomia não parece ser de um caboclo, cruza de branco com índio, conforme mestiçagem que lhe atribuem vários dos que com ele privaram, um dos que aponta como sendo dos maiores conhecedores da língua indígena” (CIDADE, 1966, p.115).

Figura 3 Iconografia: José de Abreu- Barão do Serro Largo



Imagem cedida a Helga A. pelo museu Júlio de Castilhos de Porto Alegre⁶³. Helga A. Repositório, in: <http://eutueles.com/jose-de-abreu-i-repositorio/> Acesso em 28.05.2017.

⁶³ Iconografia: José de Abreu (Barão do Serro Largo): No de registro: 143 : crayon sobre papel, 50 x 39 cm : assinada, ilegível : doação, Quartel General do III Exército, 1949 : REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS: Livro de Ofícios Recebidos. Museu Júlio de Castilhos.1948/49, p. 314 e 315. Note-se que Francisco Paula Cidade (1966) questiona a autenticidade do retrato principalmente pautado na descrição do fenótipo do Barão do Serro Largo. Se de fato essa imagem foi feita tendo

Em um primeiro momento, todas essas questões nos fizeram indagar também se José de Abreu não era fruto de algum segundo casamento de João de Abreu, ainda mais porque no documento de partida para San Carlos, de 1765, consta que sua mulher havia sido deixada enferma em Rio Grande. No entanto, a investigação de Helga A.⁶⁴ nos dissuadiu dessa ideia, porque, como vimos, comprova a presença de Ana Bernarda em San Carlos, onde teve outros quatro filhos com João de Abreu. Além disso, há o retorno para Rio Grande, em 1802, quando o casal batiza seu filho mais novo, e por fim a morte de ambos, com apenas dois anos de diferença: Ana Bernarda de Sousa, em 1788, e João de Abreu, em 1790.

A incompatibilidade entre nomes dos indivíduos e lugares de nascimento nos registros eclesiásticos não era um fenômeno raro. No batismo da filha de Abreu, Ana⁶⁵, em Rio Pardo, consta que a mãe de José de Abreu era “Ana Bernarda de Souza”, mas que José de Abreu nasceu em “Rio Grande” e não em San Carlos. Segundo Hameister (2006), a “troca” de nome entre as mulheres era ainda mais comum. As mudanças estavam relacionadas ao modo como o padre coletava tais informações, sem existir nenhuma necessidade de comprovação, o que só torna o trabalho do historiador mais complexo.

O fato de José de Abreu ter sido reconhecido por seus traços indiáticos só fica mais curioso quando percebemos que, ao que tudo indica, o mais provável é que seu pai e sua mãe fossem mesmo imigrantes portugueses. Se foi mesmo assim, este não é apenas um detalhe de mero interesse biográfico ou genealógico. Em algum momento, a sua figura ficou associada à população indígena de tal forma que se entendia que ele era, em parte, um deles. Sua capacidade de mediação entre os conquistadores e os indígenas, sobretudo os guaranis missioneiros, recorrentemente ressaltada na documentação, deve ter sido responsável por tal associação. Se, de fato, ele falava fluentemente o guarani, este fator deve ter ajudado na construção

por base José de Abreu, mais surpreendente é a atribuição de “caboclo” que se ligou a ele, uma vez que toda a sua feição corresponderia a um homem caucasiano.

⁶⁴ Helga A. fez um amplo estudo acerca do parentesco de Abreu remetendo a sete gerações no lado materno e duas pelo lado paterno. Ver: Helga, A. [José de Abreu: a linhagem paterna], in Eu, tu, eles. Disponível em: [<http://eutueles.com/jose-de-abreu-vi-a-linhagem-paterna/>]. Acesso em [15.05.2017] e: Helga, A. [José de Abreu: a linhagem materna], in: Eu, tu, eles. Disponível em: [<http://eutueles.com/jose-de-abreu-vii-a-linhagem-materna/>]. Acesso em [15.05.2017]

⁶⁵ Batismo Ana, 08.09.1802- Family search, Brasil, Rio Grande do Sul, Registros da Igreja Católica-1732-1952. Rio Pardo, Nossa Senhora do Rosário, Batismos out 1800- set 1802. Disponível em: <https://familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-F6QB-7F?i=60&wc=M78X-T38%3A371567001%2C371567002%2C371619601%3Fcc%3D2177295&cc=2177295>. Acesso em: 15.05.2017

dessa identificação, como também na constituição de alianças com esse grupo, sendo um poderoso recurso para uma liderança daquele período⁶⁶. Ainda que isso não fosse verdade, apesar de haver referências, ou seja, caso ele não falasse a língua guarani, é certo que Abreu deve ter encontrado outros meios para estabelecer uma negociação com esse grupo de indígenas e, assim, tornar-se uma liderança no meio deles. Como desenvolveremos no próximo capítulo, estas relações formaram, por sua vez, parte do cabedal que permitiu a Abreu construir uma trajetória de mobilidade social, baseada também no serviço de armas e comandância naquela conturbada fronteira recém-conquistada.

Desde 1808, os oficiais de milícias passaram a ser retirados das tropas de linha, numa tentativa melhorar a disciplina dos corpos (LUFT, 2013). Assim, podemos entender a promoção de Abreu de uma tropa regular para o comando da cavalaria de milícias guaranis, como vimos há pouco. Segundo José Iran Ribeiro (2005), existiam duas unidades de milícias guaranis na Capitania, as duas sediadas em São Borja. Nestas, em geral, os oficiais eram índios, mas subordinados a superiores brancos. Segundo Aurélio Porto, D.Diogo organizou um regimento de guaranis a cavalos “que guerreiam com lança” (PORTO, 1954, p. 344), e mais tarde, como havia excesso de praças, havia se organizado outro, estes formariam o 24º e 25º regimento de milícias de Missões, que estavam sob comando de José Luís Mena Barreto e José de Abreu (PORTO, 1954).

No ano de 1815, José de Abreu começou a organizar uma Patrulha denominada “Esquadrão de Voluntários da Cavalaria de Milícias do Distrito de Entre Rios”, que, no ano seguinte, seria transformado no Regimento de Milícias de Entre Rios⁶⁷. A capacidade de Abreu em organizar esse regimento deixa evidente que sua influência aumentava com a guerra e com a necessidade da Coroa em arregimentar homens. A partir da criação desse corpo, Abreu poderia distribuir livremente os cargos de sargentos, furriéis, e cabos, assim como sugerir a nomeação dos oficiais maiores.

⁶⁶ Em conversa com Helga A., ela sugeriu a possibilidade de Abreu ter aprendido o guarani nos dez anos em que serviu na Companhia de Artilharia e Infantaria do Rio Grande. Achamos a hipótese interessante, certamente Abreu vindo de uma situação subalterna teria tido um contato mais direto com a população indígena que lutava com os portugueses.

⁶⁷ Proposta de transformação da Patrulha denominada “Voluntários Milicianos do Distrito de Entre Rios” em “Regimento de Milícias de Entre Rios”, Joaquim Xavier Curado a Marquês de Alegrete. Autoridades Militares, Joaquim Xavier Curado, 22.12.1816, lata 171, maço 59, AHRs.

Diante deste contexto, podemos considerar, também, sua preocupação em inserir seus filhos como milicianos: com vinte anos, Cláudio José de Abreu já era feito sargento-mor de milícias e com dezoito José Inácio da Silva era Alferes da mesma tropa. Todos os filhos de Abreu que tivemos notícia tiveram postos militares. Além disso, como um dos poucos contatos que conseguimos perceber com a família de seus pais, Abreu incorporava à Companhia um irmão seu, Romão de Souza, que vinha do Regimento de Milícias da fronteira de Rio Grande, onde havia lutado como porta estandartes e era promovido por Abreu a Furriel. Segundo Farinatti (2007), era um fenômeno comum os filhos da elite da fronteira seguirem os passos do pai no campo militar e na produção pecuária. Isso porque, claramente, eles tinham o caminho facilitado pelo pai. No meio militar, o prestígio e as relações do pai, bem como as constantes nomeações para cargos, alavancavam a carreira dos filhos. Bento Manuel Ribeiro, que se pode dizer possui uma trajetória bastante semelhante a Abreu, (tendo ocupado, cerca de uma década depois, também o cargo de Comandante da fronteira de Entre Rios e mais tarde encarregado como Governo das Armas da província) inseriu alguns de seus filhos no meio militar, de modo que eles utilizaram do bom crédito do pai para impulsionar as próprias carreiras.

No período em que Artigas permaneceu na região de Entre Rios e Paraguai, seu programa político foi ganhando definição. O líder oriental foi consagrado como chefe dos Povos Livres, uma confederação de províncias (Entre Rios, Missões, Santa Fé e Córdoba) que buscavam sua emancipação e autonomia diante do governo de Buenos Aires. Em 1815, Artigas retornou à Banda Oriental e ocupou Montevidéu que se viu pela primeira vez nas mãos dos insurgentes orientais. Nesse mesmo ano, Artigas promulgava o “Reglamento Provisorio de la Provincia Oriental para el Fomento de la Campaña y Seguridad de sus Hacendados”, que ampliava, consideravelmente, a base social do movimento artiguista e que marcaria a radicalização da revolução (SALA DE TOURÓN, 1978). O “Reglamento” distribuía as terras de “malos europeos” e “peores americanos” para a população mais desfavorecida. Ele reclamava os campos e gados para os homens livres pobres da Campanha. Tal projeto criava opositores a Artigas dentro da própria Banda Oriental, que viriam a aceitar uma nova intervenção das forças portuguesas.

O Reino português, preocupado com o avanço militar de Artigas e com suas ideias de soberania popular e igualdade entre os homens, e ainda tentando alcançar o domínio do rio da Prata, organizou um plano de ataque que visava tanto expulsar o

líder oriental da Capitania, como avançar no território da Banda Oriental. O General Carlos Frederico Lecór, militar lusitano, foi enviado ao Sul como comandante da Divisão de voluntários D'El-Rei, que contava com quinhentos veteranos da guerra contra a França e que se juntavam às milícias organizadas pelas lideranças rio-grandenses e os corpos regulares da Capitania. Após a batalha de *Índia Muerta*, as forças portuguesas saíram vitoriosas, e se viram livres para marchar em direção a Montevidéu, onde Lecór entrou, oficialmente, no ano de 1817 (CESAR, 1970).

Diante da possibilidade dos portugueses conquistarem a Banda Oriental, Artigas chamava a população a se erguer e lutar. Enviava também suas forças, comandadas por Andres Guacurari⁶⁸, conhecido como *Andresito*, com cerca de dois mil homens para tomar as Missões. Nesse episódio, sitiou os homens de Francisco Chagas Santos em São Borja.

José de Abreu foi, então, encarregado por Joaquim Xavier Curado⁶⁹ de marchar com 600 homens em socorro a São Borja⁷⁰, tais homens seriam formados, segundo Aurélio Porto (1954), por uma divisão de São Paulo e os homens do Regimento de Milícias de Entre Rios. Na documentação acerca da tarefa designada a Abreu, conseguimos perceber quão relacionado seu poder estava à sua capacidade militar. Isso porque José de Abreu demorou-se na marcha até às Missões, sem enviar notícias acerca da sua posição e motivos da sua lentidão. A ação foi encarada cada vez mais por Curado como um ato que afrontava sua honra e merecimento, e, por isso, ele foi repreendido duas vezes.

[...] Este tenente Coronel Abreu tem cometido em grande falta em demora no auxílio destinado para as Missões por cujo motivo já lhe foi estranhada sua conduta, e segunda vez reprimido seu comportamento, como V.Exa deverá ver na copia inclusa. Espero da honra daquele oficial, cujo merecimento o fazia recomendável, que desempenhará a comissão de que

⁶⁸ Andrés Guacurari era Capitão de Blandengues, e Comandante de Missões, encarregado por Artigas. (PORTO, 1954).

⁶⁹ Em artigo sobre a política Bragantina no Prata e a trajetória de Joaquim Xavier Curado, a historiadora Francisca L. N. de Azevedo (2002), resume quem era Curado: “Joaquim Xavier Curado é considerado o primeiro militar nascido no Brasil que conseguiu altos postos no exército colonial. Foi figura central para a política expansionista portuguesa nas regiões platinas, tanto no período joanino quanto no reinado de Pedro I. Durante vinte anos, Xavier Curado foi responsável pela coordenação de uma espécie de “inteligência” portuguesa no rio da Prata. Seu papel era muito mais de um agente secreto, atuando no serviço de informações e aconselhando estratégias para invasão, do que de comandante militar. Diversas vezes ultrapassou clandestinamente a fronteira para investigar as condições de resistência das colônias espanholas e buscar apoio da população a fim de facilitar a entrada das tropas e a ocupação portuguesa na região.” (AZEVEDO, 2002, p.161).

⁷⁰ Autoridades Militares, Joaquim Xavier Curado, 01.09.1816, lata 171, maço 59, AHRS.

se acha encarregado [...] (Carta de Joaquim Xavier Curado ao Marquês de Alegrete)⁷¹.

[...] Neste instante recebo o ofício do Brigadeiro Francisco das Chagas com data de 15, exigindo, e clamando pelo socorro que me exasperou anteriormente: Sinal evidente de que V.Sa. ainda não deu um só passo para adiantar a diligência de que se acha encarregado. Sobre esse assunto escrevi ofício ao Brigadeiro Tomás da Costa estranhando o vagar e frouxidão que se observa nos movimentos de V.Sa. do que resultou o ofício que o mesmo Brigadeiro dirigiu a V.Sa. nada data de 17 que me foi remetido por cópia. Este procedimento não só é tardio, como perigoso pelas funestas consequências que podem resultar, deixo muito em dúvida o merecimento de V.Sa.[...] (Correspondência Joaquim Xavier Curado a José de Abreu)⁷²

Quando Abreu chegou a São Borja em três de outubro e derrotou o inimigo, procurou esclarecer os motivos de sua demora. Segundo ele, o atraso se devia a ter encontrado uma força de Artigas, com cerca de 200 homens, que vinha se juntar a *Andresito*. Perguntando aos índios sobre as intenções de Artigas, Abreu também ficou sabendo que havia mais uma partida entrando na paragem, chamada “São Diogo”. Sem tempo de esperar a resposta de que ação devia tomar, Abreu decidiu ir encontrar os inimigos “[...] o que não me era preferível fazer antes por me ser forçoso vir a este lugar destruir os inimigos que ocuparam o Território entre Ibicui e Quaraim [...]”⁷³ Abreu conseguiu derrotar essa partida, mas o desvio fez com que precisasse fazer uma pesada marcha para alcançar São Borja a tempo. É provável que ele não quisesse deixar desprotegido o território que administrava e onde tinha suas terras. Precisou, portanto, enfrentar os homens de Artigas que ameaçavam o Distrito de Entre Rios, para depois se direcionar às Missões. Após o sucesso de sua empreitada, Abreu escrevia a Curado:

[...] certifico a V.Exa. que de agora em diante farei tudo quanto V.Exa. me ordena, já que até agora as mesmas ordens tem sido contrárias as minhas tentativas, e sobretudo não se me haver dado credito quando ao seu tempo fiz ver o que presentemente acontece; o que ainda se pode remediar deixando-me obrar com liberdade, e fazer uso da prática que tenho do inimigo e do país: sendo assim estou certo de que não perderei o conceito que V.Exa. até aqui tem feito dos meus serviços." (José de Abreu a Joaquim Xavier Curado)⁷⁴

⁷¹ Autoridades Militares, Joaquim Xavier Curado, 19.09.1816, lata 171, maço 59, AHRS.

⁷² Autoridades Militares, Joaquim Xavier Curado, 23.09.1816, lata 171, maço 59, AHRS.

⁷³ José de Abreu a Joaquim Xavier Curado. Autoridades Militares, Joaquim Xavier Curado, 22.09.1816, lata 171, maço 59, AHRS.

⁷⁴ Autoridades Militares, Joaquim Xavier Curado, 22.09.1816, lata 171, maço 59, AHRS.

O comandante Joaquim Xavier Curado também voltava a recomendar os serviços de Abreu, que “continua a fazer valer o seu merecimento”⁷⁵ Nas batalhas contra os homens de Artigas, entre os anos 1817 a 1820 Abreu foi promovido quase que anualmente. Após a Batalha de Tacuarembó, em que o exército português, comandado pelo então Governador Geral, Conde da Figueira, derrotou definitivamente Artigas na região, José de Abreu era nomeado Marechal de campo graduado.

José de Abreu não acumulava somente prestígio militar em tais anos, ele usava a situação de guerra e instabilidade da região para arrecadar poder e recursos para si e para os seus. O relato de Saint-Hillaire ajuda a complexificar a imagem do comandante de Entre Rios. Ao seguir em direção às Missões, no ano de 1822 o viajante europeu não escolheu o caminho que passava pela Capela de Alegrete, devido à falta de tempo, à grande distância e as cheias dos rios. No entanto, teceu interessantes opiniões diante do que ouvira falar da tal Capela comandada pelo Marechal Abreu:

Quando os insurrectos espanhóis apossaram-se da aldeia de S Nicolau, o Marechal Abreu veio com suas milícias em socorro a província, e, assegure-me meu hospedeiro que em sua retirada esses soldados causaram maiores danos que os próprios inimigos, pilhando sem escrúpulo, carregando com o gado com os cavalos das estâncias por onde passavam.

Segundo tudo quanto ouvi dizer, parece que de fato a população da zona administrada pelo Marechal Abreu, isto é, de Capela de Alegrete e distritos circo-vizinhos, é de toda a Capitania a que mais se assemelha aos gaúchos, e os próprios costumes de Abreu pouco diferem dos homens conhecidos por esse nome (SAINT-HILLAIRE, 1999, p.140).

São Nicolau havia sido ocupada por *Andresito*, no ano de 1818, mas foi derrotado pelas forças portuguesas, comandadas por Abreu (PORTO, 1954). Nesse trecho, podemos ver como os homens de Abreu pareciam estar concentrando uma série de recursos, saqueados na guerra, em torno da Capela de Alegrete. Com a expansão territorial de Alegrete até o Arapey, a distribuição das riquezas seria ainda maior.

Artigas, derrotado, tendo perdido uma boa parte das lideranças que lhe davam apoio, retirou-se em exílio para o Paraguai. Sua presença na região, marcou os dez primeiros anos da revolução rio-platense, sendo considerado um símbolo da

⁷⁵ Joaquim Xavier Curado a Marquês de Alegrete. Autoridades Militares, Joaquim Xavier Curado, 09.10.1816, lata 171, maço 59, AHRs.

ideia republicana em um espaço onde havia grupos fortes com tendências monárquicas (PARÍS DE ODDONE, 2001). Com o passar dos anos, seu legado seria reclamado por outros projetos políticos de emancipação política da Banda Oriental.

Não nos demoraremos na análise dos anos de 1820 a 1827, pois da redistribuição das terras e saques após a conquista, trataremos no segundo capítulo. No terceiro, analisaremos o contexto de transformações com a independência do Brasil e a guerra Cisplatina, que tem início em 1825. Aqui, buscaremos apenas dar uma sequência bastante descritiva sobre a ascensão militar e política de José de Abreu em tais anos. Em 1822, ele assumia o comando do Distrito de Missões, mas lá ficou por pouco tempo, pois logo foi chamado para exercer o recém-criado cargo de Governador das Armas da Província (chamamos a atenção para o fato de que a emancipação política do Brasil de Portugal já havia sido decretada). Tratava-se do maior cargo militar regional do período, na medida em que a administração militar passava a ser separada do exercício do Governo civil.

Abreu terminava a guerra contra Artigas como Governador das Armas, dono de imensas terras entre Ibicuí ao Arapey, Marechal de Campo, Comendador da Ordem de Avis e da Ordem de Cristo. Conforme seu pedido de mercê de título de nobreza “possuí uma das casas mais opulentas daquela Província”⁷⁶ e era condecorado como Barão de Serro Largo no ano de 1826. Tinha um grande cabedal de relacionamentos, títulos simbólicos, vastas terras⁷⁷, conquistados a partir de uma trajetória de sucessos militares, de constituições de alianças e vínculos com a elite e com a população local, de concentração de títulos e recursos. E, dessa forma, consolidava-se como elite da Província de São Pedro e como um potentado militar da fronteira.

1.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

⁷⁶ Ofício Tenente Coronel Luís dos Santos Paiva, 29.04.1824, BNRJ, Documentos Biográficos, C931-1.

⁷⁷ No inventário do Barão e Baronesa do Serro Largo, constam quatro sesmarias (uma na costa do Ibirapuitã, uma na costa da Boa Vista, uma na costa do Pai Paço e uma no Inhanduí). Mais uma parte de campo, um rincão (no Arroio dos Ratos e outro em Viamão), uma charqueada em Novo Triunfo, três sítios (um em Porto Alegre, um no morro de Santana e um no Mato Grosso) (APERS, ano 1849, autos n.13, maço n.1, estante 68, Alegrete, Cartório do Civil, Inventário)). Ainda tivemos notícia de mais dois campos pertencentes a Abreu, que ficavam além do Quaraí, território incorporado após 1820. Nessa mesma região seus filhos, Cândido, Cláudio e Manuel possuíam sesmarias (AHRs, F1238, 04.07.823; AHRs, F1238, 31.05.1822; AHRs, F1238, 29.05.1822; AHRs, 1238, 10.07.1822. Agradecemos Prof.^a Helen Osório pela cessão das referências).

José de Abreu saía de uma família de poucos recursos, viveram poucas oportunidades de ascensão econômica e social. Nesse sentido, não conseguimos atestar se os pais deixaram a José de Abreu e a seus irmãos alguma forma de herança material ou imaterial. A opção pela vida militar parece ter sido uma forma de encontrar melhores condições econômicas, mas, em seus primeiros dez anos como militar de infantaria, não logrou nenhuma promoção. O casamento com Maria Feliciano Silveira em 1794, por acaso ou não, coincidia com a mudança de sua situação na hierarquia do exército. Nos próximos dez anos, José de Abreu não ficaria parado no mesmo cargo, pelo contrário, já seria Alferes do Regimento de Rio Pardo, comandando uma guarda avançada no território de Missões.

Estabelecer relacionamentos com os superiores militares, originários das tradicionais famílias de elite rio-grandense, e com os demarcadores de terras da Comissão de 1784, parece ter sido fundamental para a ascensão social do personagem em questão. O uso do seu dom, o “desempenho militar” conforme reiteradamente é afirmado, o faziam “merecedor” das promoções que se serviu no início do século XIX. Para além do “prestígio”, seu sucesso estava ligado ao seu *cabedal militar*, que era construído a partir de uma série de elementos, conforme a definição mais precisa de Luís A. Farinatti (2007):

[...] esse era formado, exatamente, por sua capacidade de conseguir homens, cavalos, suprimentos, por seu conhecimento das guerras do sul, por suas relações com lideranças platinas. Um cabedal militar sólido embasava o grau de *autonomia* relativa desses comandantes, ou seja, suas possibilidades de posicionar-se nas guerras e alianças instáveis do sul, de se tornar aliado desejável para os lados em luta, de poder negociar sua entrada nas guerras, de forma que considerasse mais adequada e vantajosa. Essa capacidade, por sua vez, dependia de também saber negociar com aliados e subalternos(FARINATTI, 2007,p.179-180).

A partida para uma terra de fronteira entre espanhóis e portugueses, entre índios e europeus, e a conjuntura de guerra dariam a oportunidade necessária para Abreu crescer no aparelho administrativo da capitania e na hierarquia militar. Estabelecendo alguma forma de comunicação com os habitantes nativos desse território, Abreu pode se posicionar como um mediador, um tradutor entre a administração do Rio Grande de São Pedro (e a partir daí com a Corte) e os distantes domínios fronteiriços em processo de conquista.

A carreira militar não trazia oportunidade para todos, uma boa parcela dos que combateram nas guerras de conquista nunca saíram de uma posição

subalterna. As famílias que já haviam feito seus nomes nas guerras de conquista dos Setecentos concentravam terras, títulos e os principais cargos militares, para acessar esse restrito círculo de recursos era necessário se aproximar de homens das tradicionais famílias guerreiras do Rio Grande, homens como Sebastião Pereira Pinto e João de Deus Mena Barreto. Era preciso ter a boa consideração dos superiores como Patrício Corrêa da Câmara e Joaquim Xavier Curado. Nesse sentido, o exército era o lugar para despontar lealdades e o companheirismo entre homens que lutavam lado a lado, mas não eram iguais. O relacionamento podia ser sacralizado na pia batismal onde os indivíduos eram tornados “parentes”. O estudo da trajetória de Abreu, talvez, esconda quão poucos eram os afortunados que faziam seu nome e fortuna nas guerras. O “fazer-se” elite exigia um pouco de estar no lugar certo na hora certa, mas dizia respeito, principalmente, de comprovar suas qualidades (seu dom) diante dos seus iguais e superiores.

Resta agora analisar como, a partir do exercício militar, Abreu teve acesso a terras, e influência na administração do território fronteiriço do distrito de Entre Rios. Assim, cada vez mais sua atuação como um agente do Estado lhe daria oportunidades de agregar relacionamentos (com jovens oficiais, com a população local e indígena missioneira) a seu cabedal social, que por sua vez seriam convertidos em maiores concessões mercês por parte da Coroa.

2. “GUERREAR E POVOAR NA FRONTEIRA: A ADMINISTRAÇÃO DE JOSÉ DE ABREU NO COMANDO DO DISTRITO DE ENTRE-RIOS (1814-1822)”

Tinha vindo das guerras do outro tempo; foi um dos que peleou na batalha de Ituzaingo; foi do esquadrão do general José de Abreu. E sempre que falava no Anjo da Vitória ainda tirava o chapéu numa braçada larga, como se cumprimentasse alguém de muito respeito, numa distância muito longe (LOPES NETO, 1976 p.53).

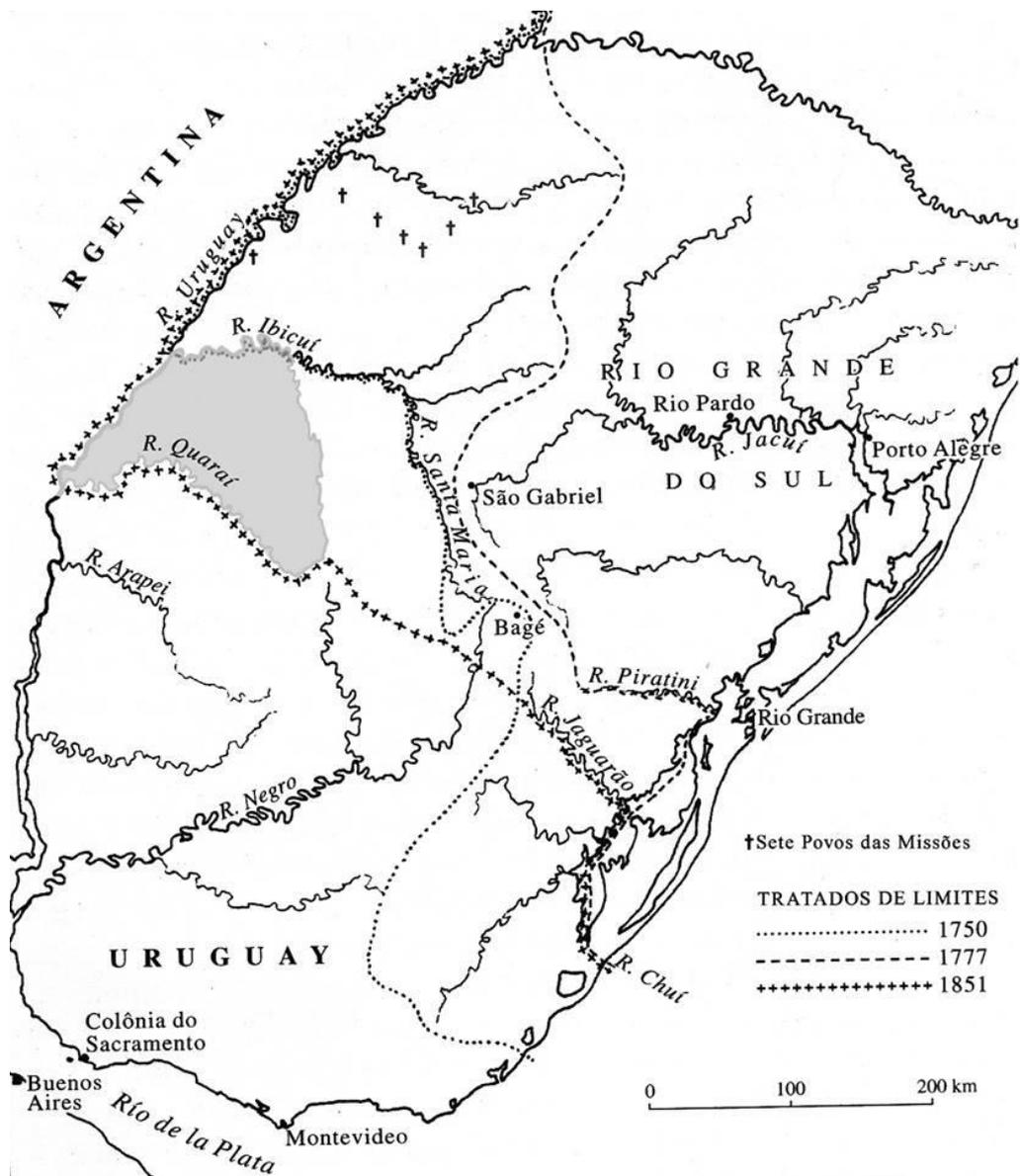
José de Abreu seria lembrado como um dos maiores líderes guerreiros de seu tempo, seria consagrado como herói de uma era de revoluções, de um mundo um tanto selvagem, de uma terra de fronteira, aberta e conquistada à força. Nas primeiras décadas do século XIX, o território que formaria a porção oeste do Rio Grande do Sul era uma fronteira disputada entre portugueses, espanhóis e a população nativa da região. Foi durante este conturbado período que José de Abreu pode aproveitar das trocas de poder que aconteciam e, assim, Tornar-se uma poderosa e influente liderança da fronteira.

Neste capítulo, buscaremos entender esse período essencial para construção e fortalecimento do poder de José de Abreu. Entre os anos 1814 e 1822, ele exerceu o cargo de Comandante do Distrito de Entre Rios⁷⁸, território compreendido entre os rios Quaraí, Ibirapuitan, Ibicuí e Uruguai (figura 4). Naquela região, os índios missioneiros haviam organizado suas estâncias durante o século XVIII e a invasão e conquista daquelas terras pelos luso-brasileiros levou a uma reestruturação do território a partir de uma nova lógica de ocupação, que tinha como fim efetivar o domínio sobre aquele espaço. Sobre tais terras, Abreu organizou a construção de uma capela que deu origem à vila de Alegrete, onde seriam aldeados os indígenas que lutavam com ele, também criou um corpo de cavalaria miliciana, distribuiu terras e recursos entre os homens que efetuaram a conquista e consolidou um poder que

⁷⁸ Osório (2015) esclarece que a designação “distrito” tinha um uso bastante amplo e, por vezes, impreciso, remetendo a diversas formas de divisão territorial, mas que, no entanto, era tida principalmente como uma divisão militar, refletindo uma circunscrição das tropas e ordenanças auxiliares. Edson Paniagua (2003) aponta quatro distritos pertencentes ao Departamento de Missões: “o Distrito de Missões” correspondendo aos Sete Povos; “o Distrito de São Diogo” delimitado pelos rios Santa Maria e Ibirapuitã; o “Distrito de Belém” entre os rios Uruguai, Quaraí e Arapey, e por fim, o “Distrito de Entre Rios”, como vimos, delimitado pelos rios Uruguai, Ibicuí, Ibirapuitã e Quaraí (figura 4). Tal divisão também nos foi sugerida pela documentação, no entanto, parece que como Belém acabou por ficar sobre administração de José de Abreu depois de 1820 (como veremos na terceira parte desse capítulo), esse território acaba por ser incorporado por Entre Rios, fazendo com que o distrito se estendesse desde o Ibicuí até o rio Arapey. Segundo Miguel Jaques Trindade (1985), ainda, o nome de “Território de Entre Rios” para essa região era utilizado antes da ocupação portuguesa daquele espaço (ver figura 8).

se alicerçava em uma rede de relações pautadas em trocas de reciprocidade desigual.

Figura 4. Mapa mostrando a região aproximada do Distrito de Entre Rios.



Fonte: Mapa adaptado de BELL, Stephen, 1998, p. 22. Apud. FARINATTI, 2010.

O território que José de Abreu ficara encarregado de povoar e de fixar a população local como súditos da Coroa lusa, estrategicamente, significava uma possibilidade de acesso rápido ao território de Missões, conquistado em 1801, em caso de ataque pelos inimigos espanhóis. Além disso, também representava um ponto avançado em relação aos campos da Banda Oriental, demarcando a intenção

lusa de domínio sobre aquele território. Assim, a partir da atuação de José de Abreu nesse importante espaço, queremos compreender as formas de apropriação e redistribuição de recursos, como terras e gado, em uma área de fronteira, mapear as relações sociais estabelecidas pelas trocas entre José de Abreu com a população instalada na região, e com os homens que, como ele, passaram a formar uma primeira geração da elite luso-brasileira naquela fronteira. O objetivo, então, é analisar as características da atuação de um agente do domínio luso-brasileiro em uma terra de fronteira recém-conquistada, no período colonial tardio, seu papel como mediador entre a Coroa e a população que se instalava naquele local, bem como os mecanismos do exercício do poder sobre aquele território.

Para tanto, utilizamos, como fontes, a documentação do Fundo Autoridades Militares do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Foram analisadas 145 cartas, em sua maioria, expedidas por José de Abreu entre os anos 1814-1822⁷⁹, que dão uma imagem acerca das demandas administrativas e militares do distrito. Entre elas, encontramos José de Abreu mediando disputas ou afirmando informações acerca da posse e propriedade da terra, organizando a povoação e narrando os enfrentamentos militares que participara. O referido fundo documental apresenta limitações, contendo informações por vezes bastante fragmentadas. Devido à falta de continuidade da correspondência de Abreu, é difícil acompanhar o desenrolar dos acontecimentos e contendas relatadas. No entanto, mesmo que originando uma imagem parcial e incompleta, essa documentação nos ajudou a pensar acerca da ocupação daquele território nos primeiros anos de conquista e também a refletir sobre o processo de disputa pela terra que se formava na região.

Também contribuíram para o estudo os relatos de campanha publicados na Revista Histórica do Instituto Histórico do Brasil, como “Memórias da Campanha de 1816” por Arouche de Moraes Lara, Capitão da Infantaria da Legião de São Paulo (volume 26, publicado em 1845) e “A celebração da paixão de Cristo entre os Guaranys”, de José Joaquim Machado de Oliveira, publicada em 1842. Por fim,

⁷⁹ Por vezes, acrescentamos a análise documentação encontrada referente aos anos 1810-1814, mas esta era bastante esparsa e não corresponde ao período que Abreu era Comandante da Fronteira; ou ainda, cartas de outras lideranças da fronteira como Francisco Chagas Santos, Joaquim Félix da Fonseca e Joaquim Xavier Curado.

empregamos também outras menções acerca de José de Abreu encontradas em escritos de viajantes, memorialistas e historiadores do período⁸⁰.

Na primeira parte deste capítulo, trataremos do processo de expansão administrativa do Reinado luso sobre as terras da fronteira que foi aberta pela força das armas dos luso-brasileiros nas primeiras décadas do século XIX. Esse espaço era formado tanto pela estância missioneira do povo de Japejú quanto por terras de domínio charrua e minuano, consistindo, portanto, em uma fronteira instável. O cenário de disputas pela região tornava-se ainda mais complexo diante do contexto de revoluções do Prata a partir de 1810. Nesse sentido, é necessário entender a organização do território como estratégia de conquista.

Ao longo da segunda parte deste capítulo, buscaremos compreender a relação estabelecida entre José de Abreu com a população missioneira, sobretudo aquela que se instalou ao sul do Ibicuí no período em questão. As alianças com os índios foram essenciais no processo de expansão dos domínios meridionais portugueses no Brasil. Consolidar alianças com essa população parece ter sido um dos grandes recursos de Abreu para colocar-se como uma liderança importante na fronteira e, dessa forma, elemento fundamental para compreender a construção social do seu poder.

Por fim, refletiremos sobre a redistribuição dos recursos tomados na guerra entre os homens que lutaram com José de Abreu, focando, principalmente, na apropriação das terras conquistadas. Em uma sociedade onde os aspectos da economia eram pautados por uma lógica de relações de reciprocidade horizontal e vertical, o Comandante da Fronteira tinha um papel importante, uma vez que era responsável pela distribuição dos campos conquistados. Nesse sentido, a partir das cartas de José de Abreu, podemos fazer uma análise que ajuda a entender a construção da paisagem agrária do território que viria a se tornar o município de Alegrete.

2.1 A EXPANSÃO PARA O OESTE: SOB A MARCA DA GUERRA E DA FRONTEIRA

⁸⁰ PINHEIRO, José Feliciano Fernandes. Anais da Província de São Pedro. Porto Alegre. 1982; SAINT- HILAIRE, August. Viagem ao Rio Grande do Sul. Belo Horizonte, Ed Itatiaia, 1999; PAULA CIDADE, Francisco. Dois ensaios de história. Rio de Janeiro. Biblioteca do Exército, Editora Sede, 1965.

Como vimos no capítulo anterior, desde fins do século XVIII, a Coroa portuguesa consolidava uma política de construção de uma fronteira de ocupação mais efetiva sobre território onde fica hoje o Rio Grande do Sul. Isso significava um investimento no domínio luso sobre o Continente de São Pedro, que se dava através da conquista militar, fixação da população e fortalecimento dos laços administrativos entre a elite e a metrópole (MIRANDA, 2006).

O Setecentos havia sido marcado por guerras cada vez mais globalizadas, na região Rio da Prata. Isso significava que a militarização da fronteira e a consolidação do povoamento pelos europeus se tornariam uma importante política para as Coroas Ibéricas. Na segunda metade desse século, guerras e tratados determinariam os avanços e recuos das fronteiras, e assim se consolidava a noção de direitos limítrofes entre as duas Coroas na América, os quais seriam definidos a partir da ocupação do território (ISLAS, 2009).

Nesse sentido, em uma tentativa de melhorar o controle administrativo da região, os Bourbon fundaram o Vice-reinado da Prata no ano de 1776. E nos anos subsequentes consolidaram a criação de novos distritos no mundo rural platino, a partir de subdivisões dos territórios provinciais. Também como parte dessa estratégia, nos anos de 1767/1768 os jesuítas haviam sido expulsos do amplo território missionário, os índios reduzidos foram deixados sobre a liderança espiritual de outras ordens, como dos franciscanos, e o espaço passou à administração de comandâncias militares. Esse processo, somado à criação dos novos distritos, abriu caminho para parte da elite hispânica acessar recursos na região das missões e preencher cargos administrativos que surgiam (BARRIERA, 2016).

A partir de antigos núcleos povoadores, como de Santa-Fé, Buenos Aires e Montevideo, as instâncias organizativas espanholas se *capilarizavam* para os territórios indígenas, convenientemente nomeados como “deserto” (DÁVILA; AZPIROZ, 2016). Essas frentes de povoação entraram em choque com a expansão portuguesa que também avançava para esses campos. Para os luso-brasileiros, as fronteiras de Rio Pardo, a oeste, e Rio Grande, ao sul, eram vistas como campos de possibilidades de expansão territorial, e as terras da região seguiram sendo distribuídas e ocupadas por eles desde a década de 1780 (OSÓRIO, 1990). Como já foi dito no capítulo anterior, uma forma encontrada pelos espanhóis de deter o avanço português, foi a construção de guardas da fronteira, a partir da política de Félix de Azara.

Adriana Dávila e Andrés Azpiroz (2016) estudaram as relações entre a sociedade hispano crioula com os índios chamados “infiéis” a partir da formação da povoação de Belém, em 1801. Nesse trabalho, os autores destacam a importante noção de que, muito mais do que uma fronteira entre os reinos espanhóis na América, a região estudada compreendia um fronteira indígena. Parte da região entre os rios Ibicuí e Arapey era controlada e ocupada por índios charruas e minuanos, chamados “infiéis”. Esses grupos mantinham redes de comércio (de couro, erva mate, aguardente) com as missões e suas estâncias e com populações luso e hispano-crioulas da fronteira (DÁVILA; AZPIROZ, 2016).

Dávila e Azpiroz afirmam que a ideia de avanço pelo “deserto” por uma “terra de ninguém” servia para legitimar os direitos sobre o território tido como uma terra desocupada. Apagar a presença indígena da região, e vê-la apenas como uma fronteira entre Portugal e Espanha, era uma condição necessária para a conquista. A ideia de “fronteira” se consolidava como uma noção de que havia terras desocupadas e livres, de fácil acesso e a baixo preço, mas isso só se tornaria uma realidade a partir do aldeamento ou do extermínio dos grupos indígenas que dominavam o território e que fizeram a terra disponível para construção de povoados e estâncias. Ou seja, não havia territórios abertos para a colonização na América, a fronteira foi aberta a partir da força, e os conflitos não eram exclusividade de Portugal e Espanha, mas sim de um conjunto de pessoas de diferentes origens étnicas que habitavam aquele espaço (DÁVILA; AZPIROZ, 2016).

É o que destaca também Ariadna Islas (2009) em um estudo sobre a construção política das fronteiras. Ao discutir o que seria o território da Banda Oriental em meados do século XVIII, ela afirma que o território era uma porção da Campanha de Buenos Aires, que ficava a oriente do Rio Paraná, ao norte do rio da Prata e ao sul do Rio Negro, essa região englobava “o continente de Entre Rios”, mas não fazia parte, nesse momento, a região das estâncias do Povo de Japejú. Para além das estâncias missioneiras e em parte sobrepostas a elas, nos campos a sul do rio Ibicuí, o território não era ainda controlado pela sociedade hispano crioula, e a região era tida como ameaçada pela presença indígena infiel.

Os luso-brasileiros avançaram militarmente para essa fronteira no ano de 1801. A vitória e a incorporação das Missões dependeram da aliança feita com cacicados indígenas da região que se despojavam do domínio espanhol. Formava-se uma importante rede de informações na fronteira. Através da constante vigilância

das movimentações dos vizinhos espanhóis, os portugueses perceberam a possibilidade de aliança com caciques desgostosos da administração espanhola desde a expulsão dos jesuítas. Em artigo recente, Adriano Comissoli mostrou a importância da comunicação política para a administração militar da fronteira no início dos Oitocentos (2014). Para dar força à política intervencionista portuguesa na região da Banda Oriental, os Governadores e Comandantes da Fronteira contaram com a ação de espões no território espanhol, que tinham a função de manter as autoridades informadas sobre as agitações políticas da região.

Após a conquista do território missioneiro de 1801, o medo de um ataque por parte dos espanhóis para retomar os campos perdidos estava bastante presente, o que impeliu uma povoação excepcionalmente militarizada de toda essa região (COMISSOLI, 2011). A conquista foi efetivada através da ocupação e colonização nos anos subsequentes, e diante da possibilidade de reconquista pelos espanhóis, guardas permanentes foram construídas ao longo da nova faixa de fronteira. Nesse período, os luso-brasileiros buscaram expandir a fronteira para as margens do Rio Quaraí. Esse movimento se fazia tanto de maneira espontânea por grupos de indivíduos direcionando-se para as regiões de fronteira aberta, e motivadas por chefes de bandos, e estancieiros que combatiam ou buscavam alianças com os grupos indígenas da região, quanto incentivada pelo governo imperial, que ao longo dos próximos anos, promoveria a instalação de capelas e vilas na região disputada (GOLIN, 2002).

Durante a primeira década do século XIX, aconteceu um significativo desenvolvimento do aparelho administrativo da Capitania. Após passar todo o século XVIII com apenas uma vila, em 1809 eram criados os primeiros quatro municípios: Porto Alegre, Rio Grande, Santo Antônio da Patrulha e Rio Pardo, este último era responsável pelo território das Missões (CESAR, 1970). Neste mesmo ano, se efetivava a criação da Capitania Geral de São Pedro, sob o comando de D.Diogo de Souza, que investiu na militarização e no avanço das fronteiras. O número das estâncias de gado na Capitania também crescia, motivado pela estruturação das charqueadas e da ampliação da distribuição de sesmarias e da apropriação de terras nos novos territórios conquistados. Agregava-se, ainda, na povoação a população de africanos e afrodescendentes, trazidos compulsoriamente como mão de-obra escrava.

A prosperidade da Capitania se dava em um conturbado período de lutas, em que o espaço do Rio da Prata foi disputado entre diferentes projetos de organização provincial e nacional. Enquanto Buenos Aires tentava controlar o processo revolucionário na região, outras províncias vizinhas se fortaleciam e tentavam manter sua independência, como Paraguai, Entre Rios e Corrientes. Já a Banda Oriental se mantinha como último reduto da força da Coroa espanhola no rio da Prata, sobre o controle do Vice-governador Elío (GOLIN, 2002). Ao contexto, ainda se inseria José Gervasio Artigas, construindo sua liderança sobre diversificada base e social e sublevando população com ideias de reestruturação agrária, pretendendo anexar à região de Missões, Paraguai, a província de Entre Rios e a Banda Oriental ao seu projeto, o que colocava em risco as bases da sociedade hierárquica luso-brasileira (COMISSOLI, 2011). Ao passo que a antiga colônia espanhola do vice-reinado da Prata se dividia, as forças portuguesas visualizavam uma nova oportunidade de expansão sobre o território espanhol, e a chance de enfim fechar sua fronteira na “ilha do Brasil”, entre os rios Amazonas, Paraguai e Uruguai (GOLIN, 2002).

Como vimos no capítulo “1”, o período de 1811-1820 foi marcado pela grande ascensão social e econômica de José de Abreu, que lutou e venceu grandes batalhas contra as forças de Artigas na região de Missões e do Distrito de Entre Rios. Abreu ganharia não só prestígio militar como grandes porções de terras nova região conquistada. Em cerca de vinte anos, saiu de jovem oficial, como começara a Campanha de conquista de Missões, a Marechal de campo, formando um grande cabedal de relações que lhe permitiria se colocar como uma das principais lideranças militares da Capitania de seu período. Para entender como se deu a construção desse seu poder, nos voltamos para as relações que ele estabeleceria em torno da povoação que fora incumbido de organizar às margens do rio Inhanduí, afluente do rio Ibicuí, e que mais tarde seria transposta à região onde hoje fica a cidade de Alegrete.

2.2 DAS “QUEBRADAS” DO INHANDUÍ ÀS MARGENS DO IBIRAPUITÃ: A OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO DE ALEGRETE A PARTIR DO ALDEAMENTO DA POPULAÇÃO INDÍGENA

Para a manutenção e avanço das fronteiras, era fundamental a povoação e estruturação institucional do território. O estudo de Fradkin e Barral (2005), voltado para construção nacional da Argentina, demonstra como as estruturas de poder provincial se expressavam na crescente ramificação territorial pelo mundo rural. Os povoados, organizados a partir da construção de capelas ou acampamentos militares, tornavam-se sedes de estruturas de poder (militar-miliciana, eclesiástica, judicial-policial) e possibilitavam ao Estado se acionar sobre o espaço e a população. Ao mesmo tempo, essas instituições eram utilizadas em aspirações de grupos locais, que ganhavam uma maior esfera de atuação e construíam solidariedades e identidades locais. A reflexão sobre o caso rioplatense ajuda a perceber como a administração portuguesa e, depois, brasileira, aos poucos se ramificava e instalava ao longo dos territórios conquistados, levantando paróquias, criando freguesias, povoados, levando suas estruturas administrativas aos confins do Império.

Osório (2015) esclarece que freguesia/paróquia é uma divisão de origem eclesiástica que na Capitania de São Pedro acabou sendo usada como sinônimo de povoação. A constituição dessas freguesias ao longo da história da Capitania traduziu as diferentes estratégias da Coroa portuguesa para a região. Nesse sentido, Osório destacou as origens das primeiras freguesias instituídas no século XVIII: Rio Grande como presídio, Rio Pardo como uma fortaleza, Nossa Senhora dos Anjos (Viamão) como aldeamento de indígenas, Porto Alegre como assentamento de açorianos, e Cachoeira como estabelecimento espontâneo, para citar apenas alguns exemplos. Nessas origens, podemos perceber diversos momentos da política de povoamento da região.

A partir da conquista do território de Missões e da expansão para os campos ao sul do Ibicuí, novas freguesias seriam formadas sobre a bandeira da manutenção das fronteiras. Foi a partir desse processo que uma guarda avançada foi estabelecida nas margens do rio Inhanduí. Nela, José de Abreu se consolidou como comandante de um corpo de guaranis missioneiros. Mais tarde, em 1814, nessa região foi fundada uma Capela (ARAUJO FILHO, 1908), que tinha exatamente como função fixar a população local naquele ponto e servir como base para uma nova distribuição de terras. O acampamento do Inhanduí estrategicamente localizava-se próximo suficiente às Missões para socorrê-la em caso de ataque, como também

demarcava a intenção lusa de domínio por sobre o território que ficava ao sul do Ibicuí (figura 6).

Marcelo Matheus, em um trabalho acerca da relação de senhores e escravos nessa fronteira, explorou a importância das capelas para expansão do domínio luso sobre o sul e oeste da capitania. As capelas significavam uma forma de reconhecimento por parte da Coroa da representatividade econômica e política do local onde essa era erguida e, dessa forma, eram tidas como uma graça que o rei concedia aos grupos de populações instalados em determinadas regiões. Povoados que começavam a partir de acampamentos militares na fronteira tornavam-se sedes de capelas, na medida em que a ocupação se efetivava (2013). Naquela sociedade, em que o papel da religiosidade era essencial para compreender a atuação dos indivíduos, as capelas se transformavam em um fator de atração da população que buscava pelos sacramentos divinos e também pela função organizadora e formalizadora de relações sociais presentes nos atos eclesiásticos. Isso acaba por transformar os paroquianos em fregueses de uma instituição portuguesa estruturada nos confins do Império.

Segundo Joaquim Félix da Fonseca, Comandante de Missões, em correspondência enviada ao Governador da Capitania, Abreu estaria na região que formaria o Distrito de Entre Rios desde 1808, organizando lista de interessados em sesmarias ao governador e fazendo assentamentos nas imediações da guarda até que houvesse licença superior para distribuição de sesmarias:

"O tenente de Dragões José de Abreu comandava a Guarda do Inhanduí em todo o tempo que estive em Missões desde novembro de 1808, até outubro de 1809. O dito Tenente tinha consentimento meu para deixar sem barulho nem desordem fazer alguns assentamentos nas imediações do distrito daquela guarda, onde houvesse conveniente, enquanto os pretendentes não obtivessem as precisas licenças superiores. E ali se conservassem e requeressem as suas competentes sesmarias, sendo isso mesmo o que eu facilitava e permitia aqueles que por este fim a mim recorriam." (Joaquim Félix da Fonseca para D.Diogo)⁸¹.

Como tratamos no capítulo "1", a existência da guarda pode ser remetida pelo menos ao ano de 1806, quando ela aparece em um importante documento que consagrava a aliança do governo da Capitania de Paulo Gama com o cacique

⁸¹ Autoridades Militares, Joaquim Félix da Fonseca, 11.12.1810, maço 17, AHRs.

charrua Dom Gaspar, que vivia próximo a guarda do Inhanduí⁸². Dois anos depois de firmada a aliança, os portugueses já distribuíam terras na região, que entendiam como em disputa com os espanhóis (figura 5), desrespeitando o *status quo* de 1804, que limitava a fronteira portuguesa ao norte do Ibicuí (figura 2). No Acampamento do Inhanduí, estava estacionado um corpo miliciano de guaranis. Em documento de agosto de 1810, Francisco das Chagas Santos referencia que cerca de 50 índios milicianos guaranis se encontravam naquela Guarda, que estava sobre a administração do Tenente José de Abreu⁸³. Parece-nos, dessa forma, fundamental explorar a relação de Abreu com a população indígena que colaborava na construção da povoação do distrito de Entre Rios.

A respeito do encontro com o Cacique Charrua Dom Gaspar, chama a atenção que o número de índios “guaranis milicianos” na Guarda do Inhanduí era o mesmo a disposição do Cacique Charrua (50 indivíduos de armas). É impossível apenas a partir dele concluir que era o mesmo grupo, mas não deixa de ser um dado interessante. Temos em mente que a definição do grupo como “guarani” não era absoluta. Segundo Elisa Garcia (2011), as divisões entre guaranis, charruas, minuanos, infieis e missioneiros devem ser vistas com cuidado, muitas vezes grupos diferentes eram simplificados em um só, e por vezes, os próprios índios manejavam essas caracterizações ao seu proveito. As missões, por exemplo, eram marcadas por uma população bastante heterogênea, contando notoriamente com outras etnias em sua composição (como charruas e guenoas) que acabou por ser classificada como “guarani” (WILDE, 2009). O acordo com Dom Gaspar foi firmado em Porto Alegre, e a comunicação permitida por um intérprete da língua guarani, que era compreendida pelo Cacique Charrua. O tratado era de que os índios sob seu comando não poderiam ser atacados pelos portugueses, e que o grupo de Charruas “em tempo de guerra se unirão às tropas portuguesas, e seriam obrigados a lhe dar todo gênero de auxílio e socorro”⁸⁴. Não encontramos mais informações sobre esse acordo, e não podemos afirmar se foi duradouro o suficiente para os homens de Dom Gaspar estarem à disposição dos portugueses no ano de 1810. No entanto, um

⁸² 18 de julho de 1807. Ofício Paulo José da Silva Gama, sobre as relações entre o Governo da Capitania e os índios e o acordo com D. Gaspar, cacique dos índios Charruas. AHU, Rio Grande do Sul, Cx.12, doc. 40. Fundo Resgate Barão do Rio Branco

⁸³ Autoridades Militares, Francisco Chagas Santos, maço 16, AHRs.

⁸⁴ 25 de setembro de 1806, ofício do governador da Capitania do Rio Grande do Sul Paulo José da Silva Gama ao secretário de estado da Marinha e do Ultramar Visconde de Anadia. AHU- Rio Grande do Sul, cx. 16, doc. 19. Fundo Resgate Barão do Rio Branco.

acordo como esse, feito com uma liderança charrua, pode ter sido de extrema importância na ocupação do território ao sul do Ibicuí.

Figura 5 Mapa demarcando a intenção lusa de avançar sobre os campos ao sul do Ibicuí, após a conquista de 1801



Mapa adaptado de SATURNINO J.P. Arquivo do Exército: 06.04.3193⁸⁵.

⁸⁵Mapa geográfico em que se representa a repartição dos ramos de dízimos da fronteira do Rio Pardo, o estado actual dos campos avançados e os campos austrais da província dos 07 povos de Missões – colorido, nanquim, aquarela, tinta colorida, com escala em léguas portuguesas, com legenda, com os pontos cardeais, desenhado no Archivo militar por j. Saturnino da c, p., 1º ten. d'engenheiros, terminado em 10 de julho de 1841, papel canson, telado, bom estado, medindo 74 cm x 50 cm.

A aliança também indica como os Charruas vinham perdendo seu território, embora ainda importantes na região, a busca por proteção dos portugueses indica como os povos foram atingidos pelas constantes incursões de espanhóis daquele período, numa tentativa de “limpar” o território e submetê-lo a um domínio. Em 1801, com a construção da vila de Belém, os hispano-platinos fizeram tentativas de aldear e cristianizar os índios “selvagens”, para trazê-los à jurisdição espanhola. A ação não foi bem sucedida, e em resposta, começaram as partidas de perseguição dos grupos charruas ao sul do Ibicuí. Em 1805, os espanhóis pediram auxílio aos portugueses para tal tarefa, pois os índios sabendo manejar o espaço de conflito entre lusos e hispanos, buscavam abrigo em terras portuguesas. Patrício Corrêa da Câmara, Comandante de Rio Pardo, negou-se a prestar ajuda aos espanhóis, um dos motivos era o temor de que a real intenção da partida fosse reconquistar o território missioneiro, o outro era que esses índios se mostravam de grande ajuda em momentos de guerra, pois atacavam as estâncias do inimigo na região em disputa (GARCIA, 2011; COMISSOLI, 2014).

Também chama a atenção no documento tratando da aliança com o cacique Dom Gaspar, o uso da língua guarani como meio de comunicação com um grupo de Charruas. No processo de conquista, portugueses que conheciam essa língua foram essenciais para atração da população nativa para soberania portuguesa, na medida em que permitiam a comunicação e a construção dos relacionamentos entre os diferentes povos nativos daquele território. Esse foi o caso de Gabriel Ribeiro de Almeida e Borges do Canto, que agiram como tradutores, possibilitando as alianças durante o avanço português de 1801 (GARCIA, 2007). No capítulo “1”, tratamos de como José de Abreu foi caracterizado como um sujeito de traços indígenas por alguns biógrafos, como Paranhos Júnior e Paula Cidade, isso devido a uma memória que se perpetuou do comandante, de acordo com a qual Abreu falava também a língua guarani. Se esse foi mesmo o caso, podemos entender como ele usou essa habilidade manter uma comunicação com a população, fosse de guaranis ou de outros povos nativos que habitavam a fronteira.

Agradecemos Tiago Gil pela cessão do mapa. Perceba-se que o mapa só foi terminado em 1841, mas o contexto indica que o início de sua produção remonte ao período pós conquista de 1801, demarcando a intensão lusa de conquistar esse território independente de qualquer acordo formalizado em 1804. O território que estudamos é demarcado como “campos avançados, em disputa com os Espanhóis que não hão sido ainda povoados”. A sudeste, temos: “campos intermediários povoados charruas e minuanos índios infieis”.

Elisa Garcia, em sua tese de doutorado (2007), explora as políticas da Corte portuguesa para atrair a população indígena para a soberania lusa, e como as populações nativas fizeram diferentes usos da posição de fronteira e de conflito entre as coroas ibéricas para satisfazer seus próprios interesses. Nesse sentido, mesmo sem negar que os povos indígenas tenham sido continuamente submetidos à violência e à perda de sua autonomia, é importante perceber que eles foram atores importantes na construção da fronteira e agiram constantemente, estabelecendo alianças em busca de sua sobrevivência e de condições mais vantajosas diante do expansionismo europeu naquelas terras.

Max Ribeiro (2013) também analisou as estratégias dos índios missioneiros a partir de 1801, demonstrando o papel importante das migrações ordenadas no contexto de reestruturação do espaço missionário sob uma nova soberania. Quando os portugueses chegaram às Missões Orientais, havia cerca de 14.000 guaranis entre os sete povos conquistados, com o decorrer dos próximos anos, ocorreria um esvaziamento dessa população no território, entre as razões, estaria a insegurança causada pela guerra, e os abusos dos comandantes da fronteira. Guillermo Wilde (2009), que estudou o importante papel da religião para essa população, também ressaltou que a falta de párocos portugueses que conhecessem a língua guarani teria prejudicado a permanência dos indígenas nas regiões conquistadas.

O despovoamento dessas áreas se tornaria um problema diante do contexto de insurreições no Prata, a partir de 1810, quando o governo da capitania passava a se preparar militarmente para um novo conflito. A região de Missões foi colocada em alerta para o caso de uma possível *invasão castelhana* e a população indígena seria fundamental para defesa daquele território, sendo recrutada junto com o restante da população local para engrossar as fileiras portuguesas (RIBEIRO, 2013). Desde 1801, haviam sido compostos corpos de milícias formadas pela população guarani, que recebiam, inclusive, soldo regular do governo luso (RIBEIRO, 2013). Em 1810, Francisco Chagas Santos dizia que havia cerca de 200 milicianos guaranis empregados na defesa da fronteira, (50 desses estariam na Guarda avançada do Inhanduí)⁸⁶. Mas, nos próximos anos, como já dissemos, diante da ampliação política de recrutamento na fronteira, esse número aumentaria consideravelmente, com a formação do Regimento de Milícias a cavalo, formados

⁸⁶ Francisco das Chagas Santos para D.Diogo. Autoridades Militares Francisco Chagas Santos, AHRS, maço 16.

pela 24ª e 25ª Companhia⁸⁷. Nesse corpo, dos 512 postos, pelo menos 470 eram ocupados por índios (RIBEIRO, 2013).

Sobre os anos que José de Abreu serviu na Guarda do Inhanduí, as informações são esparsas. Afastados do centro administrativo das Missões, nem ele e nem os milicianos guaranis que serviam com ele aparecem na *Lista das Pessoas Empregadas em Todas as Classe Nesta Província de Missões*, organizada por Francisco Chagas Santos⁸⁸. Todavia, quando o exército de pacificação e observação, comandado por D. Diogo, cruzou pela região em 1810 e 1811, o Acampamento no Inhanduí serviu como uma importante base, assim como o Acampamento de São Diogo (onde hoje fica o município de Santana do Livramento) e com o fim do conflito, um ano depois, a região estaria efetivamente sob domínio português e se aceleraria o processo de ocupação daqueles campos (GOLIN, 2002). Terminada as batalhas da Campanha de 1811-1812, José de Abreu era promovido a Tenente Coronel responsável pelo Regimento de Cavalaria de Milícias de Missões⁸⁹, assumindo o comando do Distrito de Entre Rios. Na guarda do Inhanduí, estruturava-se um importante povoado, com a construção da capela dos Aparecidos. Assim, o que começara como um acampamento militar crescia para uma capela, tornando-se mais um fator de atração da população nativa.

Apesar da importância dos índios missioneiros tanto no campo militar, como de produção econômica, a relação com os grupos de luso-brasileiros que chegavam àquelas terras estava longe de ser fácil. Em 1810, José de Abreu remeteu a Francisco Chagas Santos um casal de índios naturais do Povo de São Borja, presos por matar um estancieiro da região, o motivo da morte seria que Lourenço *Quiraque*, cansado de servir ao estancieiro Antônio José, decidiu montar a cavalo e ir embora, mas o estancieiro, insatisfeito, teria seguido Lourenço a cavalo e o derrubado, começando a surrá-lo. Lourenço, se defendendo, teria sacado a faca e matado Antônio José, e largado o corpo em um “capão de mato”, com ajuda da “china”⁹⁰ Thomazia⁹¹. Os ferimentos que sofreu Lourenço parecem ter sido grandes,

⁸⁷ Comandadas por José de Abreu e João de Deus Menna Barreto respectivamente, conforme o tratado no capítulo 1.

⁸⁸ Autoridades Militares, Francisco Chagas Santos, AHRS, maço 16.

⁸⁹ José de Abreu, Biblioteca Nacional, C965-33.

⁹⁰ “China” era a designação utilizada para mulheres índias.

⁹¹ José de Abreu para Francisco das Chagas Santos. Autoridades Militares, José de Abreu, janeiro de 1810, maço 16.

uma vez que Francisco Chagas Santos não pode remetê-lo a Porto Alegre por encontrar-se “muito doente”.

Além dos conflitos com os estancieiros, deve-se apontar que os abusos de administradores dos povos e estancieiros com os índios missioneiros também não eram incomuns. Max Ribeiro estuda um caso em que o administrador do povo de São Lourenço costumava castigar os índios que faltavam ao trabalho (RIBEIRO, 2013). Nesse sentido, a fuga se colocava como uma estratégia para essa população, que, por vezes, migrava com grandes grupos onde poderia encontrar condições mais favoráveis. Lourenço teve essa possibilidade negada pelo estancieiro que costumava servir.

Assim, a “aliança” entre portugueses e guaranis era, por vezes, bastante tênue, e administrar essa população que tinha interesses muito diferentes dos que podia conceber a racionalidade portuguesa não era tarefa tranquila nem para um comandante de um corpo de guaranis. Afinal, a relação entre os chefes portugueses e a população nativa era pautada em uma negociação desigual, uma vez que os conquistadores buscavam implantar no território missioneiro uma nova lógica de administração que ameaçava o modo de vida dos índios missioneiros, que tinham suas terras invadidas. Dessa forma, não foi nada incomum que os índios que lutavam ao lado dos portugueses trocassem de lado, debandando para o lado inimigo, quando consideravam que obteriam maiores vantagens. Com a força que ganhava o projeto revolucionário de Artigas, essa seria uma realidade ainda mais comum.

Em abril de 1814, José de Abreu recebeu informação da queda de Bernardo Perez Planes, que governou a Província de *Misiones* (missões a oeste do Rio Uruguai) entre os anos 1812 a 1814⁹², orientado pelas diretrizes centralistas de Buenos Aires (PADRÓN FAVRE, 2016). O ataque ao Povo da Cruz havia sido comandado pelas forças combinadas do paraguaio Vicente Antônio Matiauda e do artiguista Blas Basualdo, sendo facilitado pela adesão dos índios que “abriram os portões” para os homens de Artigas. José de Abreu buscava alertar o governo sobre

⁹² Em janeiro de 1814, Artigas deixou o sítio de Montevideu (pela segunda vez após disputas com Buenos Aires), sendo considerado traidor da causa revolucionária por Alvear, liderança militar de Buenos Aires que derrotou Elio em Montevideu, nesse período se agravaram as disputas entre o centralismo portenho e a liga dos povos livres (Entre-rios, Corrientes, Córdoba, Misiones, Província-oriental) (SALA DE TOURÓN, 1978).

a “voluptuosidade” das companhias de guaranis diante dos conflitos que se formavam na região.

[...] e mandei vir a companhia de São Francisco para esse Povo, e assim mais o Alferes de Cima da Serra Manoel Padilha, que se acha arranchado nessa província trazendo consigo todos os homens que puder juntar dos que não estão alistados nas companhias para acudir donde for preciso, misturando parte dos guaranis, porque só por si não servem pra nada; o que acabo de ver na traição que fizeram a Planes, que só fizeram resistência unicamente donde ele estava, e os mais abriram os portões para que entrassem os paraguaios, estando eles bem pagos e bem fardados, donde venho no conhecimento que esta qualidade de gente se vendem facilmente, a duas coisas que vem a ser de seu interesse e qualquer interesse ou medo, e só são tiranos ao lado que vence para matar e roubar, ainda mesmo que dos seu povo, como acabam de fazer ao Povo da Cruz.⁹³

Para manter o espírito dos guaranis “animados”, José de Abreu encontrou como solução misturar os corpos entre as tropas portuguesas, mas o grande problema era que havia poucos milicianos lusos na região. A hostilidade de José de Abreu com a insubordinação dos indígenas refletia a visão de um comandante que necessitava trazer essa população para a soberania portuguesa e que encontrava grande adversidade no fato de os guaranis seguirem pautas diferentes das suas e buscarem as vantagens que o lado vencedor poderia lhes prover. O que Abreu via como “traição”, era a atitude um povo orientado pela sua própria racionalidade, e que não agia sempre com a constância e submissão que o chefe da fronteira desejava.

Ao longo da campanha contra Artigas, mais corpos seriam destacados para a fronteira, na medida em que a luta se tornasse cada vez mais uma prioridade para o governo imperial luso, a partir do avanço do líder oriental no território de Missões e no distrito de Entre Rios a partir de 1816. Nos ofícios expedidos por José de Abreu, é possível perceber que os ataques de Artigas eram cada vez mais frequentes. Em uma carta ao governador da capitania, ficou retratado seu terror ao acordar no meio da noite convencido de que os “castelhanos” chegavam à povoação organizada, às margens do Inhanduí.

Com toda a atenção e respeito ponho na respeitável presença de V.Exa. O que nesse mesmo instante acaba de acontecer nessa capela; e é que estando toda povoação em sossego, sendo quatro horas da madrugada me batem a porta dizendo que estávamos sendo avançados pelos castelhanos, e levanto-me a toda pressa me pus em armas com a pouca gente que aqui há, para me por em defesa, [...] se pôs tudo em alvoroço e pensando que eram os castelhanos, pois todo dia se esperam nesse lugar pelo muito que

⁹³ Autoridades Militares, José de Abreu, 1814- lata 168 maço 44.

tem ameaçado avançarem e levar os interesses que aqui há, sendo a coisa mais fácil que eles têm ao seu favor, em razão de não haver na linha quem os ataque, como (ilegível) tem entrado até a distancia de cinco e seis légoas, e havido mortes entre eles e os nossos Estancieiros, e já entram sem ter respeito algum as guardas, pois até essa distância, da nossa tinha pra dentro não tem mais já que roubaram, tem levado tudo que é animal cavalariço, e ainda gados para (ilegível), roupas e fazendas, e até mulheres, e assim exmo. Snr. não lhes é difícil de caminhar mais quatro ou cinco léguas para chegarem a esse lugar [..]. (José de Abreu para o Marquês de Alegrete)⁹⁴

O falso alarme fora causado pela ação de soldados da Legião de São Paulo. destacados para aquela fronteira para ajudar a conter o movimento revolucionário artiguista, os soldados faziam uma batida no povoado em busca de desertores. José de Abreu dirigia inflamados insultos àquela legião, alegando que estes regimentos além de não conseguirem impedir o avanço dos “insurgentes”, não faziam nada além de “afligir os moradores, em cavalos, gados e provisões, amarrando e metendo em *formilhos*, pois se acha esse distrito efetivamente cheio de partidas das guardas, que já se não podem suportar os insultos que fazem”⁹⁵. Em resposta, José de Abreu mandou prender todos os soldados envolvidos no caso, enviando-os junto com os homens que “caçavam”. Para além do incômodo de ter sido acordado no meio da noite acreditando que um ataque acontecia, a maior insatisfação do Tenente Coronel parece ter sido que os soldados da legião distribuíam castigos entre a população sem consultá-lo, isso na povoação que estava sobre sua administração e proteção.

O documento analisado permite visualizar a zona de instabilidade que permeava a fronteira, não só pela constante presença dos inimigos espanhóis ou artiguistas, ou pela presença de povos indígenas não aliados dos portugueses, como também pelo grande número de grupos armados “amigos” destacadas para fronteira. A violência e a insegurança da zona de guerra eram constantes que os habitantes necessitavam aprender a lidar, pois o espaço não era disputado apenas por duas forças inimigas. Aí se faziam presentes interesses de diversos grupos, o que tornava a realidade em que José de Abreu atuava ainda mais complexa, uma vez que, ao mesmo tempo que tomava proveito desse caos, acumulando recursos, ele necessitava trazer alguma espécie de retribuição em forma de mais segurança para a população e, efetivamente, conseguir moderar os interesses locais com os da Coroa para a região.

⁹⁴ Autoridades Militares, José de Abreu, 20.06.1816, maço 59, AHRS.

⁹⁵ Autoridades Militares, José de Abreu, 20.06.1816, maço 59, AHRS.

Apesar do engano, de fato, em setembro daquele mesmo ano, a povoação foi atacada pelos homens de José Antônio Verdum, oficial de Artigas, que atearam fogo sobre a capela e colocaram em fuga os habitantes. A ação tinha como objetivo, provavelmente, dispersar a população que vinha se concentrando em torno da capela e do povoado português. Capelas, como a do povoado do Inhanduí, representavam instituições portuguesas em um ponto avançado da fronteira, sendo uma prova da efetiva ocupação daquele território. A intenção do grupo de Artigas era apagar essa evidência da posse portuguesa, em uma forma de reivindicação daquele espaço para seu grupo.

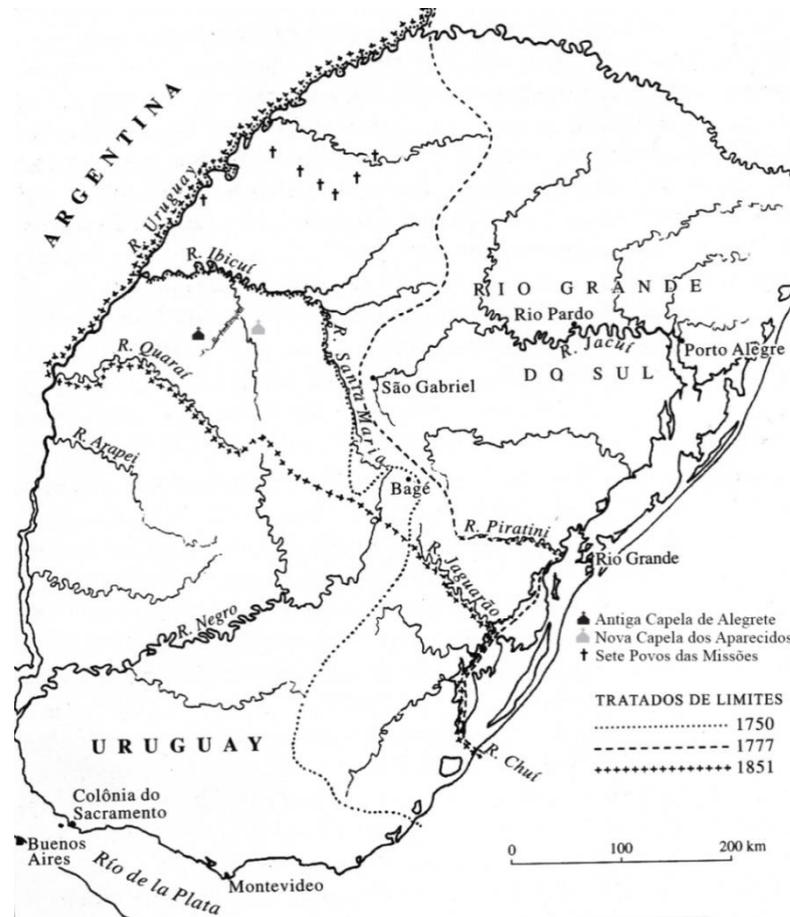
Apesar do sucesso desse ataque, nas batalhas que se seguiram, os homens de Artigas acabaram por ser derrotados. A coluna de José de Abreu foi importante para essa vitória, ao retomar São Borja que estava sitiada por *Andresito*. Embora a “ameaça” artiguista ainda estivesse presente, os portugueses conseguiam expandir ainda mais suas fronteiras em direção à Banda Oriental, e uma nova povoação, com uma nova capela, foi fundada por José de Abreu, sob as ordens do Governador da Capitania, o Marquês de Alegrete, dessa vez, às margens do rio Ibirapuitã, (figura 6).

Os habitantes fugidos de Entre Rios pediram ao Marquês que lhes fosse permitido reconstruir a capela. Essa forma de requerimento, segundo Marcelo Matheus (2013), era uma prática comum aos habitantes das localidades, geralmente partindo deles os pedidos para instalação de capelas nos povoados. O requerimento aparece em documento transcrito por Araújo Filho (1985, p.23):

Dizem os moradores do Distrito de Entre-Rios, que em razão de lhes haver sido, pelos insurgentes, reduzida a cinzas a Capela de Alegrete, assim como todas as suas estâncias, se acham impossibilitados de poder tornar a formar povoação naquele lugar, pelo grande atraso que experimentaram com a invasão do inimigo e como é necessário ao bem do pasto espiritual haver naquele distrito um lugar onde concorra o povo para o dito fim, é nas margens do Ibirapuitã, no passo denominado Guassú-Passo que tem muito boas proporções, não só pelas madeiras fáceis e o rio ser de canoa, como pela frequência que prometem os moradores do lado oriental do referido rio Ibirapuitã, pela falta que também experimentam do mesmo pasto espiritual e não terem prejuízo pode aumentar-se com mais vigor que no antigo lugar, pelas circunstâncias acima relatadas; ainda mesmo para serem aldeados os naturais, que se acham presentemente em serviço de campanha com suas famílias, estas fazendo peso ao exército, por não haverem um lugar onde se depositem, e no fim da dita campanha, ficando dispersos serão muito prejudiciais ao seus [...] (set.1816- José Abreu ao Marquês de Alegrete).⁹⁶

⁹⁶ Segundo o documento transcrito, podemos ver que a capela que fora queimada já se chamava “Capela de Alegrete”. José de Abreu também assina suas cartas desde 1815 da “Capela de Alegrete”, a partir disso podemos concluir que a antiga Capela já carregava a homenagem ao

Figura 6 Mapa com região aproximada da Capela de Nossa Senhora dos Aparecidos de Alegrete, construída em 1814, e a nova capela de 1817.



Fonte: Mapa adaptado de BELL, Stephen, 1998, p.22. Apud. FARINATTI, 2010.

Em estudo sobre os guaranis nas capelas de fronteira, Max Ribeiro e Luís A. Farinatti (2016) refletem sobre essa mesma documentação. Percebem como a fixação dos guaranis em aldeias era um aspecto considerado importante para viabilização da conquista, tanto por comandantes como José de Abreu como pela população luso-brasileira que se estabelecia na região. Outro aspecto ressaltado pelos historiadores é que o aldeamento era uma forma de evitar a evasão dos índios missioneiros, que, como vimos, tinham na migração entre os 30 povos uma importante estratégia. É também essa visão que transparece em correspondência trocada por José de Abreu e o Marquês de Alegrete:

Marquês de Alegrete, é provável que a ordem para sua fundação tenha partido desse governador mesmo em 1814, ano que ela foi criada conforme Araújo Filho (1985). É comum encontrar a conclusão de que esse nome teria sido dado só no momento da reconstrução da Capela em 1817.

Em virtude do respeitável despacho de V.Exa. Datado em 24 do corrente no requerimento dos moradores de Entre Rios; é muito justo mudar-se a capela por não estar sempre exposta ao primeiro furor do inimigo fronteiriço, como acaba de acontecer, e assim mais pela comodidade de se aldearem os índios que compõe as duas companhias de lanceiros do mesmo distrito com suas famílias porque andando dispersados serão prejudiciais aos estancieiros da fronteira. Junto ofereço a V.Exa. a resposta do proprietário em consequência do mesmo respeitável despacho, é o que posso informar"⁹⁷

Assim, em torno da nova capela, foram aldeados os índios que formavam as duas companhias de lanceiros guaranis, do distrito de Entre Rios, com suas famílias. Reorganizar a povoação era uma tarefa significativa, pois em torno delas, os índios podiam construir suas casas e ficariam concentrados em um mesmo espaço. A afirmação de que era importante reunir os índios aliados para não deixá-los dispersados pela fronteira parece confirmar o que Padrón Favre (2016) sugeriu a respeito de as autoridades portuguesas se preocuparem com fixar a população missioneira em povoados mais afastados da linha de fronteira, por considerar os índios facilmente seduzidos a enfrentar o Reino português. Mesmo levando em conta o importante papel dos indígenas como soldados, a administração portuguesa buscava reorganizar aquele espaço, aldeando indígenas e construindo povoados, que tinham nas capelas um fator de atração dessa população. Sobre a presença de famílias de guaranis missioneiros na região de Alegrete, Farinatti (2014) analisa os registros de batismos da capela de Nossa Senhora de Alegrete, e percebe que já década de 1820 havia muitas famílias de povos missioneiros batizando seus filhos em Alegrete, principalmente vindos de São Borja e Japejú, mas também de outros povos, representando entre 1816-27 59% das mães que levam seus filhos à pia batismal contra 30% dos naturais do Rio Grande de São Pedro.

⁹⁷Autoridades Militares, José de Abreu, 25.01.1817, maço 63, AHRS; O proprietário que “doava” as terras para construção da capela de Alegrete era Antônio José de Vargas (propriedade onde alegava estar a nove anos). Nesse sentido, o que parece ter acontecido é que José de Abreu lhe cobrou aqueles campos, sob a exigência de que as sesmarias podiam ser devolvidas para erguer povoações. Vargas aparece em 1817, pedindo outro campo como sesmaria ao seu “protetor” José de Abreu. No entanto, em 1822 José de Abreu falava que ele havia se recusado a aceitar os campos que lhe foram oferecidos em compensação: “é verdade que lhe foi tirado o terreno da Capela de Alegrete, cujos terrenos ficam reservados nas sesmarias para povoações Contudo o Exmo. Snr. Marquês do Alegrete compadecendo-se do suplicante me ordenou o arrumasse de alguma forma, e oferecendo-lhe um de dois campos não o quis aceitar com tenção de obter não se fizesse a povoação neste lugar” (10.01.1822, José de Abreu a João Carlos da Saldanha, Autoridades Militares, maço 86). Ao que parece Vargas havia se arranchado nas terras do sargento-mor José Inácio da Silva, e agora pedia o reconhecimento da propriedade daquele lugar, José de Abreu era enfático em declarar os motivos pelos quais o requerimento de Vargas era “inteiramente falso”. (25.01.1817 Antônio José de Vargas a José de Abreu; Autoridades Militares José de Abreu, lata 172, maço 63).

Sobre a estruturação desse povoado, temos o interessante relato da “Celebração da paixão de Cristo entre os guaranys”, de José Joaquim Machado de Oliveira⁹⁸, em passagem pela Capela de Alegrete, em 1818. A obra foi publicada em 1842 dentro da Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro⁹⁹. A Revista trazia como questão essencial para a definição da identidade nacional a questão indígena, elaborando, dessa forma, um discurso etno-historiográfico que abordava o contato do colonizador com os povos nativos (FERRETTI, 2007). Machado de Oliveira era um dos membros do Instituto que buscava consolidar a etnografia indianista. O relato havia sido escrito quando este serviu no Rio Grande do Sul com a Legião de São Paulo. Segundo Danilo Ferretti (2007), que estuda produção intelectual de José Joaquim Machado de Oliveira, tal relato foi o mais pessimista do militar. Ao entrar em contato direto a população guarani, ele não conseguia conceber uma forma de convivência do homem branco com os indígenas. No entanto, a marca importante dessa obra para o projeto do IHGB teria sido identificar que a situação que o indígena se encontrava não era inerente aos mesmos, mas responsabilidade da dominação exercida pelo colonizador.

Para nós, o relato é fascinante, pois ao narrar a festividade, Machado de Oliveira nos traz informações preciosas para compreender a estruturação do povoado. Conforme o militar, os habitantes ainda se viam, no outono de 1818, envolvidos na construção da nova capela no alto da colina, ao mesmo tempo, a companhia dos lanceiros guaranis “que formava uma parte integrante da coluna de Abreu” (p.331), havia levantado sua “aldeia” em um terreno mais baixo, ao longo do qual corria uma sanga que era usada como esgoto. Para Oliveira, era fácil perceber a separação entre índios e brancos apenas observando a diferença do local onde fora erguida a capela e onde foram alojados os indígenas. A forma como os últimos construía suas cabanas, marcadas “pela confusão e negligência”, também extremava as diferenças. Essa imagem nos traduz as configurações hierárquicas do próprio espaço. Embora essenciais para a formação do povoado, os indígenas se

⁹⁸ José Joaquim Machado de Oliveira foi um político e militar brasileiro, participou da campanha de 1817 e 1822 no território que hoje forma o Rio Grande do Sul, era sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (FERRETTI, 2007).

⁹⁹ A memória foi publicada como artigo no quarto volume da revista do IGHB do ano de 1842, contava com dezenove páginas, na obra não era indicado o ano que o relato foi escrito, apenas que era um “Episódio de um diário das campanhas do Sul”, é provável que tenha sido feito naquele ano mesmo (1842) em cima das observações registradas por José Joaquim Machado de Oliveira, em 1818.

encontravam mais afastados do seu centro, onde ficava a capela, enquanto que as melhores casas eram colocadas ao redor do templo.

Enquanto os aventureiros entereianos, dirigidos pelo seu famoso chefe, lançavam os fundamentos da capela de Alegrete, a companhia de naturais lanceiros, com seu capitão Chico, que formava uma parte integrante da coluna de Abreu, e com ela compartilhara os louros que a fortuna da guerra dispensara com mão larga a esse general, construía um apêndice da capela, que devia servir para o seu alojamento sob o título de *aldeia*. Não era sem o concurso da raça Guarany, que se empreendiam essas povoações nas vastas e remotas campinas do Continente [...](OLIVEIRA, 1842, p.331)

Naquele ano, havia sido reestabelecido no novo povoado a celebração anual da paixão de cristo. A notícia teria passado de “estância a estância, povoação a povoação e chegou mesmo as sete Missões do Uruguai” (OLIVEIRA, 1842, p.337). Junto com a notícia da comemoração, iria a fama bélica de José de Abreu, “que por muitos anos teve a vitória atada aos tentos do seu lombinho” (OLIVEIRA, 1842, p.337). E se dirigiam à capela grande número de habitantes de Entre Rios, vindos de todas as partes e de todas as origens. Esse tipo de festividade havia sido importante nas reduções sobre a administração dos jesuítas. Segundo Wilde (2002), cerimônias anuais como Corpus Christi, a Semana Santa, e a festa do Patrono do povo, eram importantes, pois rompiam com rotina das cerimônias cotidianas, de acordo com ele:

Eran los contextos propicios para que la sociedad se representase a sí misma mostrando sus jerarquías y, simultáneamente, creando condiciones para el reajuste de cuentas e intercambios recíprocos entre los actores (entre jefes, entre miembros de cacicazgo, entre unos y otros, entre ambos sectores y los jesuitas). Como ya señalé, existen fuertes continuidades entre estas celebraciones y la tradición guaranítica de la gran fiesta (AretéGuasú) en la que la reciprocidad como forma de intercambio entre parientes tiene un lugar central. (WILDE, 2002, p.209).

Maria Cristina Bohn Martins (2005) também ressaltou o papel das festas religiosas, como uma espécie de re-tradução dos festivais indígenas tribais históricos. Nesse sentido, ela considera que, embora as festas religiosas populares representassem um aspecto marcante da cultura espanhola moderna, e tenham sido utilizadas como uma forma pedagógica de catequização dos povos nativos, na América, estas festas ganhariam características muito distintas, abrigando muitos elementos de tradição guarani. Teria sido graças à experiência anterior dos índios em relação às festas que a igreja teria conseguido instituir suas celebrações

religiosas, pois a festa com seus cantos, danças e embriaguez já eram tidos como um espaço de acesso ao sobrenatural para os nativos.

Parece significativo que os rituais da Paixão de Cristo causassem tanto estranhamento a Machado de Oliveira, afinal, não eram só os motivos católicos vindos da Europa que caracterizavam a festa. Além disso, nesta estava presente práticas que abrigavam elementos de uma cultura guarani missioneira. O militar estranhava o culto às imagens, o choro das carpideiras, as músicas entoadas, o auto-flagelo vistos como fanatismo supersticioso. Entre os rituais da festividade, ele chamava a atenção para um grande grupo de guaranis, que se flagelava em penitência para ser escolhido como Cristo para procissão do enterro da sexta-feira Santa. Oliveira (1842) via nisso não um sentimento genuinamente cristão, mas um ufanismo vaidoso, que levava “a admiração e diferença dos da sua raça” (p.341). Ao refletir sobre os rituais da Paixão de Cristo, em uma comunicação, Jacqueline Ahlert (2012) indica que os açoitos, os espinhos e os pregos da cruz eram elementos que os índios cultuavam com grande disputa e devoção. A autora sugere que os longos jejuns e penitências já eram parte da ritualística de especialistas em magias como ritos purificadores.

A avaliação do mais digno era feita pelo Capitão Chico em conjunto com o conselho de oficiais da Companhia. Como vimos, no trecho transcrito do texto de Machado Oliveira acerca da construção da aldeia, o “Capitão Chico”¹⁰⁰ seria uma liderança importante entre os índios, comandando uma das Companhias de lanceiros. Ele não só se responsabilizava pela fundação da capela, como seria a autoridade que receberia com sua família os guaranis que chegavam para a cerimônia da Paixão de Cristo, e ao longo de toda a cerimônia, desempenharia um papel central, pois todo o simbolismo da festividade ressaltava as hierarquias daquela sociedade. Ao que parece, um pouco mais distante e menos acessível do que o Capitão Chico, estava José Abreu, o “chefe de Alegrete”, mas durante a

¹⁰⁰ Não sabemos ao certo quem seria o “Capitão Chico”. Imaginamos dois casos. No primeiro, “Chico” seria alcunha para o nome “Francisco”, e de fato havia um capitão de Milícias do corpo de José de Abreu chamado Francisco Soares da Costa (Autoridades Militares, José de Abreu, 12.05.1815, maço 53, AHRs), mas não podemos afirmar que esse fosse o mesmo capitão guarani referenciado por Oliveira. A outra hipótese é que “Chico” não representava um nome próprio, mas que viesse do espanhol, em que significa “menor”, se esse fosse o caso, poderia responder a um capitão abaixo o do capitão de milícias do regimento, correspondendo a uma linguagem coloquial daquela fronteira específica para o regimento de guaranis, embora nesse caso seria mais provável que o autor não tivesse utilizado letra maiúscula na designação.

procissão da Sexta-feira Santa, a presença opulenta de Abreu causaria a atração dos olhos da comunidade :

Todas as vistas, todas as atenções convergiam para aquele ponto: e a presença acatada do chefe de Alegrete, trajado de aparatoso uniforme, impôs maior silêncio do que aquele que deveria sugerir a representação fúnebre, que os guaranis profundamente reverenciam. (p.347)

Wilde (2002) ressalta que, em partes, o grande espaço dedicado para a edificação das hierarquias nas solenidades tinha sua raiz em uma concepção da festividade típica de Antigo Regime, pois as cerimônias traduziam em um ambiente físico os lugares sociais dos indivíduos, refletindo a própria ordem natural do mundo. Como aquele era um mundo marcado pela guerra, a liturgia religiosa se misturava com a promoção dos militares, que em diferentes momentos apareciam com suas fardas oficiais e carregando lanças, com um lugar de destaque para os seus comandantes.

A Coroa Portuguesa concedia a José de Abreu um espaço de mando na fronteira e seu poder se alicerçava nas próprias instituições que ele ajudava a criar. Isso acontecia, pois a Coroa necessitava de homens que conseguissem tratar com a população local, constituindo alianças e relações de clientela para que essa população servisse ao Reino, ao mesmo tempo tal poder dependia do papel de José de Abreu como um comandante militar sob as ordens da Coroa, pois daí vinha a autoridade e o prestígio para que ele pudesse oferecer algo em troca aos indivíduos que lhe seguiam. Em relação aos habitantes nativos daquele território, é fácil enxergar o que José de Abreu tinha a ganhar estabelecendo vínculos com os indígenas missioneiros. Talvez seja mais difícil perceber o que significava essa aliança de um ponto de vista que parta dos índios. Certamente, eles buscaram se aliar ao lado que oferecesse maiores vantagens de acordo com o seu julgamento, seguindo a orientação de seus caciques. Contudo, não se pode deixar de lembrar que a negociação era desigual.

De acordo com o que viemos tratando, é possível perceber que José de Abreu possuía alguns atributos pessoais que lhe pareciam conferir respeito e admiração por parte dessa população. Em meio a um mundo em guerra, as vitórias e o prestígio militar eram somados na conta no momento de seguir um líder. Mas não devemos simplificar esse relacionamento. Como vimos, José de Abreu temia a

inconstância da posição dos missioneiros, vociferava contra uma suposta rapidez com que os índios trocavam de lado ou se tornavam um incômodo para os estancieiros da região, buscava estratégias para consolidar os laços com os indígenas e mantê-los sob a soberania portuguesa.

2.3 “É QUANTO POSSO INFORMAR”: O COMANDO DA FRONTEIRA E A APROPRIAÇÃO DE TERRAS

O processo de aldeamento dos índios missioneiros em torno da Capela de Alegrete acontecia ao mesmo tempo em que eram distribuídas grandes extensões de terras entre os conquistadores. Ao estudar o processo de apropriação de terras da Campanha rio-grandense, Helen Osório (1990) aponta que a distribuição, possibilitada pela conquista a partir de 1801, priorizou a doação de imensas extensões de terras a um pequeno grupo de pessoas através de sesmarias. A efetiva posse da terra teria sido feita de maneira conflitiva e desigual com os primeiros ocupantes desse território, sendo estabelecida uma hegemonia na propriedade da terra nas mãos de uma pequena primeira geração de elite da região. Assim, o espaço recentemente conquistado foi disputado e negociado de maneira desigual entre grandes latifundiários e pequenos posseiros.

Luís Augusto Farinatti (2010) também trabalhou em sua tese as formas de apropriação de terra no processo de construção dos grandes patrimônios agrários da região de Alegrete entre 1825 a 1865, enfatizando o papel da atuação dos grandes senhores de terras na acumulação de seus patrimônios, formação que se deu não apenas através da doação de sesmarias, mas também da articulação de seu poderio militar, social e político. Farinatti (2010) percebe, ainda, a partir da análise dos inventários em torno da região de Alegrete que a construção dos patrimônios dos grandes estancieiros se deu através de diversas formas de aquisição das terras, doação de sesmarias, compra, posse, “de todo jeito que fosse possível” (FARINATTI, 2010, p.197). Assim, a elite fundiária da região exerceria uma grande acumulação de terras ao longo do período posterior a conquista. Ressaltamos que o estudo referido deu conta também do grande diversidade de formas de posse da terra na fronteira:

Assim, ao invés de um bem ordenado tabuleiro de xadrez de estâncias, a configuração agrária da Fronteira, na primeira metade do século XIX, assemelhava-se mais a um mosaico onde posses de diversos tamanhos e sob diferentes estatutos jurídicos estavam não apenas imbricadas, mas podiam inclusive apresentarem-se sobrepostas. (FARINATTI, 2010, p.105)

Quando falamos da ocupação da fronteira, devemos levar em conta os diversos agentes que habitavam tal espaço, longe de serem apenas estancieiros e peões, havia uma quantidade considerável de pequenos criadores, posseiros de terras, muitos dos quais moravam de “favor” em terras de outros, que podiam criar gado ou trabalhar em pequenas lavouras. Os africanos e seus descendentes, trazidos como mão de obra escrava, também tinham um importante papel na sociedade. Neste estudo, acabamos por focar, principalmente, na apropriação de terras a partir da ocupação e da doação de sesmarias, fazendo um recorte de uma parcela bastante favorecida dessa população. Pensar, exclusivamente, nessas formas que não passam necessariamente pelo mercado de terras em um período de fronteira aberta nos parece essencial. A partir da correspondência trocada por José de Abreu, buscaremos compreender a lógica de distribuição das terras conquistadas na região que formaria Alegrete.

Segundo Osório (1990), a concessão de terras no momento de conquista dependia, sobretudo, das informações fornecidas pelos militares comandantes da fronteira. Essa era uma importante atribuição que garantia poder político e econômico aos comandantes militares, que “interferiam na distribuição e garantia dos direitos sobre a terra em fins do período colonial”. (FARINATTI, 2010, p.103). Os comandantes deveriam comunicar, a partir de requerimento do governo, acerca dos serviços prestados à Coroa pelo requerente, a situação do povoamento da terra (se havia gado ou cavalhadas, mangueiras ou cercas de pedra) e o período que o suplicante entrara para terra (OSÓRIO, 1990). Nesse sentido, consideramos importante buscar nas cartas de José de Abreu esse tipo de informação quando era Comandante da Fronteira de Entre Rios.

José de Abreu estava ajustado à realidade local e militar do espaço que comandava. Por sua vez, a administração portuguesa, para se estender àquele território, necessitava de homens como ele: mediadores, capazes de negociar com os grupos locais. Nesse sentido, vimos que, desde 1804, Abreu era chamado para

participar dos reconhecimentos das terras ao sul do Ibicuí¹⁰¹. A partir de 1808, encontrava-se na região, fazendo lista de interessados e distribuindo algumas terras do entorno do Rio Inhanduí. Assim, ele dispôs de um tempo importante, não só para estabelecer alianças com a população que se deslocou para aquelas terras, como também para conhecer os campos em si, sabendo por onde cruzavam os serros, os acidentes naturais, rios e arroios. Parece-nos que isso contribuiu para torná-lo a liderança que iria distribuir o território quando a conquista fosse efetivada. Dentro da lógica de trocas de reciprocidade, daquele período, os homens que haviam se disposto a lutar com José de Abreu ganhariam proeminência nesse processo, sendo uma boa parcela daquelas terras distribuídas entre os milicianos que contribuíram com a conquista.

É importante caracterizar que tipo de documentação dispomos para essa análise. Como dissemos anteriormente, utilizamos cartas encontradas do Fundo “Autoridades Militares” do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Adriano Comissoli (2014), em seu projeto acerca das redes de informação e guerra na fronteira, tem levantando de maneira mais ampla essa mesma documentação (sem se restringir à correspondência de José de Abreu) e a descreve como uma importante fonte para compreender as redes de informações que se formavam desde os espaços mais periféricos do reinado português até a Corte¹⁰², uma vez que o fundo é formado por um amplo conjunto de cartas, bilhetes e ofícios trocados pelas autoridades locais do Rio Grande de São Pedro com o governo da Capitania. Sobre o assunto, Comissoli destaca:

Cartas são formas de comunicação entre duas ou mais pessoas. Elas concretizam um diálogo entre ausentes e sua confecção prevê a distância entre os participantes, tanto espacial quanto temporal, já que o percurso das mesmas afeta sua recepção. No caso dos comandantes militares de fronteiras, que frequentemente escrevem ao governador, bem como a seus subordinados, nota-se que as cartas não podem ser consideradas totalmente particulares. Elas circulavam pelo império sendo remetidas pelo governador aos secretários de Estado como forma de atestar a veracidade das informações narradas. A fixação de informação naqueles papéis, seja oriunda de notícias comprovadas, seja de boatos e rumores, também tem um papel importante, pois implica na possibilidade de arquivamento e na constituição de uma memória e de uma governabilidade, um dos traços distintivos dos modernos Estado dinásticos (COMISSOLI, 2014, p.03)

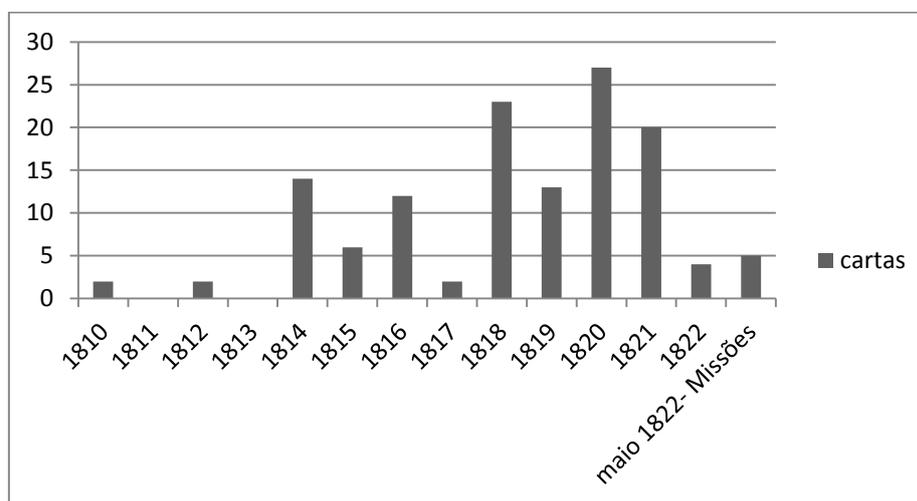
¹⁰¹ Análise feita no capítulo “1”.

¹⁰² Comissoli (2014) destaca que o Fundo inicia-se no ano de 1790 e se estende até o século XX. É, portanto, um conjunto documental de um período bastante dilatado. As análises que referimos de Comissoli dizem respeito ao período colonial do governo de Paulo José da Silva Gama (1803-1809).

Assim, esse tipo de documento insere-se no importante tema da comunicação política no reinado português. As cartas trocadas permitiam a governabilidade no amplo território ultramarino luso, pois eram a forma pela qual, em um primeiro nível, o governo da Capitania e, em segundo, a Corte, ficavam sabedores do cotidiano das suas distantes fronteiras (FRAGOSO; GOUVÊA, 2009; COMISSOL, 2014).

No fundo autoridades militares, o nome de José de Abreu só aparece a partir do ano de 1810, e as cartas são esparsas até o ano de 1814, quando ele assume o Comando do Distrito de Entre Rios. As cartas são, em geral, endereçadas ao governo da Capitania, com exceção dos ofícios enviados até o ano de 1814, remetidos ao Comandante de Missões Francisco Chagas Santos. Assim, a documentação que tivemos acesso, em que José de Abreu comunicava-se com outros indivíduos de fora do governo, foram, em algum momento, enviadas na forma de cópia ao governo da Capitania. No total, estão presentes no “Fundo Autoridades Militares- José de Abreu” 130 ofícios, o número de cartas por anos pode ser acompanhado no gráfico “1”:

Gráfico 1: Ofícios do “Fundo Autoridades Militares- José de Abreu” por ano:



Fonte: Criado a partir documentos Autoridades Militares- José de Abreu, AHRIS

A partir do gráfico 1, podemos ter dimensão do quão fragmentado é o fundo documental que trabalhamos. Por exemplo, dificilmente José de Abreu trocou só duas cartas com o governo da Capitania no ano de 1817. Também visualizamos que em alguns momentos, José de Abreu fez referência ao envio de uma carta que não

estava presente no arquivo. Essa é, portanto, uma documentação esparsa, mas que sobreviveu ao tempo para o trabalho do historiador. Buscamos, portanto, ao tomar conclusões mais genéricas em torno dessa fonte, ter em mente que ela não equivale ao total absoluto de cartas encaminhadas por Abreu a administração da Capitania e os resultados são relativizáveis.

Refletindo sobre a documentação que trabalhamos, fazemos algumas constatações iniciais. Entre 1815 e 1820, foi comum o fato da existência de cartas em que José de Abreu era perguntado acerca das características da ocupação dos campos. Esse parece ter sido um período de organização da posse de uma terra que fora conquistada nos anos anteriores. As datas apontadas por José de Abreu indicam que os homens que requeriam as porções de terras teriam entrado nesses campos entre os anos 1809 e 1811, justamente o período que Abreu foi colocado por Joaquim Félix da Fonseca para distribuir terras na região, e que mais tarde, em 1811, o exército pacificador deslocou-se para aquela fronteira e distribuiu algumas terras ao sul do Ibicuí. Na primeira década do XIX, José de Abreu respondia a Francisco de Chagas Santos, Comandante de Missões, que reportava ao governador da Capitania, D.Diogo de Souza. As relações estabelecidas com esses dois chefes aparentam terem sido importantes a José de Abreu, uma vez que sob a recomendação destes foi promovido à Capitão¹⁰³.

Entre os anos 1815 e 1817, José de Abreu respondeu o maior número de questionamentos pelo governo da capitania sobre o estado da ocupação da terra na região. O interessante é que esse período coincide com o acirramento das batalhas contra Artigas e o avanço luso até pelo menos o rio Quaraí. Ao mesmo tempo, é um período de consolidação de José de Abreu como grande liderança local e de aumento de seu prestígio militar, em que ocorreram grandes saques de guerra e também apoderamento de terras pelos luso-brasileiros. Helen Osório (2015), em estudo acerca das concessões de sesmarias, constatou que entre os anos 1814-1816 há um “boom” na distribuição delas, sendo concedidos 668 sesmarias, que representavam 30% a mais do que fora distribuído entre os anos 1738 a 1807 (69 anos). Uma razão que poderia contribuir para esse aumento é a elevação da região a Capitania em 1809, sob o comando de D.Diogo de Souza, que distribuiu as terras,

¹⁰³ Ver no primeiro capítulo acerca da trajetória militar de José de Abreu e sua Missão no Paraguai sobre as ordens de D. Diogo.

que foram oficializadas a partir de 1814, sob o comando do Marquês de Alegrete, devido ao avanço militar na Banda Oriental a partir desse período.

A distribuição de campos entre os militares na região não tinha seu fundamento só por ser uma forma encontrada pela Coroa para retribuir os serviços prestados, mas também formava uma linha de fronteira com milícias fortes, prontas para proteger o território que se tornava deles também. É assim que Joaquim Xavier Curado, em carta ao Marquês de Alegrete, defendia tanto a formação do Corpo de Voluntários de Entre Rios, quanto a distribuição de terras entre os vassalos empregados no serviço real.

Tenho a honra de levar a presença de V.Exa. a proposta do Tenente Coronel José de Abreu Comandante da Patrulha denominada Voluntários Milicianos do Distrito de Entre Rios. Estes fiéis vassalos tem-se empenhado em servir a Sua Majestade com valor e prontidão, e cooperam muito particularmente para reprimir a força inimiga, que atacou a Província de Missões, e continuam a servir no exército com louvável zelo, parece pois justo que se organize esse corpo com os seus competentes oficiais, e que sendo condecorados, e por consequência mais satisfeitos, é natural que continuem a ser os mesmos que até agora tem sido. Acresce-se mais uma circunstância muito atendível a respeito destes beneméritos vassalos que habitando no distrito de Entre Rios podem facilmente conservar em respeito a grande distância de Quaraí, a Ibicuí, e procurando servir e defender os domínios de Sua Majestade procuram também defender de melhor vontade suas fazendas e seus próprios estabelecimento. V.Exa. contudo se dignará mandar o que for servido [...]"(22.12.1816, Joaquim Xavier Curado a D.Diogo de Souza)¹⁰⁴

Através das leituras da documentação percebemos que, em geral, até 1820, as cartas contêm apenas constatações acerca do estado de povoação dos campos, sem nenhuma disputa maior entre os envolvidos. Diante do requerimento do Governador da Capitania, José de Abreu apenas atesta a veracidade ou não dos fatos. É a partir de 1820 que aparecem os casos de disputa pela terra na região, em que há um enfrentamento entre duas partes mediadas por José de Abreu. O que nos sugere essa constatação é que os conflitos em torno da propriedade da terra se acentuam após a derrota de Artigas, com o fim da guerra, momento em que a ocupação luso-brasileira na região estava mais segura, permitindo que mais pessoas se dirigissem à fronteira. O próprio mercado de gado crescia nesse momento, impulsionado pela prosperidade das charqueadas do litoral, após um período de desarticulação dos saladeiros uruguaios (VARGAS, 2013). Assim, a capitalização de recursos após a guerra parecia dar margem para mais interesses

¹⁰⁴ Autoridades Militares Joaquim Xavier Curado 22.12.1816, maço 59, AHRS.

conflitantes na fronteira, tornando mais complexo o processo de apropriação de terras.

Como a distribuição de terras e a arbitragem dos conflitos passava por José de Abreu, consideramos importante traçar, a partir de sua correspondência, o espaço social que ele transitava. Para tanto, trabalhamos com a produção da rede de relações de poder de Abreu enquanto exercia o Comando da Fronteira.

A inspiração para o trabalho que estivemos realizando até aqui vem da corrente micro-histórica italiana. Buscamos compreender a partir da trajetória de José de Abreu estratégias de construção e consolidação do seu poder, e as formas como as hierarquias eram colocadas e mantidas a partir das relações entre o centro e a periferia. Para refletir acerca do espaço social de José de Abreu, nos utilizamos da análise da sua rede de relações administrativa/militar. Adriano Comissoli (2011) esclarece como funciona esse aporte:

Rede social (social network) é o conjunto de interconexões entre diversas pessoas dentro de um sistema social. Estas conexões resultam das interações desenvolvidas entre os sujeitos, de modo que as redes podem ser interpretadas tanto à luz de um tipo de uma relação específica quanto pelo conjunto das mesmas. Os nós destas redes incidem nas pessoas envolvidas em sua composição, pois de cada sujeito partem e chegam relações com inúmeros outros, em muitos casos existindo mais de um tipo de ligação entre dois personagens. Estes nós são interpretados como pontos de encontro das relações sociais que quando vistos em conjunto formam um determinado arranjo dotado de coerência. Neste sentido, o integrante deste emaranhado do qual partimos para a análise da rede, o ponto zero da reconstrução das relações sociais, pode ser chamado de — estrela de primeira ordem (first-order star). A abordagem conduz a investigação a trabalhar sobre o — as interações entre sujeitos, elemento que torna a análise dinâmica, uma vez que sugere a compreensão da realidade social por meio de seu fluxo de relações. (COMISSOLI, 2011, p.30)

Ao fazer um balanço sobre os estudos que vem sendo realizados utilizando a análise de redes, Michel Bertrand, Sandro Guzzi-Heeb e Claire Lemerrier ressaltam que essa ferramenta analítica tem tido diferentes usos em diversas áreas de conhecimento. Sua origem vem de estudos na área da sociologia e, ao ser transposta à História foi associada a trabalhos pautados na redução de escala, principalmente em seu aspecto conceitual: “estas corrientes habían insistido particularmente en los conceptos de configuraciones de relaciones o, por ejemplo, de “frentes de parentesco” (BERTRAND; GUZZI-HEEB; LEMERCIER, 2011, p.02), e, dessa forma, nem sempre recorriam a sua disposição gráfica. Foi na década de

1990 que alguns estudos em nível macro, como os de parentesco, e na área de economia passam a fazer uso da análise de redes de forma mais sistêmica:

En todo caso el objetivo de una aproximación mediante redes no es tanto mostrar la agencia individual como describir las estructuras, las zona de mayor o menor cohesión o las formas de atracción presentes: se trata más bien de aproximaciones estructurales que examinan las interacciones entre actores para interrogarse sobre sus efectos sistémicos. (BERTRAND; GUZZI-HEEB; LEMERCIER, 2011, p.02)

A análise de redes sociais nos permite reconstruir algumas relações dos agentes históricos e representá-las a partir de uma imagem gráfica em forma de rede (IMIZCOZ BEUNZA; ARRYOU RUIZ, 2011). É assim que, partindo das cartas de José de Abreu, procuramos entender o fluxo de relações que ele estabelecia. O estudo necessita de alguns cuidados, em primeiro lugar, aceitamos a impossibilidade de restaurar o todo e complexo mundo de relações de uma pessoa, ainda mais aqui neste estudo em que nos limitamos à correspondência administrativa de José de Abreu que, embora permeada de relações pessoais, possuía uma configuração oficial. Por isso, deve-se ter em conta que pretendemos a reconstrução uma rede parcial, em que possamos perceber algumas lógicas relacionais e de trocas que passam através da rede. Da mesma forma, é difícil compreender a diacronia das relações, que não devem ser consideradas de maneira simplificada (BERTRAND, 1999). Aqui, focamos em um período de oito anos, entre 1814-1822¹⁰⁵, tempo que José de Abreu foi Comandante da Fronteira de Entre Rios, e que o mesmo território esteve em disputa.

Elaboramos a rede a partir dos nomes dos indivíduos mencionados nos ofícios de José de Abreu, colocando na matriz não só os remetentes e destinatários dele, mas também os indivíduos que eram citados no corpo da carta. Ressaltamos que nenhum nome cuja a referência tenha sido negativa foi inserido na rede, pois isso prejudicaria a imagem da rede de sociabilidade de nosso ego. As conexões dentre os indivíduos foram feitas de acordo com o que era referido, por exemplo: quando José de Abreu enviava uma lista ao governador da capitania com os indivíduos que faziam parte do corpo de milicianos, indicávamos um vínculo entre

¹⁰⁵ O período se remete ao tempo que Abreu permaneceu como Comandante Fronteira de Entre Rios, conforme o gráfico "1" foi possível perceber que as cartas até esse ano são bastante esparsas. Fazia parte ainda do fundo, autoridades militares- José de Abreu os meses em (1822) que ele foi comandante da fronteira de Missões, mas deixamos esse período de fora por considerarmos que há uma mudança na territorialidade de Abreu que poderia afetar a análise de seus relacionamentos.

estes; quando eram designadas testemunhas em casos de disputas de terras tais eram associados também; de maneira geral, quando na correspondência ficava claro algum relacionamento (de parentesco, recomendação, amizade, ou pertencimento ao mesmo regimento) entre os indivíduos, eles foram ligados. A partir daí se formou uma teia, pela qual cruzavam diversos recursos, favores, informações, ideias, e bens materiais, como a própria terra ((IMIZCOZ BEUNZA; ARRYOU RUIZ, 2011).

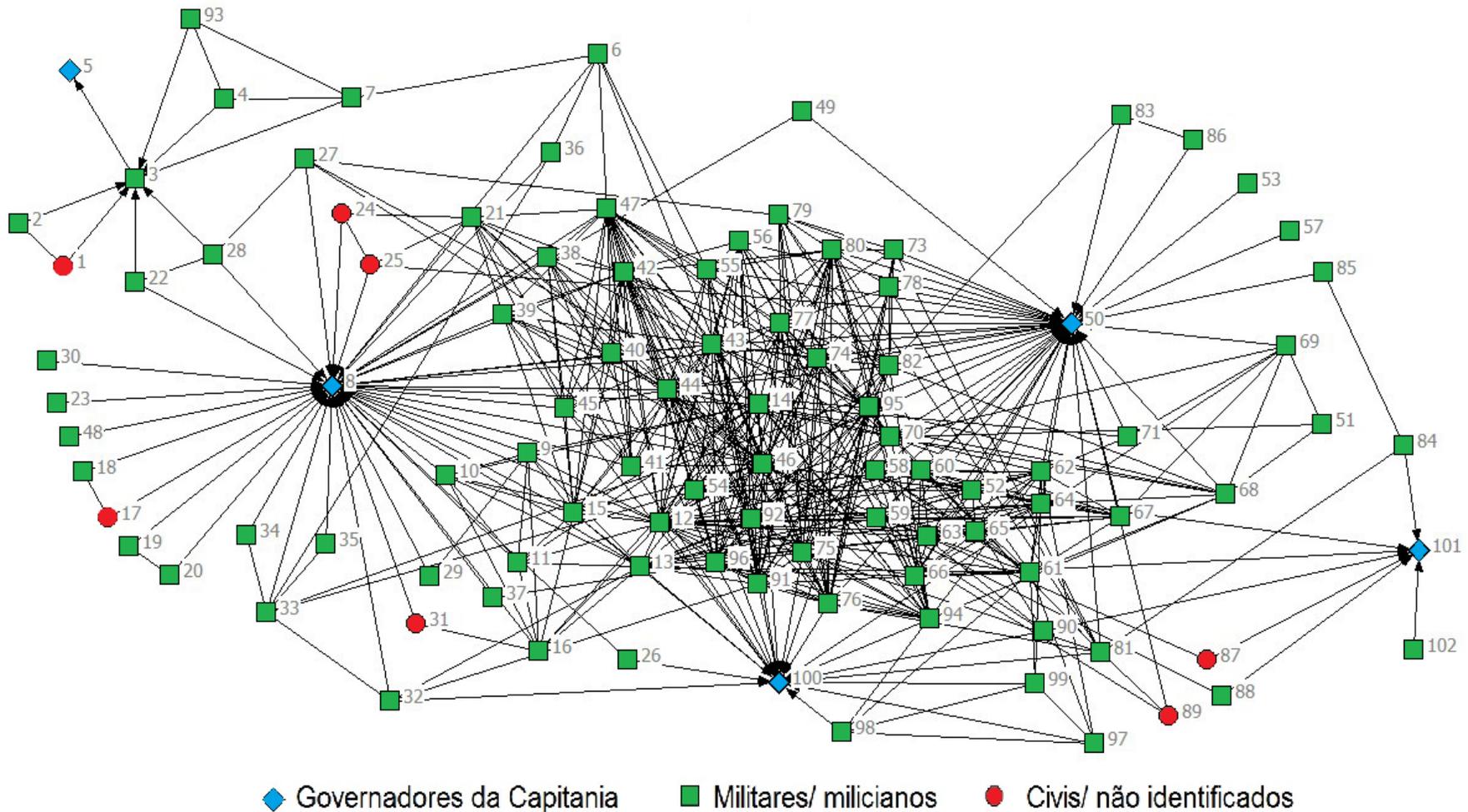
Para construir o gráfico, elaboramos uma matriz no programa *Ucinet*, no qual, colocamos nas linhas e colunas uma lista de nomes referenciados nas cartas, em seguida preenchemos as relações entre os indivíduos de acordo com o que fora mencionado na documentação. O programa *Netdraw* a partir dessa matriz desenvolveu o gráfico em formato de rede (gráfico 2).

De início, o gráfico chama a atenção para a densidade da rede de José de Abreu, em que os indivíduos se conectam em diferentes níveis entre si, ou seja, foram mencionados em diversos momentos e relacionados uns aos outros. Essa configuração aponta que José de Abreu organizou em torno de si fortes vínculos que se apoiavam um nos outros, construindo uma densa malha administrativa e militar na fronteira. Tendo em conta que, nesse período, a segurança social e econômica das pessoas se fundava quase que totalmente nas relações que elas podiam construir, podemos entender a importância de todas as linhas que conectam os indivíduos da rede. Para a Coroa, José de Abreu também tornava-se um meio de chegar a essa população, que podia ser mobilizada a partir de sua rede, o que ajuda a compreender seu papel como um mediador entre a paróquia e a Corte

Também se destaca no gráfico que essa é uma rede fundamentalmente militar/miliciana. Todo o período analisado é marcado pela guerra contra Artigas, e esse foi o principal tópico encontrado na documentação do Comando de Entre Rios desse período. Isso ajuda a explicar o peso dos militares e milicianos nas relações de José de Abreu, mas também permite visualizar que esses seriam os maiores favorecidos por José de Abreu no momento de distribuição de terras.

Os grandes “nós” da rede são os Governadores da Capitania, respectivamente o Conde da Figueira (50) e o Marquês de Alegrete (08). Todos os nomes que eram mencionados nas cartas (de maneira positiva) por Abreu a estes Governadores foram conectados a eles na rede.

Gráfico 2. Representação da Rede Administrativa de José de Abreu, enquanto exerceu o cargo de Comandante da Fronteira de Entre Rios (1814-1822).¹⁰⁶



Fonte: Criado a partir documentos Autoridades Militares- José de Abreu, AHRs

¹⁰⁶ Ver legenda do gráfico em anexos

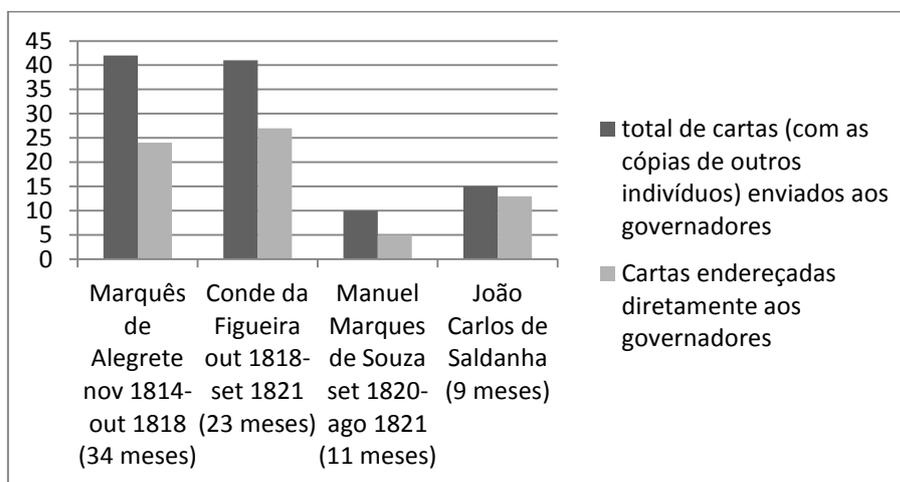
Isso não quer dizer que os indivíduos citados conhecessem o Governador da Capitania, mas consideramos importante vinculá-los, pois julgamos que quando José de Abreu escrevia um nome na epístola, o ato era carregado de uma intenção, qual seja, levar esse nome a seu superior. O comandante seria um meio de os indivíduos afastados do centro do poder acessarem a autoridade real mesmo nos confins do Reino.

Reportar diretamente ao Governante da capitania também era uma forma de prestígio. Se voltarmos ao gráfico, podemos ver José de Abreu remetendo cartas a Francisco das Chagas Santos (3), que era Comandante de Missões. Essa relação é preponderantemente dos primeiros anos de comando de José de Abreu, quando ele endereçava suas informações a Chagas Santos, e este encaminhava as notícias importantes ao governador. Com a consolidação do Distrito de Entre Rios, Abreu ganhou a prerrogativa de manter uma “linha direta” com o Governador da Capitania, aumentando sua esfera de influência.

Como vimos, é característica desse fundo documental a presença de ofícios que eram cópias das cartas encaminhadas para Abreu, que ele reenviava para os seus superiores, assim podemos considerar que praticamente toda correspondência a que tivemos acesso foi encaminhada para o governo da Capitania em algum momento, o governo da Capitania em si era o grande destinatário de Abreu. De um total de 130 ofícios, 121 foram enviadas as diferentes administrações da Capitania (incluindo no cálculo as cópias), destas, 69 eram cartas diretas de Abreu ao governador. Organizamos o gráfico 3 que dá conta de demonstrar o número de cartas recebidas por cada governador.

Manuel Marques de Souza e João Carlos de Saldanha permaneceram por pouco tempo no cargo de governador da Capitania. Podemos imaginar que se tivessem ficado mais tempo no exercício dessa atividade acabariam se tornando também os “nós” da rede de José de Abreu. Notamos que quando chegamos às cartas remetidas a eles, apenas dois nomes foram acrescentados a matriz, isso quer dizer que Abreu já havia anteriormente citado os nomes aos outros dois governadores (Marquês de Alegrete e Conde da Figueira). Ou seja, José de Abreu, independente de quem governava a Capitania, seguia nomeando ao centro, os homens que considerava importantes na administração da fronteira, e essas relações construídas com os passar dos anos, permaneciam sendo reiteradas no tempo.

Gráfico 3 Total de cartas enviadas aos governadores da capitania (1814-1822)¹⁰⁷



Fonte: Criado a partir documentos Autoridades Militares- José de Abreu, AHRS

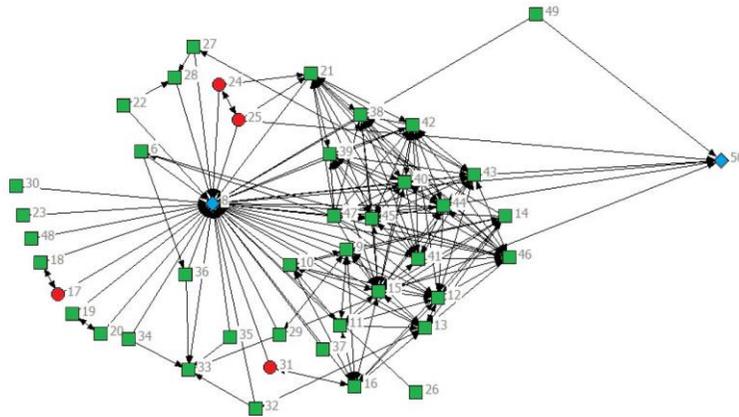
A formatação do gráfico 2 inclui esses distintos períodos de administração da Capitania, dando conta da diacronia dos relacionamentos de Abreu. Nele, conseguimos visualizar como há uma considerável continuidade das relações de José de Abreu por todo tempo que foi Comandante da Fronteira de Entre Rios, o que se reflete na densidade da própria rede. Assim, há um núcleo forte de indivíduos (preponderantemente do Regimento de Entre Rios) que seguem Abreu durante todo esse período que permanecem aparecendo indiferentemente do Governador da Capitania. Para visualizar a mudança nos relacionamentos experimentamos separar as administrações a partir do gráfico “4”.

A análise da rede administrativa de José de Abreu, separada de acordo com as diferentes administrações, torna mais clara também a presença de indivíduos que reiteradamente são mencionados (que se mantém no tempo), aqueles que se encontram no gráfico “2” no centro da “nebulosa”. É possível perceber que esses são, em geral, os oficiais diretamente abaixo de José de Abreu na hierarquia do Regimento, são tenentes, capitães e alferes. Como, por exemplo, o Capitão Cláudio José Dutra (14), o Tenente José Antônio Martins (15), o Alferes Gaspar Nunes de Miranda (46), o Alferes Antônio de Souza Trindade.

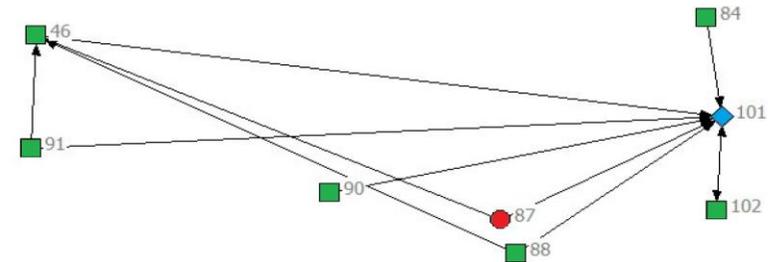
¹⁰⁷ Ficaram de fora as cartas enviadas ao Comandante de Missões Francisco das Chagas Santos

Gráfico 4 Comparação rede administrativa de José e Abreu de acordo com o Governador da Capitania:

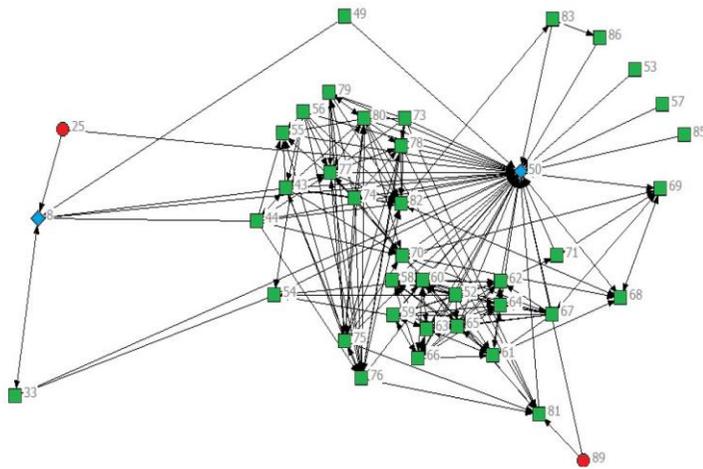
Marquês de Alegrete nov 1814- out 1818 (34 meses)



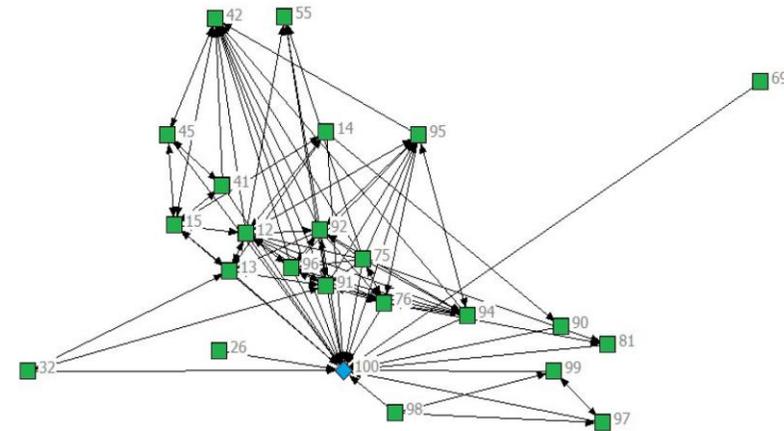
Manuel Marques de Souza set 1820- ago 1821 (11 meses)



Conde da Figueira out 1818- set 1821 (23 meses)



João Carlos de Saldanha (9 meses)



◆ Governadores da Capitania ■ Militares/ milicianos ● Civis/ não identificados

Fonte: Criado a partir documentos Autoridades Militares- José de Abreu, AHRS

Isso quer dizer que as referências a esse grupo eram mais constantes, sendo recebidas por diferentes governadores da Capitania com o passar dos anos. As menções apareciam em forma de informações acerca da movimentação das tropas, listas de membros para a formação do Regimento, ou para a promoção dos militares, relatos de batalha com os nomes de maior notoriedade e, por fim, notícias sobre os requerimentos de sesmarias e arbitragem em conflitos por terra.

No gráfico “4”, fica claro que o maior número de relacionamentos se encontra vinculado ao Conde da Figueira e ao Marquês de Alegrete. Entendemos que isso se deve por um lado ao pouco tempo que os outros dois governadores (Manuel Marques de Souza e Saldanha) exerceram o cargo, e por outro, pelo período (1820-1822) ter sido marcado por uma conjuntura de paz, em que há uma diminuição considerável das participações de Abreu.

No gráfico “4”, podemos perceber como o Marquês de Alegrete e o Conde da Figueira concentram um número próximo de vínculos, embora as do último estejam mais interligadas, com menos sujeitos isolados. Isso se deve principalmente às características da documentação. Por exemplo, na do Marquês de Alegrete (1814-1820), os casos de requerimento de terra são mais simples (como vimos, não foram percebidas disputas), e não exigiam que fosse enviado um conjunto de testemunhos acerca da questão de quem possuía ou não a terra. Dessa forma, tivemos menos acesso aos relacionamentos dos indivíduos citados.

Sobre os relatos de batalha cabe uma breve constatação acerca de um trabalho nosso anterior (CORREA, 2014) em que analisamos as cartas que narravam enfrentamentos armados durante a guerra contra Artigas, a partir de ofícios dos comandantes de campo que relatavam as batalhas vitoriosas. Naquele estudo, percebemos que elas não traziam apenas informações sobre o desenrolar do conflito, mas também reconhecimento dos principais oficiais que serviam na defesa da fronteira. Parece que o enaltecimento desses homens era um dos principais deveres do Comandante, responsável por recomendar àqueles que considerava merecedores da atenção e da graça imperial. Essa era a oportunidade para os oficiais terem o nome levado às mais altas instâncias administrativas. A arrecadação de recursos e prestígio em batalha permitiu a alguns oficiais, como Bento Manuel Ribeiro que, constantemente era mencionado, um poder muito amplo na esfera social e política da Capitania.

Assim as consagrações presentes nas cartas parecem ter um sentido maior, podendo ser inseridas nessa lógica de relações de reciprocidade, na qual a elite militar ao mesmo tempo em que lutava em nome de Sua Majestade e sustentava a fronteira do império português angariava para si terras e títulos que permitiam a reprodução da mesma lógica regionalmente (CORRÊA, 2014, p.2121)

O Alferes Gaspar Nunes de Miranda (46) era um desses indivíduos que constantemente foram mencionados. Se notarmos no gráfico 4, vemos que ele só não aparece na administração do Conde da Figueira. Um dos motivos para a reiterada de sua presença na documentação é devido à contenda de terras que ele se envolveu no ano de 1821, contra Inácio José Figueiredo. A análise desse caso pode nos ajudar a entender as características do relacionamento de José de Abreu com os homens do seu Regimento.

Tudo parece ter começado a partir de uma requisição de Figueiredo, que dizia ter comprado um campo de Francisco Esteves, que coincidia com a terra de Gaspar Nunes. Ao ser perguntado sobre o caso, José de Abreu arbitrou em defesa do Alferes, que já havia sido sugerido a esse cargo militar pelo próprio José de Abreu. A disputa parece ter se estendido no tempo pela influência de Inácio José Figueiredo em Porto Alegre, e recorrentemente Gaspar Nunes teve de levantar sua defesa em que especificava alguns aspectos da povoação da fronteira. Quando José de Abreu não era mais comandante daquela fronteira, o conflito ainda correria sem solução, passando às mãos do novo comandante, Bento Manuel Ribeiro.

O caso retratado na correspondência é que alguns anos antes da disputa, Francisco Esteves havia pedido uma porção de terras a José de Abreu, que lhe cedeu, mas ao invés de construir seu rancho na terra designada, teria tomado posse de um campo já ocupado, que se tratava da sesmaria do Alferes Gaspar Nunes. Após passar um tempo fugido depois de ser chamado à guerra, Esteves teria vendido o campo que não lhe pertencia a Filgueira, que agora requisitava essa terra:

[...] Enquanto ao que requer o dito Filgueira em nome de Francisco Esteves não se pode ter direito algum por quanto o dito Esteves apareceu-me aqui e com efeito me pediu lhe concedesse deixasse parar num pedaço de campo imediato ao arroio das pedras, que em rigor terá meia légua e eu lhe concedi, porém em lugar de fazer o campo onde tinha pedido o foi fazer no campo do alferes Gaspar, e logo que se precisou de gente para auxiliar o sargento-mor Manuel dos Santos Pedroso, falecido se retirou escondendo-se para dentro este hoje e não compareceu mais aqui desde 1811 .Em cujo pedaço de campo se armou Manuel Alvez onde se conserva tendo sido este sempre útil ao serviço de Sua Majestade [...] (Autoridades Militares. Marechal José de Abreu, 10.06.1821, maço 81, AHRS)

José de Abreu parece expressar bem que Francisco Esteves, que vendeu os campos, não tinha direito a esses não só porque não eram os mesmos campos que esse lhe havia cedido, como também porque Esteves havia fugido em um momento que a Coroa necessitava de homens. Assim, deixa a entender que mesmo que essas fossem de fato as terras que José de Abreu lhe havia cedido, Esteves não teria mais direito sobre ela, uma vez que quem detinha sua posse agora era o “pardo” Manuel Alvez, que sempre se fizera útil em momentos de necessidade. Esse trecho parece esclarecer bastante a respeito de como a lógica de reciprocidade interferia na economia e direito da época. Assim, não havia um mercado perfeito de terras, uma vez que ele não se apresentava com traços completamente capitalistas, em que o título legal exclui qualquer outra vinculação com a terra. A conquista da fronteira possibilitava ao comandante militar decidir acerca da posse desses campos e em alguns momentos a afirmação mesma da sua propriedade, em nome da defesa do território e da retribuição de bons serviços prestados a Coroa, orientado pela própria lógica da mercê.

Após a guerra de 1801, seguiu um período de promoções militares e distribuições de mercês entre os homens que efetuaram a conquista. A Coroa Portuguesa utilizava-se de um método que vinha de uma tradição monárquica de Antigo Regime, estimulando a conquista através das redes clientelares dos chefes locais, o que acabava por encorajar a formação e fortalecimento de potentados nas regiões conquistadas. Contando com poucos recursos e um grande território para cobrir, a Coroa não podia prover todas as suas necessidades bélicas com o exército de primeira linha (LUFT, 2013). Assim, a própria estrutura militar portuguesa previa a utilização de tropas auxiliares em apoio ao exército profissional. Essas milícias eram formadas e comandadas por autoridades locais, que possuíam um cabedal de relacionamentos crucial à Coroa, tanto para o avanço das fronteiras como para manutenção destas.

O importante papel das organizações militares auxiliares na conquista do sul da América lusa é um ponto essencial para compreender o espaço de negociação que seria formado entre o centro e a periferia da Coroa Lusa na América e, depois, do Império do Brasil. Os líderes militares, através de alianças e acordos com os povoadores que habitavam a região, conquistavam para si um importante cabedal de relações, que os permitiam apresentar homens para lutar pela Coroa. Para os

homens que se colocavam sob a proteção dessas lideranças, essa associação era mantida através de trocas desiguais, que giravam em torno da garantia da posse ou propriedade da terra, dinheiro, saques de guerra e melhores condições de recrutamento para guerra. Os líderes guerreiros, por sua vez, recebiam da Corte mercês por seus serviços, como terras e títulos. Dessa forma, o Estado operava através da noção da graça, em que privilégios eram concedidos em troca da prestação de serviço de particulares (FARINATTI, 2010), (LUFT, 2013).

Se as práticas de Antigo Regime estavam bastante vivas no Brasil Colonial do século XVIII, aos poucos elas passam a conviver com uma concepção cada vez mais individualista da política, economia e sociedade. Porém, alguns estudos nos ajudam a entender que práticas costumeiras ainda permaneceriam importantes no período de atuação de José de Abreu. É o caso do trabalho de Clarissa Medeiros (2015). A partir da trajetória do Marquês de Alegrete como Governador e Capitão geral da Capitania de São Pedro, Medeiros percebe a tentativa do reinado português em levar a racionalização administrativa às paragens mais meridionais de seu reinado. A tarefa do Marquês seria de estabelecer uma forma de centralização das decisões políticas e administrativas da capitania em seu governo. Isso exigiria do nobre português buscar a coexistência entre os dois modelos de concepção do poder. Assim, o marquês de Alegrete iria alicerçar sua governabilidade em uma rede de relações pautadas em alianças com as lideranças locais poderosas da região, lançando mão de práticas típicas de Antigo Regime, tais como a distribuição terras e títulos entre a elite local. Em momentos de guerra, essas relações ganhavam mais preponderância, aumentando o espaço de barganha da elite militar dentro da administração da Capitania.

Sobre as práticas de Antigo Regime na América Portuguesa, Antônio Manuel Hespanha (2007) esclarece que esta era pautada em uma lógica bastante elementar que mesclava os interesses particulares aos do bem comum: “defender a terra, manter a ordem e as hierarquias antigas, distribuir os recursos e os cargos dos concelhos segundo a lógica do serviço e da amizade política” (HESPANHA, 2007, p.14). As transformações nas formas de encarar o governo que partiam de Lisboa, ancoradas na racionalidade e na disciplina passavam a despersonalizar a coisa pública. No sul da América, porém, o avanço e defesa da fronteira, em um contexto de contínuo belicismo, dariam uma sobrevida ao poder das elites conquistadoras. É sobre isso que tratam Tiago Gil e Marta Hameister (2007) ao analisarem como os

conquistadores do extremo sul da América lusa, como os Souza Fernando e os Pinto Bandeira, fundamentaram seu poder nas disputas territoriais tardias que se deram nessa região. Para esses historiadores, as práticas de Antigo Regime, como as de distribuição de mercês, de relações de matrimônio entre as famílias de elite, e de compadrio que criavam vínculos entre essa elite “encontraram solo fértil nas aventuras de conquista dos territórios meridionais” (p.290). Algumas décadas após o foco de estudo de GIL e HAMEISTER, em uma nova conquista nos confins meridionais do *império* pluricontinental luso, algumas dessas práticas ainda eram observáveis.

Pelo que deixa entender a correspondência de defesa de Gaspar Nunes, Filgueira havia declarado que Esteves fora expulso à força de suas terras pelo Alferes. Recorrer à violência para resolução de conflitos certamente não era um recurso incomum naquelas paragens. Helen Osório (1990) tratou em sua dissertação de alguns casos de desalojamentos violentos, em que militares entravam armados nos campos, queimando tudo e devastando os arranchamentos. De qualquer forma, Gaspar Nunes negava ter usado da força para expulsar Esteves. Dizia que, em verdade, Esteves teria se apossado de partes de suas terras, tomando proveito quando ele estava em Campanha no Uruguai:

[...] Enquanto o que requer o referido Filgueira respeito a Francisco Esteves de eu o haver violentado é falso, por que achando-se esse Francisco Esteves dentro dos limites das mesmas sesmarias, eu lhe fiz ver que retirasse para evitarmos contendas, ... Ilmo. Snr. antes pelo contrário quando V.S. consentiu ao dito Esteves que fizesse uma pequena posse na costa do Arroio das Pedras, em meia légua, pouco mais ou menos donde se acha hoje o Pardo Manuel Alves, cujos vestígios ainda se acham: Este Esteves alegou de V.Sa posse em 1811, achando-me eu em Campanha na costa do Uruguai com o falecido tenente Manuel dos Santos Pedroso, ele fez despejar os meus peões do lugar que hoje quer contender, e fez um pequeno rancho donde se conservou até a minha vinda com quatro vacas e cinco ou seis cavalos, sem fazer caso de uma ordem que o dito Manuel dos Santos mandou a requerimento meu para que larga-se daquele lugar e desta forma é que aqueles que fogem do serviço Real enriquecerão aqueles que com todo desejo e gosto se empregam nele. (Gaspar Nunes de Miranda José de Abreu. Autoridades Militares, José de Abreu, 25.12.1821, maço 81)

Os argumentos de Gaspar Nunes enalteciam os serviços que ele vinha fazendo para manter aquela fronteira, iseria-se em uma retórica que defendia os esforços dos primeiros conquistadores, que haviam entrado para aquela terra

quando os ataques de índios e castelhanos eram constantes, e que enfrentando os desafios da fronteira havia tornado aquela terra produtiva e povoada:

Digo que os campos em que me acho estabelecido entrei para eles em 1807 donde me conservo desde então sempre empregado em atual serviço da nação, exposto por mais de dois anos aos ataques dos infiéis sendo-me preciso em todo esse tempo andar dormindo pelos matos, para não perder a vida na mão daqueles índios que por várias vezes me queimaram os ranchos que eu fazia junto com Joaquim Cardoso de Toledo, quem depois de passados estes dois anos meteu a venda da parte que lhe visse a pertencer por não poder já suportar aquela vida! [...]. O Terreno que foi concedido a Francisco Esteves acha-se nele Manuel Alves, cujo terreno mal terá meia légua de comprido e meia de largo o que se mostra pelo preço que comprou o dito Figueira de 25600 estando isto já tão cheio de habitantes e sem risco de inimigos, como era no princípio que muitos fizeram o mesmo por falta de constância e medo que tinham dos índios infiéis. (Gaspar Nunes de Miranda a Bento Manuel Ribeiro, 15.04.1822) (grifo nosso).¹⁰⁸

O grupo de infiéis citados no documento tratava-se, provavelmente, de grupos de índios charruas e minuanos da região. Discorreremos ao longo deste capítulo sobre o fato de como tal população vivia naquele espaço e mantinham relações de comércio e enfrentamento com os portugueses que passaram a se estabelecer por ali. Principalmente, os charruas são constantemente mencionados nos documentos do período, realizando incursões, arrebanhando gado e realizando saques. Embora Gaspar Nunes ressalte as dificuldades a que foi exposto nos primeiros anos que se arranchou nessas terras, devido à presença dos “infiéis”, uma interessante memória, registrada pelo folclorista João Cezimbra Jacques, no ano de 1912, nos leva a crer que talvez o Alferes tenha encontrado meios para negociar com os índios charruas.

[...] Passava-se o ano de 1805, quando o falecido Gaspar Nunes de Miranda, natural do Rio Pardo, avô materno do sr.dr. Álvaro Nunes Pereira e tio avô do autor destas linhas, aventurou a empresa de explorar os campos entre o Uruguai e o *Ybyrapuytan*, sendo ele um dos primeiros fundadores do Alegrete.

Desde as primeiras excursões que fez, levava consigo, como companheiros, um preto velho e um índio manso.

Ao chegar Gaspar Nunes naquelas paragens, com habilidade rara e perseverança, conseguiu logo fazer boa amizade com o cacique de uma das duas tribos, e assim também com ela própria, não conseguindo outro tanto com a outra tribo, que não o via com bons olhos.

O explorador referido tratou logo de se estabelecer no dito campo, onde construíra uma casa coberta de palha fortificou-a, como pôde, sendo ali o começo da estância qual deixou aos seus numerosos descendentes.

¹⁰⁸ Autoridades Militares, Tenente Coronel Bento Manuel Ribeiro, maço 84.

Nesse sítio viveu Gaspar Nunes rodeado de feras e de índios selvagens, Charruas e Minuanos. [...] Ao estabelecer-se, empreendeu ele negócio com os Charruas amigos; comprava destes couros de gado, de tigre e dos demais quadrúpedes, e outros produtos indígenas, e vinha vendê-los em Rio Pardo. Desta cidade levava ele diversos artigos de primeira necessidade, fazendas, facas, machados, aguardente, fumo, açúcar, erva mate e miçangas, que vendia aos índios a troco dos citados artigos[...] Essa vida cheia de aventuras e sobressaltos levava Gaspar Nunes, quando rebentou a guerra com os espanhóis do Prata. Com este acontecimento, juntou-se ele às forças do denodado general Abreu e com elas, no posto de tenente de milícias, meteu-se operações militares. (JACQUES, 1979, p.88)

João Cezimbra Jacques acabou por registrar o relacionamento de Gaspar Nunes de Miranda com os índios charruas em sua obra “Assuntos do Rio Grande do Sul”, destinada em tratar dos costumes, tradições e contos do Rio Grande do Sul. Como foi possível ver no texto Gaspar Nunes era tio-avô de João Cezimbra Jacques, cujo pai havia nascido em Alegrete em torno do ano 1820-1840 (BENTO, 1979). Então, provavelmente ouvira na forma de conto, a história acerca dos feitos de seu parente. Não sabemos o quanto da história é verdadeira, e para nós isso não é o mais importante, mas sim a permanência na memória dos indivíduos a presença de vínculos entre os primeiros moradores lusos do território que se tornaria Alegrete com a população nativa da região.

Na sequência do conto, Jaques ainda narra como Gaspar Nunes havia evitado que uma partida portuguesa atacasse um cacique Charrua, e como este havia retribuído, salvando a vida do Alferes mais de uma vez. Também ressalta como o relacionamento era permitido por Gaspar Nunes de Miranda falar a língua guarani perfeitamente. Pensamos que se Abreu não falasse o guarani, ao menos cercou-se de quem fazia, e ofereceu em troca desse dom, terras e recursos na fronteira.

Se encontramos dificuldade em comprovar os vínculos de Gaspar Nunes de Miranda com os índios charruas, conseguimos averiguar que ele manteve um relacionamento estável com uma índia guarani, chamada Ana Eufrásia de Jesus, com quem teve pelo menos dois filhos naturais¹⁰⁹. O padrinho de um dos filhos desse relacionamento foi José Inácio da Silva, filho de José de Abreu. Os fragmentos da vida de Gaspar Nunes de Miranda que encontramos nos deixaram curiosos acerca do espaço social que ele transitava, então de forma experimental buscamos mapear alguns dos seus relacionamentos (representados no gráfico 5)

¹⁰⁹ Arquivo da Diocese de Uruguaiiana, RS, 1824, Livro de Batismos Capela de Alegrete, n.1, folha 68 v.

tomando como ponto de partida os registros de batismo da capela de Alegrete do período 1816-1850¹¹⁰.

Construímos o “gráfico 5” tomando como egos Gaspar Nunes de Miranda, sua mulher Isabel Custódio de Lima e Ana Eufrásia de Jesus¹¹¹ com quem teve filhos “naturais” antes do casamento com Isabel. Acrescentamos nessa rede seus compadres e comadres (o sentido das setas indica quem foi chamado para ser padrinho/madrinha)¹¹². Nossa intenção com isso é demonstrar alguns sujeitos e alguns tipos de relações pessoais que não aparecem na correspondência de Abreu, mas que trazem elementos importantes para compreender as relações entre àqueles que têm seus nomes listados naqueles documentos. Podemos notar, por exemplo, uma maior diversidade da rede, com presença de civis, mulheres, índios e escravos.

Luís Augusto Farinatti tem desenvolvido trabalhos tematizando as dinâmicas de compadrio e dos processos que os geravam a partir da investigação dos registros batismais da Capela de Alegrete¹¹³. Nesse sentido, destaca algumas características percebidas na documentação no período de 1816-1845 :

No período analisado temos uma proporção de 80% dos batizados livres, 19% escravos e 1 % libertos na pia batismal. Até 1835, 89% dos assentos de batizados livres continham, junto com seus nomes, algum desses qualificativos: branco (a), índio (a), china, de nação guarani, pardo (a), mulato (a), mestiço (a), preto (a), negro (a). Já no caso dos pais e padrinhos, essas designações só foram atribuídas mais raramente. Para estes, em outra grade classificatória, aparecem qualificativos como dona e Capitão (ou outros do gênero). Chama a atenção a grande presença de batizados apontados como índio (a), china ou “de nação guarani”. Eles eram 41% dos batizados entre 1816 e 1835. Cerca de 4/5 das mães

¹¹⁰ Arquivo da Diocese de Uruguaiana (ADU), RS, 1816-1850, Livro de Batismos Capela de Alegrete, n.1, n.2, n.3 e Livro de Batismo de Escravos. Registros conseguidos no do banco de dados do professor Luís Augusto Farinatti construído a partir de um *corpus* documental composto por 5.227 registros de batismo, entre os anos 1816-1845, na Capela de Alegrete.

¹¹¹ No gráfico, a chamamos de Ana Eufrásia (mãe) para diferenciar da filha de mesmo nome.

¹¹² O ideal seria construir uma rede que pudesse dar conta também dos relacionamentos dos outros indivíduos da rede, que possibilitaria perceber as inter-relações entre todos eles, como isso exigiria um trabalho maior, talvez não tão pertinente para esse estudo acabamos por deixar em aberto para outra pesquisa. Gostaríamos também de construir uma rede como essa que tratasse dos relacionamentos de José de Abreu, mas encontramos ele apadrinhando apenas uma criança na capela de Alegrete.

¹¹³ FARINATTI, L.A.. *Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil*. Editora da UFSM, 2010; *Famílias, relações de reciprocidade e hierarquia social na fronteira meridional do Brasil (1816-1845)*. In: *Encontro Estadual de História*, 10. Anais eletrônicos. Disponível em:

http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:_www.eeh2010.anpuh-rs.org.br/resources/anais/9/1279505026_ARQUIVO_FarinattiXEEH2010TextoCompleto.pdf+&cd=1&hl=en&ct=clnk&gl=us&client=firefox-b-ab. Acesso em 05.07.2017; *Padrinhos Preferenciais e hierarquia social na fronteira sul do Brasil (1816-1845)* In: GUEDES, R; FRAGOSO, J. *História social em Registros Paroquiais*, Editora Mauad, 2016).

daqueles batizados era natural dos Povos das Missões, enquanto que o 1/5 restante se dividia entre o Rio Grande de São Pedro e as áreas de fala espanhola. No que se refere aos nomeados expressamente como “brancos”, a proporção se invertia e a imensa maioria provinha das áreas de colonização portuguesa, especialmente das regiões limítrofes àquela fronteira, no Rio Grande de São Pedro. Esses dados, somados à pouca presença de batizados nomeados com categorias que remetessem expressamente a mestiçagem (pardo, mulato, mestiço), indica que o processo de conquista recente da região eram chaves classificatórias importantes para os padres que faziam os assentos. (FARINATTI, 2016, p.124)

Gaspar Nunes de Miranda e Isabel Custódio de Lima tiveram sete crianças batizadas na Capela de Alegrete, entre 1826-1850¹¹⁴, buscaram como padrinhos alguns personagens importantes na freguesia de Alegrete, como Ana Dorotéia Ribeiro¹¹⁵, filha de Bento Manuel Ribeiro, e o casal Albino Pereira de Lima e Maltides Joaquina¹¹⁶, ambas representantes das famílias donas das dez maiores fortunas inventariadas da região (FARINATTI, 2010).

Chama a atenção no gráfico “5”, a presença de dois militares: o sargento-mor Ricardo Alves de Macedo¹¹⁷, e Hipólito Giro Cardoso¹¹⁸. Para além desses companheiros de armas, vimos também que Gaspar Nunes de Miranda tinha como madrinha a filha de Bento Manuel, um dos milicianos de maior destaque na região de Alegrete. Da mesma forma, o filho de Nunes de Miranda e Ana Eufrásia havia sido apadrinhado pelo também miliciano José Inácio da Silva de Abreu¹¹⁹. Para além desses relacionamentos Gaspar Nunes de Miranda parecia buscar uma certa ampliação de seus relacionamentos dentro do espaço social de Alegrete, o que pode ser inserido em um aspecto que Farinatti (2010) destacou em sua tese de doutorado, de que a elite da fronteira buscava redes parentais que diversificassem as atividades, construindo vínculos entre comerciantes, estancieiros e militares dentro de um mesmo núcleo familiar.

¹¹⁴Arquivo da Diocese de Uruguaiana (ADU), RS, 1826-1850, Livro de Batismos Capela de Alegrete, n.1, n.2,n.3,n.4.

¹¹⁵Arquivo da Diocese de Uruguaiana (ADU), RS, 24.04.1840, Livro de Batismos Capela de Alegrete, n.2, folha 343 v.

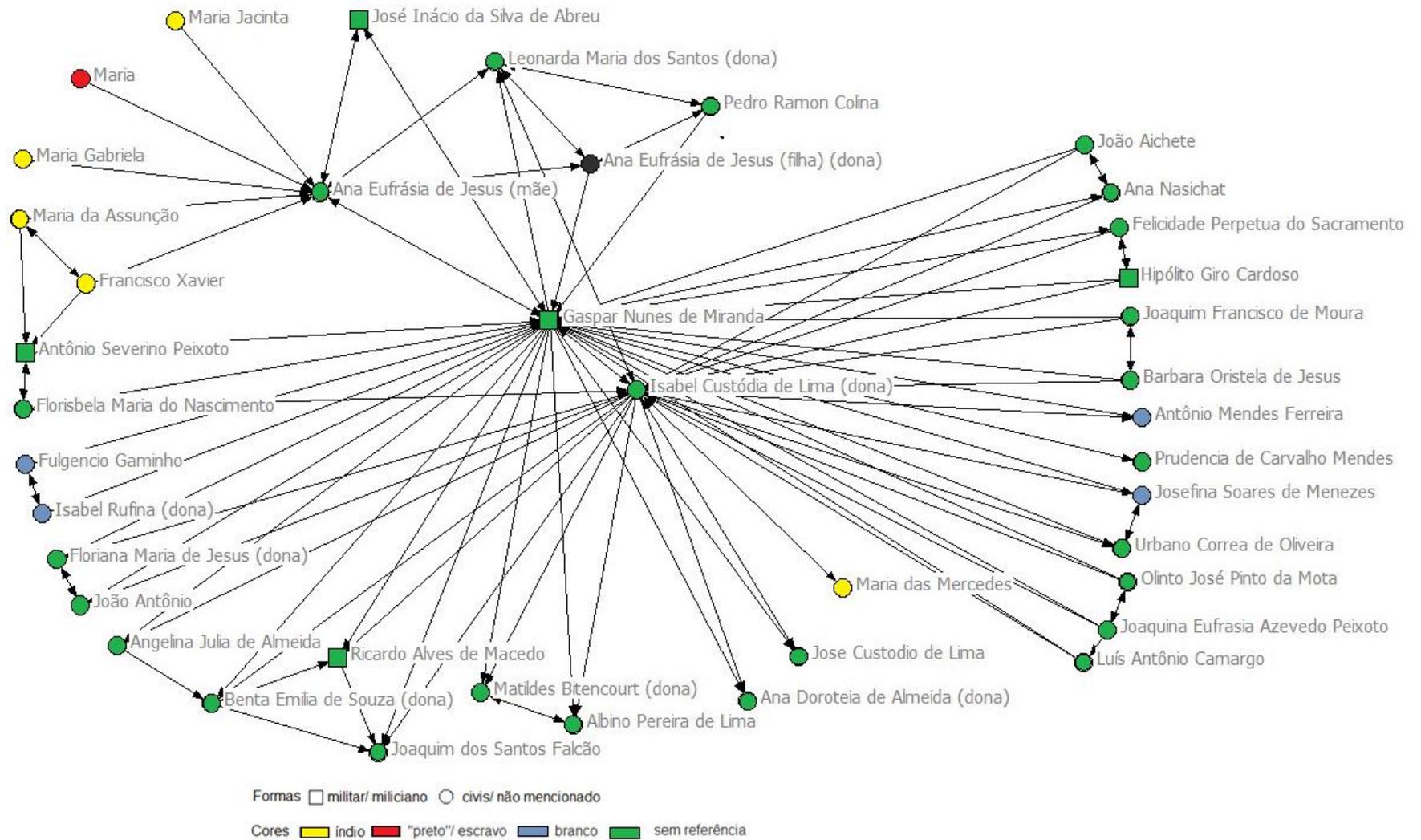
¹¹⁶Arquivo da Diocese de Uruguaiana (ADU), RS, 24.04.1840, Livro de Batismos Capela de Alegrete, n.2, folha 50.

¹¹⁷Arquivo da Diocese de Uruguaiana (ADU), RS, 20.03.1833, Livro de Batismos Capela de Alegrete, n.2, folha125v.

¹¹⁸Arquivo da Diocese de Uruguaiana (ADU), RS, 20.04.1833, Livro de Batismos Capela de Alegrete, n.2, folha130.

¹¹⁹Arquivo da Diocese de Uruguaiana (ADU), RS, 06.07.1824, Livro de Batismos Capela de Alegrete, n.2, folha68v.

Gráfico 5 Rede de compadrios de Gaspar Nunes de Miranda, Isabel Custódia de Lima, e Ana Eufrásia de Jesus



Fonte: Arquivo da Diocese de Uruguaiana (ADU), RS, 1816-1845, Livro de Batismos Capela de Alegrete

Gaspar Nunes de Miranda apadrinhou nove crianças (seis delas com Isabel Custódio)¹²⁰, um número razoável para época e lugar. O estudo de Luís A. Farinatti (2016) acerca dos padrinhos preferenciais percebeu que os membros de famílias que concentravam um maior número de afilhados presenciaram 15 vezes ou mais a pia batismal. Isabel Custódio batizou apenas uma criança sem Gaspar Nunes, e esta era índia, do povo de Japejú, de pai incógnito. Assim, é o único índio apadrinhado por um dos membros do casal.

Já Ana Eufrásia (mãe) foi madrinha de uma criança escrava, de pai incógnito, chamada de “parda”¹²¹ e de três crianças designadas “índias”¹²², cujas mães vinham dos povos da Cruz, São Borja e de Japejú (apenas um dos batizados era legítimo). Seus relacionamentos são com grupos “subalternos” daquela sociedade e aproximam-se de um padrão identificado por Farinatti (2016), de que os padrinhos preferenciais de crianças índias eram em geral também índios, o que expressa formas de alianças dos missionários ao sul do Ibicuí, no novo contexto de guerra, dispersão, migrações e reorganização de suas existências naquelas terras.

Em todo o caso, o que nos pareceu mais interessante é a presença do relacionamento entre Gaspar Nunes com Ana Eufrásia de Jesus, que não foi definida como índia, embora fosse filha de mãe e pai guaranis (Xavier e Maria). O casal levou para batizar seu filho, o “inocente Joaquim”¹²³, em 06 de julho de 1824 e o menino foi designado pelo padre como “branco” e “filho natural”. A madrinha foi “Dona” Leonarda Maria dos Santos, mãe de Isabel Custódio de Lima, futura mulher de Gaspar Nunes de Miranda e, como já comentamos, o padrinho foi José Inácio da Silva. O casal teve pelo menos outra filha que levava o nome da mãe, Ana Eufrásia de Jesus (filha), designada como “dona” e “branca”, ela registrou três filhos legítimos de Pedro Romão Colina¹²⁴ (Mariano, Pedro e Inês), a menina Inês foi apadrinhada

¹²⁰Arquivo da Diocese de Uruguaiana (ADU), RS, 1822-1848, Livro de Batismos Capela de Alegrete, n.1,n.2,n.4.

¹²¹Arquivo da Diocese de Uruguaiana (ADU), RS, 24.01.1825, Livro de Batismos Capela de Alegrete, n.1, folha82v.

¹²²Arquivo da Diocese de Uruguaiana (ADU), RS, 06.07.1823, Livro de Batismos Capela de Alegrete, n.1, folha 39; Arquivo da Diocese de Uruguaiana (ADU), RS, 21.01.1825, Livro de Batismos Capela de Alegrete, n.1, folha 82v.

¹²³Arquivo da Diocese de Uruguaiana (ADU), RS, 06.07.1824, Livro de Batismos Capela de Alegrete, n.1, folha68v.

¹²⁴Arquivo da Diocese de Uruguaiana (ADU), RS, 24.02.1837, Livro de Batismos Capela de Alegrete, n.2, folha 268; Arquivo da Diocese de Uruguaiana (ADU), RS, 06.10.1837, Livro de Batismos Capela

pelo avô Gaspar Nunes de Miranda no ano de 1839¹²⁵. Ana Eufrásia (filha) teve, ainda, um segundo marido, Francisco José de Moura, com quem teve dois filhos, cujo registro de batismo dizia “neto materno natural de Gaspar Nunes”, tudo isso demonstra que os laços com a família que ele teve antes do casamento não foram abandonados.

Importante notar que o padre nunca identificou as Anas Eufrásias (mãe e filha) como guaranis, ganhando a filha, depois, o distintivo “dona” e “branca”. Assim, podemos perceber como essas classificações se moldavam de acordo com as circunstâncias, e como a “cor” tornava-se um qualificativo social, aspecto que vem sendo reiterado em diferentes estudos (GUEDES, 2008; MACHADO, 2008; FRAGOSO, 2009; RANGEL, FARINATTI, 2012) por isso compõe um campo específico de análise, que não conseguiremos tratar devidamente aqui.

Em um período em que a regularização da posse de terras, e mesmo de doação de sesmarias, se dava tendo em conta arroios, rios, acidentes naturais, e serros, as testemunhas eram essenciais para a garantia do direito às terras, as relações se faziam imprescindíveis na resolução das contendas, e conforme demonstrou Osório (1990), os comandantes militares eram importantes na arbitragem de conflitos em torno das terras. Gaspar Nunes arguia que tinha a seu lado documentação para comprovar a regularidade de suas terras, mas que principalmente contava também com a palavra dos dois comandantes de fronteira de Entre Rios: José de Abreu e Bento Manuel Ribeiro. Ele não só lutava no mesmo regimento que José de Abreu, que lhe havia encarregado como Alferes, como se ligava com laços pessoais ao filho de José de Abreu, sendo compadres, também parecia ter um cabedal de relacionamentos pautado na aliança com a população indígena que habitava a fronteira, relacionamentos essenciais a José de Abreu e ao governo português na América.

Outo caso que José de Abreu informou ao Governo da Capitania foi sobre as disputas das terras onde vivia o Cabo de Milícias do Regimento de cavalaria de Entre-Rios Manuel Luís de Vargas (34) contra o requerente Antônio Francisco da Silva. Antônio era irmão de Joaquim Francisco da Silva, que havia morrido em 1811, e alegava que o Cabo Vargas encontrava-se irregularmente nas terras do seu

de Alegrete, n.2, folha 286; Arquivo da Diocese de Uruguaiana (ADU), RS, 04.11.1839, Livro de Batismos Capela de Alegrete, n.2, folha 332.

¹²⁵Arquivo da Diocese de Uruguaiana (ADU), RS, 04.11.1839, Livro de Batismos Capela de Alegrete, n.2, folha 332.

falecido irmão. Já Manuel Luís de Vargas se defendia relatando que havia comprado aquelas terras antes da morte de Joaquim, mas que os papéis haviam sido perdidos, durante um ataque dos “insurgentes espanhóis”¹²⁶. Em correspondência do ano do ataque, 1816, José de Abreu narra como havia chegado à capela de Alegrete, “a mulher de Manuel de Vargas com as suas filhas, que escaparam com a roupa do corpo a pé, cuja estância já distante da costa oito léguas”¹²⁷. No referido ataque os papéis, juntos com a casa, teriam sido queimados e perdidos, e diante do requerimento de Antônio Francisco da Silva, Vargas precisaria reunir testemunhas da venda, e de seu caráter para garantir o direito àquela terra, o que nos permitiu notar o acionamento dos vínculos que o Cabo possuía com os seus colegas de Regimento.

O Capitão Cláudio José Dutra, o Sargento-mor Inácio da Silva e o Alferes Inácio Peixoto, todos do mesmo Regimento de Vargas certificaram saber que a venda tinha ocorrido e que a casa de Manuel Vargas havia sido destruída pelos espanhóis. Inácio da Silva ainda escrevia que “este protesto é doloso ao suplicante (Manuel Vargas) assim como vários oficiais do Regimento do Comando de V.Exa”¹²⁸. Pensamos que o sargento-mor se referia àquela concepção, já tratada de que os militares e milicianos haviam entrado naquela terra em seus primeiros anos, e estando sempre empregados no serviço real, se consideravam merecedores da proteção de seus bens por parte das autoridades da Capitania. Os esclarecimentos de todos foram enviados junto à declaração de José de Abreu que também confirmava a venda.

José de Abreu estivera envolvido na distribuição dos campos ao sul do Ibicuí desde 1808 e o processo se acelerava na medida em que a conquista do território tornava-se oficial. Quando os portugueses acordaram com o Cabildo de Montevideo, o tratado de 1819, que definia os limites da capitania no rio Arapey (figura 7), mais uma vez, José de Abreu seria o grande distribuidor daqueles campos. É o que confirma o Visconde de São Leopoldo, nos Anais da Província de São Pedro:

[...] em janeiro de 1820 o general Conde da Figueira, ainda do campo de batalha de Taquembó, destacou com quatrocentos homens para ocupar e defender Belém e João Carlos da Saldanha, para de acordo com o brigadeiro José de Abreu, distribuírem os campos entre o Arapeí e o Quaraí,

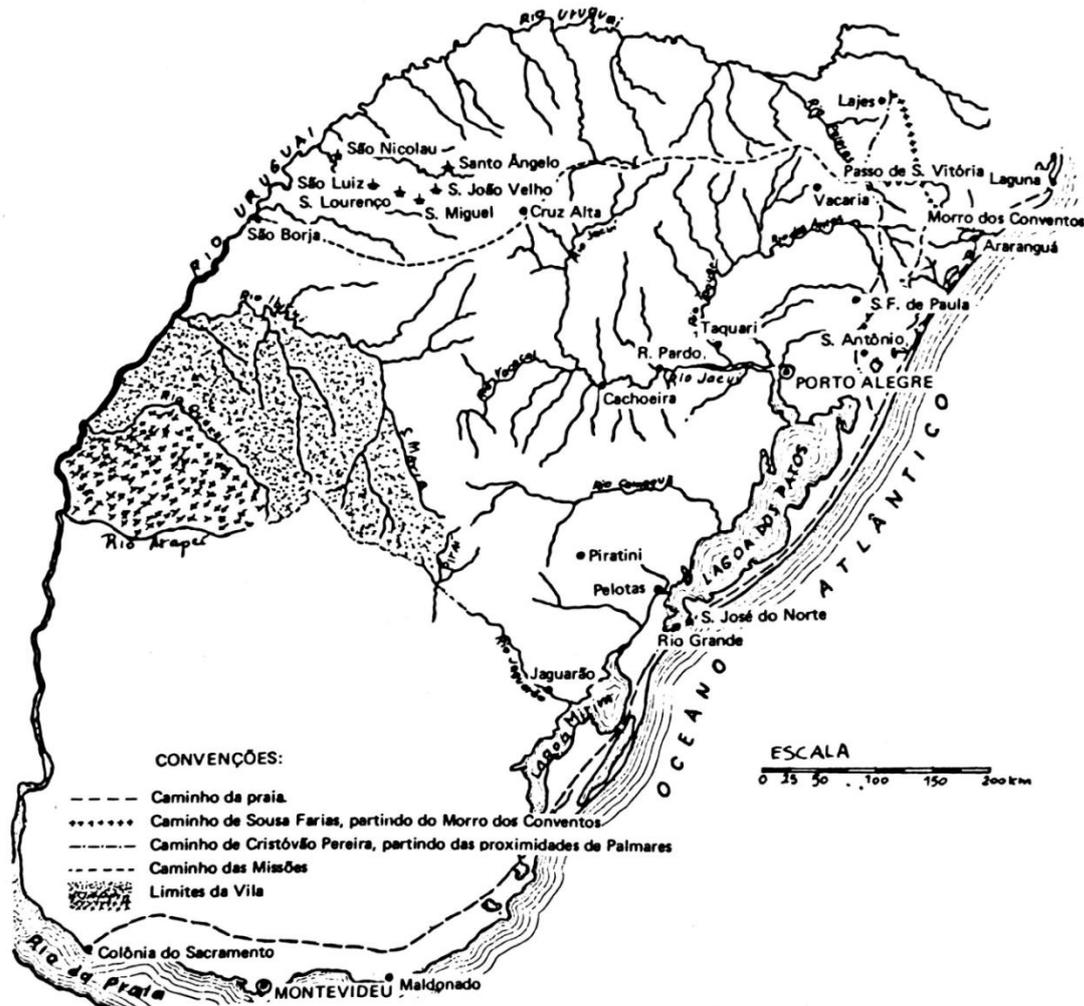
¹²⁶ Autoridades Militares, José de Abreu, 02.08.1821, maço 59, AHRS.

¹²⁷ Autoridades Militares, José de Abreu, 01.06.1816, maço 59, AHRS.

¹²⁸ Autoridades Militares, José de Abreu, 24.04.1821, maço 59, AHRS.

pelos que tivessem mais serviços, do que resultou ficarem arranchados acima de duzentos indivíduos, que neles pacificamente se conservaram, até a invasão do exército argentino. (PINHEIRO, 1982, p.189).

Figura 7 Território de Entre Rios com a incorporação das terras entre o Rio Quaraí e Arapey



Mapa do Município de Alegrete (Vila) em 25.10.1831, esboço de Pedro Mangelôs (TRINDADE, 1985, p.148)

Destas terras, Abreu e sua família também tomaram posse, incorporando vastos campos ao seu patrimônio. As posses foram regularizadas entre os anos 1822-1823. A terra de Cândido José de Abreu era referida como “terras além do Quaraí”¹²⁹ em “Entre Rios” das “das sobras do pai do suplicante José de Abreu”. Dentre as menções de sesmarias dos irmãos José Inácio da Silva, Manuel José de

¹²⁹ AHRS, F1238, 04.07.823; AHRS, F1238, 31.05.1822;; AHRS, F1238, 29.05.1822; AHRS, 1238, 10.07.1822. Agradecemos Prof.^a Helen Osório pela cessão das referências.

Abreu e Claudio José de Abreu, é possível considerar que elas eram em geral lindeiras, localizadas na região de Belém¹³⁰.

Outra evidência interessante do papel de Abreu na redistribuição dos campos está na correspondência trabalhada por Luís Augusto Farinatti (2010), em que podemos ver o major Comandante da Fronteira Cláudio José de Abreu, que era filho de José de Abreu, fazendo menção a uma repartição de terras feita por seu pai naqueles anos:

[...] se ele (Antônio José da Silva,), algum dia ali teve posse, não compareceu na ação em que o Excelentíssimo Sr. General Governador de Armas, de ordem superior, fez a repartição dos campos, o que prova que direito nenhum tem àquele terreno, por cuja razão foi concedido ao Major Eleutério dos Santos. (Autoridades Militares. Major Comandante Cláudio José de Abreu, 15.03.1824. por FARINATTI (2010)).

Eleutério dos Santos foi constantemente referenciado por José de Abreu nas cartas. Teria ficado sob a responsabilidade deste oficial atacar os homens de Artigas, quando se retiravam após a batalha de Taquarembó, e seu desempenho seria elogiado pelo seu comandante militar¹³¹. O terreno ter sido concedido a tal Major, então, é significativo da influência que os homens do regimento de José de Abreu tinham no processo de apropriação das terras. Mas, o elemento que mais chama atenção na correspondência é o de que o direito sobre o terreno estaria vinculado à presença na divisão dos campos feita por José de Abreu.

A segunda mulher de Eleutério dos Santos era a índia Maria Joaquina dos Santos, do Povo de São Lourenço. Na breve análise deste capítulo, já conseguimos visualizar dois milicianos do corpo de José de Abreu (Gaspar Nunes de Miranda e Eleutério dos Santos) estabelecendo relações com índias missioneiras. Isso sugere um elemento marcante do enraizamento de alianças através de laços de parentescos com a população nativa. O trabalho já citado de Hameister e Gil visualizou através da atuação de Francisco de Brito Peixoto, que a constituição de pactos com os indígenas, sacralizados através do matrimônio, foi uma importante estratégia para a expansão das fronteiras luso-brasileiras nos séculos XVII e XVIII. Esses vínculos nos dão indícios que, nessa nova conquista, a mestiçagem permanece um método de legitimação de alianças entre os indígenas e luso-

¹³⁰ AHRS, F1238, 31.05.1822

¹³¹ Autoridades Militares. José de Abreu, 06.02.1820, maço 73, AHRS.

brasileiros na expansão de uma nova fronteira, ainda que modo variado e em contexto diverso.

Analisando os registros de batismo da capela de Alegrete, Farinatti (2014) percebeu que, na década de 1820, a maioria dos índios do mesmo povo casava entre si, mantendo laços tradicionais da organização da sua sociedade. Mas, entende que havia um espaço importante para a mestiçagem naquela sociedade, o que se reflete na redução do número de mães e pais missioneiros em Alegrete, ao longo das décadas de 1830 e 1840. Uma investigação mais aprofundada sobre formas de mestiçagem naquela sociedade fica para outro momento, mas acreditamos importante sugerir algumas dessas hipóteses, para não referendarmos uma imagem muito apartada desses grupos étnicos e sociais que habitavam a fronteira.

A partir da análise dessa documentação, conseguimos esclarecer alguns pontos acerca da construção da paisagem agrária nesse espaço de fronteira. O que vemos é o mapa das grandes estâncias tomando forma em uma zona de fronteira aberta. Vale lembrar que também se apossavam de terras pequenos produtores, como o pardo Manuel Alves, o qual fez seu rancho no Arroio das Pedras, para não recuperarmos aquela imagem da fronteira formada só de grandes estancieiros produtores de gado, mesmo sendo claro que nessa análise eles recebem destaque. Em geral, as ocupações na região têm início entre 1806-1809, e ganharam força a partir das excursões militares que “limparam” o espaço de índios e castelhanos. Com o passar dos anos, os conflitos de terras tornaram-se mais frequentes e os primeiros povoadores buscaram um discurso de enaltecimento de seus atos como conquistadores daquela terra. Em 1819-1820, um novo espaço de fronteira foi aberto, e os grandes sesmeiros da região do Ibicuí ao Quaraí também obtiveram para si uma boa porção dessas terras. A influência de José de Abreu crescia, na medida em que tinha mais recursos como terra e gado para distribuir, e também se apropriar, pois uma grande parcela dessas terras foi somada ao seu patrimônio. Encerramos a reflexão acerca da ocupação dessas terras com a análise de Farinatti (2010, p.175) acerca do poder dos comandantes da fronteira naquele espaço:

Os comandantes militares ocupavam uma posição-chave no sistema que articulava as necessidades militares do Estado, as possibilidades de expansão da economia pecuária e os interesses particulares da população. A conquista e a ocupação estável das terras disputadas com os espanhóis, a partir de 1801, possibilitou a reprodução de um sistema agrário extensivo,

através da expansão sobre uma área de fronteira aberta: neste caso, como em muitos outros no Brasil, mas talvez de forma mais espetacular, tratou-se de uma fronteira aberta à força. A conquista militar do território, que congregou combates e negociação com grupos ali já instalados (como o caso dos guaranis que auxiliaram os luso-brasileiros na tomada dos Sete Povos), foi a forma pela qual se abriu aquela fronteira. Esse fato contribuiu para que a realidade socioeconômica construída nesse espaço estivesse imbricada com as questões da guerra e da hierarquia militar.

2.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar o processo de ocupação da fronteira, podemos ver como a guerra seria estrutural naquele espaço. Para a fronteira que se abria, dirigiam-se aventureiros, famílias, milicianos e militares em busca de oportunidades trazidas pela guerra. Para a Coroa, esse avanço era importante, porque permitia a expansão territorial, a economia pecuária se consolidava através da reprodução de um sistema agrário extensivo. Enquanto que, a população indígena da região ou entraria em choque com os invasores lusos ou se aliaria a estes. A administração portuguesa, através da criação de povoados e freguesias, ramificava-se pelo território conquistado, terras e cargos eram distribuídas entre os conquistadores, e as instituições portuguesas eram consolidadas naqueles confins fronteiriços.

Conseguimos visualizar todos esses elementos tomando forma simultaneamente. Enquanto a população nativa buscava estratégias para sobreviver em meio aos conflitos de soberania em um mesmo espaço, a administração lusa tentava submetê-la, concentrando-a em torno das capelas e povoados. A elite militar fortalecia-se em meio aos conflitos vitoriosos demonstrando sua importância para a manutenção daquele espaço, e as novas terras conquistadas eram redistribuídas por entre os vencedores. Com mais pessoas ocupando as fronteiras, havia mais homens para defendê-la e, assim, mais corpos milicianos eram criados.

Após os conturbados anos das duas primeiras décadas do XIX, a Coroa portuguesa finalmente havia conquistado os campos da Banda Oriental, e o processo de pacificação da fronteira poderia começar. Mas do leste, sopravam novos ventos revolucionários, e em breve, os rio-grandenses iriam lutar em um novo conflito. Desta vez, sob a bandeira de um novo país, o Império do Brasil, independente de Portugal. Os potentados da fronteira teriam novas escolhas a fazer, além de se adaptar ao novo contexto, que embora trouxesse uma transformação política, não representaria uma grande mudança em relação à estrutura econômica

e social. O poder de José de Abreu estaria bem consolidado e ele seria o líder chefe de todas as forças armadas da Província, mas a disputa pela Cisplatina iria consumir com os recursos da província e debilitar o poder das lideranças da fronteira. A análise desse período nos ajudará a descortinar a dinâmica do poder entre os chefes do novo Império.

3 “VIVA O IMPERADOR! CARREGA!”: UMA ANÁLISE DA ATUAÇÃO DO PRIMEIRO GOVERNADOR DAS ARMAS DA PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO (1824-1828)

[...] E o cabelo me cresceu e fiquei de choro parado...e ouvi, patentemente, ouvi bem ouvido, o velho macota, o Anjo da Vitória, morto como estava, gritar ainda e forte
— Viva o Imperador! Carrega! (LOPES NETO, 1976, p.52)

No trecho final do conto “O anjo da Vitória”, Simões Lopes Neto narra como, de um modo quase que sobrenatural, a voz de José de Abreu permanecia ecoando mesmo após a sua morte, saudando o jovem Império brasileiro. Essa visão se relaciona à representação de Abreu como um mártir da Nação, que morreu brandindo a espada “da pátria”, a quem teria dedicado sua vida.

Não parecia haver nenhuma contradição no fato de que boa parte dessa vida, ele lutara sob a bandeira do reino português. Certamente, a ruptura abria novas oportunidades para Abreu, dentre elas a possibilidade de fazer parte da nobreza brasileira. De maneira geral, a emancipação política do país foi bem aceita pela elite rio-grandense, que via uma oportunidade para ampliar a participação na administração da Província e preservar antigos privilégios, uma vez que a independência não significava o aprofundamento da revolução liberal ou o fim da escravidão (MIRANDA, 2006). Ainda assim, a construção de uma nova unidade política com “mescla de inovação com tradição” (PIMENTA, 2003, p.139) representava um desafio para os homens daquela época, impondo a necessidade de redefinição de vários aspectos da vida política.

Neste capítulo, tratamos como a construção dessa nova Nação foi sentida e vivida por um agente do governo no Rio Grande de São Pedro. Entre 1822 até início do ano de 1826, José de Abreu ocupou o posto de Governador das Armas da Província. O cargo em si estava envolto em controvérsias em todo o Império, fazia parte das reformas consagradas pelas Cortes de Lisboa, e representava um esforço em separar o poder civil do militar. Durante o Império de D.Pedro I, o cargo seria, ainda, readaptado às tendências centralizadoras do novo país, o que tornou mais complexas as discussões em torno das esferas de jurisdição do governo civil e do Governador das Armas. Buscaremos, portanto, determinar aspectos acerca da construção desses novos equilíbrios de poder na província e no Brasil.

Apesar do contexto de tensão e mudanças gerados pela independência, a maior dificuldade que a província viveu no período imediatamente posterior à ruptura com Portugal, foi quanto à manutenção da Cisplatina, que arrastou a fronteira para mais uma guerra, disputa que não foi vencida. A Província Cisplatina nunca havia sido inteiramente pacificada nos anos em que pertenceu ao Brasil, os butins, as arriadas de gado e o apossamento de terras, vistos como legítimas pelos rio-grandenses que ocuparam e conquistaram aquele território, descontentavam os habitantes da província oriental, e causavam preocupações mesmo entre os *porteños*. Livres da *ameaça* artiguista, eles começavam a ver no Rio Grande do Sul um novo competidor (GUAZZELLI, 2014).

A guerra que resultou na independência do Uruguai (1825-1828) seria marcada por desastres militares para o Império, como a Batalha do Passo do Rosário, em que José de Abreu morreu. As constantes derrotas geravam ou acirravam rupturas entre as elites sul rio-grandenses, prejudicavam seus negócios, e colocavam em risco a conquista do território feita desde 1801. Buscaremos ressaltar, então, alguns aspectos e discursos que surgiam no decorrer e com o passar da guerra, bem como o posicionamento de Abreu, que no desenrolar da disputa seria consagrado com o título de Barão do Serro Largo.

Como Abreu exerceu uma atividade mais central na administração do Rio Grande de São Pedro, conseguimos abrir novas janelas de análise ao longo deste capítulo, mais próximas ao centro de poder da Província. Até aqui viemos definindo os caminhos para se tornar elite trilhados por José de Abreu, as formas pelas quais ele veio construindo seus relacionamentos com a elite militar da fronteira, com as populações nativas e com grupos de jovens oficiais do seu Regimento. Determinamos a territorialidade de seu poder, tendo por base a região ao sul do Ibicuí até o rio Arapey. Por sua vez, a este capítulo caberá entender sua consagração como elite regional, e os desafios para se manter como tal em um espaço que se tornava cada vez mais competitivo. Também nele buscaremos relativizar alguns desses relacionamentos, na medida em que conseguirmos perceber as continuidades e os rompimentos em relação ao recorte temporal analisado nos capítulos anteriores.

Esse é o período com mais fontes a respeito de José de Abreu, e também é o que mais foi estudado. Como ele ocupava o cargo de Governador das Armas do Rio Grande de São Pedro, encontramos para o ano de 1825 (único em que havia

registros no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul), praticamente o mesmo número de cartas achadas para todo o restante do período, quando ele esteve no Comando da fronteira de Entre Rios e Missões.

Um maior número de cartas de Abreu, também, parece ter chegado à Corte nesse período, pois encontramos no Fundo Guerra do Arquivo Nacional uma rica documentação tratando de José de Abreu¹³². A análise dessas fontes foi complementada com decretos e a legislação do período Imperial¹³³.

Por fim, auxiliaram registros biográficos de Abreu, aqui destacamos o já referenciado trabalho de Paranhos Júnior, “Esboço Biográfico sobre o Barão do Serro Largo” (2012), e a publicação no Jornal do Comércio, de maio de 1934, feita por Egon Prates da Cunha, “O Marechal de Campo José de Abreu: Barão de Serro Largo: Notas extraídas do trabalho em preparo “Os Esquecidos da História””. Outras referências foram os trabalhos de José Feliciano Fernandes Pinheiro: Anais da Província de São Pedro (1834) e as Memórias do Visconde de São Leopoldo (1874).

A primeira parte do capítulo trata do contexto de independência, de disputa pelo espaço que se abria às lideranças nacionais, como também das medidas que buscavam racionalizar a política do período. Já na segunda parte, buscamos caracterizar a guerra Cisplatina, sua peculiaridade não mais uma guerra de conquista, de desavenças entre as lideranças que marcaram o período. A elite acostumada à vencer as guerras precisava lidar com a derrota, que levava a culpabilização de várias lideranças da disputa.

3.1 “DA HARMONIA ENTRE AS AUTORIDADES CONSTITUÍDAS”: DESAFIOS PARA A DIVISÃO DOS PODERES CIVIL E MILITAR NA PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO

No nosso período de análise, a formação política do Brasil foi transformada de colônia a Reino Unido, para então Império independente. O estudo abarca assim um período de mudanças vividas com a ruptura do contexto colonial, como a internalização da metrópole e a possibilidade de um projeto de centralização e

¹³²Tal documentação foi conseguida pelo professor Farinatti através do Projeto Potentados regionais, sociedade e construção do Estado no Brasil: um estudo a partir da fronteira meridional (1811-1865), financiado pelo CNPQ.

¹³³ Coleção de Leis do Império (1808-1889). Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio/colecao2.html>. Acesso em 28.06.2017.

unificação do império em torno do Rio de Janeiro, mas também compreende as continuidades, especialmente no que diz respeito à economia, com a permanência do escravismo e a predominância da atividade agrária, além da manutenção de uma sociedade extremamente hierarquizada.

Ainda assim, o período não passou livre de desafios para as elites constituídas. Desde a partida de D.João VI para Portugal, o movimento constitucional ganhava força, defendiam-se ideias de racionalização da administração, de pacto social e divisão dos poderes (COMISSOLI, 2011). Se reformas se mostravam necessárias, o governo deixava claro que qualquer manifestação mais ampla da população em relação aos destinos da política do Brasil seriam tratados como insubordinação e reprimidas pelas tropas do governo¹³⁴.

A separação política de Portugal, mesmo mantendo um membro da família real no trono, gerava um novo esforço, o de criar uma nação unificada na América. Segundo Antônio Manuel Hespanha, a emancipação do Brasil insere-se em um contexto de construção de grandes Estados, com um mesmo sistema jurídico e administrativo, e que, em comparação com as organizações de Antigo Regime, possuíam uma ampla participação da população na vida política. Passava a existir a necessidade de “operar politicamente em macro unidades” (HESPANHA, 2003, p.95), uma vez os novos regimes se desvinculavam da noção do poder parcelado do Antigo Regime.

Conforme o que defende José Reinaldo L. Lopes (2003), no Brasil, o processo encontrava dificuldades muito claras em relação à redefinição do sistema de direito e da administração do novo corpo político. Em primeiro lugar porque o novo país precisaria conciliar seu ordenamento nacional com normas vindas de Portugal. Em segundo, porque herdava também da monarquia lusa a problemática de impor um sistema legislativo integrado e hierarquizado, em uma sociedade que convivia com diretrizes orientadas pelos costumes de uma tradição não liberal.

No Rio Grande de São Pedro, a situação de fronteira, parecia tornar qualquer posicionamento mais explosivo. No ano de 1821, surgiu uma série de movimentos

¹³⁴ Como foi o caso do Rio de Janeiro, 21 de abril de 1821, em que uma multidão foi à praça do comércio exigir o juramento da Constituição espanhola de Cádiz, e substituição da família real por uma Junta do Governo, o movimento foi dissolvido pela tropa, deixando claro que apesar da circulação das ideias liberais democráticas, a força autoritária real permaneceria um elemento essencial do Novo Regime (NEVES; MACHADO, 1999). Esses aspectos também são reconhecidos nos movimentos constitucionalistas do Rio Grande do Sul que trataremos adiante (COMISSOLI, 2011).

que manifestavam o alinhamento com as Cortes de Lisboa. Em abril daquele ano, as tropas de primeira linha haviam tomado vários reféns, cobrando o juramento da Constituição e o pagamento dos soldos atrasados. Em agosto e outubro, outros dois movimentos, que buscavam a organização de uma nova Junta governativa, com destituição do então governador João Carlos de Saldanha O. Daunn foram reprimidos. O organizador de tais eventos teria sido o Coronel de milícias Antero José Ferreira de Brito, sobrinho e ajudante de ordens de Manuel Marques de Souza, que, por sua vez, foi considerado um dos instigadores dos movimentos. Ambos foram enviados ao Rio de Janeiro para responder pelas ações. Chegaram lá quando Dom Pedro proclamava que tinha a intenção de ficar no Brasil, em um primeiro sinal de desobediência às Cortes de Lisboa, o que dava uma nova interpretação para o movimento dos dois chefes rio-grandenses, que foram colocados nas graças do príncipe. (MIRANDA, 2006; COMISSOLI, 2011).

Adriano Comissoli (2011) ajuda a decifrar a ação de Manuel Marques de Souza com a organização do levante. O chefe rio-grandense havia participado do triunvirato que governou o Rio Grande de São Pedro interinamente após a saída do governador Conde da Figueira e foi substituído por Saldanha em 1821, nomeado por Dom João VI. Saldanha contava com algum apoio popular, mas em meio ao conturbado período em que se gestavam antagonismos entre portugueses e brasileiros, ele representava uma força estranha na província, e era tratado com desconfiança pelas elites rio-grandenses. Ao longo dos próximos anos (1822-1823), as elites regionais assumiriam mais poderes dentro da administração das províncias e os ataques ao Saldanha pareciam sinalizar um espaço de confronto com os antigos agentes do governo.

Em setembro de 1821, as Cortes decretaram a criação das Juntas provisórias de governo e do cargo de Governador das Armas da Corte e das Províncias. As Juntas eram subordinadas à Lisboa, e eram formadas por um presidente, um secretário, e cinco membros, “estavam sobre jurisdição da junta as questões civis, econômicas, administrativas e de polícia” (MIRANDA, 2006, p.145). Já o governo das armas, em sua origem, era representado por um agente real encarregado da segurança pública e do serviço militar da Província, e que respondia diretamente as Cortes de Lisboa. Estavam assim, pelo menos na legislação, desvinculadas as administrações civil e militar (SOUZA, 1998; LUFT, 2013; VIEIRA, 2012).

A Junta eleita no Rio Grande de São Pedro, não acatava todas as diretrizes das Cortes. Após consulta popular, ressaltava-se a vontade de que Saldanha permanecesse no cargo de presidente da Junta, e de que acumulasse o Cargo de Governador das Armas (COMISSOLI, 2011; MIRANDA, 2006), assim a reforma foi o menos radical possível.

No entanto, o apoio de Saldanha a Dom João era público, e ele logo se manifestou contrário à ruptura com Portugal, opondo-se também à posição de D. Pedro de chamar uma assembleia constituinte para o Brasil. Diante disso, pediu afastamento do seu cargo, pedia para ir a Montevidéu e de lá embarcar para Portugal. Saldanha havia tido amplo apoio da Tropa de primeira linha na sua eleição, e os membros da Junta duvidavam que ele pudesse estar tramando um levante no momento em que sua renúncia fosse aceita. De modo que, embora sua presença fosse indesejada, sua saída era temida. Segundo Comissoli (2011, p.199), “a ameaça provinha da grande popularidade do presidente da Junta, que solicitando sua demissão teria por intento gerar uma agitação para que o povo o reconduzisse ao cargo e eventualmente dissolver a Junta.” . Por isso, a decisão foi protelada até que foi decidido escolta-lo ao Rio de Janeiro. Assumiu, então, o vice-presidente da Junta João de Deus Mena Barreto (MIRANDA, 2006).

Mena Barreto, assim como seu antecessor, acumulou, por um curto período, as funções de Governador das Armas e Presidente da Junta governativa. A esse fato se opôs Antônio Bernardes Machado, um dos membros da Junta, que defendia a nomeação de um militar para exercer o cargo de governador das armas interinamente, enquanto aguardavam a nomeação vinda do Rio de Janeiro, ao que não foi ouvido pelos outros membros da Junta que apoiaram Mena Barreto¹³⁵.

[...] Assim, votou o Suplicante, mas não o seguiram os outros membros da Junta, que subornados ou incutidos de terror pelo Marechal João de Deus Mena Barreto, investiram este na Presidência da Junta Provisória de que era Vice-Presidente, na Junta da Justiça, e a da Fazenda, e finalmente, no Governo das Armas, conservando sempre o exercício que já tinha de Inspetor Geral das Tropas; e todos e cada um desses empregos, com os seus respectivos ordenados e gratificações. Esta acumulação de atribuições sobre maneira arriscada em uma só pessoa, incompatíveis entre si no regime em que a divisão bem marcada dos Poderes, constituiu a primeira Lei fundamental do Estado, e que despertara no Povo receios plausíveis de ver

¹³⁵ MACHADO, Antonio Bernardes. Justificação que a seus concidadãos oferece. Rio de Janeiro: Na imprensa Nacional, 1823. Disponível em: <https://archive.org/details/justificaoqueseu00mach> . Acesso em: 28.06.2017 (conseguido via repositório Helga A. Documento também trabalhado por Marcia Miranda).

renascer o velho sistema gerais [...] (defesa de Bernardes Machado na Corte, 21.08.1823)¹³⁶

Após ter defendido publicamente essas ideias, Bernardes Machado foi acusado pelos membros da Junta de ser contrário à Causa Nacional. Foi chamado, então, ao Rio de Janeiro para prestar esclarecimentos, podendo retornar ao Rio Grande do Sul apenas alguns meses depois. Nesse período, precisou levantar testemunhos de sua moral, e seu posicionamento a favor da causa da independência, o que foi atestado, dentre outros,¹³⁷ por José de Abreu (já governador das Armas) e Patrício Corrêa da Câmara.

Em 25 de setembro de 1822, chegou a notícia de que o Marechal de Campo José de Abreu havia sido nomeado para exercer a posição de Governador das Armas da província, configurando o primeiro a exercer esse cargo em separado do governo civil no Rio Grande de São Pedro¹³⁸.

Já nos primeiros meses após assumir, José de Abreu se viu envolto em uma série de contradições e disputas geradas por uma má determinação das competências do poder civil e do militar e pelas disputas faccionais em torno do poder na província. Ele assumiu o cargo em meio aos levantes das antigas tropas dos Voluntários Reais, sediadas em Montevideu, e em um momento que a manutenção da província Cisplatina como parte do Brasil era duvidosa¹³⁹.

Enquanto se delineava esse conturbado contexto, que está melhor tratado na segunda parte desse capítulo, as autoridades da Província pareciam ter dificuldade em determinar o que estava, propriamente, na esfera de atuação do Governo das

¹³⁶ MACHADO, Antonio Bernardes. Justificação que a seus concidadãos oferece. Rio de Janeiro: Na imprensa Nacional, 1823. Disponível em:

<https://archive.org/details/justificaoqueseu00mach> . Acesso em: 28.06.2017

¹³⁷ Outros que defenderam Bernardes Machado foram: João Carlos de Saldanha de Oliveira e Daun, as câmaras das vilas de Rio Grande, Porto Alegre e Rio Pardo; Manuel Maria Ricalde Marques, membro do Governo; Juiz de Fora da Câmara de Porto Alegre, o Provisor Vigário Geral da Província, além do Comandante da Fronteira de Rio Grande. Ao ser liberado Machado elaborou um justificação pública acusando Mena Barreto pelas acusações “infundadas” (MACHADO, Antonio Bernardes. Justificação que a seus concidadãos oferece. Rio de Janeiro: Na imprensa Nacional, 1823. Disponível em:

<https://archive.org/details/justificaoqueseu00mach> . Acesso em: 28.06.2017)

¹³⁸ Segundo Miranda (2006) a nomeação de José de Abreu havia sido feita em agosto, mas só foram tomadas as medidas para convocar Abreu a nova função em setembro. O ofício de Bernardes Machado a Corte, acusando a concentração de poderes por Mena Barreto era de 8 de setembro de 1822, portanto o mais provável é que o Imperador já tivesse decretado a transferência do cargo para Abreu antes de ter conhecimento das notícias de Bernardes Machado. (CORRESPONDENCIA do Governo Provisório com a Corte do Rio de Janeiro. Revista do Archivo Público do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, n. 7, p. 168-169, set. 1922 Apud. MIRANDA, 2006).

¹³⁹ Esse contexto é melhor tratado na segunda parte desse capítulo.

Armas. No dia 28 de novembro de 1822, a Junta do governo provisório enviou uma série de diretrizes a José de Abreu¹⁴⁰, mandando que fosse deixada uma tropa de infantaria em Porto Alegre, que o Coronel Francisco Antunes de Borba fosse encarregado da Companhia da Vila do Rio Pardo, e que o Alferes de Dragões, Felisberto Fagundes, se dirigisse para o acampamento de São José do Uruguai. Pediam, ainda, que o Governador das Armas reunisse todo o exército em alguns pontos para inspeção do regimento e das armas. A carta foi assinada pelo secretário militar daquela Junta, José Inácio da Silva, que, como vimos no capítulo 1, era compadre de Abreu.

Esse foi um dos primeiros pontos de tensão que conseguimos visualizar na correspondência do período¹⁴¹. José de Abreu indignava-se com as ordens dadas em relação a como exercer sua atividade, e embora acatasse as medidas “convenientes”, remetia uma carta ao presidente da Junta João de Deus Mena Barreto, manifestando sua insatisfação.

[...] Acho, contudo do meu dever expor a V.Exa. que de medidas como essas tão rapidamente extraordinárias com toda a evidência se coliga que se remetem acontecimentos contra a seguridade e sossego da Província, ou contra o sistema e feliz Independência do Brasil, se são estes, ou outros quais os motivos que forçam a V.Exa. a tomarem semelhantes medidas, e se eu sou o chefe da força militar da Província e o responsável pela sua própria defesa e seguridade, parece que são V.Exas. obrigados a comunicarem-me estes e outros motivos que tenham para deliberações de cuja execução se façam necessários ingerência e coadunação de força militar: Ora além mesmo desse dever em que considero a V.Exa. cumpre também lembrar-lhes, que ninguém me excedendo em adesão e afeto a Sagrada Causa da Independência do Brasil, em fidelidade e amor a Sua Majestade Imperial e em favores devidos pela minha cara pátria de que já tenho dado provas não equívocas, ocupando um emprego adequado a fazer sustentar seus sentimentos, seria só isto o bastante para que houvesse entre V.Exas. e mim aquela comunicabilidade que mereço e que exijo, por outros princípios. Cumpre também dizer a V.Exa. que na mesma qualidade de General das Armas desta província é de minha privativa competência a nomeação de oficiais para todo e qualquer serviço que seja indicado por V.Exas. [...] (Governador das Armas José de Abreu ao Presidente da Junta João de Deus Mena Barreto)¹⁴²

Como se pode ver, a novidade do cargo de Governador das Armas trazia questões quanto aos limites do poder das autoridades da Junta em relação ao

¹⁴⁰ Série Guerra, IG167, doc. 210, 28.11.1822. Arquivo Nacional.

¹⁴¹ O caso que analisamos nesse capítulo já foi investigado por nós em trabalho anterior, durante a iniciação científica, em que algumas conclusões foram tomadas em caráter bastante inicial (CORRÊA, 2014), aqui ampliamos essa análise, percebendo muitos pontos que passaram despercebidos no texto anterior.

¹⁴² Série Guerra, João de Deus Mena Barreto, IG167, 29.11. 1822. Arquivo Nacional

campo militar. Esse quadro agrava-se ao lembrarmos que João de Deus Mena Barreto havia sido superior de José de Abreu na hierarquia militar por um longo período¹⁴³. Assim, o representante do poder civil da Província era também um dos militares de maior prestígio do Rio Grande de São Pedro, que não tão facilmente abriria mão do governo das armas, tão importante nessa região de fronteira.

Enquanto a Junta não respondia a José de Abreu, ele ainda enviava mais uma carta; desta vez, dando a conhecer as medidas que havia tomado para a defesa da fronteira, que incluía reforçar as fronteiras de Rio Grande, Rio Pardo, Missões e Entre Rios, sugerindo aos comandantes das duas primeiras que se comunicassem com o Barão de Laguna, em Montevideú, para lhe enviar a ajuda necessária. O confronto parecia ser temporariamente suspenso para que se pudesse lidar com as necessidades da administração da Província. Nessa carta, Abreu parece até mais comedido, perguntando se a Junta apoiava tais medidas¹⁴⁴.

Em cinco de dezembro os membros da Junta responderiam a Abreu, acusando-o de abusar de sua competência, e que se continuasse com tal atitude, o governo pediria à Sua Majestade Imperial a sua demissão do cargo. Pois, embora soubessem “de seu prestígio militar e adesão a Causa da Independência do Império do Brasil”¹⁴⁵, não aceitariam as exigências e declarações feitas por José de Abreu. Afirmavam que a administração da Província dependia da “boa harmonia entre as autoridades constituídas”.

Passados alguns dias, o caso se agravou, José de Abreu recebeu uma carta do Tenente General Patrício Corrêa da Câmara, futuro Visconde de Pelotas, e comandante de Rio Pardo desde pelo menos 1776 (CESAR, 1970)¹⁴⁶. Nela, o militar veterano expunha seu desalento ao ser destituído de toda a autoridade militar do

¹⁴³ Nesse período, José de Abreu era Marechal de Campo graduado (CIDADE, 1966), e acreditamos que João de Deus Mena Barreto era Marechal de Campo efetivo, pois em 1824, esse foi promovido a Tenente General por Decreto de D. Pedro, enquanto Abreu subia a Marechal de Campo efetivo. Dessa forma, Mena Barreto ainda ostentava uma hierarquia militar maior que Abreu. (Império do Brasil: Diário do Governo, 14 de outubro de 1824. Despachos de 12 de outubro de 1824 : Oficiais Gerais. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=706752&pagfis=2387>>. Acesso em: 08.07.2017)

¹⁴⁴ Série Guerra, IG167, doc. 245,02.12.1822. Arquivo Nacional

¹⁴⁵ Fundo Guerra, IG167, doc. 212, 05.12.1822. Arquivo Nacional

¹⁴⁶ Como vimos nos capítulos anteriores, Patrício Corrêa da Câmara era veterano das guerras de reconquista da década de 1770. Havia comandado os ataques a Belém e Santa Tecla em 1801, e é considerado o mandante das operações de conquista das Missões naquele mesmo ano (CÉSAR, 1970; PORTO, 1954). José de Abreu havia sido comandado por ele nesse mesmo período.

comando da fronteira de Rio Pardo. A ordem vinha de João de Deus Mena Barreto, que empossava o Coronel Francisco Antunes de Borba nessa função.

Este era o mesmo Coronel que Mena Barreto havia ordenado a Abreu encaminhar a Rio Pardo para organizar uma Companhia. De acordo com o que narra Patrício Corrêa da Câmara,¹⁴⁷ ao chegar, ele teria informado seu desejo de criar Corpo de Milícias em Rio Pardo. Câmara lhe informou então que não se podia formar tropa sem decreto do novo Imperador, nem instituir uniformes militares, ou figurino para a guerra. E que ainda naquela Vila (Rio Pardo) praticamente todos os homens já prestavam serviços militares em algum regimento e “onde além dos oficiais e privilegiados restam poucos cidadãos”. O Coronel Francisco de Borba teria, também, distribuído castigos pela Vila, ao que o povo respondeu dirigindo uma representação ao governo contra o dito Coronel para ser encaminhada ao Imperador. “Eis o motivo que irritou o Exmo. Marechal João de Deus Mena Barreto, revoltando-se contra este povo [...] e intriga-se contra mim, por eu não ter obtido do Povo desfazer tal Requerimento [...]”. Corrêa da Câmara pedia ajuda para José de Abreu, como velhos companheiros de armas, para que usasse a influência do seu cargo para forçar uma nova decisão da presidência da Província:

V.Exa foi meu companheiro de Armas em conquista-la e defende-la e ora tenho eu policiado e comandado com toda vigilância e probidade própria de minha honra no tempo da guerra, e estando nós em sua tranquila paz é quando me julgo incapaz de comandar, quando tendo eu já pedido a minha reforma El Rey o Senhor D João Sexto, tanto não me concedeu, como demais atendo aos meus serviços, me fez a graça de recomendar-me a vigilância desta fronteira cujas determinações estão preexistentes por Sua Majestade Imperial, agora me queiram privar do que Sua Majestade me concede por graça sem se me notar culpa. E finalmente apesar de que V.Exa não tem a menor culpa dos ataques que (?), ante Povo pacífico bem conhecido por V.Exa., contudo como V.Exa. conhece-me muito bem, a V.Exa. como General de Armas desta província manifesto os meus sentimentos para que haja de dar remédio a desafronta do meu caráter, honra e probidade que se vê ultrajada sem a mais mínima razão (Patrício Corrêa da Câmara a José de Abreu, 12.12.1822)¹⁴⁸

Marcia Eckert Miranda (2006) trata do fato que antecedia a “deposição” de Patrício Corrêa da Câmara, quando os oficiais encarregados de organizar o Batalhão de Infantaria miliciana de Rio Pardo, provavelmente entre eles o Coronel Francisco Borba, requeriam uma investigação, de modo que havia homens que se

¹⁴⁷ Patrício Corrêa da Câmara a José de Abreu. Série Guerra, João de Deus Mena Barreto, IG167, 12.12.1822. Arquivo Nacional

¹⁴⁸ Série Guerra, IG167, doc. 215, 12.12.1822. Arquivo Nacional

opunham à organização de tais corpos, porque trabalhavam contra a causa nacional, divulgando “por meio de pasquins, d’assinaturas para mãos fins para excitar entre nós a desordem”¹⁴⁹. O que nos parece uma referência ao caso narrado por Patrício Corrêa da Câmara, sobre o protesto da população diante da atuação dos castigos do Coronel Francisco de Borba. É possível que desconfiança recaísse sobre Patrício Corrêa da Câmara, por ter nascido em Portugal, e por muitos anos ter servido como um agente do governo D.João VI (VASCONCELOS, 1918). De qualquer modo, veremos que Mena Barreto acusava a idade do Tenente General Patrício Corrêa da Câmara à sua falta de autoridade. Miranda (2006) também ressalta que Mena Barreto e os demais membros do governo usavam o período de instabilidade para afastar oponentes políticos sob a bandeira da “causa nacional”, no caso, Mena Barreto poderia estar querendo colocar alguém sob sua influência no comando de uma das principais vilas da província.

Em 16 de dezembro, Abreu enviava cópia da exposição feita por Patrício Corrêa da Câmara e clamava para que a honra desse militar fosse preservada e suas reclamações ouvidas. Mas a resposta do governo, que entendia que Abreu interferia muito além de suas atribuições, não foi nada amistosa. A Junta declarava que não competia a ele “a ingerência em objetos de tal natureza, por isso mesmo que é sua autoridade subordinada a este governo”. Acusavam-no de querer “governar o governo”, e ressaltavam que, se Corrêa da Câmara havia se sentido prejudicado, deveria ter entrado em contato direto com o governo e não ter contado com o intermédio de Abreu¹⁵⁰. A resposta de José de Abreu demonstrava seu desgosto em relação ao ofício recebido.

Ilmo. Exo Snr. não foi com desprazer que recebi o ofício de V. Snr. digo não foi com desprazer, porque escutando a minha consciência com a prudência que é tão precisa em casos semelhantes, nada me exproba, e nunca pude ela enganar sua (ilegível) que sabe a ela consultar com sinceridade, por conseguinte não merecendo o meu tão natural ressentimentoos insultos que V.Exas. tão gratuitamente imprimiram em o seu mencionado ofício, folgo no meio dessas *culpações* que V.Exas. com tanta injustiça me fazem quando vejo que andei legal, coerente e honrado em levar somente a consideração de Exas. as justas queixas do Exmo. Tenente General Patrício Corrêa José da Câmara [...] Não posso compreender como V.Exas. me queiram inteiramente proibir e obstar da principais atribuições do meu Emprego, qual é aderir pelo meu conduto levada a presença de V.Exa. toda e qualquer

¹⁴⁹ Ofício de 27 de novembro de 1822, correspondência do Governo Provisório com a Corte do Rio de Janeiro. Revista do Arquivo Público do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, n. 7, p. 191-192, set. 1922., p.435 apud MIRANDA, 2006, p. 160)

¹⁵⁰ Série Guerra, João de Deus Mena Barreto IG167, doc. 214, 18.12.1822. Arquivo Nacional

representação militar, queixas, informações, tudo quanto pertença a essa classe [...] Foi porque como General das Armas desta Província e o 1º Chefe da Força armada devo, e posso, ingerir-me em objetos de semelhante natureza, sem que por isso desconheça (e jamais desconhecerei) a Autoridade e superintendência desse Governo, sobre o meu e mais empregos da Província. (José de Abreu para o Governo Provisório)¹⁵¹,

O Governador das Armas avisava, ainda, que remeteria ao Imperador as “afrontas” sofridas. O caso nos abre muitas possibilidades de análise. De fato, a Junta parecia estar buscando diminuir ao máximo possível as atribuições da comandância de armas. A divisão dos poderes não parecia um elemento da nova política bem recebido por parte da elite dirigente do Rio Grande de São Pedro. Ao afirmar que não cabia a Abreu enviar questionamentos, ou pedidos relacionados aos militares, a Junta coibia uma importante função dos comandantes militares, que se ligavam a relações de reciprocidade e constituição de seus cabedais a partir do intermédio com o governo. Claro que o caso de Patrício Corrêa da Câmara era mais específico, representando ele um dos mais antigos conquistadores daquela fronteira, com patente militar mais alta de que João de Deus Mena Barreto e José de Abreu. E, que, embora se encontrasse em um momento de dificuldade diante das desconfianças em torno da adesão à “Causa nacional”, em pouco tempo (no ano de 1825), alcançaria o estatuto de nobreza no novo Império, ficando assegurada sua posição como Comandante da Fronteira de Rio Pardo até a sua morte em 1827 (VASCONCELOS, 1918).

Uma grande porção desses problemas eram gerados pela má delimitação da função de Governador das Armas. Após a sua criação pelas Cortes portuguesas, o cargo acumulava uma boa parcela dos poderes militares da província, não precisando sequer passar informações ao governo civil, caso não achasse necessário, pois deveria responder diretamente às Cortes, e depois ao Imperador (SLEMIAN, 2006). Em julho de 1822 (dois meses antes de Abreu assumir), esses poderes foram reduzidos consideravelmente com a decisão de que:

[...] os Governadores e Comandantes das Armas das diversas Províncias se dirigiam por via dos Governos provisórios de Província, em qualquer representação, informação, ou propostas militares que deviam subir à

¹⁵¹ Série Guerra, João de Deus Mena Barreto IG167, doc. 225, 19.12.1822. Arquivo Nacional

presença de S.A.R” (n. 72- Paço 12 de julho de 1822. Luíz Pereira da Nobrega de Souza Coutinho)¹⁵²

Assim, o Governador e Comandante das Armas devia dirigir suas comunicações aos Governos provisórios de Província, para esses encaminharem as questões pertinentes para a Corte, por assim dizer, cortando a comunicação direta desses com a secretaria de guerra, relativizando, portanto, o poder dos Governadores e Comandantes das Armas. Mesmo assim, em princípio, o decreto apenas cortava o contato direto com o Imperador, sem deixar claro se isso também colocava o governador das Armas sob o comando das Juntas Governativas.

Parece que de fato as reclamações de José de Abreu chegaram à Secretaria do Estado e dos Negócios da Guerra, resultando em janeiro, em uma publicação no diário oficial, que noticiava que o Imperador enviava armamentos para a defesa da província, que tinha a “sorte de ser comandada por um Oficial tão experimentado na arte da Guerra qual o Marechal de Campo José de Abreu”¹⁵³. Mas, que também cobrava de Abreu que agisse em harmonia com as outras autoridades constituídas:

[...] conhece o Imperador que a prudência dos Chefes, e a melhor inteligência deles com as autoridades constituídas não é menos apreciável nas atuais circunstâncias, em que uma só vontade, e um só espírito os deve animar: por isso e pelas decididas provas que o Marechal Governador das Armas da Província tem dado de sua inabalável fidelidade, e firme adesão a Causa Sagrada do Brasil, Manda pela secretaria de Estado e Negócios da Guerra recomendar-lhe melhor harmonia, e acordo com a Junta do Governo para que unanimes empreguem na segurança pública a defesa da Província [...] (4 de janeiro de 1823 – João Vieira de Carvalho)¹⁵⁴

Até onde conseguimos concluir pelas cartas encontradas no Fundo Guerra do Arquivo Nacional, assim que teve notícia de que Abreu havia enviado reclamações diretamente à Corte, a Junta reuniu toda a correspondência trocada e a fez subir

¹⁵² Coleção das decisões do Governo, p.70. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio/colecao2.html>. Acesso em: 28.06.2017

¹⁵³ Império do Brasil: Diário do Governo, 24 de janeiro de 1823. Ofício de João Vieira e Carvalho ao Governador das Armas, José de Abreu, em 4 de janeiro de 1823. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=706752&pagfis=72> . Acesso em 27.06.2017. (Conseguido via repositório Helga A.)

¹⁵⁴ Império do Brasil: Diário do Governo, 24 de janeiro de 1823. Ofício de João Vieira e Carvalho ao Governador das Armas, José de Abreu, em 4 de janeiro de 1823. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=706752&pagfis=72> . Acesso em 27.06.2017. (Conseguido via repositório Helga A.)

para análise do Imperador “para fazer justiça a quem tiver”¹⁵⁵, buscando demonstrar que Abreu não vinha seguindo o comando da Junta Provisória.

A carta dizia que a destituição de Patrício Corrêa da Câmara de seus poderes de polícia e do Comando da Fronteira se deviam à sua avançada idade, e faculdades mentais, que permitiam que os habitantes daquela Vila fizessem o que queriam com ele. Acusava Abreu de ter aceitado as queixas de Patrício Corrêa da Câmara, apesar de um decreto do ano de 1812 deixar claro que essas participações só podiam ser enviadas ao seu imediato superior. Ou seja, Corrêa da Câmara precisava ter entrado em contato direto com o Governo sem passar por Abreu. A ideia de que o superior de Patrício Corrêa da Câmara, encarregado da defesa militar de Rio Pardo, não era o Governador das Armas parece estranha, mas acreditamos que se devia ao fato da Junta Provisória retirar Patrício Corrêa da Câmara de suas funções administrativas e de polícia na Vila de Rio Pardo, que estavam, em princípio, subordinadas ao governo civil. A confusão entre as esferas civil e militar era realmente profunda, e se reproduziam em nível local, é o que podemos notar quando percebemos que o Comandante da fronteira ou distrito acumulava uma série dessas funções, ficando difícil inclusive delimitar quais das autoridades da província eram responsáveis pela sua destituição ou de receber suas reclamações.

Somava-se a essa carta, o fato de que, alguns meses antes, a Junta havia enviado ofícios relatando a má atuação de Abreu quanto à intervenção na Cisplatina, em levar apoio ao Barão de Laguna.¹⁵⁶, caso analisado melhor na segunda parte deste capítulo. Também ia nesse conjunto uma carta, cujo documento se encontra bastante danificado pelo tempo, sem ficar claro quem havia escrito ou quando, no entanto, o tom da carta nos pareceu importante de ser descrito:

[...] Nada haveria como esta cláusula tão capaz (ilegível) de todo o homem que não fosse como o Marechal Abreu, sobremaneira destituído de tudo quanto é mister para saber manter a política (ilegível) indispensável boa inteligência entre as Autoridades como principal mola reguladora da ordem pública. Mas ele como V.Exa. sabe, e sabem quantas pessoas o conhecem, e que conseqüentemente franqueia os seus ouvidos aos disfarçados amigos da volta, que o envolvem para desatinar completamente, insiste na cisma de governar o governo, ao mesmo passo que se reconhecendo superior, teve o arrojo de lhe remeter ofício da (ilegível) (ilegível) [...].¹⁵⁷

¹⁵⁵ Série Guerra, João de Deus Mena Barreto, IG167, doc 206, 04.01.1823. Arquivo Nacional.

¹⁵⁶ Série Guerra, IG167, DOC 11.01.1823. Arquivo Nacional.

¹⁵⁷ Série Guerra, IG167, doc. 208, (ilegível). Arquivo Nacional, Margens cortadas, escrito em cima em lápis “14 de abril de 1823”

O teor da documentação deixa a crer que a disputa alcançava um nível pessoal, com afrontas às características pessoais de José de Abreu. Talvez, esse tenha sido o motivo da dura crítica enviada às autoridades da Província de São Pedro, por declaração do Império do dia 08 de abril, pelo estado de intriga em que se achavam. No decreto ficava declarado que “o Governador das Armas de S. Pedro do Rio Grande do Sul está sujeito ao Governo Civil da Província”¹⁵⁸, também definia quais eram suas reais competências, dentre elas: organizar as tropas em defesa do país, formar acampamentos e obras de fortificação, enviando as medidas tomadas para conhecimento do Governo Civil, formalizar propostas para primeira e segunda linha; tratar com o Governo civil o pagamento dos soldos, municionamentos e armamentos; enquanto ao governo civil, no âmbito militar, cabia a revisão e aprovação das propostas de milícias até capitão.

Talvez, o elemento mais interessante, que confirmava parte das reclamações de Abreu era a explícita sujeição do Governador de Armas ao Governo Civil:

[...] O Governador das Armas é sujeito ao Governo Civil, mas aquele toca o detalhe particular dos corpos, como passagens de praça de uns para outros, baixas, disciplina e arranjos econômicos dos mesmos destacamentos e guardas de fronteiras, em quanto ao seu numero e localidade, e bem assim a escolha de Comandantes de fronteiras e distritos que imediatamente lhe serão responsáveis [...] ¹⁵⁹

Por outro lado, a declaração do Império trazia um pouco mais de clareza a respeito de como proceder no governo da Província, ao que parece declarava que cabia a Abreu nomear Comandantes da fronteira, resolvendo o caso de Patrício Corrêa da Câmara. Mas, veremos que isso não daria fim aos conflitos entre autoridades civis e militares da Província.

Outro ponto parece que deve ser tratado. No primeiro capítulo, mostramos como Mena Barreto compareceu à pia batismal como procurador de seu irmão Sebastião Barreto Pereira Pinto, que apadrinhava a filha Ana de José de Abreu¹⁶⁰.

¹⁵⁸ Decisões do Governo do Império do Brasil de 1823, p.36. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio/colecao2.html>. Acesso em:28.06.2017.

¹⁵⁹ Decisões do Governo do Império do Brasil de 1823, p.36. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio/colecao2.html>. Acesso em:28.06.2017.

¹⁶⁰ Batismo Ana, 08.09.1802- Family search, Brasil, Rio Grande do Sul, Registros da Igreja Católica-1732-1952. Rio Pardo, Nossa Senhora do Rosário, Batismos out 1800- set 1802. Disponível em: <https://familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-F6QB-7F?i=60&wc=M78X->

Se ali conseguimos constatar um relacionamento entre os dois, nada parece sugerir que esse vínculo foi capaz de se manter com o passar dos anos. Além de que outro compadre de Abreu se encontrava naquela Junta, José Inácio da Silva, e embora as cartas entre esses dois fossem mais cordiais, também nada nos deixa representar que um fosse interferir em favor do outro na disputa que se formava. Um dos motivos pode ser que, como também já tratamos, José Inácio da Silva era também compadre de Mena Barreto (COMISSOLI, 2011).

Perguntamo-nos se não havia a possibilidade de que a rápida ascensão de Abreu não fosse bem acolhida para os padrões hierárquicos da época, e que homens que já formavam a elite militar há mais tempo como Mena Barreto, não conseguissem tratá-lo como um igual, muito menos deixar espaço para interferir em seu governo, e que daí viesse a declaração de que era característica conhecida por todos que Abreu desejava governar o governo. Se esse fosse o caso, sugeriria um elemento importante acerca das elites constituídas daquela época, que embora abrissem espaço para ascensão social de alguns indivíduos e mesmo a apoiasse em alguns momentos, não reconheciam estes como similares. Por agora, essas são apenas hipóteses, que exigem um estudo muito mais amplo a respeito do tema. Até mesmo porque haveria muitas possibilidades para rompimentos de um relacionamento passados mais de vinte anos¹⁶¹.

De qualquer forma, precisamos destacar que o contexto de independência, formava um momento bastante competitivo para as elites. Assim não podemos pessoalizar demais tais rivalidades. Para esclarecer algumas dificuldades dessas relações, trazemos aqui um exemplo de disputa entre essas mesmas autoridades, nesse mesmo período, mas na Província de Goiás. Esse é o caso analisado por Marta Victor Vieira (2012), sobre conflitos de jurisdição ocorridos entre o primeiro

T38%3A371567001%2C371567002%2C371619601%3Fcc%3D2177295&cc=2177295. Acesso em: 15.05.2017

¹⁶¹ Um trabalho de Bruna Sirtori e Tiago Gil (2011) demonstra como a mudança de domicílio, por exemplo, era responsável, muitas vezes, pela extinção ou dificuldade de reiteração do relacionamento de compadrio. Esse pode ter sido o caso com José Inácio da Silva, ou apenas pode ter nos escapado algum vínculo que eles ainda tivessem que não tenha ficado registrado na correspondência. O caso de Abreu e Mena Barreto, já é diferente, pois não constituía um relacionamento de compadrio, Mena Barreto apenas tinha participado como procurador na pia batismal, em lugar do seu irmão Sebastião Barreto, e através desse ato conseguimos identificar que os dois possuíam uma certa proximidade, que deve ter sido prejudicada no decorrer de vinte anos. Quanto a Sebastião Barreto, esse sim, deixava transparecer uma relação de amizade nas cartas que trocava com Abreu, ainda em 1825, começando uma delas com: “meu caro Abreu” e a terminando com “Teu fiel amigo, Sebastião”. (13.03.1825, Governador das Armas, maço 1, AHRS)

Governador das Armas, Raimundo José da Cunha Mattos, e o governo civil daquela província.

Nessa região a fronteira era outra, os motivos de alerta se relacionavam à proximidade das províncias do norte: Pará, Bahia, Maranhão e Piauí, que permaneciam aliados às Cortes de Lisboa. Uma característica interessante que Vieira (2012) percebe é que geralmente o Governador das Armas era um agente estatal forasteiro, nomeado pelo poder central, assim na medida em que as elites locais ganhavam proeminência na administração da Província, a administração do exército ficava sobre controle do Imperador. Como vimos, esse não foi o caso do primeiro Governador das Armas do Rio Grande de São Pedro¹⁶², mas é o que podemos perceber nos seus sucessores, Paulo Massena Rosado e Marquês de Barbacena, respectivamente.

O primeiro Governador das Armas de Goiás assumiu em abril de 1823, era o Tenente Coronel Cunha Mattos, português, veterano da guerra contra a França. “Militar renomado, com certa experiência político-administrativa, Cunha Mattos acabou se indispondo com as autoridades civis da província devido às questões jurisdicionais.” (VIEIRA, 2012, p.228). Ainda antes de chegar em Goiás, Cunha Mattos enviou uma carta ao governo imperial perguntando suas atribuições no exercício daquele cargo. A resposta¹⁶³ era semelhante a que fora dada a José de Abreu em abril do mesmo ano. Ao chegar em Goiás, o Governador Cunha Mattos teve dificuldade de encontrar homens dispostos a seguir suas ordens. A situação só se complicou mais em outubro de 1823, quando as Juntas Provisórias foram extintas, e foi criado o cargo de Presidente da Província. Com amplos poderes administrativos, o presidente recebia o controle das Ordenanças, enquanto as tropas de primeira e segunda linha permaneciam sob comando do Governador das Armas:

A repercussão da lei de 20 de outubro gerou várias controvérsias porque limitou os poderes do Governador das Armas, subordinando-o ao Presidente da província. Como afirmou Cunha Mattos, em seu Repertório

¹⁶² Não conseguimos perceber da onde surgira a nomeação de José de Abreu pelo Imperador, nesse período ele tinha ganhado algum destaque na Corte após a batalha de Tacuarembó (diário oficial). Mas não deixamos de imaginar se a sugestão não viera de Joaquim Xavier Curado, que no período era Governador das Armas da Província do Rio de Janeiro e da Corte (Decisões do Governo do Império do Brasil de 1822. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio/colecao2.html>. Acesso em:28.06.2017.).

¹⁶³ Decisões do Governo do Império do Brasil de 1823, p.28 Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio/colecao2.html>. Acesso em:28.06.2017.

da Legislação Militar no Império (1834), após a publicação dessa lei, excetuando a questão da disciplina, todos os assuntos relativos às forças militares, como recrutamento, soldo e promoções, necessitavam da ciência e, às vezes, anuência do Presidente. (VIEIRA, 2012, p.231)

Em todo o período que Mattos serviu (1823-1826), as autoridades civil e militar trocaram acusações mútuas de interferirem em assuntos que não eram da sua alçada. Vieira (2012) entende que o problema girava principalmente em torno da contradição entre autoridades nomeadas pelo centro e as elites locais, e da falta de legitimidade dos forasteiros que tentavam impor o Estado nas regiões mais periféricas. Mas, em caráter mais amplo, destacava que estava presente a questão da criação de um sistema administrativo e legislativo ainda não bem definido para o novo país, que herdava algumas matérias legais das Cortes de Lisboa, e modificava aspectos, que deveriam ser aplicadas às diferentes realidades regionais brasileiras.

Enfim, o que gostaríamos de ressaltar é que os conflitos de jurisdição em Goiás, ocorridos entre 1823 e 1826, precisam ser compreendidos tendo em vista as variáveis relacionadas à construção do Estado nacional. Uma variável importante a ser considerada foram às reformas políticas e institucionais feitas após o rompimento do Brasil com Portugal. Entre essas reformas estava a lei de 20 de outubro de 1823 que, ao extinguir as Juntas Provisórias, diminuiu a autonomia local, pelo fato do Presidente da província, nomeado pelo Imperador, ser um instrumento de centralização do poder, que possuía uma variada gama de atribuições e poder de negociação com as elites provinciais. Ademais, essa mesma lei reduziu as atribuições e o status concedido, anteriormente, ao Governador das Armas pelas Cortes de Lisboa, na medida em que o subordinou ao Governo civil. As dúvidas e discordâncias quanto às atribuições dos Governos civil e militar suscitou uma disputa pelo poder de mando e pelo exercício da autoridade legítima entre os dirigentes goianos, provocando vários conflitos de jurisdição. (VIEIRA, 2012, p241)

Se focarmos a lente em outras regiões do Império, vemos que a questão da divisão dos poderes causava descontentamentos e disputas entre diferentes tipos de autoridades constituídas. Contando Goiás e o Rio Grande de São Pedro, encontramos, apenas no ano de 1823, o governo imperial respondendo quatro requisições dos Governadores de Armas para determinar suas atribuições. Para o Comandante de Armas do Ceará, o Coronel Joaquim Pires Carvalho e Albuquerque, as instruções eram de que seu cargo era subordinado ao Governo Civil da Província, mas podia representar a esse mesmo governo quando na execução das ordens

achasse inconveniente¹⁶⁴. E em caso de perceber risco de oposição à Sua Majestade Real nas ordens da Junta, deveria então participar a Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra, e o Imperador poderia decidir em passar o governo, provisoriamente, ao Comando das Armas. Nenhuma dessas instruções foi passada aos outros comandantes por meio de decreto. Ao Governador das Armas de São Paulo, era mandado seguir as mesmas instruções enviadas a José de Abreu.

Tudo isso parece indicar uma dificuldade em criar princípios vinculantes para todo o Império, talvez um resquício das formas de governar bastante plurais, ou ainda de insegurança a respeito de qual regime legal estava em ação no período, quais as normas do período colonial que ainda tinham valor. Podemos notar essas incertezas em 27 de abril do ano de 1822, quando o Presidente da Junta de Minas Gerais mandava uma série de perguntas de como proceder diante da separação entre o Brasil e as Cortes. No quesito de se o governo poderia considerar o governador das armas subordinado a ele, a resposta dirigida pela Corte era “fica adiada esta decisão até a instalação do novo Governo”¹⁶⁵.

Fica demonstrada uma certa instabilidade do governo que buscava nas constantes mudanças uma definição de qual programa seguir em relação à organização da administração pública. Andrea Slemian (2006), em sua tese de doutorado, estudou a criação de uma ordem constitucional no Brasil. Percebeu que eram comuns demandas à Corte, pedindo esclarecimentos das funções das autoridades, desde que o rompimento com as Cortes de Lisboa ficou declarado. A esperança de uma maior definição das atribuições era colocada na Assembleia Constituinte aberta em 1823. Assim, uma das propostas da nova constituição seria homogeneizar as leis do Império, criando a unidade necessária para a construção do Estado brasileiro, elemento que: “punha definitivamente por terra qualquer representação de tipo corporativa das partes (Províncias) posto que os deputados, como indivíduos eleitos, deveriam falar em nome da nação” (p.106).

No Rio Grande de São Pedro, os problemas acerca das jurisdições encontravam como agravante a confusão entre administração civil e militar, não só quanto ao governo da província, mas quanto ao controle das vilas, distritos e

¹⁶⁴ Decisões do Governo do Império do Brasil de 1823, p.09. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio/colecao2.html>. Acesso em: 28.06.2017.

¹⁶⁵ José Bonifácio de Andrada e Silva, Palácio do Rio de Janeiro, 27.04.1822, Coleção de Leis 1822, Publicações do Império, Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio/colecao2.html>. Acesso em 25.06.2017.

freguesias. É o caso que vimos em Rio Pardo, onde a vila era administrada por Patrício Corrêa da Câmara, que também exercia o comando daquela Fronteira. Assim, em uma sociedade em que o civil e o militar praticamente não se distinguiam, que a guerra era cotidiana e estrutural e que as lideranças exerciam essas duas atividades por décadas sem formalizar onde começava uma esfera de atuação e onde terminava a outra, não impressionam os desafios quanto as competências jurisdicionais.

Soma-se ao movimento, a ânsia pela participação e controle das mudanças entre as elites regionais, que viam sua esfera de atuação aumentada nesse período a partir da oportunidade de ocupar espaços regionais mais amplos do aparato governamental. Tanto Abreu como Mena Barreto inseriam-se em uma esfera mais ampla de poder no período. Ainda há a questão levantada por Comissoli (2011), de que embora se cercando de um léxico e instituições liberais, esses homens ainda eram divididos entre o Antigo Regime e os novos paradigmas, e buscavam defender, muitas vezes, as velhas práticas de governar.

Apesar da situação entre as autoridades da província, nenhuma ação parece ter sido tomada pela Corte em relação ao ofício encaminhado por Mena Barreto, que criticava atuação de José de Abreu¹⁶⁶. E um acontecimento de outra ordem, mas que também deixava transparecer como a distinção entre poder civil e militar não se fazia bem clara no período, acabou por levar a destituição de Mena Barreto da presidência da Junta,

Em 19 de julho de 1823, as Tropas da guarnição de Porto Alegre, que eram comandadas por dois filhos de Mena Barreto, Tenente Coronel Gaspar Francisco Mena Barreto e Major José Luís Mena Barreto, em consonância com o Governo e membros da Câmara, marcharam em praça pública, manifestando apoio ao veto absoluto do imperador à Carta Constitucional (COMISSOLI, 2011; MIRANDA, 2006). O ato havia sido uma manifestação de força, diante de um texto publicado no periódico “Diário de Governo” que declarava a informação de que, caso achasse necessário, o Imperador estaria no direito de vetar a nova constituição¹⁶⁷. A situação era contraditória, afinal os Mena Barreto demonstravam o seu apoio ao Imperador,

¹⁶⁶ Série Guerra, IG167, DOC206, 04.01.1823. Arquivo Nacional

¹⁶⁷ A questão do veto do Imperador foi amplamente discutida desde o seu discurso de abertura dos trabalhos, em que o Imperador declarava que sempre “defenderia a Pátria, a Nação, e a Constituição, se fosse digna do Brasil e de mim” (BONAVIDES, ANDRADE, 2004, p.48), dando margem a compreensão de que se não a considerasse digna não a seguiria.

que de fato, logo depois, não só vetou a constituição, como dissolveu a Constituinte, afirmando a vontade daquele grupo. Assim, a família parece ter ficado comprometida pela força que a Assembleia ainda possuía a época para pressionar o Imperador. Nesse sentido, Comissoli questiona:

Estavam os Mena Barreto equivocados em sua interpretação dos novos parâmetros políticos? Estavam suas idéias fora de lugar? Não parece, pois a subsequente dissolução da Assembléia Constituinte por Dom Pedro I mostra que o uso da força não era um expediente fora de cogitação para a consolidação política do império brasileiro. O que a família apoiava sem sombra de dúvida era a centralidade do monarca e sua superioridade sobre as demais instituições nacionais. Dessa forma, embora reconhecessem a legitimidade liberal do pacto social, oriunda do conjunto de cidadãos, eles não a consideravam superior à legitimidade da monarquia à qual estavam fortemente ligados após os anos de serviço no campo de batalha e dos quais recebiam importantes contrapartidas. O Brasil independente não estava, portanto, isento de concepções tradicionais a despeito de sua pretensão liberal. (COMISSOLI, 2011, p.207)

O episódio foi considerado uma interferência das forças armadas sobre o trabalho dos constituintes e um ato, portanto, inconstitucional, que teve, dessa forma, repercussão nacional. A partir da pressão dos deputados da constituinte¹⁶⁸, os envolvidos foram destituídos de seus cargos pelo Imperador. Dentre eles, o Presidente da Junta João de Deus Mena Barreto e o Secretário Bernardino Avelino. Interinamente, assumiu a direção da Junta o Brigadeiro José Inácio da Silva (MIRANDA, 2006).

Em pouco tempo, uma nova organização da administração da província era formada a partir da efetivação do Decreto de 20 de outubro de 1823, que extinguiu as Juntas e criava o Cargo de Presidente da Província, nomeado pelo Imperador. Como vimos, na análise de Martha Vieira, este sim centralizava muitas das funções que antes eram prerrogativas do Governador das Armas. Era “um primeiro movimento de centralização de poderes em relação às Juntas de Lisboa” (MIRANDA, 2006, p.169). O que acabaria por ser confirmado com a nova Constituição, outorgada pelo Imperador em 1824.

¹⁶⁸ Segundo Andrea Slemian (2006) o ato foi contestado pois em torno do ato estava a própria questão da legitimidade da Assembleia Constituinte, era esse o sentido do discurso proferido por Toledo Rendon, deputado de São Paulo: “[...] uma vez instalada esta Assembleia, a ela exclusivamente compete o legislar, que ela é quem deve marcar a divisão dos Poderes e fixar as atribuições, que cada um deve competir: que ela é quem pode definir prerrogativas, e regalias do Chefe do Poder Executivo ; e que toda e qualquer mão estranha que nisso se ingerir, comete um crime, um atentado contra o exercício da Soberania Nacional confiada a essa Assembleia” (DAG, V.2, 26/ JULHO , p.459 apud.SLEMIAN, 2006, p.100)

Segundo Andrea Slemian (2006), o caso do Governador das Armas foi amplamente discutido na assembleia constituinte, desfeita pelo Imperador. O projeto do deputado paulista Antônio Carlos de Andrada, responsável por boa parte do primeiro esboço de constituição em 1823, propunha, inicialmente, o retorno da independência do Governador das Armas em relação ao Presidente da Província. Esse posicionamento foi repudiado pelos membros da assembleia. As manifestações contrárias demonstram o peso do debate em torno do cargo. Nesse sentido, o padre Henriques de Resende dizia estar ainda “muito fresco na memória de todos um dos principais agravos de que nos queixávamos das Cortes Portuguesas: a independência do governador das armas”¹⁶⁹. Enquanto isso, o deputado Francisco Muniz Tavares o chamava “pomo fatal da discórdia”. A fala de Henriques Resende prosseguiria ainda:

Todos sabem quais foram as consequências que resultaram da Independência do Chefe da Força Armada nos Governos que nos mandaram as Cortes de Portugal [...] Iguamente não se pode dizer que esta disposição se firme na opinião geral dos Povos, pois creio que não há uma só Província que tenha louvado semelhante separação de poder, antes foi ela um dos poucos motivos que determinaram os Povos para a Independência do Brasil, como S.M.I declarou no seu Manifesto¹⁷⁰.

Conforme o que demonstra Slemian (2006), desde que fora criado o cargo de governador das armas as administrações das províncias (principalmente do norte) clamavam para que ele ficasse subordinado ao governo local. “Várias foram as manifestações das Juntas contrárias a ela (independência do governador das armas), cuja intensidade da crítica variou de acordo com os conflitos em cada localidade” (SLEMIAN, 2006, p.71). Assim, tanto no projeto de Constituição que não foi aceito pelo Imperador, como na Constituição outorgada, os Governadores das

¹⁶⁹ DAG, v.1, 20 junho, p.259. Apud. SLEMIAN, 2006, p.110.

¹⁷⁰ DAG, v.2, 17 de julho, p.419 apud. SLEMIAN, 2006, p.111. O manifesto que se refere ao texto é parte da proclamação de D.Pedro I em 1822, que dizia respeito a nomeação por parte das Cortes de homens vindos de Portugal para ocupar o cargo de governador das armas, procurando estabelecer o controle das forças armadas no Brasil: “[...] Os fins sinistros por que se nomearam estes novos *Bancháscom* o título *doirado* de Governadores d' Armas estão hoje manifestos: basta atender ao comportamento uniforme que não tido em nossas Províncias opondo-se á dignidade e liberdade do Brasil e basta ver a consideração com que as Corte. ouvem seus ofícios, e a ingerência que tomam em matérias civis e políticas, muito alheias de qualquer mando militar [...]” (Manifesto de 06.08.1822, p.132. Coleção de Leis de 1822, Publicações do Império. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio/colecao2.html>. Acesso em 25.06.2017)

Armas ficavam subordinados ao governo civil, embora com atribuições próprias quanto à condução da guerra.

Ainda assim, no Rio Grande de São Pedro, um passo importante era dado para a separação entre os poderes civil e militar, pois o primeiro Presidente da Província, José Feliciano Fernandes Pinheiro, futuro Visconde de São Leopoldo, era também o primeiro civil a governar o território do Rio Grande de São Pedro. Fernandes Pinheiro era casado com uma porto-alegrense, e possuía, portanto, vínculos com a elite local. Isso atestava a prática do Imperador, em nomear homens próximos a seu centro de poder, que, ao mesmo tempo, não desconheciam o território e os homens do espaço que governavam (COMISSOLI, 2011):

Durante os debates da constituinte ele (Fernandes Pinheiro) se mostrou partidário de Dom Pedro I, defendendo o projeto que desembocaria na carta de 1824. Essa lealdade e o conhecimento anterior do território meridional levaram o imperador a escolher Fernandes Pinheiro o primeiro presidente de província do Rio Grande de São Pedro, optando por colocar no governo do conturbado território alguém de sua confiança, experiente no trato com os potentados sulistas, mas suficientemente desligado de suas teias de favores e contrapartidas (COMISSOLI, 2011, p.210).

No período que permaneceu como Governador das Armas da Província de São Pedro, José de Abreu parece ter sido um indivíduo de difícil tratamento para as autoridades civis. Foi acusado, posteriormente, por Fernandes Pinheiro, de agir por conta própria em questões relativas a organização militar. Essa característica gerou críticas contundentes à sua atuação. Em alguns momentos, no decorrer de 1825¹⁷¹, conseguimos perceber na documentação que ele teve de prestar justificativas ao presidente da província, diante repreensões a sua atuação. Ainda assim, todas as cartas possuem um tom comedido. Ao que parece, não houve confrontos de mesma espécie se comparados com aqueles sucedidos com Mena Barreto.

Um exemplo em que José de Abreu foi repreendido por interferir nas privativas atribuições do Presidente da Província ocorreu em fevereiro de 1825. O caso envolvia uma disputa por heranças na Fronteira de Entre Rios. Abreu teria mandado o Comandante daquela fronteira, Bento Manuel Ribeiro, sustar todas as saídas de gado da estância do falecido Pacheco de Lima, pois o procurador Francisco Luís Gonçalves Lages vinha tirando de lá o gado, em prejuízo da viúva do

¹⁷¹ Governadores das Armas, maço 01, 19.05.1825. AHRs; Governadores das Armas, maço 01, 08.05.1825. AHRs; Governadores das Armas, maço 01, 02.05.1825. AHRs.

dito Pacheco. José de Abreu alegava que só havia tomado tal medida devido à urgência das circunstâncias que não podiam esperar até a chegada das notícias na capital. Mas, o caso parecia envolver também a influência de Abreu naquela região, onde por muitos anos havia sido comandante do distrito. Naquele período, embora as decisões devessem ser remetidas aos Governadores da capitania, Abreu parecia possuir um grau relativamente maior de autonomia, como, por exemplo, nas questões de distribuições de terras, e decisões de ordem civil e de guerra (embora agisse em um nível muito mais local). A noção de divisão de poderes forçava Abreu a justificar as razões de seu comando em questões que passavam a ser vistas como atribuições do governo civil. Devemos destacar que isso não significava que Abreu perdesse influência ou poder na região, mas sim que tais práticas passavam a ser vistas como inadequadas.

Talvez, o elemento que mais dê conta de perceber a dificuldade de relacionamento entre o Presidente da Província e Abreu tenham sido as memórias do Visconde de São Leopoldo, em que ele registra uma posição bastante conflitiva com o Governador das Armas¹⁷².

Era Comandante das Armas da Província José de Abreu, soldado de Dragão, reconhecido por péssima conduta, e assaz ignorante, mas por algumas afoitezas nas Campanhas, se foi cabendo com superiores, e por decidido favor na Corte, por generosidades à tempo dispendidas e empregadas, chegou nesta província, mesma em que nascera, e sem merecimento real ao Posto de Marechal de Campo, e mais tarde ao título de Barão do – Serro Largo.

Achava-se ele investido do Comando quando tomei conta da Presidência da Província, e nada omiti de quando estive da minha parte, não só para reestabelecer a harmonia, que achei perturbada entre ele e os Governos anteriores, mas por todos os manejos e atenções mantê-lo convencido do bem que resultava dessa harmonia na ordem, e governança da Província [...]

¹⁷²Egon de Abreu Prates, genealogista do Rio Grande do Sul e aparentado de José de Abreu, fez uma interessante interpretação de diferentes elementos que trazemos aqui, uma das motivações do trabalho era redimir a memória de Abreu das acusações do Visconde de São Leopoldo. Para ele, os motivos de o Visconde declarar que Abreu tinha péssima conduta, se relacionavam a São Leopoldo ter conhecimento da disputa com Mena Barreto. Momento em que Abreu agiu no ímpeto de ajudar um antigo companheiro de Armas a quem muito respeitava (Patrício Corrêa da Câmara), ou seja, a insubordinação de Abreu era relacionada a questões que não achava justas, definindo o caráter honrado de Abreu. Para nós, mais interessante é a interpretação de que Fernandes Pinheiro tinha conhecimento de toda essa questão em torno de Patrício Corrêa da Câmara, quando vinha ao Rio Grande de São Pedro, e que o Imperador o haveria aconselhado buscar harmonizar o relacionamento do governo civil e o militar, ou seja, o governo central havia tomado medidas efetivas para pacificação das autoridades da província, demonstrando que o caso que retratamos neste capítulo, da disputa com a Junta Provisória, teve algum impacto no período. Disponível em: <https://www.google.com/search?q=Egon+de+Abreu+Prates&ie=utf-8&oe=utf-8&client=firefox-b-ab>. Acesso em: 03.07.2017

Concluo o citado ofício de 13 de Novembro com este testemunho de reconhecimento: “Beijo as mãos de V.Exa. pelo muito que se tem interessado na causa, que defendemos, e em benefício de toda essa Província, que jamais teremos nós os habitantes dela modos com que agradecer a V.Exa. tantos benefícios” (Veja-se este ofício na Secretaria da Presidência).

Testemunho que recebi por tanto mais sincero, quanto era pública a desafeição que ele nutria à meu respeito, apesar de quantas atenções, e delicadezas que com ele pratiquei, com o timbre de manter a harmonia, o que eu desculpo, porque é sabido que sumamente ignorante, e grosseiro, quando subiu foi fácil de ser levado por lisonjeiros e intrigantes, ao ponto de o precipitarem; e insuflado também por proteções da Corte, conseguindo a custa de dinheiro o título de Barão, e de não ser punido pelos erros que cometeu, etc; (PINHEIRO, 1839, p.55-56).

O relato aborda a visão do Visconde de São Leopoldo em relação a José de Abreu, que o trata como um homem ignorante e grosseiro. Essa é uma imagem interessante, pois o relacionamento conflitivo não é fácil de perceber se analisarmos apenas a correspondência de Abreu, que é encoberta pela formalidade e institucionalidade tradicionais dos ofícios encaminhados ao governo. Como relata o Visconde, a desafeição de Abreu em relação ao Presidente da província era pública, elemento que nunca transpareceu nas cartas trocadas. Nesse sentido, o próprio Visconde de São Leopoldo ironiza o conteúdo da documentação.

O Visconde de São Leopoldo ainda percebia que Abreu tinha algum importante relacionamento na Corte, que o permitiu permanecer no cargo por tanto tempo. Esse é um elemento relevante, embora não tenhamos encontrados indícios conclusivos sobre seus contatos na Corte, o que talvez seja tema para uma nova pesquisa. O fato de Abreu ter se mantido por bastante tempo no cargo de Governador das Armas também é realmente interessante e ainda mais se considerarmos a instabilidade das organizações políticas dessa época. Os próximos dois Governadores das Armas da província não conseguiriam permanecer no cargo por muito mais de um ano. O sucesso em conquistar título de nobreza também é um elemento surpreendente em sua trajetória, por isso aqui abrimos um breve espaço para analisar tal fato.

Ele foi condecorado com o título de Barão do Serro Largo¹⁷³ no dia 12 de outubro de 1825, por ocasião do aniversário de D.Pedro I. Recebiam seus títulos,

¹⁷³ Não sabemos ao certo o porque do título “Barão do Serro Largo”, em 1824 Abreu havia enviado um pedido de mercê para a Corte em que pedia pelo título “Barão de Entre Rios” por ter sido criador desse distrito, no documento encontra-se escrito “não tem vez”, dando a entender que o pedido fora negado. A razão da concessão ter vindo fazendo menção a Serro Largo nos é estranha, pois essa não parece ter sido uma região de influência de Abreu (Ofício Tenente Coronel Luís dos Santos Paiva, 29.04.1824, BNRJ, Documentos Biográficos, José de Abreu, C931-1.).

também, nessa mesma data, dois velhos superiores de Abreu, Patrício Corrêa da Câmara e Joaquim Xavier Curado¹⁷⁴ (VASCONCELOS, 1918). Não nos parece completamente por acaso a data. Como se pôde perceber ao longo deste trabalho, é provável a existência de uma aliança entre esses indivíduos, todos importantes comandantes da expansão portuguesa na antiga fronteira de Rio Pardo, ao longo da década de 1810.

O acesso a tais títulos estava, em boa parte, vinculado com a independência do Brasil. Desde a chegada de D.João, em 1808, teve início um processo de considerável ampliação da distribuição dos distintivos sociais, fossem títulos militares, ou de ordens honoríficas, como a de São Bento Avis e a Ordem de Cristo¹⁷⁵. Mas, o estatuto de nobreza ficava ainda reservado para os membros mais próximos do governo, em geral nascidos em Portugal. O Império de Dom Pedro abria, portanto, espaço para criação de uma nobreza brasileira (COMISSOLI, 2013).

A titulação era uma forma de aproximação do centro com as elites provinciais, tida como uma espécie de pagamento pelos anos de serviço em nome do rei. Indicava, portanto, uma proximidade com a Coroa, e o reconhecimento de que seu detentor se identificava com o projeto político imperial (COMISSOLI, 2013; VARGAS, 2009). Jonas Vargas estudou os militares titulados entre os anos 1825 e 1889, reunindo 58 nobres rio-grandenses, ou que contassem com muitos anos de serviço prestados no Rio Grande do Sul. Boa parte desses teve sua atuação na segunda metade do século XIX, pois no período entre 1820 e 1840 foram identificados menos de cinco indivíduos. Dentre esses, estava José de Abreu que percebemos como o primeiro rio-grandense a receber o título de Barão¹⁷⁶.

Dessa forma, José de Abreu incorporava um elemento distintivo ao seu nome e seu cabedal, que se já era para poucos na segunda metade do XIX, alcançava um número ainda mais restrito de pessoas da elite nos primeiros anos do Império. Demonstrava, assim, suas conexões e sua capacidade de negociação com a Corte, bem como uma condição econômica privilegiada. Acreditamos, também, que o fato dele ocupar no período o cargo de Governador das Armas consistia em um

¹⁷⁴ Patrício Corrêa da Câmara nomeado Barão de Pelotas, e Joaquim Xavier Curado nomeado Barão São João das duas barras (VASCONCELOS, 1918).

¹⁷⁵ Dois dos quais José de Abreu possuía (Ofício Tenente Coronel Luís dos Santos Paiva, 29.04.1824, BNRJ, Documentos Biográficos, C931-1.)

¹⁷⁶ A partir de pesquisa no "Arquivo Nobiliárquico" Brasileiro de Rodolfo Vasconcelos. Isso se considerarmos, por exemplo, que Patrício Corrêa da Câmara, mesmo muitos anos no Rio Grande do Sul, havia nascido em Portugal.

diferencial e atuava em favor de sua nomeação, uma vez que se via na condução de um conflito de grande repercussão para o Império.

O título recebido por José de Abreu inseria-se em uma lógica que premiava os méritos militares, enquanto o de Fernandes Pinheiro¹⁷⁷ dizia respeito ao seu desempenho na política do período. Dessa forma, não é difícil perceber as diferenças entre José de Abreu, um homem que se fez nas guerras e na administração da fronteira, do ilustrado Fernandes Pinheiro, que embora tivesse relacionamentos importantes com potentados do Rio Grande, era formado em Coimbra, membro de uma família de posses paulista. Em 1820, este havia sido eleito para deputado representante de São Paulo da assembleia de Lisboa (COMISSOLI, 2011), próximo ao Imperador, era um agente do governo no sentido mais moderno do termo, com características próprias da nascente burocracia Imperial da época.

As incompatibilidades entre Fernandes Pinheiro e José de Abreu se inseriam também nas dificuldades causadas pela guerra, mais precisamente pela sua derrota. A busca pelos culpados e mútuas acusações entre as lideranças da época seria uma marca do período, que precisamos analisar com maior cuidado. A derrota diminuía o prestígio tanto dos militares, quanto dos membros da administração. O Visconde de São Leopoldo certamente sabia disso, quando culpava o Governador das Armas, por agir sem lhe prestar contas. Tanto que começa a sua narrativa dos fatos que ocorreram na “insurreição da Cisplatina” da seguinte forma:

Sustentando uma guerra com a Província Cisplatina insurgida, na qual os desastres nem levemente me são imputáveis porque antes sofri desgostos e contrariedades todas as vezes que empreendi embarçar desfechos que se previam (PINHEIRO, 1874, p.55).

Parece ser nesse mesmo sentido que podemos inserir o relacionamento entre os sucessores de Abreu e Fernandes Pinheiro, o Presidente da Província José Egídio Gordilho Barbuda e o Governador das Armas Francisco Paulo Massena Rosado, analisado por Marcos Luft (2013). O primeiro chegou a afirmar que o

¹⁷⁷ Que era mais alto na hierarquia, sendo de Visconde e conquistado em 1826 (VASCONCELOS, 1918).

Rosado era o “pior inimigo que a Província tem atualmente contra si”¹⁷⁸ e que fomentava a indisciplina das tropas .

3.2 “VINHA RESTITUIR À GUERRA O QUE HAVIA RECEBIDO D’ELA”: A QUESTÃO DA CISPLATINA:

A guerra no Brasil meridional esteve ligada durante boa parte dos séculos XVIII e XIX à pretensão da Coroa, tanto lusa, como brasileira, em atingir os limites naturais. Com a ocupação de Montevidéu em 1817, e a derrota de Artigas e das lideranças que o apoiavam em 1820, o desejo da Coroa se via realizado, ao finalmente ocupar o território até o Rio da Prata. Para a elite rio-grandense envolvida na disputa, eram criadas também oportunidades para estender seus domínios para os campos da campanha Oriental. Essa elite era de homens como José de Abreu, que se aproveitaram dos saques e das novas terras incorporadas ao Império para aumentar seu cabedal.

A província Cisplatina nunca foi completamente pacificada nos anos em que pertenceu ao Brasil, permanecendo sempre um estado de alerta quanto ao território ocupado. Ainda assim, a guerra oficial só foi efetivamente declarada em fins 1825. Este confronto traria grande envolvimento do Império, dos militares e população da Província de São Pedro. José de Abreu foi comandante chefe das tropas da Província nos primeiros momentos do conflito. Neste período, se seguiram vários revezes para a força brasileiras, o que foi apontado como um dos motivos para substituição de Abreu do cargo no início de 1826 (PINHEIRO, 1839). Dessa forma, nos pareceu importante incorporar esse período ao nosso trabalho, a fim de delinear algumas dificuldades encontradas por um potentado, que se fizera em meio às guerras da fronteira, quando o território conquistado se via em risco. Nesse sentido, esta parte do trabalho pretende demarcar um elemento para o qual já chamamos a atenção algumas vezes no decorrer do texto, a dependência das vitórias na manutenção do poder das elites militares.

Ainda antes de deixar o Brasil, em 1822, Dom João VI havia declarado a incorporação oficial da Banda Oriental como Província Cisplatina. O decreto era o resultado do Congresso Geral Extraordinário de julho de 1821 em Montevidéu, que

¹⁷⁸ Carta de José Egídio Gordilho de Barbuda ao Visconde de Caravelas (secretário dos Negócios do Império), Porto Alegre, 22.02.1828. NA, IJJ 9 450, doc. 20. Apud. LUFT, 2013, p.109.

resolveu pela legitimação da ocupação portuguesa diante de uma série de condições, como o reconhecimento dos limites territoriais existentes no início da revolução, a manutenção de leis e costumes do país, e garantias em relação a liberdade de comércio, agricultura e indústria (FREGA, 2009). Os portugueses buscavam atrair para o projeto de unificação imperial os proprietários orientais, que haviam sido prejudicados pelas divisões de terras de Artigas e pelas pilhagens das lideranças sulistas, após 1817 (GUAZZELLI, 2014).

A adesão não era unânime. Nesse sentido, Ana Frega (2009) destaca como se fomentava um plano, naquele mesmo ano de 1821, que envolvia a aliança entre lideranças orientais com espanhóis europeus, os quais movidos pela revolução constitucional de Cádiz, voltavam a ter esperanças de reaver os domínios americanos. Se essa aliança não se mostrou efetiva para lograr a independência do governo português naquele ano, a efetivação da independência entre os reinos de Portugal e Brasil no ano de 1822 abririam possibilidades para a elaboração de um novo projeto de separação que, dessa vez, não deixava espaços para a participação dos espanhóis europeus.

O novo plano era feito no contexto de rompimento entre as forças de ocupação. Fábio Ferreira (2015) analisa os motins das tropas portuguesas, promovidos entre os anos 1821 e 1822. A nova Província era comanda por Lecor, o Barão de Laguna. Desde a invasão de 1817, ele foi capaz de construir vínculos com grupos de comerciantes e políticos de Montevideú, o que permitiu a sua governabilidade no decorrer dos anos. Quando D.João VI, enviou ordens para que Lecor retornasse a Portugal, ele rompeu com o antigo Reino, e começou a construir a aliança com o então Príncipe Regente Pedro, buscando entrelaçar a política do Brasil à Cisplatina. O primeiro motim da tropa aconteceu em março de 1821, e forçava Lecor a jurar a constituição das Cortes de Lisboa. Na medida em que a separação do Brasil e Portugal se efetivava, a tropa de Voluntários Reais, até então sobre mando de Lecor, passou a se amotinar, manifestando apoio ao Reino português. A presença da tropa portuguesa na Cisplatina tornou-se insustentável e Lecor sugeria que os revoltosos fossem enviados de volta à Europa. Em setembro de 1822, a situação ficou tão tensa que Lecor e seus aliados foram forçados a deixar Montevideú. O Barão de Laguna insistia para que viessem tropas do Rio Grande, que pudessem trazer equilíbrio para a região.

Aos levantes das tropas portuguesas, somava-se o medo de que as lideranças orientais, como Lavallega e Ortógues, aproveitassem o momento para atacar as forças brasileiras. O comandante da linha do Uruguai, Sebastião Barreto Pereira Pinto, mostrava-se atento às movimentações na província argentina de Entre Rios, temendo que de lá partissem forças de retomada da Banda Oriental¹⁷⁹.

De fato, um movimento preparava-se, encabeçado por essas lideranças, que buscavam apoio nas províncias do Litoral argentino, de maneira que em janeiro de 1822 haviam acordado um tratado de defesa contra uma possível invasão luso-brasileira pela Banda Oriental, em acordo firmado entre Buenos Aires, Santa-Fé, Entre Rios e Corrientes (CUADROS CAWEN, 2009).

Nesse sentido, durante todo o mês de novembro de 1822, o Barão de Laguna, clamava auxílio da província de São Pedro¹⁸⁰, que tinha ordens do governo imperial para enviar tropas a Montevideú. José de Abreu, como Governador das Armas, havia enviado tropas para a defesa dos distritos brasileiro de Entre Rios e Missões, sob o comando de Bento Manuel Ribeiro. Essas forças tinham ordens de acudir Sebastião Barreto, caso um ataque vindo da outra banda do Uruguai se concretizasse. Sebastião Barreto também havia recebido instruções para se juntar ao Barão em Montevideú, mas se recusava, alegando que, nesse caso, a fronteira oeste ficaria desprotegida, e que já entravam armas vindas de Buenos Aires, para estimular as revoltas na Província. De forma que nenhuma ajuda chegava a Montevideú que seguia nas mãos das forças portuguesas revoltosas. É pertinente notar que o interesse desses chefes parecia se ligar mais à região da fronteira onde tinham suas terras e zonas de influência.

José de Abreu, como governador das armas, também não parecia disposto a marchar para Montevideú, desconfiando de que talvez a situação não fosse tão séria para exigir sua presença. Isso porque, sobretudo, tomava conhecimento de que Lecor vinha negociando com as tropas lusas, e havia acordado que viriam embarcações para levá-los a Portugal. Assim, logo que os barcos chegassem à praça de Montevideú ficaria livre¹⁸¹.

Diante das notícias de que a situação se amenizava na Província Cisplatina, Abreu declarou que considerava não mais necessária sua presença em Montevideú,

¹⁷⁹ Fundo Guerra, IG167, doc236, 13.11.1822. Arquivo Nacional

¹⁸⁰ Fundo Guerra. IG167, doc. 233, 31.12.1822, AN; Fundo Guerra. IG167, doc.220, 19.12.1822; Fundo Guerra. IG167, doc. 228, 29.11.1822.

¹⁸¹ Fundo Guerra, IG167, 18.12.1822, doc. 219, Arquivo Nacional.

e que deliberava marchar a um ponto da fronteira onde fosse mais fácil socorrer Montevidéo em caso de ataque¹⁸². O secretário da guerra da Junta governativa, José Inácio da Silva (seu compadre), lhe recomendava que partisse a Montevidéo, pois havia ordens superiores para que as tropas do Rio Grande socorressem Lecor, devido ao pouco número de homens que ele possuía para defesa daquela província¹⁸³.

Dessa vez, Abreu recusava-se mesmo a viajar à fronteira, decidindo ficar em Porto Alegre, sob motivos de “indisposição pessoal”, declarando que enviaria o Coronel Antônio Pinto Fontoura, com parte da tropa¹⁸⁴. Essa decisão também foi recusada pela Junta, que pedia para Abreu nomear outro militar de sua confiança¹⁸⁵. O motivo não ficava muito claro, mas podemos perceber que havia um clima de tensão entre essas autoridades, pois não conseguiam concordar em muitos aspectos. Nesse sentido, a Junta de governo participava à Corte em janeiro de 1823, tratando da “irresolução” de Abreu em prestar ajuda ao Barão de Laguna:

[...] O mesmo Governo convocou o General Abreu para se chegar pessoalmente a fronteira e cobrir a insubordinação da tropa. Este general mostrou relutância e irresolução, ou por lhe persuadirem o governo o queria arredar da capital, ou por desconfiança do Barão de Laguna apesar de se lhe aprontarem doze contos de reis para as maiores urgências, e de ver o empenho com que o governo queria acudir ao Barão de Laguna . Tudo isso se mostra extenso da correspondência junta [...] ¹⁸⁶

A carta indica que a real suspeita de Abreu era de que a Junta queria tirá-lo da capital, afastando-o do centro decisório da Província. Lembremos que isso tudo acontecia no mesmo período em que Mena Barreto e José de Abreu trocavam afrontas em torno da destituição de Patrício Corrêa da Câmara.

Ainda conseguimos cogitar outro motivo. Pela quantidade de cartas trocadas desde fins de 1822 e durante o ano de 1823 sobre a demora no envio de tropas a Montevidéo, suspeitamos que os chefes rio-grandenses não estivessem tão motivados a prestar ajuda a Praça de Montevidéo. Essa afirmação merece cuidado, pois a conquista da Cisplatina havia sido essencial para o fortalecimento da elites da fronteira após a derrota de Artigas. Nesse sentido, Guazzelli (2014) destaca que a

¹⁸² Fundo Guerra, IG167, 18.12.1822, doc. 219, Arquivo Nacional.

¹⁸³ Fundo Guerra, IG167, doc. 231, 25.12.1822, Arquivo Nacional.

¹⁸⁴ Fundo Guerra, IG167, doc 233, 27.12.1822, Arquivo Nacional.

¹⁸⁵ Fundo Guerra, IG167, doc. 233, 27.12.1822, Arquivo Nacional.

¹⁸⁶ Fundo Guerra, IG167, doc.246, 11.01.1822, Arquivo Nacional

expansão sobre novos campos havia se tornado uma exigência do sistema da campanha. Desde a tomada das Missões havia uma fronteira aberta, com terras e possibilidades para os rio-grandenses ampliarem suas posses, povoarem e redistribuírem os novos campos. A medida que a fronteira se fechava, as pastagens não eram suficientes, e as disputas no interior da província aumentavam. “A tomada da Banda Oriental possibilitava um grande incremento no estoque de terras de qualidade superior as do Rio Grande, o que justificava a pronta adesão aos projetos bragantinos.” (GUAZZELLI, 2014, p.45).

Assim, o que podia explicar a relutância dos militares rio-grandenses em prestar auxílio a Montevideu podia ser a dificuldade em levar tropas de segunda linha à província vizinha. A “insubordinação da tropa” mencionada no documento transcrito acima é uma referência às contínuas deserções de que reclamavam os chefes rio-grandenses¹⁸⁷. O deslocamento de tropas de primeira e segunda linha para a província oriental parecia, nas palavras de Marcos Luft (2013), “enfurecer” José de Abreu¹⁸⁸, “que se dizia obrigado a recrutar homens que seriam úteis à agricultura e ao comércio para compensar a situação” (p.80). Já em 1825, Abreu fazia uma nova crítica ao recrutamento de homens do Rio Grande para a província oriental, alegando que: “não é oculto a negação que tem os homens dessa província de irem a Montevideu”¹⁸⁹ sendo-lhes preferível “andarem pelos matos e emigrarem para outras províncias que irem para Montevideu”¹⁹⁰.

Marcos Luft (2013), em seu estudo sobre o recrutamento militar para a guerra da Cisplatina, tratou de diferentes formas utilizadas pela população de escapar do recrutamento: fugas, deserções, subornos ou privilégios. Estas eram, na realidade, práticas muito comuns em tempo de guerras, mas que ganhavam um novo peso diante de uma causa estranha e longe dos interesses da população local, que via pouco sentido em se deslocar à província vizinha.

Talvez o problema para a população estivesse na política do Império de pacificação da Província Cisplatina, coibindo os ataques às propriedades orientais. Para os rio-grandenses as arreadas de gado, os saques e a distribuição dos butins

¹⁸⁷ Fundo Guerra, IG167, doc. 233, 31.12.1822, Arquivo Nacional

¹⁸⁸ Carta de José de Abreu a João da Silva Mendonça (ministro da guerra), Porto Alegre, 14.02.1824, NA, IG 272, fl417. Carta de José de Abreu a Barão de Lages (ministro da guerra) Porto Alegre, 24.11.1824, NA, IG275, fl. 404. (Apud. LUFT, 2013, p.80)

¹⁸⁹ José de Abreu para Fernandes Pinheiro. Fundo Governador das Armas, maço 01, 17.05.1825.

¹⁹⁰ José de Abreu para Fernandes Pinheiro. Fundo Governador das Armas, maço 01, 17.05.1825.

de guerra eram um direito dos conquistadores¹⁹¹ (GUAZZELLI, 2014). Embora a política do Império não tenha sido suficiente para impedir o apossamento de terras por parte dos rio-grandenses, que se apropriaram de vastos campos ao norte do Rio Negro. A possibilidade de distribuição de terras parecia reduzida no período que estudamos, dificultando a atração da população para a guerra, com promessas de redistribuição de saques, um elemento que havia movimentado as guerras antecedentes.

De forma que, mesmo que os grandes proprietários tivessem vantagens com a manutenção da Cisplatina, a opinião dos comandantes era, muitas vezes, contrária a uma política de recrutamento que levasse os indivíduos para fora de sua comunidade de origem.

Apesar do clima de tensão, nenhum plano de ataque vindo de Entre Rios se efetivou no ano de 1823. Segundo Inês Cuadro Cawen (2009), isso se devia em parte por causa da efetividade do acordo entre Lecor e as Tropas portuguesas, mas também pela resistência do governo de Buenos Aires em começar uma nova guerra. Dois anos depois, em 1825, um novo movimento começava a surgir; dessa vez, contando com apoio de Buenos Aires¹⁹².

O início do conflito foi marcado por uma guerra informal, a partir da atuação dos chefes orientais, que recebiam apoio financeiro das Províncias Unidas. O líder oriental Lavalleja buscou atrair a população oriental e as lideranças militares, muitas das quais haviam lutado com Artigas anos antes, dentre estes estava Frutuoso Rivera, que havia passado para o lado dos portugueses após a derrota de Artigas, e retornava à causa oriental no período (GAZZELLI, 2014). Lavalleja buscou, também, acompanhar as ações de guerra com a criação de um governo formal. Nesse sentido, em outubro de 1825, o Congresso Constituinte das Províncias Unidas do

¹⁹¹ A contradição era tanta, que os desmandos dos Rio-grandenses, que independentemente da política imperial vinham se apossando terras ao norte do Rio Negro, foi apontado como uma das razões da guerra por Cezar Augusto Guazzelli em sua tese de doutorado (2014).

¹⁹² Para Guazzelli (2014), os constantes desmandos dos rio-grandenses causaram preocupações entre os porteños, que livres da ameaça a artiguista, começavam a ver no Rio Grande do Sul um novo competidor. A partir daí se iniciava um discurso que tinha como referência a comunhão entre a Província oriental e as Províncias Unidas do Rio da Prata. Ao mesmo tempo, os federais ganhavam poder em Buenos Aires e Rosas ganhavam apoio das milícias irregulares da Campanha. “A guerra era iminente, Com o financiamento dos criadores de Buenos Aires, em especial as famílias patricias e do chefe das milícias da campanha, Juan Manuel de Rosas, sem a participação formal do governo porteño, iniciaria uma guerra ao velho estilo das montoneras de Artigas, sob comando de um dos mais celebrados chefes orientais: a reconquista da Província Oriental foi iniciada por Lavalleja, secundado pelos irmãos Manuel e Ignacio Oribe e mais trinta comandados, que seriam conhecidos como Treinta y Tres Orientales”. (GUAZZELLI, 2014, p.35).

Rio da Prata decidia pela incorporação da Província Oriental, que mais tarde se constituiria também com o estatuto de província (CUADRO CAWEN, 2009).

Em março de 1825, Abreu recebia uma carta de Sebastião Barreto, comandante da linha do Uruguai. Nela, vinha um plano confidencial “apanhado a custa de muito dinheiro”¹⁹³. Dava conta de que Santa Fé e Entre Rios organizavam suas forças, juntando gente, muitos da província oriental. Sebastião orientava Abreu a se preparar, pois o golpe era iminente. Encerrava a carta trazendo notícias dos recentes acontecimentos no Peru: “os espanhóis no Perú perderam sua batalha, levarão todos ao Diabo, o que deu um gás extraordinário a esses demônios. Até outro dia. Sou teu Sebastião”¹⁹⁴. Um mês depois Lavalleja e seus homens desembarcavam em território oriental.

Abreu imediatamente passou a tratar com o Presidente Fernandes Pinheiro dos problemas para a defesa da fronteira, dentre eles, a falta que havia de Corpos de 1ª Linha na Província¹⁹⁵. Achamos essa posição de Abreu muito interessante. A capacidade para arregimentar homens para as milícias é sempre um elemento destacado como importante para a autonomia dos potentados rio-grandenses, o pedido de Abreu por mais tropas de primeira linha parece demonstrar como a defesa do território vinha se tornando pesada para a elite militar rio-grandense, e tanto mais para manter a defesa do território oriental.

Os preparativos de Abreu para a guerra parecem ter sido interrompidos quando Sebastião Barreto voltou a participar a Abreu, falando que as tropas de Entre Rios começavam a debandar “por tanto julgo que não devem temer este inverno rompimento”.¹⁹⁶. Abreu mandou, então, as milícias retornarem aos seus distritos para lá passarem o inverno e se colocou em marcha do Passo do Rosário para a Capital, isso em 19 de abril de 1825. Ou seja, no mesmo dia que Lavalleja chegava na praia da Agraciada e começava o *levante* da Banda Oriental (CUADRO CAWEN, 2009). Com a demora para a chegada de notícias, Abreu foi informado da mudança na situação apenas em início de maio, tendo que mudar as ordens para as tropas e passar a voltar a fronteira (isso em época de cheias dos rios). Certamente,

¹⁹³ Sebastião Barreto para José de Abreu. Governadores das Armas, maço 1, 13.03.1825, AHRs.

¹⁹⁴ Sebastião Barreto para José de Abreu. Governadores das Armas, maço 1, 13.03.1825, AHRs.

¹⁹⁵ Governadores das Armas, maço 1, 17. 05.1825, AHRs

¹⁹⁶ Sebastião Barreto a José de Abreu, Fundo Governador das Armas, Maço 01, 19.04.1825, AHRs.

essa situação abalava o poder de Abreu, que teve de prestar várias justificativas a Fernandes Pinheiro sobre os motivos de a rebelião o pegar tão despreparado¹⁹⁷.

A imagem de Abreu ficava ainda mais prejudicada pelas derrotas que se sucediam¹⁹⁸. As suas forças, colocadas em Mercedes, logo foram perdendo território com o vulto que ganhava o movimento oriental. Ainda assim, ele recebia, nesse período, o título de Barão do Serro Largo. Como vimos, o estatuto de nobreza não tinha pouca importância na trajetória de Abreu, embora ocorresse em um período em que seu poder vinha sendo questionado.

Ao que parece, as reclamações que vinham sendo feitas por Fernandes Pinheiro foram ouvidas na Corte, e Abreu acabou por ser substituído no início do ano de 1826¹⁹⁹. Um pouco depois da declaração formal de guerra do Brasil às Províncias Unidas, ele era chamado à Corte para prestar esclarecimentos acerca de sua atuação (PRATES, 1934).

Pensamos a retirada de Abreu do cargo, como inserida, também, em uma sucessão de substituições que buscavam dar um novo destino para a guerra que se delineava, na medida em que o Império a tornava uma prioridade, o que ficava evidente com a notícia de que o próprio Imperador partia para comandar a guerra no sul²⁰⁰. E que começavam a ser nomeados agentes mais próximos do centro para exercer o cargo de governador das armas da Província, como eram o caso de Massena Rosado e do Marquês de Barbacena (LUFT, 2013).

No ano de 1827, a guerra havia chegado ao território da província de São Pedro, o que dava um novo ânimo para as elites da província se posicionarem em defesa das terras que haviam conquistado anos antes. Abreu voltava, portanto, ao cenário de lutas, recrutando um grupo de cavalaria, caracterizado como “tropa de paisanos armados”. O “Barão-marechal” reunia quase 600 homens para lutar, um

¹⁹⁷ José de Abreu a Fernandes Pinheiro. Governadores das Armas, maço 01, 01.05.1825, AHRS

¹⁹⁸ Por exemplo, a culpa das derrotas de Rincón das galinhas e Sarandi. Na primeira foi derrotado e morto o Coronel José Luís Mena, a batalha foi marcada pela debandada dos índios guaranis que lutavam com Mena. Em Sarandi foi derrotado Bento Manuel Ribeiro pelas forças de Rivera. (PINHEIRO, 1839)

¹⁹⁹ O Governador das Armas era nomeado e destituído pelo Imperador (inicialmente essa era uma atribuição das Cortes de Lisboa) (NEVES, 2012). No seu discurso de despedida Abreu também faz menção da Corte ter achado que devia sair para cuidar da sua saúde, talvez fosse parte da retórica para preservar sua honra, no entanto não devemos descartar ao todo que o Barão estivesse doente (Despedida que faz o Barão do Serro Largo aos habitantes da Província de S. Pedro. O Universal, Hermodoteca nacional, disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=706930&pagfis=465>. Acesso em: 05.05.2017-Achado por Helga A).

²⁰⁰ A presença de D. Pedro I no Rio Grande do Sul foi rápida, pois logo chegou a notícia da morte de Leopoldina, o forçando a voltar a Corte (PARANHOS, 2012).

número impressionante para o período, se tivermos em conta que, em fins de 1825, o número total das forças comandadas por Abreu como Governador das Armas eram de quatro mil homens²⁰¹. Sem falar que isso se passava em um momento já avançado da guerra, em que uma dura política de recrutamento vinha sendo feita²⁰² (LUFT, 2013).

Desde que começamos a pesquisa para este trabalho, tal episódio chamava nossa atenção. Afinal, quem eram os paisanos armados? Como boa parte desse grupo debandou no ataque dos inimigos, se veiculou a ideia de que ele era formado, unicamente, por desertores, homens soltos e índios (PARANHOS, 2012). Não duvidamos que esses homens tivessem grande peso no grupo recrutado por Abreu, não parece estranho que ele chamasse grupos de índios com quem, tradicionalmente, mantinha alianças, de aventureiros que vissem a oportunidade de ficar na boa conta do Marechal, ou ainda homens que fossem chamados a luta por meio de coação ou para pagar favores recebidos do Barão. Ainda assim, chama a atenção a menção de que Abreu havia “juntado” tais homens em São Gabriel, território incorporado na última conquista, em que Abreu havia sido responsável pela redistribuição das terras, então achamos provável, também, que Abreu fizesse valer sua influência e suas relações para chamar homens, fazendeiros, que até então vinham sendo por favores livrados do serviço militar. A proximidade que a guerra chegava desse território conquistado, era também, provavelmente, um estímulo para que os possuidores de terras pegassem em armas e chamassem os seus amigos, parentes e agregados também para a guerra.

De qualquer forma, é inegável que esse último ato do Barão deixava demonstrada a sua capacidade trazer homens para seu comando e para o Império. Se o resultado da guerra fosse outro, é provável que suas ações fossem louvadas, e ele ficasse ainda em melhor estima pela Corte. Ao narrar a batalha e a morte de Abreu, Felisberto de Oliveira Horta (1881), de maneira romântica, declarava que, pouco antes de morrer, ao ser saudado pelo exército, Abreu gritava que “vinha

²⁰¹ Hemeroteca Digital Brasileira. Periódico “O Universal”, Minas Gerais, 1826, Nº 117, 14 de abril de 1826, p. 2. (Conseguido por Helga A.). Disponível em:

<http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=706930&pagfis=465>. Acesso em 01.07.2017

²⁰² O Decreto sobre recrutamento sancionado no pós independência, acabava com muitos dos privilégios do recrutamento que “livrava” muitas pessoas do serviço militar, ampliando a base legal para recrutar os indivíduos. Essa legislação causou alguns problemas, mesmo para as elites dirigentes, que não sabiam ao certo como ficavam as normas para dispensa (LUFT, 2013)

restituir à guerra o que havia recebido d'ela". A frase parece significar bem os desafios e possibilidades presentes em tempos de guerra.

Desde o momento imediatamente posterior à batalha do Passo do Rosário, os culpados pela derrota começavam a ser apontados. Nesse mesmo sentido, surgiam os esclarecimentos que buscava isentar alguns indivíduos da culpa pela derrota. Dentre os acusados estavam Bento Manuel Ribeiro, por ter cerca de 1200 homens sobre o seu comando e estar a uma distância em que não poderia ter deixado de ouvir o barulho da batalha sem ter aparecido para prestar socorro às tropas brasileiras. E o Marquês de Barbacena, por não ter conhecimento do tipo de guerra que se fazia no sul e ter enfrentado uma força muito superior à sua, com os homens cansados por uma marcha forçada (GUAZZELLI, 2014).

Nas décadas seguintes, a obra do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro seguiria essa tendência, ao falar da guerra cisplatina (LUFT, 2013). A obra que citamos acima, de Felisberto de Oliveira Horta, publicada em 1881, era uma formalização de defesa do Marquês de Barbacena, que também foi defendido por Joaquim Machado de Oliveira (1860). No que se refere à condução da guerra, as acusações atingiram diferentes personagens, incluindo, como vimos, o próprio José de Abreu (PINHEIRO, 1874), e o Visconde de Laguna por fazer crer que a população oriental desejava a presença portuguesa. Para Davi Carneiro (1983), Lecor foi "taxado de medroso, temporizador, inepto e displicente" (apud. LUFT, 2013, p.41). O Imperador também foi condenado pela inexperiência em seus primeiros anos de governo (PARANHOS, 2012).

Durante a guerra, foi-se criando uma nova organização política na América, as lideranças que haviam investido anos de luta não aceitariam ser colocadas em uma posição periférica dentro do círculo das Províncias Unidas (CUADRO CAWEN, 2009). Por fim, a partir da intervenção diplomática inglesa em 1828, o Brasil e as Províncias Unidas reconheceram a independência da Banda Oriental, sendo formado o Estado Oriental do Uruguai. A independência uruguaia trouxe consequências relevantes para o equilíbrio do poder na Bacia do Prata (LUFT, 2013).

Entre os potentados meridionais brasileiros, a derrota significaria maiores dificuldades, mas não o impedimento, na instalação e gestão de bens rurais nos campos orientais, bem como para muitos daria ensejo a uma relação de

desconfiança com o poder central, o que seria apontado como uma das causas da Revolução Farroupilha anos mais tarde (GUAZELLI, 2014, MIRANDA, 2006).

O espírito de indignação das elites da campanha fica claro em um ofício²⁰³ de quatro estancieiros do distrito de Entre Rios, enviado ao Comandante de São Borja, Felipe José dos Passos de Alencastre. Se dizendo representantes dos habitantes de Entre Rios, assinavam o documento: Joao Machado Bitencourt, Bernardo dos Santos Menezes, João Rodrigues Ribas, e Alexandre de Abreu Valle. Na carta, considerada quase que subversiva, os estancieiros questionavam quem permanecia no comando daquela região, que após a Batalha do Passo do Rosário se via completamente abandonada²⁰⁴, fazendo crer que “tudo foi mandado entregar pelo governo do Império do Brasil a Capela Argentina”. Chamavam o Marques de Barbacena de traidor que havia conduzido, junto com o Brigadeiro Raimundo Cunha Matos “uma tragédia, a mais vergonhosa que jamais pensou ver-se em cena na Província do Rio Grande do Sul”²⁰⁵.

O Brigadeiro Cunha Matos teria responsabilidade de ter passado a informação a Corte de que o exército brasileiro seria formado por cerca de 10 a 12 mil homens, enquanto desses, apenas 3 mil eram “de boa tropa”. Lastimavam que o brigadeiro não estivesse presente no decorrer dos acontecimentos “para conhecer de perto o inimigo de quem tratou ao longe por tradição, porque talvez tivesse sorte igual a do valente General Barão do Serro Largo”, ao que parece, referindo que o Barão do Serro Largo também havia subestimado o inimigo, mas por isso pagara com sua vida.

Na carta, também redimiam o “Bravo Coronel Bento Manuel Ribeiro”, que havia sido destacado do exército por Barbacena, enfrentado sempre a vanguarda do inimigo, sem que lhe fosse permitido voltar para enfrentar o inimigo em número muito superior as forças brasileiras.

Por fim, se queixavam das ordens de Barbacena que mandava retirar todo o gado e famílias para a região de Missões, abandonando o território de Entre Rios.

²⁰³ Fundo Guerra, IG168/ cx4581- 24.05.1827, Arquivo Nacional.

²⁰⁴ Seguiu-se a derrota do Passo do Rosário a passagem de Rivera pela região de Entre Rios e Missões, que ocupou o território por algum tempo e só o deixou diante de grande pressão, se juntava a sua retirada a população indígena que habitava a região, levando consigo grandes quantias de gados. Ficavam “despovoados”, e se juntaram a eles inclusive alguns fazendeiros de Entre Rios (PORTO, 1954).

²⁰⁵ Fundo Guerra, IG168, cx4581- 24.05.1827, Arquivo Nacional.

Recorriam, retoricamente, aos acontecimentos da última grande derrota rio-grandense, perguntando se se viam sem direito a proteção do seu rei:

Tudo quanto temos expedido tem bastante semelhança com os sucessos em outro tempo da entrega da Ilha de Santa Catarina e desta mesma Província aos espanhóis, do que resultou o mesmo transtorno e prejuízo que temos experimentado em proporção do que havia naquele tempo e de que hoje há ainda existe a família do Coronel Tomás Luiz Osório, que por ordem do governo daquele tempo fez a entrega desta província como já se disse aos espanhóis por conseguinte não foi esse acontecimento sucedido a tantos anos que nos que nos esquecemos de fazermos a mesma comparação particularmente contando-nos por ouvir dizer que João Veloso Rebelo morador no Rio de Janeiro escreveu a seu irmão Manuel Veloso Rebelo morador no Rio Pardo dizendo-lhe o seguinte: Todos os bens móveis que V.Ma. tiver do outro lado do Rio Santa Maria trate de recolhe-los para o interior da província se não quiser ficar sem eles. [...] V.Exa. que por efeitos dos seus atributos se digne a instruir-nos se estamos sentenciados a sermos por força desgraçadas vítimas de homens perversos sem Rei nem Religião; ou se estamos em circunstâncias de merecer a proteção do governo: nesse caso de sermos protegidos como esperamos pelo Governo de Sua Majestade Imperial [...]²⁰⁶

Em um discurso impressionante, esses homens da fronteira exigiam a proteção de seus direitos pessoais, motivos pelos quais as autoridades civis tinham existência. Construía uma narrativa histórica, com os fatos passados nas lutas de fronteira, recuperando um momento do passado e o projetando em seu presente. Ironicamente, resgatavam a figura de Tomás Luís Osório, a liderança militar que testemunhara o casamento dos pais de Abreu em 1757, e que perdera tudo, inclusive a vida, ao ser responsabilizado pela derrota²⁰⁷. Recorriam à nova lei do Império, à Constituição, para convencer o comandante de Missões a falar por eles, quando mais nenhuma autoridade da Província se via apta a tal tarefa.

[...] As autoridades civis foram instituídas no principio do mundo para garantirem os direitos pessoais (ilegível) dos mesmos indivíduos que os exigiram depois por um andamento natural de todas as coisas criadas foram subindo de graduação até chegarem a categoria de hoje, Reinos Impérios V.S. mais tem conservado as mesmas ramificações das primeiras tribos com diferentes denominações e caracteres conforme as circunstancias dos tempos. [...] Estes pensamentos combinados com a novíssima carta de Lei do Império nos faz intimamente convencer que Sua Majestade Imperial encarregou V.Exa. o comando desta Fronteira por conhecer que V.Exa. tem os atributos necessários para conservar essa fronteira em boa ordem paz e sossego individual e seguridade das possessões particulares, nós seguindo a marcha do governo a quem tanto respeitamos, dirigimos à V.Exa. nossas deprecações para providenciar, conforme urgem as nossas atuais circunstâncias desgraçadas na extensão da palavra. A carta de Lei do

²⁰⁶ Fundo Guerra, IG168/ cx4581- 24.05.1827, Arquivo Nacional

²⁰⁷ Análise feita no capítulo 1. (Casamento João de Abreu e Ana Bernarda de Souza, 21.10.1757 (Achado por Helga A). - Family search, Brasil, Rio Grande do Sul, Registros da Igreja Católica- 1732-1952, Porto Alegre, Nossa Senhora Madre de Deus Casamento Livres 1772-1806. Disponível em: <https://familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-7HK3-R?mode=g&cc=2177295>. Acesso em: 15.06.2017.)

Império tomada em seu literal espírito manda que nenhuma Autoridade Civil ou Militar exorbite de suas atribuições arrogando a si os poderes de outra autoridade que lhe seja mesmo inferior em comando.

Nós trilhando esse caminho da verdade como havemos de ir recorrer ao Exmo. Presidente da Província que ainda não mostrou que o é nessas paragens tão remotas; e como havemos de ir recorrer a um General Imbecil que comanda um exército em operações em sua fronteira de onde fugiu unicamente com o que pode levar abandonando todos os maiores interesses. Nós consideramos ter em V.Exa. um arrimo de proteção e confiamos muito que se compadecerá de nossa situação, devendo V.Exa. contar igualmente com nossas pessoas, e bens para o que for mais coadjuvar para alcançarmos a defesa de nossas vidas, e conservação de nossas propriedades. Deus Guarde a V.Exa. por muitos anos. Estancia de São Luiz na Costa do Ibicuí.²⁰⁸

Alencastre, ao receber a carta com declarações, no mínimo perturbadoras, procurou diminuir as repercussões ao enviá-la ao governo da Província, declarando que o Tenente Coronel João Machado Bitencourt e Bernardo dos Santos de Menezes haviam sido “seduzidos pelos intrigantes”²⁰⁹ ou que a documentação era forjada, por isso não tomaria nenhuma medida contrária a tais autoridades. Bitencourt e Menezes eram cunhados (FARINATTI, 2016), e eram figuras proeminentes da região de Alegrete, a quem Alencastre parecia achar que não valeria a pena denunciar.

Luís A. Farinatti (2016) destaca alguns aspectos da trajetória do Tenente Coronel Machado Bitencourt, que era também um veterano das guerras de fronteira. Farinatti aponta, a partir das relações de compadrio de Bitencourt, uma possível aliança entre sua família e a população egressa das Missões, principalmente dos grupos parentais vindos de São Luís, povo que ele administrou entre 1808 e 1810²¹⁰. Seu perfil relacional, portanto, aproximava-se do de José de Abreu, o que era na realidade uma das configurações possíveis na formação do cabedal das lideranças da fronteira. Bento Manuel, por exemplo, possuía fortes vínculos com os oficiais de milícias, que eram também, fazendeiros na região da Capela de Alegrete²¹¹ (FARINATTI, 2016).

²⁰⁸ Fundo Guerra, IG168/ cx4581- 24.05.1827, Arquivo Nacional

²⁰⁹ Fundo Guerra, IG168/ cx4581- maio 1827, Arquivo Nacional

²¹⁰ Note-se que a carta de Bitencourt e seus companheiros partiu da Estância de Bitencourt, chamada Estância São Luís, que levava, portanto, o mesmo nome do povo que Bitencourt havia administrado, sendo um dos indicativos da aliança com a população que vinha de São Luís Missioneira (FARINATTI, 2016)

²¹¹ Em nosso capítulo dois buscamos demonstrar que José de Abreu tinha a base social de seu poder nesses dois grupos, os índios missioneiros, e os oficiais que se apropriaram das terras no entorno da Capela de Alegrete.

É possível perceber como a derrota da Cisplatina significava um recuo da fronteira, o que se tornava um problema para os proprietários rio-grandenses, mesmo que muitos deles tenham mantido suas estâncias no território oriental. Somava-se à derrota, o ataque às Missões e ao distrito de Entre Rios pelas tropas de Rivera, que levou consigo boa parte da população indígena do território e grandes quantidades de gado e cavahadas, fragilizando a economia da região. Conforme trata Gazzelli (2014), “o Rio Grande voltara a um estágio anterior aquele que antecedeu a ocupação da Banda Oriental, e agora estavam divorciadas as reclamações da província e as ações do Estado” (p.46).

3.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao ocupar o cargo de Governador das Armas, José de Abreu conseguiu alcançar um novo estágio na consolidação do seu poder, sendo alavancado para o status de elite provincial. Isso também significava adentrar em um espaço mais competitivo, que infligia rupturas dentro da elite rio-grandense. Tudo isso acontecia em um momento em que as instituições de poder regional eram ampliadas, permitindo o acesso de grupos dominantes locais que conseguiam articular as alianças para serem projetados ao âmbito regional (COMISSOLI, 2011).

A racionalização da administração e do ordenamento jurídico era outro aspecto que marcou o período. Nesse sentido, os indivíduos agiriam pelas brechas das possibilidades legais existente buscando afirmar o seu poder. Abreu parece tê-lo feito no exercício do cargo de Governador das Armas, por oras obrando em conjunto com a autoridade civil, e em outros momentos, exigindo um espaço de maior autonomia. Nesse sentido, as disputas entre as autoridades constituídas parecem ser inseridas em uma grande gama de contradições da sociedade: a) A presença de um sistema legal instável e em formação, que em alguns aspectos convivia com o ordenamento antigo e em outros o reformava; b) O espaço de conflito da ampliação da atuação das elites locais no processo decisório da província; c) Uma má definição dos limites entre assuntos de ordem civil e militar.

Se Abreu demonstrava sua capacidade de inserção como elite da província, ostentando mesmo um título nobiliárquico, que poucos podiam contar na época, também é verdade que seu prestígio, como da elite militar como um todo, se via abalado à época. Contudo, o Barão ainda podia alegar que em sua administração

não perdera um dedo de terras rio-grandenses conforme declarou em seu discurso ao ser substituído do cargo de Governador das Armas²¹². Em um dos últimos gestos da sua vida, Abreu ainda demonstrava que seus relacionamentos, construídos ao longo dos anos, se faziam valer, ao organizar o corpo com 560 paisanos armados para a Batalha do Passo do Rosário.

A derrota que se seguiu abalava as relações das elites entre si, e destas com a Corte. A busca pelos culpados simbolizava em parte a perda da capacidade de barganha dessa elite, que havia se afirmado como defensora das fronteiras imperiais, com o passar dos anos, parte da elite encontraria novas formas para se afirmar como tal.

²¹² Hemeroteca Digital Brasileira. Periódico “O Universal”, Minas Gerais, 1826, Nº 117, 14 de abril de 1826, p. 2. (Conseguido por Helga A.). Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=706930&pagfis=465>. Aceso em 01.07.2017.

CONCLUSÃO

José de Abreu foi um dentre os tantos na história que utilizaram uma situação de conquista, de guerra e de fronteira para construir o seu poder. Isso ocorria em diferentes lugares do mundo, com a presença de agentes muito distintos. Mesmo na fronteira que estudamos, os exemplos de indivíduos que se fizeram em meio às guerras são vários, muitos deles foram citados ao longo deste trabalho. O poder dos Pereira Pinto, dos Mena Barreto, dos Ribeiro de Almeida, dos Marques de Souza, todos foram firmados nessa região de disputa, em que se abria a oportunidade de negociação com a Corte, de redistribuição de recursos e de mediação dos interesses e conflitos de vasto contingente de população. É claro que o poder assumia configurações distintas, com bases de apoio social diversas.

Tendo isso em perspectiva, o que José de Abreu tinha de especial em relação aos múltiplos exemplos de potentados da região? Essa não é a pergunta certa, sua trajetória possui algumas particularidades, mas não foi nada disso que orientou nossa escolha por esse indivíduo. Esta foi guiada pela oportunidade de estudar um personagem que já tínhamos algumas informações a respeito, e que prenunciava diversas possibilidades de análise. Fazemos esta reflexão aqui, pois a consideramos essencial para adentrarmos nas conclusões do estudo. Uma vez que, nesta reflexão final, buscamos generalizar um trabalho que por momentos se tornou bastante específico, tendo por linha de condução a trajetória de um indivíduo.

Percebemos que a ascensão social de Abreu começou em fins do século XVIII, coincidindo com a sua entrada no Regimento de Dragões do Rio Pardo. Neste momento, foi quando pôde entrar em contato com algumas importantes lideranças do período, e com os membros da Comissão de Demarcação de Limites, que vinham mapeando e distribuindo terras no território em disputa com a Coroa espanhola. A Conquista de 1801 permitiu a Abreu consolidar uma carreira que se pautava nos sucessos militares, ganhando prestígio nesse meio e ascendendo na hierarquia do exército regular.

Essa foi a época em que Abreu provou ser digno aos seus superiores, muitos dos quais membros das tradicionais famílias guerreiras da Capitania, legitimando o seu “dom”, e recebendo retribuições por ele de acordo com a lógica de trocas e de relações de reciprocidade que orientava a época.

A abertura da fronteira foi, então, um elemento fundamental na construção do poder deste potentado, não só por ter sido nas guerras de conquista que, de acordo com a ideia da época, Abreu fez valer seu merecimento. Mas porque, o território conquistado abria espaços para inserção de novas elites, que se apropriavam de campos e organizavam espaços de mando na nova fronteira.

Nesse sentido, percebemos como o poder de Abreu, como liderança da fronteira, foi construído a partir do exercício de diferentes cargos dentro da administração militar da região conquistada. Isso permitiu que ele fosse classificado, antes de tudo, como um agente do domínio luso.

Inicialmente, ocupou pequenos comandos na região de Missões, momento em que parece ter construído o conhecimento do território e da população que ia ocupando a região ao sul do Ibicuí. Ali, consolidou-se uma nova zona administrativa, que devia ser integrada ao Reino português: O território de Entre Rios. Este era um espaço instável, sob reclamação das soberanias portuguesa e espanhola, com presença tradicional de guaranis missioneiros e contando com uma população nativa (charruas, minuanos e outros povos), que não aceitavam a submissão a nenhum desses projetos.

Nesse sentido, os relacionamentos firmados por José de Abreu devem ter contado para a Coroa, auxiliando na comunicação da Corte com a multiétnica população que habitava aquele distante domínio nos confins meridionais do Reino. Esse contato não era direto, se fazia a partir de Abreu, passando pelo comandante das Missões, para o Governador da Capitania para então chegar a uma instância de poder na Corte (na medida em que o poder de Abreu crescia mais direto se fazia esse contato). Era um domínio de intermédios e mediações, que também eram orientados pela hierarquia da época.

Mas quais eram os relacionamentos de José de Abreu? Qual era a base social do seu poder? Percebemos uma configuração interessante dos relacionamentos de Abreu, que pareciam se apoiar ao mesmo tempo: nos vínculos, e alianças com a população local indígena (guaranis egressos das Missões e os grupos de charruas) assentada na região do território de Entre Rios, que foram aldeados em torno da capela de Alegrete, e que lutavam no Regimento de guaranis sob seu comando. E por outro lado, nos grupos de oficiais militares e milicianos que se deslocavam para essa região, recebendo terras que eram distribuídas por José de Abreu, em troca, principalmente, dos serviços militares. Esses grupos não

estavam separados, pelo contrário, olhando de perto, foi possível perceber que estavam muito integrados, e que os oficiais eram por vezes os elos que ligavam Abreu à população indígena que habitava a fronteira.

Após a derrota de Artigas, José de Abreu alcançava notoriedade inclusive na Corte, por onde pôde ampliar os seus relacionamentos nos anos após a Independência. E de onde, além de receber uma série de distintivos sociais, e alcançar a posição de Marechal de Campo efetivo, recebeu o título de Barão, logrando o estatuto de nobreza brasileira, que confirmava sua proximidade com o projeto imperial.

A Independência entre Brasil e Portugal ainda permitia a criação de novos espaços para as elites locais serem projetadas a um nível regional, momento que Abreu conseguiu aproveitar para ocupar um cargo de grande relevância dentro da Província. O cargo de governador das armas, fora algumas contradições, era, em boa parte, responsável pela condução da guerra no Rio Grande de São Pedro.

Diante dessa exposição, buscamos nomear, de forma sintética, algumas estratégias e fatores que contribuíram para consolidação de Abreu como um potentado do Rio Grande de Pedro:

a) O seu papel como um agente da Coroa Lusa e depois do Império Brasileiro, sendo nomeado para cargos que se ligavam à administração de guardas e distritos militares. Sua passagem pelo Regimento de Dragões de Rio Pardo, do exército de primeira linha, da onde foram retirados uma boa parte dos novos administradores das Missões após a conquista²¹³.

b) Formação de novas zonas administrativas após a conquista, permitindo a criação de territorialidades, e zonas de influência de novos chefes da fronteira. Se não fosse assim, encontrariam dificuldade em se afirmar em espaços já saturados, como Rio Pardo e Rio Grande, que eram controladas por famílias tradicionais da região.

c) Amplitude dos relacionamentos de José de Abreu, uma base dessas se firmava na região de Entre Rios, contando com, ao mesmo tempo, a população nativa indígena e com os oficiais militares e milicianos. Mas acrescido de outros relacionamentos que, talvez ultrapassassem mesmo a fronteira rumo ao norte, em

²¹³Comissoli (2011), chega a se perguntar se esse regimento não havia desempenhado um papel formativo, pois diversas lideranças do período passaram por essa tropa em algum determinado momento da carreira.

direção às missões espanholas e ao Paraguai; como também, em direção a outras regiões do Rio Grande de São Pedro e a Corte, de onde, conforme Fernandes Pinheiro (1834), Abreu recebia “proteções”.

d) Seu *cabedal militar*, conforme definição de Farinatti (2010), uma série de recursos dos oficiais, dos quais a capacidade de arregimentar homens de armas era um dos elementos principais, mas também destacamos outros atributos, como: o conhecimento do território, da condução da guerra, e ainda o conhecimento de códigos comportamentais da fronteira e da Corte.

e) Acumulação de signos de prestígio, de ordem militar e honorífica.

De forma que o estudo da trajetória de Abreu e suas relações sociais nos permitiram perceber que seu poder se alicerçava nas próprias instituições que ele vinha ajudando a criar. Seu cabedal era uma conformação de fatores, que o permitiam se afirmar como elite do Rio Grande de São Pedro.

Buscamos aqui, também, refletir de que forma nosso trabalho pôde ampliar o conhecimento historiográfico sobre o poder das elites em um espaço de fronteira. Imaginamos que a resposta está intimamente relacionada com o fato de que não havia uma única forma de consolidação do poder das elites (nem dentre os militares), e que nem todas as elites se afirmavam em um mesmo meio ou tinham as mesmas esferas de poder. Havia algumas condições e limites que estavam na linha do possível. Mas, nem todo indivíduo que se fez na guerra elaborou as mesmas estratégias, teve o mesmo sucesso, ou se deparou com as mesmas dificuldades. José de Abreu tinha a configuração social de uma determinada forma que era diferente de outras lideranças dessa fronteira.

Assim, nosso estudo permite visualizar algumas formas de consolidação dos cabedais dos potentados do Rio Grande de São Pedro. Dos quais, podemos generalizar: a presença de vínculos com a população local, alcançar ao topo da hierarquia militar e a concentração de títulos honoríficos, a presença de terras para distribuição, ou de outros meios de retribuição, a construção de relacionamentos entre as elites e o posicionamento em cargos administrativos que criavam zonas de influência.

José de Abreu morria, em 1827, deixando para seus filhos um patrimônio considerável, e embora não tenhamos feito um estudo mais sistemático, permaneceram membros importantes da elite local alegretense. Na primeira eleição municipal para os vereadores de Alegrete, em 1831, Cláudio José de Abreu foi eleito

vereador (TRINDADE, 1985). Pelo menos parte da família parece ter aderido à causa da Revolução Farroupilha, pois, em 1837, Cláudio José de Abreu e José Inácio da Silva Abreu assinam documento encaminhado a Bento Manuel Ribeiro, pedindo a paz em nome do governo da República²¹⁴. Cândido José de Abreu casou com Guiomar Joaquina da Conceição, filha de Felisberto Nunes Coelho, que era um rico estancieiro e comerciante da região (FARINATTI, 2010). No âmbito da Província, não tiveram o mesmo destaque do pai, não se consolidando como as longevas famílias de elite do Rio Grande de São Pedro, como foi o caso, por exemplo, dos Ribeiro Almeida, que utilizaram de diversas estratégias para se perpetuarem no poder (provincial) com o passar dos anos (FARINATTI; VARGAS, 2014). De qualquer forma, a trajetória dos filhos de Abreu fica para outra história.

²¹⁴ Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, A coleção Varela- Documentos sobre a Revolução Farroupilha (1835-1845), vol. 17. Segredos do Jarau, docCV-7715, 30.11.1837.

REFERÊNCIAS

AHLERT, Jacqueline. **A celebração da paixão de Cristo nas Missões Jesuíticas da Província Paracuaria**. In: XI Encontro Estadual de História Seção Rio Grande do Sul. História Memória e Patrimônio, 2012, Rio Grande. Anais do XI Encontro Estadual de História Seção Rio Grande do Sul. História Memória e Patrimônio. Rio Grande: FURG, 2012. v. 1. p. 1521- 1536.

ARAUJO FILHO, Luiz. **O município de Alegrete**, Editora Corag: Porto Alegre, 1985.

BARRAL María E. Raúl O. FRADKIN, “**Los pueblos y la construcción de las estructuras de poder institucional en la campaña bonaerense (1785-1836)**” Boletín del Instituto de Historia Argentina y Americana “Dr. Emilio Ravignani”. Tercera serie, núm. 27.

BARRIERA, Dario G.. Rural Judges and Territorial Organization in Río de la Plata (17th to 19th Centuries). Beijing Law Review, 2016.

BENTO, Cláudio Moreira. **A guerra da restauração do Rio Grande do Sul (1774-1776)**. Editora do Exército: Rio de Janeiro, 1996.

_____. **Introdução**. In: JAQUES, João Cezimbra. **Assuntos do Rio Grande do Sul**. Editora Erus: Porto Alegre, 1979.

BERTRAND, Michel. **De la familia a la red de sociabilidad**. Revista Mexicana de Sociología, vol. 61, n. 2, abril-junio, 1999, México.

BERTRAND, Michel; GUZZI-HEEB, Sandro; LEMERCIER, Claire. **Introduccion: ¿en qué punto se encuentra el análisis de redes en Historia?**. REDES- Revista hispana para el análisis de redes sociales, vol.21, dezembro de 2011, p.01-12.

BOISSEVAN, Jeremy. **Manipolatori sociali: mediatori come imprenditori**. AA. VV RETI. L´analisi di network nelle scienze sociali. Roma: Donzelli ed.1995.

CAMARGO, Fernando. **O malon de 1801: a Guerra das Laranjas e suas implicações na América Meridional**, Editora Clio livros: Passo Fundo, 2001.

CESAR, Guilhermino. **História do Rio Grande do Sul. Período Colonial**. Porto Alegre: Globo, 1970.

CIDADE, Francisco de Paula. **Dois Ensaios de História**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1966.

COMISSOLI, Adriano. **A serviço de Sua Majestade: administração, elite e poderes no extremo meridional brasileiro (c.1808-c.1831)**. Rio de Janeiro: tese de doutorado PPGHIS-UFRJ. 2011.

_____. **Isto são as notícias que por agora tenho adquirido: Comunicação e vigilância na fronteira luso hispânica da América Meridional.** Encontro Fronteiras e Identidades. UFPEL, 2014.

CORREA, Mariana. M.. **Relações De Reciprocidade: O Desempenho Militar Na Lógica De Arrecadação De Recursos Guerra Contra Artigas (1811-1820).** Oficina do Historiador, v. s.Especial, p. p.2109-2122., 2014.

_____. **A escrita da vida de um “brasileiro ilustre”: A rememoração do Barão de Cerro Largo pelo Barão de Rio Branco.** In: Congresso Internacional de História da Universidade Federal de Santa Maria, 2016, Santa Maria- RS. ANAIS DO I CIHIS, 2016. p. 1994-2008.

COTTA, Francis Albert. **O “sistema militar corporativo” na América portuguesa,** In: Congresso Internacional O Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades, 2005, Lisboa. Actas do Congresso Internacional O Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades, 2005.

CUADRO CAWEN, In: Historia regional e independência del Uruguay, Ediciones de la Banda Oriental SRL, Montevideo, Uruguay, 2009.

DÁVILA, Adriana; AZPIROZ, Andrés. **Indios, cautivos y renegados en la frontera. Los blandengues y la fundación de Belén, 1800- 1801,** Montevideo, Ediciones Cruz del Sur, 2015.

DAVIS, NATALIE ZEMON. **El regreso de Martin Guerre.** Editora Akal: Madrid Espanha, 2013.

FARINATTI, Luís. A.; VARGAS, Jonas M. .; **"A nossa causa é a causa deles": Elites regionais, chefes paroquiais e a construção do Estado Imperial brasileiro: Rio Grande do Sul (c. 1820 - c. 1880).** In: BARATA, Alexandre M.; MARTINS, Maria Fernanda V.; BARBOSA, Silvana. (Org.). Dos poderes do Império. 1 ed.Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2014, v. 1, p. 225-256.

FARINATTI, Luís A. E.. **Sobre as Cinzas da Mata Virgem: Lavradores Nacionais na Província do Rio Grande do Sul (Santa Maria, 1845-1880).** 183f. (Dissertação Mestrado em História do Brasil) Pontifícia Universidade Católica, Porto Alegre. 1999.

_____. **Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agraria na fronteira sul do Brasil (1825-1865).** Santa Maria, Editora da UFSM, 2010.

_____. **Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agraria na fronteira sul do Brasil (1825-1865).** 421f. (Tese de doutorado). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

_____. **A espada e a capela: relações de compadrio dos oficiais de milícia na fronteira meridional do Brasil (1816-1835).** São Leopoldo. História Unisinos, 2012.

_____ **Gente de todo lado: deslocamentos populacionais, registros de batismo e reordenação social na fronteira meridional (Alegrete, 1816-1845).** In: SCOTT, A.S.; CARDOZO, J.C.; FREITAS, D.T.; SILVA, J.F., História da família no Brasil Meridional, 2014, p. 215-238.

_____ **Padrinhos preferenciais e hierarquia social na fronteira sul do Brasil (1816-1845).** In: Guedes, Roberto; Fragoso, João L.R.. (Org.). História social em registros paroquiais (sul-sudeste do Brasil, séculos XVIII e XIX). 1ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016, v. 1, p. 102-128.

FARINATTI; Luís A; RIBEIRO, Max R.. **Guarani nas capelas da fronteira: Migrações e presença missioneira no Rio Grande de São Pedro (Alegrete e Santa Maria, 1812-1827).** In: QUEVEDO, Júlio. **Missões. Reflexões e questionamentos.** Santa Maria: Editora e Gráfica Caxias, 2016, p.251-274).

FARINATTI, L. A.; VARGAS, J. M. **Elites regionais, guerra e compadrio: a família Ribeiro de Almeida e suas redes de relações (Rio Grande do Sul, 1816-1844).** Topoi (Online): revista de historia, v. 15, p. 389-413, 2014.

FERREIRA, Fábio. . **A atuação do General Lecor na incorporação de Montevidéu e a sua campanha à monarquia portuguesa: As divergentes interpretações historiográficas no Brasil e no Uruguai.** In: Segundas Jornadas de História Regional Comparada e Primeiras Jornadas de Economia Regional Comparada da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), 2005, Porto Alegre. Anais das Segundas Jornadas de História Regional Comparada e Primeiras Jornadas de Economia Regional Comparada da PUC-RS. Porto Alegre: PUCRS, 2005.

FERRETTI, Danilo J. F.. **A Emergência de um discurso etno-historiográfico nos primórdios do IHGB: o caso do Brigadeiro Machado de Oliveira.** In. XXIV Simpósio nacional de história- ANPUH, São Leopoldo, 2007.

FRAGOSO, J. L. R. . **Principais da Terra, escravos e a República: o desenho da paisagem agrária do Rio Seiscentista.** Ciência & Ambiente , Santa Maria, v. 33, p. 90-120, 2006.

_____ **Nobreza principal da terra nas Repúblicas de Antigo nos trópicos de base escravista e açucareira: Rio de Janeiro, século XVII a meados do século XVIII.** In: João Luís Ribeiro Fragoso. (Org.). O Brasil Colonial 1580-1720. 1ed. Rio de Janeiro: , 2014, v. 1, p. 159-240.

FRAGOSO, João L. R.; SAMPAIO, Jucá Antônio C.; ALMEIDA, Carla M C **Cenas de Antigo Regime nos trópicos.** In: FRAGOSO, João L. R.; SAMPAIO, Jucá Antônio C.; ALMEIDA, Carla M C.. **Conquistadores e negociantes: história de elites no Antigo Regime nos Trópicos. América Lusa, séculos XVI a XVIII.** Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007, p.19-30.

FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de F. S. **Monarquia pluricontinental e repúblicas: algumas reflexões sobre a América lusa nos séculos XVI-XVIII,** revista tempo, Dossiê, junho de 2009, p.50-63.

FREGA NOVALES, Ana. **Caudillos y montoneras en la revolución radical artiguista**, Andes, Universidad Nacional de Salta, Argentina, Andes, num.13, 2002.

_____ **Alianzas y proyectos independentistas em los inicios del “Estado Platino”**. In: **Historia regional e independência del Uruguay**, Ediciones de la Banda Oriental SRL, Montevideo, Uruguay, 2009.

FREITAS, DENIZE L.. **O casamento na freguesia Madre de Deus de Porto Alegre: A população livre e suas relações matrimoniais de 1772-1835**. (Dissertação de mestrado em história), Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), São Leopoldo, 2011.

Garcia, Elisa F.. **As diversas formas de ser índio: políticas indígenas e políticas indigenistas no extremo sul da América portuguesa**. (Tese de doutorado), Universidade Federal Fluminense: Rio de Janeiro, 2007.

_____ **Identities e políticas coloniais: guaranis, índios infiéis, portugueses e espanhóis no Rio da Prata, c.1750-1800**. Anos 90 (Online) (Porto Alegre) , v. 18, p. 55-76, 2011.

GARCIA, Graciela. **O Domínio da Terra: conflitos e estrutura agrária na Campanha Rio-grandense Oitocentista**, Porto Alegre. (Dissertação de mestrado) UFRGS, PPGH, 2005.

GINZBURG, Carlo e PONI, Carlo. **O Nome e o Como: troca desigual no mercado historiográfico**. In. **A Micro-história e outros ensaios**. Lisboa: Difel. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1969.

GOLDAMAN, Noemí; SALVATORE, Ricardo. **Introducción**, In: Goldman Noemí; Salvatore Ricardo. **Caudillismos rioplatenses. Nuevas miradas a un viejo problema**. Buenos Aires. Ed. EUDEBA, 1998 ,pp.07a30;

GOLIN, Tau. **Fronteira**. Vol. I. Porto Alegre. L&PM, 2002.

GOUVÊA, Maria de Fátima S.. **Trajetórias administrativas e redes governativas no Império Português(1668-1698)**, In: VI Jornada Setecentista, Curitiba. Anais. Curitiba: Cedope, 2005, p.400-414.

GRAHAM, Richard. **Clientelismo e Política no Brasil do Século XIX**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

GUAZZELLI, Cesar AB. **O horizonte da província: a República rio-grandense e os caudilhos do Rio da Prata**. Porto Alegre. Editora Linus, 2014.

HAMEISTER, M. **Para Dar Calor à Nova Povoação: estudo sobre estratégias sociais e familiares a partir dos registros batismais da Vila do Rio Grande (1738-1863)**. Tese (doutorado em História Social) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

_____. **Na pia batismal: estratégias de interação, inserção e exclusão social entre os migrantes açorianos e a população estabelecida na vila de rio grande, através do estudo das relações de compadrio e parentescos fictícios (1738-1763).** In: V Congresso Brasileiro de História Econômica e 6a. Conferência Internacional de História de Empresas, 2003. V Congresso Brasileiro de História Econômica e 6a. Conferência Internacional de História de Empresas - 10 anos de ABPHE, 2003.

HAMEISTER, M.D.; GIL, T.L. **Fazer-se elite no extremo-sul do Estado do Brasil: uma obra em três movimentos: continente do Rio Grande de São Pedro (século XVIII).** In: J. FRAGOSO; A.C.J. de SAMPAIO; C. ALMEIDA. **Conquistadores e negociantes: história de elites no Antigo Regime nos Trópicos. América Lusa, séculos XVI a XVIII.** Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007, p. 265-310.

HELGA, A. Eu, tu, eles. Disponível em: <<http://eutueles.com>>. Acesso em 15 mai. 2017.

HESPANHA, Antônio Manuel. **O Antigo Regime (1620-1807).** In: MATTOSO, José (Coord). **História de Portugal.** Lisboa: Estampa, 1998. v. 4.

_____. **A constituição do Império português. Revisão de alguns enviesamentos correntes.** In: O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 163-188, 2001.

_____. **Pequenas Repúblicas, Grandes Estados. Problemas de organização política entre Antigo Regime e Liberalismo.** In: JANCSÓ, István (Org.). **Brasil: formação do estado e da nação.** São Paulo: Hucitec, 2003.

_____. Prefácio. In: FRAGOSO, João L. R.; SAMPAIO, Jucá Antônio C.; ALMEIDA, Carla M C. **Conquistadores e negociantes: história de elites no Antigo Regime nos Trópicos. América Lusa, séculos XVI a XVIII.** Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007, p.13-18.

HORTA, Felisberto C. B. P. de Oliveira. **História da campanha do Sul em 1827 : a batalha de Ituzaingó, oferecido pelo Visconde de Barbacena,** Revista Trimestral do IHGB, v.49, 1886.

IMIZCOZ BEUNZA, José; ARRYOU RUIZ, Lara. **Redes sociales y correspondência epistolar. Del análisis cualitativo de las relaciones personales a la reconstrucción de redes egocentradas.** Revista hispana para el análisis de redes sociales. Vol. 21, 4 de dezembro de 2011.

ISLAS, Ariadna. **“Límites para un Estado. Notas controversiales sobre las lecturas nacionalistas de la Convención Preliminar de Paz de 1828”** en: FREGA, Ana (coord.), Historia regional e independencia del Uruguay. Proceso histórico y análisis crítico de sus relatos, Montevideo, Ediciones de la Banda Oriental, 2009, p.169-216.

JAKUES, João Cezimbra. **Assuntos do Rio Grande do Sul**. Editora Erus: Porto Alegre, 1979.

JANCSÓ, István (Org.). **Brasil: formação do estado e da nação**. São Paulo: Hucitec, 2003

KUHN, F.. **Gente de fronteira: família, sociedade e poder no sul da América Portuguesa – século XVIII**. Niterói, RJ. (Tese de Doutorado). UFF, 2006.

_____ **Una frontera en convulsión: Rio Grande de São Pedro y la Banda Oriental durante el gobierno de don Diogo de Souza (1809-1814)**. In: Cuadernos de CILHA, n.18- 2013, p129-139.

LEVI, Giovanni. **A herança imaterial. Trajetória de um exorcista no Piemonte (século XVII)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de M. (Orgs.). Usos e abusos da história oral. Rio de Janeiro: FGV, 1996, p.167-182.

LOPES, José Reinaldo de L. **Iluminismo e jusnaturalismo no ideário dos juristas da primeira metade do século XIX**. In: JANCSÓ, István (Org.). **Brasil: formação do estado e da nação**. São Paulo: Hucitec, 2003, p.195-218.

LOPES NETO, João Simões. **Contos gauchescos**. 9ª ed., Porto Alegre: Globo, 1976.

LUFT, B., Marcos Vinícios. **"Essa guerra desgraçada": recrutamento militar para a Guerra da Cisplatina (1825-1828)**. (Dissertação de mestrado) Programa de Pós Graduação em História da UFRGS, Porto Alegre. 2013.

MAPA GEOGRÁFICO EN QUE SE REPRESENTA A REPARTIÇÃO DOS RAMOS MARCELINO, Maria da Graça dos S.. **O esclarecido Vice-reinado de D. Luís de Almeida Portugal, 2º. Marquês do Lavradio Rio de Janeiro 1769-1779**. (Dissertação de mestrado em história). Universidade de Lisboa: Lisboa, 2009.

MARTINS, Maria Cristina. B. **Espetáculo e participação: Festas barrocas nos "30 pueblos de las misiones"**. Locus : Juiz de Fora , v. 11, p. 20-40, 2005.

MARTINS, Maria Fernanda. **A velha arte de governar. Um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.

MARTINS, Paulo Henrique. **A sociologia de Marcel Mauss: Dádiva, simbolismo e associação**. In: Revista crítica de Ciências Sociais, 73, dezembro 2005, p.45-66.

MATHEUS, Marcelo. Santos. **Dilatadas Paróquias: senhores e escravos na formação da sociedade luso-brasileira (fronteira sul de São Pedro do Rio Grande, início do século XIX)**. In: XXVII Simpósio Nacional de História, 2013, Natal-RN. Anais do XXVII Simpósio Nacional de História, 2013.

MATTOS, Ilmar H. **O Tempo Saquarema**. São Paulo: HCITEC/INL, 1987.

MAUSS, Marcel. **“Ensaio sobre a Dádiva”**. In: **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

MEDEIROS, Clarissa Prestes. **Relações de Poder nas fronteiras do Império Português: As correspondências do Marquês de Alegrete (1814-1818)**. Santa Maria-RS: Universidade Federal de Santa Maria (Dissertação mestrado em História), 2015.

MIRANDA, Marcia Eckert. **A Estalagem e o Império: Crise do Antigo Regime, fiscalidade e fronteira na Província de São Pedro**. (Tese Doutorado em Economia Aplicada). Instituto de Economia da Unicamp, Campinas, 2006.

MOREIRA, Mary M. Lopes. **Ocaso del colonialismo español / el gobierno de Bernardo de Velasco y Huidobro, su influencia en la formación del estado paraguayo (1803-1811)**. FONDEC: Asunción-Paraguay, 2006.

NEVES; Lúcia M.; MACHADO, Humberto F..**O Império do Brasil**. Editora Nova Fronteira: Rio de Janeiro, 1999.

OLIVEIRA, J. J. Machado d'. **“A celebração da paixão de Jesus Cristo entre os guaraníes.(Episódio de m Diário das campanhas do Sul)”** In: RIHGB, v.4, 1842, p.331-349.

_____ **Recordações Históricas que se prendem especialmente à Campanha de 1827**. *Revista trimestral do IHGB*, tomo XXIII, Quarto trimestre, p. 497. Rio de Janeiro, 1860. Nedeln/Liechtenstein: Kraus Reprint, 1973.

OSÓRIO, Helen. **Apropriação da terra no Rio Grande de São Pedro e a formação do espaço platino**. Porto Alegre: (dissertação de mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Pós-graduação em História, 1990; Campinas, 2006.

_____ **Estancieiros que plantam, lavradores que criam e comerciantes que charqueiam: Rio Grande de São Pedro, 1760-1825**. In: GRIJÓ, L. A., KÜHN, F., GUAZZELLI, C. A., NEUMANN, E.. (Org.). **Capítulos de História Sul-Rio-Grandense**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004, p. 75-90.

_____ **A organização territorial em um espaço de fronteira com o império espanhol e seu vocabulário. Notas de pesquisa**. *Claves Revista de Historia*, v. 1, p. 67-90, 2015.

PADRÓN FAVRE, Oscar. **Éxodos missioneiros: Al território del rio uruguay**. In: QUEVEDO, Júlio. **Missões. Reflexões e questionamentos**. Santa Maria: Editora e Gráfica Caxias, 2016, p.251-274).

PAGOLA, Brenda. **“...Y ellos le dieron vida” : San Carlos: fundadores y vecinos**. Montevidéo: Arca, 1998.

PANIAGUA, Edson R. M.. **Fronteiras, Violência e criminalidade na região platina: o caso do município de Alegrete (1825-1864)**, São Leopoldo: (dissertação de mestrado). Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2003.

PARANHOS, Júnior. **Esboço biográfico do General José de Abreu Barão do Cerro Largo**. In: Tomo XXXI, parte II da Revista Trimestral do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil, 1868, (pp. 62 a 135).

_____. **Esboço biográfico do General José de Abreu Barão do Cerro Largo**. In: Obras do Barão do Rio Branco VII : biografias. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012.

PARÍS de ODDONE, Blanca P. “**Presencia de Artigas en la Revolución del Río de la Plata (1810 -1820)**” en: A. FREGA y A. ISLAS (coord.): **Nuevas miradas en torno al Artiguismo**, Montevideo: Departamento de Publicaciones de la F.H.C.E., pp. 65-85.

PIMENTA, João P.. **A política hispano-americana e o Império português (1810-1817): vocabulário político e conjuntura**. In: JANCSÓ, István (Org.). **Brasil: formação do estado e da nação**. São Paulo: Hucitec, 2003, p.123-141.

PINHEIRO, José Feliciano Fernandes. **Annaes da Provincia de São Pedro**. Paris: Typ. de Casimir, 1839.

_____. **Memórias do Visconde de São Leopoldo**. Revista trimestral do IHGB, tomo XXXVII, parte segunda, cap. IX, p. 54. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1874.

PORTO ALEGRE, Aquiles. **Homens Ilustres do Rio Grande do Sul. Porto Alegre**: Typographia do Centro, 1916;

PORTO, Aurélio. **História das missões orientais do Uruguai**. Livraria Selbach e Cia.: Porto Alegre, 1954.

REVEL, Jacques. **A história ao rés no chão**. In: LEVI, Giovani. **A herança imaterial. Trajetória de um exorcista no Piemonte (século XVII)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

_____. Microanálise e a construção do social. In: REVEL, Jaques. **Jogos de Escala: a experiência da microanálise**, Editora Fundação Getúlio Vargas: Rio de Janeiro, 1998, p.15-38;

RIBEIRO, José Iran. **Quando o serviço os chamava: Milicianos e guardas nacionais no Rio Grande do Sul (1825-1845)**. (Dissertação de mestrado em história), Pontifca Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre –RS, 2001;

_____. **Quando o serviço os chamava: Milicianos e guardas nacionais no Rio Grande do Sul (1825-1845)**. Santa Maria- RS: EDUFMSM, 2005;

RIBEIRO, Max R.P. **Estratégias Indígenas na Fronteira Meridional: a situação dos guaranis missioneiros após a conquista lusitana (Rio Grande de São Pedro, 1801-1834)**. (Dissertação mestrado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2013.

SAINT-HILLAIRE, Auguste de. **Viagem ao Rio Grande do Sul**. Itatiaia Editora: Belo Horizonte- MG, 1999.

SALA DE TOURÓN, Lúcia. **Introdución**. En: SALA DE TOURÓN, Lúcia . N de; TORRE,; J. RODRÍGUEZ,.. Artigas y su revolución agraria 1811-1820, 1978, p.11-66.

SLEMIAN, **Sob o império das leis: Constituição e unidade nacional na formação do Brasil (1822-1834)**, (Tese de doutorado em história), USP, 2006;

SEIJO, Carlos. **Carolinós : Ilustres, Patriotas y Beneméritos**. Montevideu: El Siglo Ilustrado, 1936.

SOUZA, Iara Lis C.. **Pátria coroada: O Brasil como corpo político autônomo-1770-1831**. Editora UNESP: São Paulo- SP, 1998.

THOMPSON FLORES, Mariana F.C. **Crimes de fronteira. A criminalidade na fronteira meridional do Brasil (1845-1889)**. (Tese de doutorado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

TRINDADE, Miguel Jaques. **Alegrete: do século XVII ao século XX**, vol. I. Porto Alegre: Editora movimento, 1985.

VARGAS, Jonas Moreira. **Entre a paróquia e a Corte: uma análise da elite política do Rio Grande do Sul (1868-1889)**. (Dissertação de mestrado em história). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2007.

_____ **Entre a paróquia e a Corte: os mediadores e as estratégias das famílias da elite política do Rio Grande do Sul (1850-1889)**. Santa Maria: Editora da UFSM/ Anpuh-RS, 2010.

_____ **Pelas margens do Atlântico: Um estudo sobre elites locais e regionais no Brasil a partir das famílias proprietárias de charqueadas em Pelotas, Rio Grande do Sul (século XIX)**. (Tese de Doutorado em História social). Instituto de História da UFRJ, Rio de Janeiro, 2013.

VASCONCELOS, Rodolfo S.. **Arquivo Nobiliárquico Brasileiro**. Lausana: La Concorde, 1918.

VERISSIMO, Érico. **O Tempo e o Vento- O Continente vol1**. Companhia das Letras, 2013;

VIEIRA, Cunha Mattos em Goiás: Oos conflitos de jurisdição entre o Governo das Armas e o Governo Civil (1823-1826) Revista Territórios e Fronteiras, Cuiabá, vol.5, jul-dez.,2012, p.224-242;

WILDE, Guillermo. **Poderes del ritual y rituales de poder: um análisis de las celebraciones em los pueblos jesuíticos de guaraníes**. Revista Espanola de Antropología Americana, 2003, p.203-229.

_____ **Religión y poder en las misiones de guaraníes**. Buenos Aires: SB, 2009.

XAVIER, Ângela Barreto; HESPANHA, António Manuel. **A representação da sociedade e do Poder**. In: HESPANHA, António Manuel (coord.). História de Portugal. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, v. 4.

ZARTH, Paulo Afonso. **História Agrária do Planalto Gaúcho. 1850 – 1920**. Ijuí: Editora Unijuí. 1997.

Fontes Documentais

ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL (AHRs) Fundo autoridades militares. Anos 1810-1822.

_____ Governadores das Armas, maço 1, Ano 1825.

ARQUIVO NACIONAL (ANRJ), Série guerra, Ig167, IG168;

ARQUIVO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL (APERS) Autos n.13, maço n.1, estante 68, Alegrete, Cartório do Cível, Inventário.

ARQUIVO DA DIOCESE DE URUGUAIANA (ADU), RS, 1816-1850, Livro de Batismos Capela de Alegrete n.1, n.2, n.3.

DECISÕES DO GOVERNO DO IMPÉRIO DO BRASIL DE 1822. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio/colecao2.html>. Acesso em:28.06.2017.

DECISÕES DO GOVERNO DO IMPÉRIO DO BRASIL DE 1823. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio/colecao2.html>. Acesso em:28.06.2017.

FAMILY SEARCH, Brasil, Rio Grande do Sul, Igreja Católica, 1738-1952. Disponível em: <https://familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-F8SN-TG?owc=waypoints&wc=M78N-TWG%3A371565601%2C371856701%2C371864401%3Fcc%3D2177295&cc=2177295> . Acesso em: 15 de julho de 2017.

ICONOGRAFIA : JOSÉ DE ABREU (BARÃO DO CERRO LARGO) : no de registro: 143 : crayon sobre papel, 50 x 39 cm : assinada, ilegível : doação, Quartel General do III Exército, 1949 : REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS: Livro de Ofícios Recebidos. Museu Julio de Castilhos.1948/49, p. 314 e 315.

DE DÍZIMOS DA FRONTEIRA DO RIO PARDO, O ESTADO ACTUAL DOS CAMPOS AVANÇADOS E OS CAMPOS AUSTRALIS DA PROVÍNCIA DOS 07 POVOS DE MISSÕES – colorido, nanquim, aquarela, tinta colorida, com escala em léguas portuguesas, com legenda, com os pontos cardeais, desenhado no Archivo militar por j. Saturnino da c, p., 1º ten. d’engenheiros, terminado em 10 de julho de 1841, papel canson, telado, bom estado, medindo 74 cm x 50 cm.

PINTO, João Egon.. **O Marechal de Campo José de Abreu : Barão de Serro Largo : Notas extraídas do trabalho em preparo “Os Esquecidos da História”, I.** Rio de Janeiro: Jornal do Comércio. 27 de maio de 1934, p. 6.

_____ **O Marechal de Campo José de Abreu : Barão de Serro Largo : Notas extraídas do trabalho em preparo “Os Esquecidos da História”, II.** Rio de Janeiro: Jornal do Comércio. 10 de junho de 1934, p. 8.

APÊNDICE

APÊNDICE A- TABELA COM LEGENDA DOS GRÁFICOS 1 E 2:

Nome	Número de identificação
Henriques Godoy	1
Vicente Anônio Matiauda	2
Francisco Chagas Santos	3
Severino da Silva (capitão)	4
D. Diogo de Souza	5
Bento Manuel Ribeiro	6
Gabriel Ribeiro de Almeida (Capitão)	7
Marquês de Alegrete	8
Cláudio José de Abreu	9
Belarmino José de Oliveira (sargento-mor)	10
Francisco Soares da Costa (Capitão de Milicias)	11
Romão de Souza (Porta estandarte)	12
José Inácio da Silva (Alferes)	13
Cláudio José Dutra (Capitão)	14
José Antônio Martins (Tenente)	15
Domingos José das Neves (alferes)	16
Mauricia Paiz	17
Manoel Francisco Machado	18
Manuel Godilho	19
Valentin Bueno de Camargo (tenente de Dragões)	20
Manuel Gomes Lisboa (Alferes de guerrilha)	21
Pascoal Antônio Axiguati	22
Francisco Adão do Prado Lima (Cabo de Dragões)	23
Salvador Nunes	24
Manuel Roiz	25
Vitorino Antunes de Oliveira	26
Manuel Luís de Vargas	27
Joaquim Mariano Galvão (tenente)	28
José Viera Barbosa	29
Joaquim José Antônio	30
Manuel José de Farias	31
Jerônimo Gomes Jardim (sargento-mor)	32
Joaquim Xavier Curado	33
Tomás da Costa Rabello	34
Sebastião Barreto	35

Patricio Corrêa da Câmara	36
João Batista de Castilhos	37
Candido José de Abreu	38
Rogério Lopes (sargento-mor)	39
Antônio José Alves (furriel)	40
Mariano Lima (alferes)	41
Manuel José de Abreu (Alferes)	42
Antônio de Souza Trindade (alferes)	43
Joaquim Teles da Fonseca	44
Antônio Nunes Mariano (Alferes)	45
Gaspar Nunes de Miranda (Alferes)	46
José Inácio Vicente (Tenente Coronel)	47
João dos Santos Abreu (espião)	48
José da Câmara (Brigadeiro)	49
Conde da Figueira	50
Eleutério dos Santos (Capitão)	51
Joaquim Gomes de Melo (Tenente Coronel)	52
José Maria da Silveira Peixoto (Alferes de ordenança)	53
Bento Corrêa (Brigadeiro)	54
Manuel Vicente (Alferes)	55
José Antônio Alves (Major)	56
José dos Santos Vargas (Sargento-mor)	57
Anacleto Gularte (Capitão)	58
Paulino de Saly (Capitão)	59
Severino Antônio da Silveira (Alferes)	60
Hipólito Francisco de Paula (Alferes)	61
Antônio Gutierrez Alexandrino (Capitão)	62
Joaquim de Azevedo e Souza (Com. Guaranis)	63
Joaquim Ferreira Braga (Major Graduado)	64
João Antônio da Silveira (Sargento-mor)	65
Tomás Ferreira Vale (Sargento-mor)	66
José Ribeiro (alferes)	67
Antônio Bernardino (alferes)	68
Antônio Mariano (Tenente)	69
José Ribeiro da Silva (alferes)	70
José Antônio (Sargento-mor)	71
José Joaquim Alves	72
Barão de Laguna	73
Miguel Lima da Silva (soldado legião de Dragões)	74
Domingos da Silva Barbosa (sargento)	75
Ludovico Nunes (Sargento)	76

Policárpio José Prestes (furriel)	77
Antônio Corrêa (furriel)	78
Joaquim Jaques (furriel)	79
José da Siqueira (Furriel)	80
Inácio da Silva Peixoto (Furriel)	81
Felisberto Nunes da Silva (porta estandarte)	82
Antônio Alves Azembuja (Capitão)	83
Custódio José Pereira (Cirugião ajudante)	84
Manuel Tomás Ferreira Prestes (sargento- mor)	85
Rafael Fortunato da Silva	86
Constantino Joaquim de Oliveira	87
Manuel dos Santos Pedroso (falecido)	88
Manuel Alves (pardo)	89
Manuel Carvalho	90
José Antônio Ferraz (Alferes)	91
Gabriel Gomes Lisboa (Capitão)	92
Manuel da Rocha (Major)	93
José Ribeiro de Almeida (Furriel)	94
Fermiano da Costa Pavão (Furriel)	95
Alexandre Luiz de Queirós (Sargento-mor)	96
Luís de Siqueira (Alferes)	97
Luís Machado (milícia)	98
Bernardino de Sá (Alferes)	99
João Carlos de Saldanha Oliveira e Daun	100
Manuel Marques de Souza	101
João de Almeida Lara	102

APÊNDICE B- LINHA DO TEMPO JOSÉ DE ABREU

